

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

**Cooperação, reconhecimento e sentido do trabalho no processo
de garantia da qualidade orgânica na agricultura familiar**

Edivaldo Alberto Bolsam Alves

São Carlos
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

**Cooperação, reconhecimento e sentido do trabalho no processo
de garantia da qualidade orgânica na agricultura familiar**

Edivaldo Alberto Bolsam Alves

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de doutor em Engenharia de Produção.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luis da Silva

Agência Financiadora: CAPES

São Carlos
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Eivaldo Alberto Bolsam Alves, realizada em 24/03/2022.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Sergio Luis da Silva (UFSCar)

Prof. Dr. João Alberto Camarotto (UFSCar)

Prof. Dr. Mário Sacomano Neto (UFSCar)

Prof. Dr. Claudio Marcelo Brunoro (USP)

Prof. Dr. Eduardo Guatimosim (FURG)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

*Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso porque já chorei demais...
(Almir Sater)*

*Dedico esse trabalho a três grandes amores
que me deixaram durante essa jornada, minha
mãe, Fada, minha gata, Sofia, e minha
cachorra, Júlia. Cada uma, a seu modo, se faz
nele presente.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que me encorajaram e que contribuíram de algum modo com a execução desse trabalho. Deixo, ainda, meus agradecimentos especiais:

A minha amada companheira que, por possuir tantas denominações (Elisângela, Elis, Eli, Li, Zanza, Zanzinha, Zangueleta, Zan), não teria mesmo como ser menos generosa, amorosa, amiga, parceira, linda e inspiradora!

A minha família, pelo apoio, presença, paciência e pela compreensão durante os muitos momentos de minha ausência; a meu pai, Edvaldo, por todo amor e carinho; ao meu irmão, Flávio e sua companheira Viviane, pela parceria sempre fraterna e alegre;

A minha amada Lalau, que entrou em minha vida para nunca mais sair e que em pouco tempo tornou-se amiga, amiga-mãe, mãe-amiga e parceira de tantas prosas e viagens. Sem ela, essa trajetória teria sido muito mais árdua. Agradeço, também, aos queridos Vitor e Mariana, pelo apoio e por compartilharem sua amada mãe comigo.

Aos meus amigos-familiares Léo, Katita, Dilma, Preta e Pimp's! Um agradecimento especial a Katita e a Gabi, pela generosidade e por dividirem seu aconchego comigo por tantas vezes.

Aos queridos amigos da terra do mar, São Sebastião: Jú, Francielle, Franciane, Néia, Negrete e Jota. Agradeço-os pelo carinho e pela compreensão por sempre me dividirem com as “coisas do doutorado”, sem sequer uma queixa. Um agradecimento especial ao Jú, pelo enorme carinho, pela disponibilidade e por ter estado sempre presente, mesmo nos momentos em que estive mais isolado socialmente. A Francielle pelo olhar que abraça e acalma e por renunciar a seu sagrado descanso para me auxiliar na tradução do resumo. A Néia pelos abraços sempre reconfortantes e a Franciane pelo sorriso do tamanho de sua generosidade e a ambas pelo reforço espiritual.

Ao amigo-irmão, Zé, que desde muito cedo sempre esteve presente em minha vida, ainda que, por vezes, distante geograficamente. Não seria nesse momento que estaria ausente.

Aos amigos-companheiros Cris e Yuri, que, de algum modo, sempre estiveram presentes e, mais especificamente, pelo valioso auxílio no processo de composição de minha banca.

Ao querido Tonin, que me acompanhou em todos os momentos importantes dessa trajetória. Agradeço sua amizade e generosidade, desde o primeiro instante em que nos conhecemos.

Ao meu amigo Victorino, pela compreensão, carinho e amizade.

Aos amigos Ana, Graça e Dilo, pelas amorosas estadas em Socorro.

Aos colegas do doutorado que estiveram presentes no início dessa trajetória e que, infelizmente, a pandemia de COVID-19 os afastou de mim precocemente.

Ao meu orientador, Sérgio, pela paciência, valiosas contribuições e confiança durante esta longa jornada.

Ao Camarotto, pelas valiosas contribuições e parceria durante todo o período do doutorado.

Ao Menegon, por me reabrir de forma tão generosa as portas da UFSCar, pelas valiosas contribuições à fase inicial da pesquisa e pela participação na banca de pré-qualificação.

Aos professores Cláudio Brunoro, Eduardo Guatimosim e Mário Sacomano, pela participação na banca de defesa e contribuições a esta tese.

Aos funcionários e professores do Departamento de Engenharia de Produção da UFSCar.
Ao Lucas e ao Robson, da secretaria do PPGEP, por todo profissionalismo e atenção durante esses longos anos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de estudos de doutorado.

Ao pessoal da COOPERAGUA e da COOPAFASB, em Sete Barras, pela generosidade e apoio durante os períodos da pesquisa.

A todos os produtores ecológicos familiares de Sete Barras e Socorro que participaram da pesquisa. Esta tese não seria possível sem eles!

RESUMO

A agricultura ecológica compreende um setor que cresce acentuadamente nas últimas décadas. Com a ampliação desse mercado, surge a demanda de garantir a qualidade orgânica dos produtos, cujos processos impactam a organização do trabalho e, conseqüentemente, a relação sujeito-atividade. A presente pesquisa teve como objetivo investigar como modelos participativos de garantia da qualidade orgânica intervêm na relação do produtor ecológico familiar com sua atividade, em termos de sentido, cooperação e dinâmica de reconhecimento do trabalho. Fundamentou-se nas abordagens conceituais da Ergonomia da Atividade, da Psicodinâmica do Trabalho e da Clínica da Atividade, para compreender a relação sujeito-atividade a partir do vivido pelos sujeitos, considerando-se, além da atividade realizada, a mobilização subjetiva dos produtores no enfrentamento das situações reais de trabalho. Para a condução da pesquisa foi utilizada a abordagem metodológica qualitativa exploratória, aplicada no estudo de dois casos de produtores ecológicos familiares dos municípios paulistas de Sete Barras e de Socorro. Como atividades de pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 16 produtores, observações de situações reais de trabalho e validação em grupo. A análise dos resultados foi norteada pelo método da análise de conteúdo, a partir de eixos que emergiram do encontro pesquisador-produtores. No decorrer da pesquisa, identificou-se a informalidade como valor fundamental do mundo rural, que opera como um fio condutor, influenciando tanto os aspectos que marcam as especificidades da agricultura ecológica quanto as dinâmicas da garantia da qualidade orgânica e de cooperação. Uma das maiores fontes de constrangimento decorrente da garantia da qualidade orgânica, o controle documental, representa um ataque à informalidade e à palavra dos produtores. Destaca-se a relevância do social no trabalho dos produtores ecológicos. Diante de uma problemática semelhante nos territórios – prescrição de padrões do convencional aos produtores ecológicos, através do assédio – relações sociais distintas levam a resultados diferenciados. Em Sete Barras, o contato social e as famílias atuam como mecanismos prescritores dos padrões do convencional. Em Socorro, famílias e contato social operam como barreiras ao assédio, minimizando, assim, seu potencial como prescritor. Em Socorro, as famílias se constituem, ainda, como espaço para o reconhecimento e a conformação do sentido do trabalho. Quanto aos valores que conformam o sentido do trabalho para os produtores ecológicos, destacaram-se senso de pertencimento coletivo, vínculo harmônico com a natureza, autonomia e liberdade. O senso de pertencimento coletivo mostra-se atrelado às dinâmicas da garantia participativa, indicando que suas instâncias vivas colaboram para o desenvolvimento desse valor entre os produtores ecológicos.

Palavras-chave: Agricultura ecológica familiar. Ergonomia. Garantia participativa. Trabalho.

ABSTRACT

Ecological agriculture comprises a sector that has grown sharply in recent decades. With the expansion of this market, there is a demand to guarantee the organic quality of the products, whose processes impact the organization of work and, consequently, the subject-activity relationship. The present research aimed to investigate how participatory models of organic quality assurance intervene in the relationship of the family ecological producer with his activity, in terms of meaning, cooperation and dynamics of work recognition. It was based on the conceptual approaches of Activity Ergonomics, Work Psychodynamics and Activity Clinic, to understand the subject-activity relationship from the experience of the subjects, considering, in addition to the activity performed, the subjective mobilization of the producers in facing real work situations. To conduct the research, an exploratory qualitative methodological approach was used, applied in the study of two cases of family ecological producers in the São Paulo municipalities of Sete Barras and Socorro. As research activities, semi-structured interviews were carried out with 16 producers, observations of real work situations and group validation. The analysis of the results was guided by the content analysis method, based on axes that emerged from the researcher-producers encounter. During the research, informality was identified as a fundamental value of the rural world, which operates as a common thread, influencing both the aspects that mark the specifics of ecological agriculture and the dynamics of guaranteeing organic quality and cooperation. One of the biggest sources of embarrassment arising from organic quality assurance, document control, represents an attack on informality and the word of producers. The relevance of the social in the work of ecological producers is highlighted. Faced with a similar problem in the territories – prescription of conventional standards to ecological producers, through harassment – different social relations lead to different results. In Sete Barras, social contact and families act as mechanisms that prescribe the standards of the conventional. In Socorro, families and social contact operate as barriers to harassment, thus minimizing its potential as prescriber. In Socorro, families are also constituted as a space for the recognition and conformation of the meaning of work. As for the values that make up the meaning of work for ecological producers, a sense of collective belonging, a harmonious bond with nature, autonomy and freedom stood out. The sense of collective belonging is shown to be linked to the dynamics of participatory guarantee, indicating that its living instances collaborate for the development of this value among ecological producers.

Keywords: Family ecological agriculture. Ergonomics. Participatory guarantee. Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do município de Sete Barras no Estado de São Paulo	88
Figura 2 – Roça de banana convencional ao lado SAF.....	92
Figura 3 – Área de um SAF com bananas.....	92
Figura 4 – Roça convencional de banana.....	92
Figura 5 – Localização do município de Socorro no Estado de São Paulo.....	95
Figura 6 – Roça de caqui.....	97
Figura 7 – Roça de hortaliças.....	97
Figura 8 – Roça de tomate	98
Figura 9 – Roça de banana e pitaia	98
Figura 10 – Carregamento de palmito pupunha.....	104
Figura 11 – Bastão roxo em meio ao SAF	138
Figura 12 – Pé de palmito pupunha.....	141
Figura 13 – Pés de juçara em meio a um SAF	219

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação dos sistemas de garantia.....	65
Quadro 2 – Síntese das principais críticas à certificação por auditoria externa.....	71
Quadro 3 – Principais etapas da certificação participativa	76
Quadro 4 – Principais diferenças entre SPG e certificação por auditoria externa	82
Quadro 5 – Produtores de Sete Barras	100
Quadro 6 – Produtores de Socorro.....	101
Quadro 7 – Constructos de pesquisa, dimensões e aspectos observados	103
Quadro 8 – Roteiro de entrevista – Parte II	106
Quadro 9 – Relação dos produtores com modelo de manejo e garantia da qualidade orgânica ...	221
Quadro 10 – Tempo de adesão aos modelos de manejo e de garantia da qualidade orgânica	235

LISTA DE ABREVIATURAS

ABIO	Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
AGUA	Associação de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável do Guapiruvu
ANC	Agricultura Natural de Campinas e Região
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APA	Articulação Paulista de Agroecologia
APOMS	Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul
ASAS	Associação dos Assentados
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CNPO	Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CATI/CDRS	Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável
COAGRE	Coordenação de Agroecologia
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOPAFASB	Cooperativa da Agricultura Familiar de Sete Barras
COOPERAGUA	Cooperativa Agropecuária de Produtos Sustentáveis do Guapiruvu
COVID	Doença do Coronavírus
CPORG	Comissão de Produção Orgânica
CSA	Comunidade que Sustenta a Agricultura
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EU	União Europeia
FIBL	Instituto de Pesquisa em Agricultura Orgânica
GCR's	Grupos de consumo responsável
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFOAM	Federação Internacional do Movimento da Agricultura Orgânica

IPES-FOOD	Painel Internacional de Especialistas em Sistemas Alimentares Sustentáveis
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
OAC	Organismos de Avaliação da Conformidade
OCS	Organização de Controle Social
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAB	Programa Alimenta Brasil
PAS	Projeto de Agricultura Sustentável
PETAR	Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira
PMO	Plano de Manejo Orgânico
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
RALSP	Rede de Agroecologia do Leste Paulista
SAI	Sistema Agrícola Itinerante
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SISORG	Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica
SPG	Sistema Participativo de Garantia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PARTE I – MARCO TEÓRICO	21
1. TRABALHO: ENTRE O PRESCRITO E O REAL	22
1.1. A distinção vital entre tarefa e atividade.....	22
1.2. Análise da atividade: entre sujeito, tarefa e atividade	24
1.3. Trabalho e sofrimento.....	28
1.4. Sofrimento e estratégias defensivas	31
1.5. O real do trabalho: invisível e enigmático.....	33
1.6. A inteligência da prática: entre clandestinidade e visibilidade	37
1.7. Cooperação: dinâmica intercompreensiva e integradora de talentos.....	43
1.8. Reconhecimento e sentido: entre angústias, decepções, prazer e dignidade	46
2. GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA NA AGRICULTURA ECOLÓGICA FAMILIAR	50
2.1. Agroecologia, modelos ecológicos de agricultura e agricultura familiar no Brasil ..	50
2.1.1. Agroecologia: concepções teóricas	50
2.1.2. Modelos da agricultura ecológica no Brasil	53
2.1.3. Agricultura familiar no Brasil.....	54
2.1.4. Agricultura ecológica no Brasil.....	56
2.1.4.1. Origens, vertentes e tensões	56
2.1.4.2. Panorama do mercado nacional de orgânicos	58
2.1.5. Alguns resultados da Agricultura Ecológica.....	61
2.2. Garantia da qualidade orgânica	63
2.2.1. Um panorama da garantia da qualidade orgânica no Brasil	66
2.2.2. Garantia da qualidade orgânica por empresa auditora	70
2.2.3. Garantia da qualidade orgânica por Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade.....	73
2.2.3.1. Princípios, estrutura e funcionamento	73
2.2.3.2. Problematizações sobre o processo de convencionalização	77
2.2.3.3. Desafios da garantia participativa da qualidade orgânica	81
2.2.4. Principais diferenças entre SPG e garantia da qualidade por auditoria externa	82
2.2.5. Garantia da Qualidade Orgânica por Organização de Controle Social.....	83
PARTE II – DESENVOLVIMENTO	86
3. MÉTODO	87

3.1.	A pesquisa de campo	88
3.1.1.	Caso 1: Agricultores ecológicos de Sete Barras/SP	88
3.1.2.	Caso 2: Agricultores orgânicos e familiares de Socorro/SP	94
3.1.3.	Participantes	99
3.1.4.	Etapas da pesquisa	101
3.2.	Análise dos dados	108
PARTE III – RESULTADOS		109
4.	COOPERAÇÃO	110
4.1.	Espaços coletivos	110
4.1.1.	Reuniões: entre o dilema da efetividade e da formalidade	110
4.1.2.	Visitas: vínculos, conhecimentos	113
4.2.	Compartilhamento	117
4.2.1.	Compartilhamento de equipamentos.....	117
4.2.2.	Compartilhamento de força de trabalho.....	121
4.2.3.	Compartilhamento de informações, soluções, conhecimentos e vivências	124
4.2.4.	Compartilhamento de problemas e sofrimentos.....	131
4.2.5.	Compartilhamento de responsabilidades	133
4.3.	Coletivo coeso	136
4.3.1.	Consolidação de acordos e regras de trabalho	136
4.3.2.	Estratégias e mecanismos para lidar com constrangimentos	143
4.3.3.	Relações baseadas na responsabilidade e na reciprocidade	146
4.4.	Organização do trabalho	149
4.4.1.	Distribuição de tarefas entre os sujeitos.....	149
4.4.2.	Grau de autonomia diante da atividade	155
4.4.3.	Adaptação de normas e conhecimentos aos anseios e necessidades dos trabalhadores.....	160
5.	RECONHECIMENTO	163
5.1.	Confiança	163
5.1.1.	Confiança na utilidade e na qualidade da atividade/solução dos membros....	163
5.2.	Identidade	171
5.2.1.	Relação com a própria função: reconhecer-se em sua atividade	172
5.2.2.	Lugar que ocupa no grupo: reconhecimento pelo outro.....	175
5.2.3.	Mobilização de si para o trabalho: inteligência, saberes, experiências e engenhosidades	182
5.3.	Processos de retribuição	186
5.3.1.	Mecanismos objetivos de retribuição	187

5.3.2.	Mecanismos simbólicos de retribuição	188
6.	SENTIDO	190
6.1.	Valores pessoais e/ou coletivos	190
6.1.1.	Visão a respeito do trabalho	190
6.1.2.	Trabalho moralmente aceitável e socialmente responsável	199
6.1.3.	Orgulho e identificação	202
6.1.4.	Sentimento de pertencimento coletivo	204
6.2.	Relações sociais	205
6.2.1.	Vínculo entre os atores	206
6.2.2.	Relação trabalho-família	211
6.2.3.	Relação trabalho-contexto social	213
6.3.	Coerência e equilíbrio	216
6.3.1.	Sufrimento versus autorrealização	217
7.	TRABALHO E GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA	221
7.1.	Trabalho e garantia da qualidade orgânica nas OCS's de Sete Barras	221
7.1.1.	Alterações na rotina de trabalho promovidas pelo processo de garantia da qualidade orgânica das OCS's,	221
7.1.2.	A lacuna prescrito-real nas OCS's	224
7.1.3.	Constrangimentos advindos do processo de garantia da qualidade orgânica das OCS's	227
7.1.4.	Olhar dos produtores para o processo de garantia da qualidade orgânica promovida pelas OCS's	230
7.1.5.	Perspectivas dos produtores sobre a construção de um SPG para o Vale do Ribeira	232
7.2.	Trabalho e garantia participativa da qualidade orgânica em Socorro	234
7.2.1.	Alterações na rotina de trabalho promovidas pela garantia participativa	234
7.2.2.	A lacuna prescrito-real na garantia participativa	237
7.2.3.	Constrangimentos advindos do processo de garantia participativa	238
7.2.4.	Olhar dos produtores para o processo de garantia da qualidade orgânica promovida pela certificação participativa	242
7.2.5.	Sugestões de aprimoramentos para o SPG	244
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	245
	REFERÊNCIAS	260
	ANEXOS	277

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a discussão sobre sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e temas afins ganha expressão, passando a ser realizada por diversos campos do conhecimento e a compor a agenda de diferentes organizações. Apoiando-se no paradigma da sustentabilidade, no setor agrícola, a produção de base agroecológica ganha espaço.

Segundo Altieri (2002, p. 17, tradução nossa), “a agroecologia geralmente incorpora ideias sobre uma abordagem mais ligada ao meio ambiente e mais sensível socialmente; centrada não só na produção, mas também na sustentabilidade ecológica do sistema de produção”. O debate acerca da reestruturação dos sistemas agroalimentares, na perspectiva agroecológica, tem dado ênfase à produção ecológica, considerando as vantagens desse tipo de produção para os agricultores, em termos de condições para a saúde e a segurança no trabalho (BENITEZ; GOLINSKI, 2007; SAUER; BALESTRO, 2009).

Nos últimos 20 anos, houve um incremento da ordem de catorze vezes no número de praticantes da agricultura orgânica no mundo, crescimento que vem sendo discutido por diversos estudos¹. Segundo estudo realizado em 2020, pelo *Research Institute of Organic Agriculture* (FIBL) e pela *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM), dois dos principais institutos de pesquisa no setor, no ano de 2018, havia registros de atividades agrícolas orgânicas em 186 países, totalizando 71,5 milhões de hectares cultivados, o que equivale a 1,5% do total de terras agrícolas mundiais. Com relação aos produtores orgânicos, o estudo registrou um total de 2,8 milhões, responsáveis por um mercado de 96,7 bilhões de euros, sendo EUA, Alemanha e França os maiores mercados. Na América Latina, em 2018, eram cerca de 228.000 produtores e 8 milhões de hectares dedicados à agricultura orgânica, extensão que corresponde a 11% das terras cultivadas como orgânicas no mundo e 1,1% das terras agrícolas do continente. O Brasil está entre os países do continente com maiores áreas agrícolas orgânicas, ao lado da Argentina e do Uruguai.

A partir da perspectiva da análise do processo de trabalho, observa-se que a agricultura ecológica, em geral, exige maior complexidade da organização do trabalho, maior número de trabalhadores e uma coordenação mais delicada das diversas atividades realizadas (EHLERS, 1999). Há constrangimentos que podem resultar em incômodos físicos e mentais para os

¹ Dentre eles: Carneiro et al. (2015); Darolt (2010); Dias et al. (2015); FIBL, IFOAM (2020); Galhardo, Silva e Lima (2018); Gemma (2008); Hirata, Rocha e Bergamasco (2020); Mazzoneli e Nogueira (2006); Meirelles (2020); Muñoz et al. (2016); Santos et al. (2012); Siqueira et al. (2020).

trabalhadores (GEMMA, 2008; LOAKE, 2001). Em contrapartida, nesse sistema produtivo, o saber retorna ao agricultor, que reaprende a trabalhar com a terra e que, assim, goza de maior grau de autonomia (RIBEIRO, 2011). Esse tipo de agricultura conta com uma participação destacada da mão de obra familiar, organizada, geralmente, em pequenas propriedades. O segmento da agricultura familiar é responsável por uma considerável proporção da renda total da agropecuária. A relevância desse segmento se estende para aspectos ambientais, sociais, culturais e políticos, pois seus atores reivindicam certos modos de trabalhar e viver na terra, e articulam novas-velhas possibilidades de se relacionar com a natureza e com o consumo.

Segundo autores do Painel Internacional de Especialistas em Sistemas Alimentares Sustentáveis (IPES-FOOD), ainda são pouco frequentes pesquisas dedicadas a revelar possíveis melhorias geradas pelos sistemas agroecológicos nas condições de trabalho.

As questões acima seriam suficientes para justificar a relevância e a necessidade de novas pesquisas sobre o tema, voltadas tanto para aspectos da produção quanto para a análise da atividade. Aliado a esses fatos, tem-se o surgimento de uma nova variável, a garantia da qualidade orgânica dos produtos. Esse processo de garantia dá-se de três formas distintas, duas delas são conhecidas como certificação. Quando ocorre via empresa auditora, o processo ficou conhecido como *certificação*, em virtude de a empresa emitir um certificado atestando a garantia; quando ocorre via Sistema Participativo de Garantia (SPG), usa-se o termo *certificação participativa* ou *garantia participativa*, para acentuar o caráter participativo na construção da garantia, sendo o selo de certificação emitido pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC). Há ainda a efetivação da garantia de qualidade orgânica através da Organização de Controle Social (OCS), caso que não implica certificação. Nas duas primeiras formas, certificação por auditoria e certificação participativa, o produtor tem direito ao uso do selo de reconhecimento de produtos orgânicos, do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SisOrg). Neste trabalho, utiliza-se o termo *garantia da qualidade orgânica* para se referir a essas três formas de garantia da qualidade.

Dada a diversidade de termos, muitos autores utilizam o termo *certificação* para aludir a essas três formas, inclusive às OCS's. Assim, nas situações em que o texto se referir à opinião de autores, será mantida a fidelidade ao termo utilizado por eles, sendo o mesmo princípio adotado para os termos *agricultura orgânica* e *agricultura ecológica*.

Nas demais partes do texto, adota-se, em oposição à *agricultura convencional*, o termo *agricultura ecológica* para representar o conjunto de modelos produtivos que convencionalmente se denomina por *orgânico*. A agricultura ecológica diz respeito ao emprego

de técnicas e métodos não pertencentes aos modelos agrícolas convencionais e que se adequam a restrições na utilização de determinados tipos de insumos. Essa escolha evita a confusão com o uso do termo *orgânico* em referência a um dos tipos de manejos ecológicos entre os vários existentes no Brasil. Para os autores do IPES-FOOD (2016), essa gama de modelos formam um *continuum*, sendo que o modelo agroecológico diversificado e o convencional ocupam seus extremos. Para descrever a forma como os produtores se relacionam com os tipos de agricultura e manejos, adota-se, ainda, a distinção feita por Canuto (1998) entre *agricultura ecológica empresarial* e *agricultura ecológica familiar*.

Quanto aos processos de garantia da qualidade orgânica, teoricamente, representam um ganho de competitividade e uma oportunidade de criação de novas possibilidades organizacionais. Ao mesmo tempo, apresentam aos produtores um novo pacote de prescrições e, conseqüentemente, os levam à necessidade de criar estratégias para lidar com as mudanças na organização do trabalho. A adequação dos trabalhadores às exigências coloca em xeque seu trabalhar (modos operatórios, saberes, tradições), modificando sua vida objetiva e subjetiva no trabalho, podendo interferir em questões como reconhecimento, cooperação e sentido do trabalho.

Gemma (2008) identifica lacunas nos estudos a respeito dos impactos da certificação para os trabalhadores e o seu trabalhar. Para a autora, ainda não conhecemos, formalmente, os impactos da certificação no trabalho dos agricultores e as exigências laborais que elas representam, tanto no acréscimo de tarefas quanto no grau de complexidade delas. Pesquisas, realizadas a partir da lei da agricultura orgânica (Lei nº 10.831/2003), identificam uma série de debilidades nos processos de garantia da qualidade orgânica, em especial quando executados por empresas auditoras externas. Dentre essas debilidades tem-se: exigência de um mesmo grau de dedicação na inspeção, independentemente do tamanho da unidade agrícola; desconsideração das especificidades do ambiente rural, uma vez que a estrutura dos processos certificadores é inspirada em parâmetros do setor industrial; e custos adicionais, dificultando a comercialização dos produtos, principalmente para os pequenos produtores. Além disso, a certificação suscita uma espécie de “convencionalização” da agricultura orgânica, distanciando-a de seus princípios originais, e requer grandes exigências documentais, o que dificulta a obtenção do selo de certificação por parte de produtores menos estruturados (DARNHOFER et al., 2010; MUÑOZ et al., 2016; NIEDERLE; ALMEIDA, 2013; NIEDERLE; RADOMSKY, 2017; SABOURIN, 2011; SAMBUICHI et al., 2017; SOUZA; BATISTA; CÉSAR, 2019).

Considerando as vantagens e debilidades elencadas, esta pesquisa investigou as dinâmicas da garantia participativa da qualidade orgânica instituídas por meio da certificação participativa – também conhecida como certificação por *Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade* (OPAC) ou como Sistema Participativo de Garantia (SPG) – e através da *Organização de Controle Social* (OCS). Para a investigação, definiu-se como caminho a realização de estudos de casos de produtores ecológicos familiares, selecionando-se como fonte os municípios paulistas de Socorro e Sete Barras. Socorro conta com produtores certificados por um SPG ativo e consolidado como uma referência nacional do modelo de garantia participativa da qualidade orgânica. Em Sete Barras/SP, os produtores encontram-se em processo de transição para a garantia participativa via SPG e estão organizados em OCS's. Essa escolha permitiu acompanhar o processo de trabalho de produtores membros de um SPG instalado e de produtores em processo de transição.

Compreende-se que as dinâmicas da garantia participativa podem ser consideradas pelos produtores ecológicos não apenas como um meio de garantir a qualidade orgânica (objetivada na emissão do selo de orgânico ou na autorização para a venda direta ao consumidor), mas também como uma possibilidade para a produção de valores, como confiança, participação ativa², senso de coletividade, diálogo de saberes etc., e para reaproximar o sujeito da terra e os sujeitos entre si. O selo e a autorização para a venda direta passariam, dessa forma, de atividade fim (produtos) para uma atividade meio, que culminaria na produção dos novos valores. Além disso, ao se basear em espaços de debate e tomada de decisão coletiva, a garantia participativa da qualidade orgânica apresenta maior potencial para promover dinâmicas de cooperação e reconhecimento entre trabalhadores.

Considerando que o sujeito é um recurso essencial de qualquer sistema produtivo, ao se pensar o sistema de produção agrícola é preciso analisar, sobretudo, a relação sujeito-atividade. Diferentes áreas contribuem para pensar essa relação, como a sociologia, a psicologia, a engenharia, entre outras. No caso da engenharia, a abordagem da ergonomia olha para essa relação considerando, ao mesmo tempo, a produtividade e o bem-estar dos trabalhadores. Para

² De acordo com Darses e Reuzeau (2007), a participação dos usuários nos sistemas e dispositivos de trabalho pode ser categorizada em cinco graus, considerados a partir do poder de decisão que os usuários possuem. Dessa forma, nos graus um e dois, os usuários recebem informações sobre decisões tomadas por gestores e são tidos como fontes de informações e experiências. No grau três, usuários são consultados sobre ações em curso. Nos graus quatro e cinco, há, efetivamente, decisão conjunta por parte dos usuários sobre a concepção dos sistemas. Nesse caso, o termo participação ganha seu significado mais genuíno. Ao se pensar a participação dos usuários dos sistemas participativos de garantia da qualidade orgânica como valor, ela está sendo considerada como concernente aos graus quatro e cinco.

isso, ela procura adaptar o trabalho aos sujeitos e não o contrário (ABRAHÃO et al., 2009; FALZON, 2007, NEVES et al., 2018).

Esta pesquisa fundamenta-se centralmente nas abordagens conceituais da Ergonomia da Atividade, da Psicodinâmica do Trabalho e da Clínica da Atividade, a partir das contribuições de alguns dos autores mais proeminentes de cada campo teórico, como Guerin e Wisner; Dejours; e Clot, respectivamente. Esses referenciais permitem compreender a relação sujeito-atividade a partir do vivido pelos sujeitos, considerando tanto o resultado do trabalho para a subjetividade do trabalhador quanto o modo como ele administra sua vivência no trabalho (ABRAHÃO; TORRES, 2004; SZNELWAR, 2009). A partir do campo conceitual adotado, procede-se à análise da atividade dos produtores no confronto com o real do trabalho. Trata-se de abordar o trabalho vivo, isto é, compreender como o produtor ecológico familiar, inscrito em um determinado contexto social, relaciona-se com sua atividade.

A partir da defasagem entre a *organização prescrita* e a *organização real* do trabalho, da impossibilidade de cumprir a tarefa conforme prescrita, o trabalhador mobiliza seu corpo e sua subjetividade na tentativa de rearranjar objetivos e criar alternativas. Nesse processo, defronta-se com o *real*, parcela do trabalho que permanece oculta e que resiste a toda forma de domínio (conhecimento científico, saber, saber-fazer). Diz-se, então, que o trabalho vivo é experienciar o real. No trabalho vivo, trabalhadores mobilizam sua inteligência prática, organizam-se em oposição à organização prescrita e criam laços afetivos e interdependentes entre si, que dão vida à cooperação. Entretanto, mobilizar-se em prol da cooperação envolve assumir riscos, como dar visibilidade a sua forma de trabalhar e expor-se a críticas dos colegas. Como contrapartida, os trabalhadores esperam ser reconhecidos. Esse tipo de reconhecimento, simbólico, efeito do julgamento dos pares, leva o sujeito a reconhecer-se em sua atividade e contribuir, expressivamente, para a conformação do sentido do trabalho (AREOSA, 2019; BOUYER, 2010; CLOT, 2006, 2010; DEJOURS, 2000, 2002, 2004, 2007, 2012b; GERNET; DEJOURS, 2011; GIANNINI et al., 2019; SOLDERA, 2016).

Diante do exposto, busca-se compreender como as mudanças ocorridas na organização do trabalho dos produtores ecológicos familiares, decorrentes das exigências das dinâmicas da garantia participativa da qualidade, impactam na relação do produtor com sua atividade. Delineia-se, então, o seguinte problema de pesquisa: como as dinâmicas que conformam a garantia participativa da qualidade orgânica, incluindo orientações e espaços coletivos, atuam nos processos de organização do trabalho e de conformação do sentido do trabalho?

Buscando respostas a essa pergunta, estabeleceu-se como objetivo geral de pesquisa investigar como o processo de garantia participativa da qualidade orgânica intervém na relação do produtor ecológico familiar com sua atividade, em termos de sentido, cooperação e dinâmica de reconhecimento do trabalho. Como objetivos específicos, visa avaliar: a) as especificidades da agricultura ecológica familiar, no que diz respeito a aspectos da organização do trabalho, dos valores e do uso de recursos; b) dentre as tarefas adicionais ligadas ao processo de garantia participativa da qualidade orgânica, aquelas que oferecem maiores constrangimentos para os trabalhadores; c) as dinâmicas da garantia participativa da qualidade orgânica existentes, incluindo visitas e reuniões; d) as dinâmicas de cooperação e reconhecimento existentes; e) a consonância entre as atividades que o produtor realiza e seus interesses, bem como expressões de sofrimento e autorrealização no trabalho.

Este trabalho organiza-se em três partes. A primeira parte abrange dois capítulos teóricos, sendo o primeiro dedicado à apresentação dos principais conceitos para a compreensão da relação sujeito-atividade, em termos de sentido, cooperação e dinâmica de reconhecimento do trabalho, a partir dos referenciais conceituais da Ergonomia da Atividade, da Psicodinâmica do Trabalho e da Clínica da Atividade. No segundo capítulo, apresenta-se os fundamentos da agroecologia, as principais características da agricultura ecológica e da agricultura familiar e se discute as questões centrais dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica no país. A segunda parte compreende o capítulo metodológico, que descreve o caminho adotado na pesquisa, abrangendo a descrição dos casos estudados e dos participantes, das fases da pesquisa de campo e o método de análise dos dados. A terceira parte contém quatro capítulos, sendo três deles dedicados à análise e à discussão dos resultados obtidos em cada um dos constructos estudados (cooperação, reconhecimento e sentido), suas respectivas dimensões e indicadores. No sétimo e último capítulo, discute-se como as dinâmicas da garantia da qualidade orgânica interferem nos processos de trabalho dos manejos ecológicos.

Nas considerações finais, busca-se alinhar as temáticas centrais, articulando-as com as questões levantadas e os objetivos do estudo. Para encerrar, diante do percurso trilhado, alude-se a novas possibilidades de pesquisas.

PARTE I – MARCO TEÓRICO

1. TRABALHO: ENTRE O PRESCRITO E O REAL

Neste capítulo, serão apresentadas reflexões a respeito de conceitos centrais para a compreensão da relação sujeito-atividade, a partir do referencial teórico da Ergonomia da Atividade, da Psicodinâmica do Trabalho e da Clínica da Atividade.

1.1. A distinção vital entre tarefa e atividade

Dentre o campo conceitual adotado, a Ergonomia da Atividade objetiva compreender de forma sistêmica e crítica a realidade, direcionando seus esforços para a compreensão dos diversos determinantes das situações reais de trabalho, através de uma leitura do funcionamento da organização do ponto de vista da atividade (GÜÉRIN et al., 2001; GONÇALVES; CAMAROTTO, 2015; SILVA; CAMAROTTO, 2016). Assim, como o próprio nome denota, essa abordagem centra sua análise na atividade de trabalho, privilegiando, em um primeiro momento, a compreensão do trabalho para, posteriormente, transformá-lo, adaptando-o ao trabalhador (GÜÉRIN et al., 2001). Essa necessidade de adaptação lança os trabalhadores, individual e coletivamente, para o primeiro plano da análise (GÜÉRIN et al., 2001; NEVES et al., 2018; WISNER, 1994a), considerando-os como atores do próprio processo de trabalho, de sua saúde³ e do desenvolvimento de suas competências. Nessa perspectiva, ao se analisar o processo produtivo, a questão central é identificar “o que há a fazer” – a tarefa – e “como o fazem” – a atividade (GÜÉRIN et al., 2001).

A distinção entre tarefa e atividade torna-se fundamental para compreensão e intervenção no processo de trabalho. Entende-se por *tarefa* o prescrito pela organização ao trabalhador. Guérin et al. (2001) discutem a tarefa como o resultado antecipado do trabalho, como as ações que deverão ser realizadas (embalar, cortar, calcular) para se alcançar os resultados desejados ou os objetivos. Como prescrição da organização, a tarefa traduz o trabalho do ponto de vista de quem o concebe, através das etapas de planejamento e projeto.

A *atividade* pode ser compreendida como uma estratégia de adaptação do prescrito às situações reais do trabalho (GUÉRIN et al., 2001). Assim, admite-se a premissa de que há uma distinção vital entre o prescrito, trabalho requisitado por gestores e projetistas, e o efetivado,

³ A saúde é considerada em uma perspectiva construtiva, em contraposição à perspectiva corretiva e preventiva, que a toma como um estado. Segundo a abordagem construtiva, a saúde é concebida como um processo, em que o objetivo é justamente desenvolver a construção da saúde (FALZON; MOLLO, 2009), por meio de uma negociação entre os objetivos concebidos pela organização do trabalho e o estado interno (recursos cognitivos e fisiológicos) dos sujeitos do trabalho (GONÇALVES; CAMAROTTO, 2015).

trabalho real (AREOSA, 2019; ARAÚJO et al., 2018; DEJOURS, 2002, 2004; GIANNINI et al., 2019; GUÉRIN et al., 2001; NUSSHOLD; BAUDIN; CELIO, 2020). Assume-se, também, que essa distinção entre o prescrito e o real deverá ser “administrada” pelos trabalhadores para que eles possam alcançar os objetivos traçadas pela organização do trabalho. Compreende-se, portanto, a tarefa como uma imposição, como elemento que determina e constrange o trabalhador e que não deve ser confundida com o trabalho real. Cabe destacar, entretanto, que a tarefa cumpre os papéis de *autorizar o trabalho* e de *enunciar os meios disponíveis* para seu fim, tornando-se indispensável para que os trabalhadores passem a operar. Em síntese, a tarefa corresponde ao conjunto de objetivos e prescrições, enquanto a atividade representa a maneira como o trabalhador alcança os objetivos (GUÉRIN et al., 2001).

Uma atividade pode ser orientada no sentido de uma *atividade produtiva* (executar uma tarefa) ou no sentido de uma *atividade construtiva* (desenvolvimento de competências, valores, conhecimentos). Essa orientação exerce influência nos parâmetros da análise da atividade (unidade de análise, objetivos, horizontes temporais etc.) e, conseqüentemente, na forma como se realiza a análise. Quando se considera, por exemplo, a temporalidade em cada uma das orientações, tem-se, no caso da *atividade produtiva*, a temporalidade da realização das tarefas, o cumprimento de uma missão prescrita; já no caso da *atividade construtiva*, trata-se da temporalidade da gênese, do desenvolvimento dos sujeitos, das personalidades (FOLCHER; RABARDEL, 2007). Esta pesquisa interessa-se pela orientação construtiva da atividade, ou seja, em compreender seus aspectos culturais, como o uso, conhecimento e desenvolvimento dos sujeitos.

Em uma perspectiva integradora e social, que se aproxima da orientação *construtiva* da atividade, Clot (2006, 2010) a define como possibilidade de produzir meios materiais, mas também simbólicos, relações humanas e como forma de recriação de um meio de vida.

Em situações reais de trabalho, a atividade é triplamente dirigida: pela *conduta do sujeito*, pelo *objeto da tarefa* e pela *relação com outros sujeitos*. A atividade é, então, definida, organizada e cristalizada *na, com e contra* a relação com os outros. Nessa leitura, o agir decorre também da necessidade de libertar-se das atividades dos outros, transformando os constrangimentos ligados a essas atividades em recurso para a própria ação. A atividade é, então, uma coatividade e uma contra-atividade, dado que é sempre uma resposta à atividade de outros. Logo, o não realizado, a contra-atividade⁴, também é reconhecido como atividade.

⁴ Situação em que há conhecimento para a realização da atividade (saber-fazer), mas não há condições para que se mobilize esse conhecimento. Essa condição também é conhecida como *atividade impedida* (FALZON; MOLLO, 2009).

Assim, deve-se considerar também o que não se faz, o que não se pode fazer, o que se deveria fazer, o que se gostaria de fazer, o que é realizado sem necessidade e o que é realizado para não se fazer o que deveria ser feito. O olhar para a contra-atividade⁵ auxilia na construção dos sentidos do trabalho. A exemplo disso, o cansaço no trabalho também é decorrência do sentimento de não poder fazer o que se gosta de fazer. Ou seja, o cansaço é efeito tanto da atividade realizada quanto da impedida (CLOT, 2006, 2010; DADALTO et al., 2014; SANTOS, 2006).

Desse modo, pode-se pensar a atividade como sendo, concomitantemente, *pessoal*, *interpessoal*, *transpessoal* e *impessoal*. É *pessoal*, uma vez que a atividade é o tempo todo perpassada pelas pré-ocupações dos sujeitos. É *interpessoal* porque a atividade é sempre dirigida ao outro e sem este destinatário ela perde sentido. É *transpessoal* por ser atravessada pela história coletiva do trabalho, que une passado e presente e mobiliza a transmissão dos recursos entre os sujeitos. Como tarefa atribuída ao trabalhador pela organização, como prescrição, possui caráter *impessoal* (CLOT; LEPLAT, 2005; SANTOS, 2006).

Considerando essa maior complexidade do conceito de atividade, tem-se que, atualmente, ela se confunde com a própria vida dos trabalhadores, apresentando determinantes (dimensões subjetivas) que vão além dos passíveis de serem observados em situações reais de trabalho. Nesse sentido, pesquisas recentes em ergonomia estão diante do desafio de lidar com esse “alargamento do conceito de atividade”, buscando distanciar-se do apenas observável, do comportamento que atende às necessidades operacionais, e ser capaz de identificar e analisar todos esses novos e mais complexos determinantes (DANIELLOU, 2004b; FALZON, 2007; FALZON; MOLLO, 2009).

1.2. Análise da atividade: entre sujeito, tarefa e atividade

O método da análise ergonômica se funda na apreciação das estratégias utilizadas pelo trabalhador para administrar a distância entre tarefa e atividade, com foco no trabalhador e não na produção (GÜÉRIN et al., 2001; NUSSHOLD; BAUDIN; CELIO, 2020). Essencialmente direcionada para a compreensão do trabalho, através da análise dessa distância, a análise da atividade se caracteriza por uma ação dedicada à atividade real de trabalho. Nessa abordagem, a ação está comprometida com o entendimento da relação entre as *condições materiais e organizacionais* do trabalho e os *resultados* obtidos, esclarecendo as correlações entre essas duas esferas. Atuando a partir desse enfoque, a ergonomia torna-se capaz de evidenciar as más

⁵ Também denominada *real da atividade* em contraposição à ideia de *atividade realizada* (CLOT, 2006, 2010).

condições de trabalho e denunciar suas consequências, fundamentando, então, as reivindicações dos trabalhadores. Além disso, a ação ergonômica torna-se atraente para os próprios gestores das empresas, ao revelar sua utilidade para o aprimoramento das estruturas de produção (GÜÉRIN et al., 2001).

A respeito da relação entre a ação ergonômica e a perspectiva dos gestores, Brunoro (2013) faz a seguinte indagação: o ponto de vista da atividade de trabalho é considerado na concepção e gestão da produção? Ou seja, esse ponto de vista é estratégico para a organização e seus gestores? Para o autor, as transformações nas condições de trabalho só surtirão o efeito desejado quando os gestores efetivamente compreenderem que tornar o trabalho fonte de prazer é uma forma de agregar valor ao resultado da atividade.

De acordo com a análise da atividade, a ação do ergonomista se inicia com o compromisso de entender as estratégias operatórias que os trabalhadores adotam para cumprir o trabalho que lhes foi atribuído (GÜÉRIN et al., 2001; SILVA; CAMAROTTO, 2016; NUSSHOLD; BAUDIN; CELIO, 2020). Como método de análise, o ergonomista utiliza “uma abordagem teórica e prática que permite um contínuo ir e vir entre a atividade de trabalho e o conjunto de seus determinantes” (GUÉRIN et al., 2001, p. 38). De acordo com esse método, o ergonomista deverá considerar em sua análise um olhar multifacetado, que abrangerá o trabalhador (salário, negociações, histórico de vida e de formação, estado interno etc.), a tarefa, a atividade e os resultados da atividade. Deverá observar, ainda, a produção e suas consequências para o trabalhador. Nota-se que o profissional deve realizar uma leitura particular e crítica do funcionamento da organização, minimizando os efeitos de concepções do processo de trabalho que não consideram as particularidades do trabalhador e tampouco a variabilidade intrínseca dos sistemas produtivos (GÜÉRIN et al., 2001; NUSSHOLD; BAUDIN; CELIO, 2020).

Para Leplat (2004), o ergonomista atua na gestão da complexidade da relação entre tarefa, operador e atividade. Nesse mesmo sentido, Montedo e Sznelwar (2008) chamam a atenção para a variedade de elementos e situações que interferem no trabalho, formando um sistema que exige um olhar do ergonomista para a complexidade⁶, uma vez que se faz necessário

⁶ Resumidamente, concebe-se a complexidade como uma espécie de tecido, formado por componentes heterogêneos e inseparáveis, que é produzido conjuntamente (MORIN, 2007). Trata-se do “tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico” (MORIN, 2007, p. 13). A complexidade pode ser caracterizada pelo número de elementos constituintes de um determinado sistema e pela natureza da relação entre esses elementos. Pode-se dizer que a complexidade de uma tarefa depende de quem a executa e do momento em que ele a executa. Desse modo, tarefa e operador definem-se

(...) identificar uma série de elementos que modulam a atividade de trabalho, em níveis diversos, com consequências também em diversos níveis. A todo o momento analisa-se de que forma a atividade de trabalho integra estes elementos e como diferentes racionalidades, que permeiam a construção deste sistema, se manifestam. A diversidade destes elementos, ou variáveis que interferem no trabalho, requer um olhar complexo, que pode permitir um movimento de “costura” das diversas dimensões ali presentes, reconstituindo o tecido da complexidade que envolve a situação de trabalho, para que a explicação do ergonômista faça sentido, para ele mesmo e, principalmente, para os trabalhadores (MONTEDO; SZNELWAR, 2008, p. 143).

Para sua efetividade, a análise da atividade deve ser pensada na promoção do diálogo entre as necessidades sociais e as reais possibilidades de transformação da situação em análise. Além disso, deve manter-se em sintonia com a vida da organização, considerar permanentemente a globalidade da situação e optar por um nível de análise apropriado à compreensão dos problemas (GUÉRIN et al., 2001). Trata-se, portanto, de uma concepção teórico-metodológica dedicada aos problemas referentes ao trabalho a partir do “trabalhar”, destacando a inteligência prática e a capacidade de reflexão dos trabalhadores, a relevância dos sentidos e do coletivo. Assim, na análise da atividade, deve-se garantir a participação efetiva dos trabalhadores, desde a formulação da demanda até a elaboração das soluções, passando pela própria análise (LIMA; JACKSON, 2004; NEVES et al., 2018).

Para Lima (2001), incluir os trabalhadores nos processos de intervenções ergonômicas é um imperativo prático-epistêmico. Segundo o autor, a ciência do trabalho não se estabelece desconectada dos próprios trabalhadores e de seus conhecimentos práticos, uma vez que a “ciência só pode fecundar a experiência quando parte desta, e, em retorno, se integrar de maneira orgânica à complexidade das situações reais” (LIMA, 2001, p. 44).

Além disso, considerando as múltiplas dimensões da atividade e o debate a respeito da atividade realizada e a impedida, compreende-se que a análise da atividade também deve observar todas essas dimensões, os conflitos vitais entre os sujeitos, assim como as estratégias adotadas para lidarem com esses conflitos (CLOT, 2006, 2010; DADALTO et al., 2014; SANTOS, 2006). Segundo esse entendimento, a análise da atividade é concebida como meio para transformar a atividade e revitalizar os coletivos (CLOT, 2010; ROGER, 2013).

Como a atividade não se define apenas pela atividade realizada, métodos de observação e de análise que se limitam apenas ao realizado não são capazes de compreendê-la (ROGER, 2013). Nessa perspectiva, ganham relevância métodos de análise referenciados pela intersubjetividade. Surgem, então, debates sobre a importância da *confrontação*

um em relação ao outro: tarefa como resultado a ser alcançado por meio de um processamento adequado e operador em função das suas competências para realizar esse processamento (LEPLAT, 2004).

(DANIELLOU, 2004; WISNER, 2004), da *autoconfrontação* (CLOT, 2013, 2014b; ROGER, 2013), da *validação* (GUÉRIN et al., 2001) e do uso da *palavra* pelos trabalhadores (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; DEJOURS; JAYET, 1993).

De modo geral, a *confrontação* consiste em submeter o pensamento do ergonomista/analista (hipóteses, métodos e interpretação dos resultados) ao crivo dos trabalhadores. Ela pode ser utilizada de distintas formas, por meio de vários instrumentos⁷ e seus principais benefícios são: proporcionar a despersonalização dos conhecimentos científicos; restabelecer comportamentos (pessoais e coletivos) e retomar os sentidos das dificuldades enfrentadas nas atividades de trabalho e das pesquisas e intervenções realizadas; e trazer à tona os diferentes modos de trabalhar (DANIELLOU, 2004b; WISNER, 2004). Para Daniellou (2004), a intervenção do ergonomista vai muito além da propagação de análises da atividade, devendo incluir a criação de novas formas e espaços de confrontação. Com base no autor, pode-se dizer que o sucesso do método depende, de um lado, do engajamento pessoal do ergonomista nos processos de ação e, de outro, de sua capacidade de envolver o trabalhador no processo. Curie (2004), por sua vez, acrescenta que o papel do ergonomista não se limita a produção de soluções (ação), inclui a produção de explicações (conhecimento). Neste caso, a geração de soluções pode ser um subproduto do conhecimento, mas não seu objetivo principal.

Clot, referindo-se a (re)descrições das atividades, propõe a adoção do método das *autoconfrontações*⁸ *simples* e *cruzada*: a primeira, corresponde à confrontação entre um trabalhador e o pesquisador; na segunda, a atividade é debatida entre dois ou mais trabalhadores e o pesquisador. Trata-se de uma perspectiva reflexiva, um “diálogo interior do sujeito consigo mesmo” (ROGER, 2013), uma “repetição sem repetição”, que faz falar a profissão entre os sujeitos e em cada um deles. Quando a atividade do sujeito é repetida ou retomada por outro trabalhador, emergem subentendidos e atalhos. Além disso, os sujeitos, em uma relação com sua atividade, são transformados, passando a se conhecer e administrar melhor (CLOT, 2013, 2014a, 2014b). Nesse sentido, Roger (2013) observa que os métodos de análise não devem se reduzir “a um face a face do indivíduo consigo mesmo”, pois os resultados são mais efetivos quando os sujeitos têm a possibilidade de visualizar suas atividades por meio das atividades dos outros.

⁷ Gravações em áudio, vídeo, registros fotográficos etc.

⁸ Segundo Dadalto *et al.* (2014), as autoconfrontações foram inspiradas no método de Instruções ao Sósia, elaborado por Ivar Oddone, nos anos 1970, para compreender o trabalho em fábricas italianas. Já naquela época, Oddone reconhecia a importância de utilizar métodos capazes de analisar a atividade de trabalho segundo as concepções dos próprios trabalhadores.

Guérin et al. (2001) referem-se à confrontação como *validação*, entendida como uma especificidade da análise da atividade. Segundo os autores, nessa abordagem, o ergonomista deve “mergulhar” na situação de trabalho, visando “apreender a realidade em sua especificidade”, não havendo, portanto, espaço para a mera reprodução de aplicações de ferramentas pré-construídas.

Como parte de uma abordagem metodológica reflexiva e compreensiva do trabalho, o uso da *palavra* pelos trabalhadores e a criação de espaços públicos para sua livre circulação ganham destaque. Nessa perspectiva, a *palavra*, e não a observação “objetiva” da realidade (modos operatórios), é a principal via de acesso à vivência subjetiva e intersubjetiva do trabalho. Assim, é pelo movimento dos trabalhadores, elaborando suas vivências no trabalho e interpretando a organização do trabalho, que se delineia uma interpretação mais aprofundada da organização do trabalho. A partir de então, reúnem-se as condições para que os trabalhadores proponham ações adequadas de transformação da organização do trabalho. Logo, a ação transformadora é resultado da capacidade de análise dos sujeitos a respeito de suas próprias relações com o trabalho e o seu trabalhar. De modo consequente, torna-se fundamental a criação e manutenção de espaços de *circulação da palavra*, nos quais ocorrerão os debates entre trabalhadores e entre esses e os pesquisadores (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; DEJOURS; JAYET, 1993).

Essa discussão, em especial sobre a validação, serviu como norteadora para o planejamento do encontro final com os participantes desta pesquisa, a fim de validar hipóteses e interpretações do pesquisador. Esse encontro cumpriu também o papel de devolutiva da pesquisa aos participantes.

1.3. Trabalho e sofrimento

Para se compreender plenamente o sujeito no trabalho deve-se considerar sua psicodinâmica e saúde psíquica (WISNER, 2004). Nesse sentido, um olhar mais abrangente para a relação sujeito-trabalho vai além do estudo dos vínculos tradicionalmente explorados entre trabalho e doença. Nessa perspectiva, a análise se expande para a relação trabalho-sofrimento (DEJOURS, 2000, 2007) e para aspectos imateriais, relacionados à vivência subjetiva dos trabalhadores (BOUYER, 2010). A partir de então, o trabalho é pensado como o principal mediador entre a ordem singular e a coletiva, isto é, entre o psíquico e o social (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011; DEJOURS, 2000, 2007), o sofrimento se torna fundamental, inevitável e universal (DEJOURS, 2000, 2007; DEJOURS; ABDOUCHELI,

1993) e o sujeito do trabalho passa a ser o sujeito do sofrimento (SOLDERA, 2016), aquele que vivencia de forma afetiva a situação (FERREIRA, 2013; SOLDERA, 2016).

A afetividade pode ser compreendida como fundamento da subjetividade e da constituição do sujeito. Compreende emoções e sentimentos que não estão exclusivamente no campo do pensar, representa “um estado do corpo”, um modo de experienciar a relação do próprio corpo com o mundo (DEJOURS, 2000; SOLDERA, 2016). É por meio da vivência afetiva do sofrimento que se torna possível compreender verdadeiramente o mundo do trabalho e a relação do sujeito com o seu trabalhar (SOLDERA, 2016; SZNELWAR, 2007). Cabe salientar que há nessa perspectiva uma preocupação em não restringir a análise do sofrimento à ordem individual. Ao invés disso, essa análise deverá considerar tanto sua parcela socialmente produzida quanto a forma como essa fração social do sofrimento reverberará na subjetividade ou na vida psíquica dos sujeitos (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011). O funcionamento psíquico do sujeito sofre influência dos demais trabalhadores e da organização, os quais interferem em questões como sentidos do trabalho e sentimentos, enquanto as condições de trabalho estabelecem relações principalmente com o corpo (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993). Conhecer a organização do trabalho, em todas as suas dimensões (prescrita, afetiva, intersubjetiva, política e ética), torna-se imprescindível para se compreender as vivências (prazer e sofrimento), os processos de subjetivação e as relações entre os estados de saúde e de adoecimento (MENDES; ARAÚJO, 2012e).

A organização do trabalho precisa responder aos anseios e necessidades dos trabalhadores, garantindo-lhes a possibilidade de “renormalizar” seu corpo de conhecimentos e de prescrições⁹ (SCHWARTZ, 2008, 2011a). A impossibilidade de os sujeitos agirem em suas atividades de trabalho, de exercerem sua iniciativa, pode ser caracterizada como uma inatividade (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011; CLOT, 2011), como uma neutralização da atividade humana e mecanização da vida¹⁰ (SCHWARTZ, 2008), na medida em que dissocia os sujeitos de seu próprio ato no trabalho (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011).

Uma organização do trabalho que desconsidera os anseios de seus trabalhadores, pode levar ao *sofrimento ético*. Esse tipo de sofrimento está relacionado a certos arranjos que os trabalhadores realizam, com intuito de se adequarem às exigências organizacionais. A origem

⁹ Na perspectiva da ergologia, toda atividade de trabalho é sempre um debate de normas, isto é, um diálogo entre as normas antecedentes (parcialmente ilustradas pela prescrição) e as que poderão surgir, como fruto das renormalizações (SCHWARTZ, 2008, 2010).

¹⁰ Situação em que os atos de trabalho são equivalentes a um protocolo experimental, isto é, na qual todas as ações realizadas no trabalho seriam pensadas e previamente padronizadas por pessoas externas à atividade de trabalho. Nesse contexto, os trabalhadores passam de atores (como aqueles que agem) à executores (SCHWARTZ, 2010).

desse sofrimento está no fato de os próprios trabalhadores condenarem moralmente as adaptações que adotaram; ou seja, quando não são mais capazes de trabalhar segundo seus próprios valores. São exemplos de ações que podem levar a esse tipo de sofrimento: tratar indignamente um colega de trabalho; adotar um comportamento que será benéfico a si próprio, mas que se tornará fonte de sofrimento para outros trabalhadores; ser demasiadamente competitivo; sonegar informações; fraudar processos democráticos etc. (DEJOURS, 2000; SOBOLL, 2007).

Muitas vezes, o sofrimento ético guarda estreitas relações com um quadro organizacional marcado pela degradação das relações profissionais e por situações de exploração e vulnerabilidade. Nesse cenário, o medo do desemprego está sempre presente e, conseqüentemente, muitos trabalhadores sentem a necessidade de se manterem “empregáveis” a qualquer preço. Fragilizados pelo sentimento de constante insegurança, identidades profissionais coletivas perdem força e se fortalecem as individualidades, que tornam os indivíduos cada vez mais isolados e fragilizados socialmente (MEDINA, 2018). Diante desse contexto, muitos trabalhadores se veem forçados a renunciarem a seus valores éticos.

Como o trabalho é “essencialmente ambivalente” (DEJOURS, 2000, p. 97), pode ser fonte de tristezas, alienação, doenças mentais e de autorrealização, construção da saúde, prazer (DEJOURS, 2000, 2004, 2007, 2012b; MENDES; ARAÚJO, 2012e). Neste segundo caso, mostra-se crucial para a constituição do sujeito, modificando sua subjetividade, construindo e reconstruindo sentidos e identidades (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; GONÇALVES; CAMAROTTO, 2015; SOBOLL, 2007). Ao superar as dificuldades do trabalho e o sofrimento, o sujeito “transforma-se a si mesmo” (DEJOURS, 2007, p. 18), tornando-se mais inteligente, hábil e competente. Desse modo, o trabalho não se restringe à institucionalização econômica, às relações remuneradas, isto é, ao emprego (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011; SCHWARTZ, 2011b); e o trabalhar não diz respeito somente à produção de algo (DEJOURS, 2004, 2012b). Trabalhar é, também, fazer a experiência com o sofrimento e, de modo conseqüente e inevitável, transformar o eu¹¹ (DEJOURS, 2004, 2007; MENDES; ARAÚJO, 2012e). Isso posto, assume-se que o trabalho, enquanto atividade material e simbólica, é central para a constituição dos laços sociais e da vida subjetiva (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011) e que o trabalhar

¹¹ Essa discussão põe em xeque o entendimento que o trabalho pode ser avaliado de forma objetiva e quantitativa, visto que não é mensurável. A parcela do trabalho que pode ser quantificada é o seu resultado, ou seja, a produção. No entanto, o resultado não corresponde ao próprio trabalho. Não há relação de proporcionalidade entre o trabalho propriamente dito e os seus resultados (DEJOURS, 2004, 2007).

representa uma possibilidade para o sujeito completar-se a si mesmo (MENDES; ARAÚJO, 2012e), por meio de ressignificações pessoais e sociais.

1.4. Sofrimento e estratégias defensivas

Durante o processo de sofrimento, os sujeitos desenvolvem estratégias defensivas, empregadas com intuito de neutralizá-lo (DEJOURS, 2000, 2002; MENDES; ARAÚJO, 2012b; SZNELWAR, 2007). Esses mecanismos de defesa são explorados pela organização do trabalho e, em certos casos, tornam-se úteis para a construção de coletivos de trabalho¹² (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; MENDES; ARAÚJO, 2012b).

As estratégias defensivas podem ser individuais ou coletivas, sendo elas concebidas pelos trabalhadores para auxiliá-los no enfrentamento mental do trabalho. De acordo com Dejours e Abdoucheli (1993), distintamente das defesas individuais, as estratégias coletivas de defesa dependem da existência de um consenso ou um acordo compartilhado e, portanto, de condições externas ao sujeito. Atuam como regras que devem ser compartilhadas com o objetivo de lidar com o sofrimento oriundo do trabalho e manter o equilíbrio psíquico (BOUYER, 2010; DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; LANCMAN; UCHIDA, 2003; MEDEIROS; MARTINS; MENDES, 2017; SOLDERA, 2016).

As estratégias coletivas se organizam com base em decisões fundadas em intercompreensões e em relações intersubjetivas¹³ (DEJOURS, 2012a), são formuladas e empregadas coletivamente – colaborando ativamente para a organização e coesão dos coletivos de trabalho – e são notadamente estabelecidas por intermédio das pressões reais do trabalho (DEJOURS, 2000, 2004b). Elas são capazes de constituir um “universo simbólico comum”, organizado segundo um conjunto de crenças, comportamentos e atitudes (MOLINIER, 2013). Esse universo simbólico dissimula aspectos da realidade potencialmente geradores de estados de sofrimento (DANIELLOU, SIMARD; BOISSIÈRES, 2010; MEDEIROS; MARTINS; MENDES, 2017; MOLINIER, 2013), mas não modifica efetivamente a realidade (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; MEDEIROS; MARTINS; MENDES, 2017).

¹² Coletivos de trabalho são constituídos quando os trabalhadores possuem objetivos comuns (responsabilidade de executar um trabalho de qualidade) e parâmetros de eficiência e eficácia concebidos por eles próprios (CAROLY; BARCELLINI, 2016). Coletivos podem possuir diversos formatos e arranjos, mas necessitam ser heterogêneos, para poder enxergar o real de forma mais precisa. Por exemplo, seus membros podem ocupar ou não um mesmo espaço físico, desempenhar ou não as mesmas funções etc. (ARAÚJO et al., 2018; CLOT, 2013; DANIELLOU, SIMARD; BOISSIÈRES, 2010).

¹³ A organização do trabalho está sujeita à ingerência da intersubjetividade e das relações sociais. Assim, a relação com a técnica, por exemplo, será sempre mediada por outras relações – hierárquicas, de solidariedade, de subordinação, de reconhecimento etc. (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993).

Quando dissimulam o sofrimento, as estratégias coletivas de defesa fazem com que os sujeitos, que até então eram exclusivamente passivos e expostos aos riscos, assumam simultaneamente as posições de submissão e de ameaça, de vítimas e de carrascos. Conseqüentemente, aqueles que lutam contra o medo de comprometerem a própria integridade física e moral no trabalho acabam se tornando cúmplices da fonte de temor – a violência. Corroboram com a legitimação do uso da violência como uma possibilidade eficaz de vencer o medo (DEJOURS, 2000). Como exemplo de estratégia coletiva, Dejours (2012a) descreve a banalização do risco, exaltação e negação do perigo e a virilidade, que são muito comuns em atividades da construção civil, indústria química e nuclear, aviação, forças armadas etc.

O acionamento das defesas contra o sofrimento oculta parte significativa da realidade, fonte do sofrimento. Essa dissimulação da realidade pode: limitar a capacidade de agir dos sujeitos; limitar ou impedir o pensamento; distorcer a comunicação, ao barrar pensamentos relacionados ao sofrimento; impactar negativamente na subjetividade; consolidar em um determinado estado a relação subjetiva com a organização do trabalho, gerando resistências à mudança e colaborando para a reprodução da dominação¹⁴ (DANIELLOU, SIMARD; BOISSIÈRES, 2010; DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; DEJOURS, 2012a; MEDEIROS; MARTINS; MENDES, 2017). Ao mesmo tempo, estratégias coletivas de defesa podem funcionar como um sistema de seleção psicológica dos trabalhadores (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993). Desse modo, quando o sujeito se nega a adotar as defesas do grupo (não partilhando determinados hábitos, como o uso de álcool) também sofre conseqüências, uma vez que ficará sujeito a punições¹⁵ pelos pares (DEJOURS, 2000).

Diante das conseqüências da adoção contínua das estratégias coletivas de defesa, percebe-se que submeter o sofrimento a um processo de análise seria mais benéfico aos sujeitos, em razão desse processo ser capaz de produzir novos sentidos – reapropriando o sofrimento e as vivências subjetivas (DEJOURS; JAYET, 1993; NEVES et al., 2018).

¹⁴ Por exemplo, em um cenário de intensa precarização das relações de trabalho surgem as estratégias defensivas do *silêncio*, da *cegueira* e da *surdez*. Essas estratégias de defesa dissimulam a percepção do sofrimento alheio e semeiam o sentimento de que não há nada a ser feito. A lógica de funcionamento desses mecanismos de defesa baseia-se no fato de que notar o sofrimento alheio é mais uma fonte de sofrimento para aquele que o percebe e que o sofrimento percebido (o alheio) prejudicará aquele que o nota a resistir contra seu próprio sofrimento (DEJOURS, 2000). Assim, para resistir ao sofrimento, trabalhadores e gestores se defendem “negando o sofrimento alheio e calando o seu” (DEJOURS, 2000, p. 51).

¹⁵ Como desprezo, insultos, armadilhas, violência e humilhação sexuais (DEJOURS, 2000), perseguições e exclusão dos coletivos (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; DEJOURS, 2000).

1.5. O real do trabalho: invisível e enigmático

Na perspectiva da vida subjetiva no trabalho, o trabalhador não é passivo, ao contrário, é concebido em termos de potencial para criação ou “destruição” do trabalho, a depender de sua relação com ele. O sentido dessa relação perpassa por aspectos objetivos, parte deles concernente à própria organização, e pela subjetividade dos sujeitos. O lugar ocupado pelo trabalhador – reprodutor de tarefas ou agente propositor de soluções, pensamentos e invenções – definirá, em parte, a sustentabilidade produtiva em sua dimensão social. Ocupar o lugar de agente implica um contexto de confiança e cooperação, um “trabalho vivo”, nos termos de Dejours (2012a). Contudo, via de regra, as ações humanas no trabalho, segundo Dejours (2002), são analisadas segundo uma concepção racional, que desconsidera o real do trabalho.

Trabalhar é engajar sua subjetividade num mundo hierarquizado, ordenado e coercitivo, perpassado pela luta para a dominação. Assim o *real do trabalho* não é somente o real da tarefa, isto é, aquilo que, pela experiência do corpo a corpo com a matéria e com os objetos técnicos, se dá a conhecer ao sujeito pela sua resistência a ser dominado. Trabalhar é, também, fazer a experiência da resistência do mundo social; e, mais precisamente, das relações sociais, no que se refere ao desenvolvimento da inteligência e da subjetividade. O *real do trabalho*, não é somente o real do mundo objetivo; ele é, também, o real do mundo social. (DEJOURS, 2004, p. 31 – grifos nossos)

Define-se o real do trabalho a partir da resistência a toda forma de domínio (conhecimento científico, saber, *savoir-fair*) (DEJOURS, 2000, 2002, 2004, 2007), como a fração da realidade que permanece oculta, que não é compreendida pela inteligência (BOUYER, 2010; DEJOURS, 2002). Em atividades reais de trabalho, o real se anuncia aos sujeitos fundamentalmente através da defasagem entre a *organização prescrita* e a *organização real* do trabalho (AREOSA, 2019; BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011; BOUYER, 2010; DEJOURS, 2000, 2004; GERNET; DEJOURS, 2011; GIANNINI et al., 2019; SOBOLL, 2007). Melhor dizendo, concerne à impossibilidade concreta de se executar a tarefa exatamente conforme ela foi prescrita pela organização do trabalho e a necessidade de se rearranjar os objetivos inicialmente programados revelar o real (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011; DEJOURS, 2000, 2002, 2004; GERNET; DEJOURS, 2011; GIANNINI et al., 2019; NUSSHOLD; BAUDIN; CELIO, 2020; SOBOLL, 2007).

É a partir da necessidade de se engajar na gestão da defasagem entre prescrito e real, mobilizando sua inteligência, impulsos afetivos, cognitivos e o seu próprio zelo¹⁶, na tentativa

¹⁶ Compreendido como certo tipo de inteligência no trabalho, mas também como atributo de mobilizar essa inteligência (DEJOURS, 2000, 2002). É constituído por características cognitivas (capacidade de lidar com imprevistos, com questões que ainda não foram assimiladas e rotinizadas) e afetivas – arriscar-se à desobediência, à transgressão, atuar com inteligência, discretamente, e, quando necessário, clandestinamente (DEJOURS, 2000). Como algo que é utilizado pelos trabalhadores para realizar um bom trabalho, seria correspondente, em português, a expressão “brio profissional” (AREOSA, 2019).

de criar caminhos, tornando o prescrito eficaz, que o sujeito faz sua experiência com o real do trabalho (AREOSA, 2019; DEJOURS, 2000, 2004; GIANNINI et al., 2019; NUSSHOLD; BAUDIN; CELIO, 2020). Na perspectiva do real, trabalhar é ir além dos procedimentos e modos operatórios (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011; DEJOURS, 2004, 2007; GIANNINI et al., 2019; SCHWARTZ, 2010; SOBOLL, 2007), é defrontar-se com a própria experiência afetiva e penosa do fracasso procedimental e da técnica (DEJOURS, 2002, 2007).

Na lacuna entre o prescrito e o real sempre haverá imprevistos, incidentes, panes (DEJOURS, 2004, 2007) que oferecerão resistência à tentativa de traduzir o trabalho unicamente por meio de normas e procedimentos instrumentais (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011). Por mais elementos que se tenha descrevendo o trabalho (objeto técnico, quadro de prescrições objetivadas, procedimentos escritos etc.), eles sempre representarão apenas um esboço (SCHWARTZ, 2011b), pois o trabalho nunca poderá ser reduzido à mera execução (DEJOURS, 2012b; GIANNINI et al., 2019; NUSSHOLD; BAUDIN; CELIO, 2020). Mesmo no trabalho exaustivamente enquadrado, com mínima margem de manobra para desenvolvimento de estratégias e modos operatórios pelos sujeitos, sempre haverá variabilidades¹⁷ (GONÇALVES; CAMAROTTO, 2015; SCHWARTZ, 2011b). Além disso, todas as normas, por mais precisas e detalhadas que possam parecer, sempre dão vida aos “furos das normas”. Desse modo, o trabalho sempre comportará uma parte invisível, uma penumbra, que é sua fração essencial e que jamais poderá ser previamente pensada e planejada, pois ela é irreduzivelmente enigmática (DEJOURS, 2004; SCHWARTZ, 2011b).

Trabalhar é, portanto, confrontar-se, fazer a experiência, com o real, no sentido de uma experiência vivida (DEJOURS, 2002, 2007; GERNET; DEJOURS, 2011; GIANNINI et al., 2019; MENDES, ARAÚJO, 2012e). Trabalhar é prover, de forma coordenada, o que não está previsto na organização do trabalho (GERNET; DEJOURS, 2011), dando a si mesmo normas (“renormalizadas”) para se relacionar com a fração não padronizada da situação (SCHWARTZ, 2010). Percebe-se, portanto, que as regras renormalizadas são fruto do próprio real do trabalho (AREOSA, 2019).

Diante da experiência com o real, os processos de trabalho só obtêm êxito a partir do momento que os trabalhadores, no curso da atividade, mobilizam suas inteligências (individuais e coletivas) e as emprestam à organização do trabalho (BOUYER, 2010; DEJOURS, 2000), desvendando, assim, a parcela subjetiva e o caráter vivo do trabalho (GERNET; DEJOURS,

¹⁷ Resultado de instabilidades na produção, da heterogeneidade entre os trabalhadores, das condições materiais, de ações não antecipadas e intrínsecas ao trabalho e de fenômenos em ascensão (GIANNINI et al., 2019).

2011; NUSSHOLD; BAUDIN; CELIO, 2020). Entretanto, o emprego dessas inteligências, em geral, só é viável quando realizado semiclandestinamente, à margem dos procedimentos padronizados, por meio de infrações às normas e regulamentos (BOUYER, 2010; DEJOURS, 2000, 2012b; GERNET; DEJOURS, 2011).

Como um paradoxo inevitável, o real alcança a consciência do sujeito que trabalha, revelando-se, por intermédio de uma experiência afetiva de sofrimento, de impotência e de fracasso. Este é compreendido como um conflito entre a *onipotência*, representada pelos desejos, e a *impotência*, personalizada pelas restrições da realidade, isto é, a cultura, a organização do trabalho e a sociedade (MENDES; ARAÚJO, 2012e). Portanto, em um primeiro momento, o real se evidencia como um sentir, uma experiência passiva, que se impõe à subjetividade (DEJOURS, 2007).

Em um segundo momento, o sofrimento acarreta surpresa, decepção, irritação, depressão etc. A partir de então, ele se converte em exigência psíquica, que precisará ser aliviada, superada (DEJOURS, 2007). Tem-se, assim, um processo de transformação de um sofrimento passivo, doloroso, originado pelo convívio com o real, em “protensão” (DEJOURS, 2007, p. 17) para o mundo, a procura de uma solução (DEJOURS, 2002, 2007). Protensão em busca de situações que posicionem o sujeito “à prova do mundo e à prova de si mesmo” (DEJOURS, 2011, p. 4), em busca de superação do sofrimento através do trabalho, engrandecendo-se e se realizando como sujeito (DEJOURS, 2011).

Desse modo, o trabalho põe a prova a subjetividade, uma vez que ao superar a resistência do real “o sujeito transforma-se a si mesmo”, tornando-se mais competente e hábil em relação a antes de experienciar o real (DEJOURS, 2007). Consequentemente, não faz sentido pensar o trabalho real como algo – coisa ou objeto – separado dos homens e das mulheres que o realizam (GERNET; DEJOURS, 2011). Assim como não faz sentido reduzir a forma como o trabalho é realizado a uma mera sistematização procedimental¹⁸ (ARAÚJO et al., 2018; GERNET; DEJOURS, 2011), dado que o trabalho é uma articulação entre o trabalhar e a mobilização subjetiva necessária para o enfrentamento do real (MENDES; ARAÚJO, 2012d, 2012e).

Não reconhecer a experiência com o real leva à supervalorização do prescrito e, por conseguinte, a compreender o fracasso diante dos procedimentos e da técnica como decorrência da falta de competência, cuidado, seriedade ou preparo dos trabalhadores. A negação do real do

¹⁸ Nesse sentido, questiona-se as próprias tentativas de “racionalização” do trabalho, dado que elas contribuem para ocultar sua dimensão real. Ou seja, os processos de racionalização do trabalho colaboram para apagar as dimensões simbólicas e imaginárias do trabalho, desconstruindo o sentido do trabalho como um confronto do trabalhador consigo mesmo, com a natureza e com a própria sociedade (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011).

trabalho pode despertar nos trabalhadores o medo de serem considerados incompetentes, por supostamente não corresponderem às demandas da organização. Esse receio é uma das fontes de sofrimento no trabalho (SOBOLL, 2007).

Refletindo um pouco mais sobre o plano conceitual do real, há três aspectos que necessitam ser examinados: a relação entre *real* e *conhecimento*, as distinções entre *real* e *realidade* e, por fim, a necessidade de diferenciar a “*realidade da atividade*¹⁹” (DEJOURS, 2002, p. 43) e o *real do trabalho*.

Sobre a relação entre *real* e *conhecimento*, admitindo-se o real como “aquilo sobre o qual a técnica fracassa” (DEJOURS, 2002, p. 40), ou seja, como necessariamente conectado ao fracasso, ele representa um chamado, sempre renovado, à investigação, à descoberta e à ação (DEJOURS, 2002; MENDES; ARAÚJO, 2012e). Assim que as adversidades apresentadas pelo *real* são superadas pelo *conhecimento*, um novo cenário inevitavelmente se inaugura e traz consigo um novo pacote de desafios. Nota-se, assim, que o *real* não se origina do *conhecimento* e que está sempre além do domínio do *conhecimento* e do *savoir-fair* existentes (DEJOURS, 2002), mostrando-se incontornável, implacável e sempre capaz de se renovar nas atividades de trabalho (WISNER, 1994a).

Conceitualmente, também não é factível equiparar *real* e *realidade*. A *realidade* representa um “estado de coisas” (DEJOURS, 2002, p. 41). Como experiência vivida, o *real* também possui uma realidade, ou seja, um estado de coisas. No entanto, o que caracteriza o *real* é, justamente, sua habilidade de escapar à descrição, tornando-se a fração da realidade que resiste à simbolização, um enigma a ser decifrado (DEJOURS, 2002).

Quanto à *atividade real* e ao *real do trabalho*, embora haja diferenças conceituais significativas entre eles, a *atividade real* é definida e compreendida com base em sua relação com o *real do trabalho*. Uma vez que a tarefa, em função do contato com o *real*, jamais poderá ser rigorosamente cumprida, assume-se que a *atividade real* sempre abrangerá uma parte desse revés. Por outro lado, igualmente em razão do seu contato com a resistência do real, a *atividade real* também encerra em seu interior as ações de ajuste nos modos operatórios do trabalhador, em uma tentativa de se adequar aos objetivos da tarefa. Logo, concebe-se a *atividade real* como uma compilação de derrota e de vitória, como uma fusão do revés do real e do sucesso do saber, em um compromisso entre imaginação, inovação e invenção (DEJOURS, 2002).

¹⁹ Expressão também utilizada como *atividade real* e *trabalho real* (AREOSA, 2019; DEJOURS, 2002).

1.6. A inteligência da prática: entre clandestinidade e visibilidade

A noção de atividade subjetivante surge segundo um olhar para a atividade que considera não apenas a atividade real, mas que busca compreender *como* e *o que* é mobilizado pelos trabalhadores durante o processo de enfrentamento do real do trabalho. Em outras palavras, a atividade subjetivante se relaciona à necessidade de entender como os trabalhadores conseguem ir além da mera execução de instruções em suas atividades de trabalho e de analisar quais são as consequências, para eles próprios, de se mobilizarem para além dos atos e modos operatórios (DEJOURS, 2002).

Atividades subjetivantes são reguladas, mas nem sempre são intencionais, uma vez que parte delas escapa da consciência e, conseqüentemente, da simbolização. A não intencionalidade deve-se ao fato de a mobilização da inteligência do corpo e do pensamento, algumas vezes, antecipar-se à simbolização dos atos práticos (DEJOURS, 2002). Esses atos práticos (ou atividade real) não produzem transformações apenas na matéria, mas também no sujeito autor da prática (DEJOURS, 2002, MENDES; ARAÚJO, 2012e). Assim, pode-se pensar a atividade subjetivante como transformações que se dão na subjetividade do sujeito por meio do trabalho. Ou, ainda, como mecanismos que implicam a subjetividade – através da produção psíquica e cultural – e que promovem compensações parciais no revés do real (DEJOURS, 2002).

A inteligência mobilizada pelos sujeitos em situações reais de trabalho é denominada de inteligência da prática, inteligência astuciosa ou *metis*²⁰ (DEJOURS, 2002). Como verdadeira *regra de trabalho*, essa inteligência representa a própria essência do termo ofício, sendo configurada por uma articulação coerente entre macetes, truques e habilidades pontuais. Desempenha a função de efetivos princípios reguladores da ação coletiva e da gestão das adversidades presentes no curso do trabalho (ARAÚJO et al., 2018; DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993).

Considerando que o trabalho não pode ser reduzido às representações mentais, individuais ou sociais, todo o corpo do trabalhador é mobilizado no confronto com o real e o conhecimento que se tem do trabalho é, portanto, também de ordem prática (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011; DEJOURS, 2004). Como uma inteligência do corpo, a inteligência da prática encontra-se enraizada no corpo, nas percepções e na intuição (DEJOURS, 2004; DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; GERNET; DEJOURS, 2011). É precisamente esse enraizamento da inteligência da prática com a vivência corporal do trabalho que permite diferenciá-la do saber-

²⁰ Termo de origem grego, etimologicamente ligado ao núcleo do termo *métier* (DEJOURS, 2002).

fazer prático, dos conhecimentos informais e das experiências vividas (LANCMAN; UCHIDA, 2003).

A inteligência da prática é mobilizada diante da experiência do real, da necessidade de superar o fracasso das prescrições (saberes atuais e da concepção) de transpor os insucessos da organização do trabalho oficial (AREOSA, 2019; DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; DEJOURS, 2002; LANCMAN; UCHIDA, 2003; NUSSHOLD; BAUDIN; CELIO, 2020). Seu exercício necessita de condições específicas de concordância entre o real do trabalho e as singularidades dos sujeitos. Desse modo, para que uma determinada situação seja capaz de ativar a inteligência da prática, é fundamental que o sujeito possa enxergar, a partir de sua história singular, um sentido na tarefa (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993).

A inteligência da prática pode ser caracterizada por: a) ser mobilizada frente a situações inéditas, imprevistos; b) estar especialmente arraigada no engajamento do corpo e no uso da subjetividade; c) buscar poupar esforços e privilegiar o emprego da habilidade, em contraposição à força; d) ser marcada pela astúcia, um tipo de inovação que é adotado para se atingir um objetivo, sendo essencialmente inventiva e criativa (DEJOURS, 2002).

A astúcia, relacionada à inteligência da prática, atua em dois planos, o do real e o do espaço privativo dos sujeitos (a discricção). No plano do real, a astúcia se relaciona à criatividade e à inovação, trazendo o novo ao já estabelecido (rotina ou tradição). Essencialmente baseada na mobilização subjetiva, ela familiariza o corpo do sujeito com a máquina e com o processo de trabalho, desenvolvendo uma “sensibilidade intencional” (DEJOURS, 2002, p. 50), que é capaz de prever eventualidades durante o processo de trabalho. A astúcia também é a responsável pela introdução de transgressões à prescrição (BOUYER, 2010; DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; DEJOURS, 2000, 2002; NUSSHOLD; BAUDIN; CELIO, 2020). Trata-se de um engenhoso “não seguir à risca” o modo operatório prescrito, um quebra-galho ou macete, que exatamente por permitir um distanciar-se da norma – sem, no entanto, renunciar a seus princípios – possibilita aos sujeitos cumprirem, de forma mais eficaz, os objetivos propostos pela organização do trabalho (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; DEJOURS, 2000, 2002).

Nesse cenário, há um paradoxo: a atividade, em qualquer situação de trabalho, subentende uma jornada não amparada pela tradição e pela norma (DEJOURS, 2002). Macetes, por serem reinventados a cada vez, não podem ser prescritos (BOUYER, 2010; DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; GERNET; DEJOURS, 2011); envolvem um agir que vai além das normas, que se situa no real do trabalho (BOUYER, 2010), e que permanece, desse modo,

sempre como transgressão e como uma iniciativa a cada ato (BOUYER, 2010; DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993). A tradição, por sua vez, é representada pela parcela “intersubjetiva, social ou cultural da construção de uma conduta técnica” (DEJOURS, 2002, p. 36). Todo ato, para se tornar consciente (perceptivo e simbolizado), deve estar situado em uma relação com a tradição, que cumpre a função de sedimentar as rotinas práticas. Dessa forma, a tradição desempenha um importante papel nas dinâmicas do julgamento da eficácia e do reconhecimento (DEJOURS, 2002).

Entretanto, o trabalho não se realiza apenas na dimensão da tradição, inclui a dimensão transgressora. Arriscar-se em uma ação não respaldada pela tradição e pelas normas cobra dos trabalhadores certa discrição para que suas ações estejam protegidas dos olhares dos outros, mantidas em *segredo* (BOUYER, 2010; DEJOURS, 2002, 2004). Logo, como transgressão, a astúcia age também no espaço psíquico do sujeito (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; DEJOURS, 2002, 2004). Adotar a estratégia do segredo resulta, simultaneamente, em vantagens e desvantagens. Governar secretamente os macetes traz como benefícios maior grau de autonomia, em relação à organização do trabalho, e mais poder²¹, quanto aos próprios colegas de trabalho (DEJOURS, 2002).

Entretanto, a manutenção dos segredos pelos sujeitos tem seus custos. Na perspectiva da organização do trabalho, segredos, na maior parte dos casos, representam contravenções (irregularidades), que podem levar a um aumento dos casos de indisciplina e a problemas de segurança. Para a organização, seu uso deve ser desencorajado e até mesmo punido (DEJOURS, 2002, 2004), pois ela, de modo geral, concebe que o trabalhador com valor é aquele que aceita e reproduz os discursos dos gestores, que adere às regras e cumpre os objetivos, em suma, é o trabalhador caracterizado como obediente (SOBOLL, 2007). Para que o uso da inteligência astuciosa não seja objeto de punição, a hierarquia precisaria reconhecer a defasagem entre organização prescrita e a organização real do trabalho. Além disso, os gestores também devem concordar com o direito dos trabalhadores de investir nesse campo, rompendo, assim, com a cisão entre concepção e execução (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993).

Como passíveis de punição, macetes encerram os trabalhadores na solidão e na dissimulação (BOUYER, 2010; DEJOURS, 2002). Além disso, ao adotá-los, os trabalhadores assumem sozinhos as responsabilidades pela transgressão às regras e por possíveis problemas de qualidade, bem como os riscos à segurança e ao surgimento de anomalias nos processos de

²¹ Representado, por exemplo, pela possibilidade de se proteger de forma mais eficaz da fadiga, de obter maiores ganhos de produtividade e de remuneração etc. (DEJOURS, 2002).

trabalho. (DEJOURS, 2002). Logo, a adesão aos macetes vem acompanhada dos sentimentos de medo, ansiedade e angústia. Essa situação é patogênica e pode levar os trabalhadores a problemas psíquicos (BOUYER, 2010).

Ainda mais penoso e angustiante para os trabalhadores do que manter seus macetes em segredo perante a organização do trabalho é mantê-los diante de seus colegas e dos coletivos de trabalho. Nesse caso, o ponto crítico é a possibilidade de a inteligência astuciosa levar ao surgimento de divergências entre os modos operatórios dos coletivos, reproduzindo e perpetuando a lógica do cada um por si e, conseqüentemente, colocando em risco a própria manutenção da tradição (DEJOURS, 2002).

Uma possibilidade viável para se minimizar as conseqüências da manutenção dos segredos é investir na publicidade dos achados da inteligência astuciosa. Quando macetes e outros segredos são compartilhados entre os trabalhadores, em uma dinâmica de *validação social* capaz de torná-los eficazes socialmente, também são partilhados as responsabilidades e os riscos de seu uso (DEJOURS, 2002; DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993). Além disso, em situações de visibilidade da inteligência astuciosa, a organização do trabalho e os trabalhadores podem constituir espaços públicos de debate permanente entre gestores e trabalhadores (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; GERNET; DEJOURS, 2011). Por outro lado, quando os achados da inteligência astuciosa são mantidos em segredo, ficam impedidos de receberem o julgamento do outro, de se inscreverem na tradição e, conseqüentemente, de serem reconhecidos como rotina prática útil (DEJOURS, 2002). A oportunidade de o sujeito contribuir com a própria profissão é crucial para a construção de sua identidade, para a realização de si e para a evolução do processo de constituição de sua saúde (SZNELWAR; UCHIDA; LANCMAN, 2011).

Quando os macetes são mantidos em segredo, o sujeito torna-se clandestino no real do trabalho (BOUYER, 2010; GERNET; DEJOURS, 2011). Como o sujeito deseja reconhecer e ser reconhecido no seu coletivo de trabalho (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011), essa situação se torna nociva, pois ninguém comenta e/ou reconhece o que foi realizado no trabalho real. Isto é, as ações do real ficam invisíveis (BOUYER, 2010; GERNET; DEJOURS, 2011), o trabalho perde significado e passa a representar o puro domínio das regras estabelecidas (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011). Assim, restam aos sujeitos apenas o sofrimento (BOUYER, 2010; GERNET; DEJOURS, 2011).

Nesse caso, há também desestruturação e perda de sentido do coletivo (BOUYER, 2010; GERNET; DEJOURS, 2011) que ao se fechar para o debate, o compartilhamento de vivências

e as deliberações coletivas, passa a operar como uma mera somatória de individualidades isoladas. Desse modo, os coletivos perdem sua capacidade protetora da subjetividade – manifesta pela sua faculdade de construir e reconstruir normas e regras de ação, de gerenciar conflitos provenientes das intersubjetividades e de contribuir na construção de sentidos para o trabalho (ARAÚJO et al.; 2018) – e se transformam em espaços em que as subjetividades são vivenciadas isoladamente (BOUYER, 2010) e a comunicação²² se torna fundamentalmente distorcida (GERNET; DEJOURS, 2011). Consequentemente, até as possibilidades de elaboração das estratégias coletivas de defesa são prejudicadas (BOUYER, 2010). Além do mais, a impossibilidade de o outro reconhecer a atuação da inteligência astuciosa como útil faz com que as competências, saberes, habilidades deixem de ser reconhecidos (DEJOURS, 2002). Nota-se, assim, a relevância do julgamento do outro para a composição da tradição e para o reconhecimento (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; DEJOURS, 2002).

Percebe-se que toda a engenhosidade envolvida na ação do trabalhador se situa em um cenário marcado pela contradição entre a necessidade de discrição e de publicidade, isto é, por um contexto que prescinde da segurança do segredo e, ao mesmo tempo, da inserção dos achados na tradição, via sua exposição (DEJOURS, 2002). O antagonismo da engenhosidade se dá, então, pelo receio da punição – por experienciar a intuição criativa – e pelo risco de ser considerado indiferente e ineficaz diante dos desafios do real. Essa situação é a razão de inúmeras adversidades no ambiente de trabalho, como desentendimentos, sonegação de informações, isolamento do trabalhador sobre si mesmo e de um coletivo em relação ao outro, desconfiança e conflitos entre equipes (DEJOURS; JAYET, 1993).

Quando a opção é dar visibilidade aos macetes, percebe-se, todavia, que não é um processo simples, uma vez que atos ligados à engenhosidade não são, muitas vezes, acessíveis ao olhar do outro (DEJOURS, 2002). Os próprios sujeitos da engenhosidade podem não reconhecer conscientemente seus achados, em função dessas descobertas estarem enraizadas em sua subjetividade, escapando, assim, à objetivação (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; DEJOURS, 2002, 2004; NUSSHOLD; BAUDIN; CELIO, 2020). Paralelamente, as condições intersubjetivas e sociais que permeiam esses processos interferem na publicidade dos artifícios da engenhosidade (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; DEJOURS, 2002).

²² A fluidez da comunicação é importante no trabalho, pois é a partir da fala comum, partilhada (MENDES; ARAÚJO, 2012a), o “falar com” e não apenas “às pessoas” (SCHWARTZ, 2011a), que os sujeitos se engajam na ação. Além disso, quando os discursos não apresentam significado, privam os sujeitos do conhecimento, gerando desconfiança, desinteresse e descomprometimento (MENDES; ARAÚJO, 2012a).

Além disso, os próprios saberes utilizados em atividades concretas não são perfeitamente identificáveis, visto que não pertencem, integralmente, ao campo das disciplinas acadêmicas tradicionais (DI RUZZA; LACOMBLEZ, 2018). Dessa maneira, o paradoxo que se observa entre inteligência e consciência indica que elas não caminham necessariamente juntas e que tampouco possuem o mesmo ritmo (DEJOURS, 2004; DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993).

A visibilidade torna-se condição para se alcançar uma mudança no status da engenhosidade, de subjetivo para objetivo, por meio da objetivação de suas descobertas. A forma mais comum de proporcionar visibilidade à engenhosidade seria o “retorno da experiência”, o que exige uma experiência ativa e voluntária de tornar o ato inteligível ao outro (DEJOURS, 2002). No entanto, muitas vezes, condições adversas, como a competição entre os trabalhadores, incentivada pela gestão por metas e avaliações de desempenho individuais, comprometem as ações intencionais e voluntárias (DEJOURS, 2002).

Em contrapartida, a confiança é condição essencial para o desenvolvimento da visibilidade. Confiança pode ser definida como o respeito, no decorrer do tempo, entre uma palavra dada (compromisso) e o comportamento que a sucede (DEJOURS, 2002). Como relação psicológica e afetiva (DEJOURS; JAYET, 1993), a confiança é essencial para a formação dos coletivos, para o fortalecimento das relações sociais no seu interior (ARAÚJO et al.; 2018; DEJOURS, 2002) e para a promoção da cooperação (CAMAROTTO; NARIMOTO; COSTA ALVES, 2019; GIANNINI et al., 2019). Para efetiva estruturação da confiança, deve haver entre os trabalhadores *transparência, compartilhamento de experiências e crença na palavra dos colegas* (DEJOURS; JAYET, 1993).

Considerando-se o ambiente de trabalho, os coletivos e as relações intersubjetivas, a confiança se direciona fundamentalmente para o compromisso de isonomia e de imparcialidade dos julgamentos emitidos pelo outro (DEJOURS, 2002). Assim, ela vigora como uma espécie de pré-requisito para se iniciar o debate a respeito das ações fora das normas (DEJOURS; JAYET, 1993). Cumpre, ainda, papel fundamental na manutenção das condições para se explicitar acordos tácitos e para se confrontar opiniões, a fim de criar segurança para que os sujeitos possam reconhecer e assumir suas fraquezas e limitações (MENDES; ARAÚJO, 2012a, 2012e).

1.7. Cooperação: dinâmica intercompreensiva e integradora de talentos

Ainda que a experiência com o real seja um processo subjetivo e individual, o trabalho não consiste em uma ação singular entre sujeito e tarefa, decorrente da sobreposição de inteligências e experiências individuais (DEJOURS, 2004, 2007, 2012b; GIANNINI et al., 2019). Como assinalado, na experiência com o real, o trabalho extrapola a atividade e abrange as dimensões cultural e social (MENDES, ARAÚJO, 2012e). Assim, compreende-se o trabalho como uma relação com o outro, social e coletiva, visto que sempre se efetiva por meio do envolvimento do trabalhador com aquele para quem se trabalha, o empregador, o superior direto, subordinados ou um cliente (ARAÚJO et al., 2018; DEJOURS, 2004, 2007, 2012b; GIANNINI et al., 2019). À vista disso, toma-se o trabalhar como um viver junto, compartilhando sofrimentos, defesas e atos, coordenando inteligências e mobilizando subjetividades (DEJOURS, 2012b; GIANNINI et al., 2019, MENDES, ARAÚJO, 2012e).

O trabalhador nunca está só, nem mesmo nas atividades em que ele se encontra fisicamente isolado em seu posto de trabalho. No aparente isolamento dos sujeitos em suas atividades, eles estão, na verdade, impedidos de dialogarem com os *interlocutores reais* que não estão presentes fisicamente no local de trabalho, mas que se fazem sentir por meio da tradição. Além disso, o sujeito não é apenas um trabalhador, mas um agente inserido em um sistema de atividades pessoais, um sujeito que sempre traz consigo pré-ocupações – família, amigos, subordinados hierarquicamente etc. (SANTOS, 2006).

Muitas vezes, a convivência no trabalho traz consigo a necessidade de renunciar a parcelas das potencialidades individuais em benefício do fortalecimento do coletivo (ARAÚJO et al., 2018; DEJOURS, 2004, 2012b; GIANNINI et al., 2019).

De modo mais específico, a razão para a renúncia de parte do potencial subjetivo dos sujeitos é o favorecimento da cooperação entre os trabalhadores²³. É na dinâmica de superação da lacuna entre as prescrições e a realidade que os processos de cooperação ganham vida (DEJOURS, 2012b; GIANNINI et al., 2019). Em essência, a cooperação, espécie de “organização efetiva dos trabalhadores” (DEJOURS, 2004, 2012b), se dá como uma reação ao processo de distribuição de tarefas entre os trabalhadores pela organização do trabalho. Melhor dizendo, na relação entre coordenação e cooperação, os trabalhadores contrapõem-se à organização prescrita por intermédio de sua organização efetiva (DEJOURS, 2004, 2012b;

²³ Quando a cooperação transcorre entre os trabalhadores, trata-se da cooperação horizontal. Quando ela ocorre entre a hierarquia (compromissos estabelecidos se dão entre subordinados e superiores), é denominada de cooperação vertical (ARAÚJO et al., 2018; DEJOURS, 2007, 2012b).

GIANNINI et al., 2019), criando laços estáveis, intercompreensivos e interdependentes entre si, com a finalidade de efetuar uma obra comum (ARAÚJO et al., 2018; DEJOURS, 2012b; GUERIN et al., 2001). Como a cooperação advém da própria organização dos trabalhadores, não faz sentido pensá-la como algo que possa ser prescrito pela organização do trabalho (ARAÚJO et al., 2018; GIANNINI et al., 2019).

Embora a cooperação seja fruto da organização efetiva dos trabalhadores, normalmente incentivada por desejos de gratificação e reconhecimento, cabe ressaltar que o sentimento de medo e a percepção de estar sob ameaça também podem instituí-la. Contudo, a cooperação motivada pelo medo representa maior risco à saúde mental dos sujeitos que cooperam (ARAÚJO et al., 2018; DEJOURS, 2012b).

A cooperação é um processo de difícil construção (ARAÚJO et al., 2018; DEJOURS, 2004, 2007). De alguma maneira, ela é sempre precária (DEJOURS, 2007) e está diretamente relacionada aos coletivos de trabalho. Essa conexão com os coletivos se dá em dois sentidos, a cooperação é um requisito para a consolidação dos coletivos (ARAÚJO et al., 2018) e, ao mesmo tempo, ela só se efetiva em coletivos coesos, nos quais os sujeitos trabalhem, de fato, juntos (GIANNINI et al., 2019) e estejam comprometidos com o funcionamento do próprio coletivo (DEJOURS, 2007).

Trabalhar junto implica que todos estejam dispostos a viver uma mesma história e comprometidos em compartilhar a maneira como trabalham, partilhando experiências, inteligências, habilidades e saber fazer, mas também dúvidas, receios, inexperiências etc. (ARAÚJO et al., 2018; CLOT, 2001, 2013; DEJOURS, 2004; GIANNINI et al., 2019). Portanto, cooperação também se relaciona à construção, estabilização, adaptação, transmissão e ao respeito às regras/maneiras de se trabalhar (DEJOURS, 2004, 2007), considerando-se tanto as regulações das relações internas dos coletivos quanto as com o meio externo (ARAÚJO et al., 2018; DEJOURS, 2012b). A dinâmica de construção, adaptação e transformação das regras de trabalho é, aliás, o próprio cerne da cooperação (DEJOURS, 2007). Essa dinâmica decorre, em especial, da mobilização da experiência e da inteligência astuciosa dos trabalhadores, das relações de confiança, da intercompreensão e do confronto de opiniões no interior dos coletivos (AREOSA, 2019; ARAÚJO et al., 2018; DEJOURS, 2012b).

Da relação entre cooperação, regras de trabalho e coletivos, percebe-se que estes são beneficiados pelo processo de construção e consolidação das regras de trabalho, dado que se tornam mais coesos e fortalecidos diante das ameaças externas (mudanças tecnológicas e organizacionais). Como consequência desse vínculo benéfico, altera-se a própria concepção dos

coletivos: de meros agrupamentos ou equipes a coletividades arquitetadas por meio das regras de ofício (ARAÚJO et al., 2018).

Coletivos coesos se tornam mais eficientes ao minimizarem as consequências de falhas nos processos produtivos que possam ser relacionadas ao “fator humano” (DEJOURS, 2002). Sua eficiência advém do fato de a cooperação possibilitar a configuração de “um todo irreduzível à soma das partes”, ou seja, o desempenho de coletivos que cooperam é superior e suplementar à somatória dos desempenhos individuais. Essa superioridade permite que possíveis falhas humanas individuais sejam assumidas, abertamente debatidas e absorvidas. Nota-se, entretanto, que os benefícios da cooperação não devem ser idealizados, traduzidos como sinônimo de perfeição, dado que até mesmo os sujeitos que cooperam erram. Os benefícios da cooperação são resultado de uma maior integração e articulação dos talentos de cada sujeito, de um processo de harmonização das qualidades e, conseqüentemente, de uma maior eficiência na neutralização das falhas (ARAÚJO et al., 2018).

Espaços de cooperação articulam numerosos acordos coletivos, que permitem delinear as regras de trabalho. Quando essas regras se estabilizam, alcançam condição de serem transmitidas entre gerações de trabalhadores, transformando-se, assim, em regras de ofício. Para que esse processo ocorra, é necessário garantir a constituição de espaços públicos estruturados, nos quais debates coletivos, relações de trocas e deliberações possam ser efetivos. A partir do momento que todas as formas de trabalhar obtiveram visibilidade no e pelo coletivo, inicia-se um processo coordenado de comparação e discussão; em seguida, o coletivo escolherá as que considerar mais convenientes, justas ou legítimas para serem postas em prática (DEJOURS, 2004; ARAÚJO et al., 2018; GIANNINI et al., 2019).

A composição e manutenção desses espaços coletivos está atrelada a uma perspectiva mais flexível dos gestores, dado que na dinâmica desses ambientes os trabalhadores também deverão possuir poder decisório e regulatório (ARAÚJO et al., 2018).

A cooperação na construção e adaptação das regras de trabalho cobra que os sujeitos se arrisquem, mobilizando sua personalidade no debate coletivo. Essa condição os expõe às críticas dos demais membros do coletivo (ARAÚJO et al., 2018; DEJOURS, 2007). Possibilita, ainda, que outros trabalhadores se apropriem do seu saber fazer ou mesmo que utilizem as informações compartilhadas para lesá-los, tornando público, por exemplo, os segredos de sua atuação (ARAÚJO et al., 2018). Por esse motivo, esse é um processo dispendioso e que pode ser uma fonte de sofrimento para os sujeitos (ARAÚJO et al., 2018; DEJOURS, 2007). Por outro lado, os acordos coletivos firmados apoiam e legitimam as ações individuais que, assim,

perderão a condição de arbitrárias e passarão a compor o repertório das maneiras de se trabalhar e se apoiar mutuamente (GIANNINI et al., 2019).

Como síntese, pode-se dizer que visibilidade, confiança, respeito, debate coletivo de opiniões e possibilidade de os trabalhadores deliberarem e realizarem as arbitragens das controvérsias que surjam são condições essenciais para que a cooperação se efetive (ARAÚJO et al., 2018; DEJOURS, 2012b). Nota-se, ainda, que esses aspectos não podem ser considerados isoladamente, pois são interdependentes. Assim, para que os trabalhadores se sintam seguros em dar visibilidade ao seu trabalho é necessário que confiem uns nos outros (pares ou superiores hierárquicos). Ademais, como já dito, debater as distintas formas de trabalhar possibilita a busca pelo consenso e a arbitragem, fortalecendo, conseqüentemente, os laços de cooperação (ARAÚJO et al., 2018).

1.8. Reconhecimento e sentido: entre angústias, decepções, prazer e dignidade

Como dito anteriormente, o trabalho possui um caráter essencialmente ambivalente, em relação aos seus efeitos para os trabalhadores. A subversão da lógica produtora de relações sociais de trabalho baseadas na alienação e nas doenças mentais poderá ocorrer através da psicodinâmica do reconhecimento (DEJOURS, 2000, 2002).

Na perspectiva dessa psicodinâmica, é em função do binômio *contribuição/retribuição* que os sujeitos mobilizam sua subjetividade para cooperar e que assumem os riscos e as responsabilidades pelo uso da inteligência da prática na realização de suas atividades. Ou seja, os sujeitos esperam ser retribuídos em troca de suas contribuições com a organização do trabalho. Essa retribuição pode ser material (salário, gratificações) ou simbólica (*reconhecimento*). Dentre essas possibilidades de retribuição, o reconhecimento é a mais valiosa, pois é fundamental para a construção da identidade (AREOSA, 2019; DEJOURS, 2007; HELOANI; LANCMAN, 2004, SZNELWAR; UCHIDA, 2004) e para o processo de mobilização subjetiva da inteligência e da personalidade no trabalho (DANIELLOU; SIMARD; BOISSIÈRES, 2010; DEJOURS, 2000; HELOANI; LANCMAN, 2004).

Como o reconhecimento se origina a partir de julgamentos do outro e estes, por sua vez, relacionam-se ao modo como o sujeito, objetivamente, conduz sua relação com o real do trabalho, tanto o reconhecimento quanto os julgamentos são sempre relativos ao trabalho, ao fazer, e não às pessoas. Assim, o reconhecimento da identidade do sujeito no campo social não é direto, mas mediado pelo trabalho (AREOSA, 2019; BOYER, 2010; DEJOURS, 1999, 2000, 2002, 2004; GERNET; DEJOURS, 2011). A partir do referencial da Clínica da Atividade,

Bendassolli e Soboll (2011), destacam, na discussão do reconhecimento, a propriedade de o sujeito reconhecer-se em sua atividade, por meio de forças sócio-históricas e gêneros discursivos.

Ao passo que os sujeitos são reconhecidos e se reconhecem pelo trabalho que realizam, esse reconhecimento contribui significativamente para a construção do sentido do trabalho. Quando o trabalho executado não é reconhecido, o sofrimento estabelecido pelo confronto com o real é vivenciado apenas como dor/sofrimento. A experiência de se relacionar com o trabalho unicamente como fonte de sofrimento pode levar à desestabilização da identidade e da personalidade dos sujeitos. Por outro lado, quando há reconhecimento da qualidade do trabalho, da mobilização da engenhosidade e da cooperação como contribuições importantes para superar os desafios do real, o sofrimento adquire sentido, é ressignificado. Nesse caso, o sofrimento é convertido, de desânimo, angústias e decepções, em prazer e dignidade. Além disso, abre-se a possibilidade para que os sujeitos se transformem e se reconheçam em si mesmos (AREOSA, 2019; BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011; DEJOURS, 2000; GERNET; DEJOURS, 2011; SOLDERA, 2016).

O sentido do trabalho pode ser pensado a partir da confrontação entre os objetivos da ação (determinados pela organização do trabalho) e o que é realmente considerado importante para os trabalhadores (configurado por objetivos pessoais, materiais e imateriais). Trata-se de uma relação de valor instaurada entre a ação realizada e os outros possíveis; uma relação que pondera o quanto as ações e os conhecimentos gerados se harmonizam. A atividade será esvaziada de sentido quando os objetivos da ação e dos sujeitos estiverem desvinculados ou, ainda, quando os objetivos pessoais se encontrarem silenciados. Nesse caso, os sujeitos não se reconhecerão na ação e mesmo as metas cumpridas serão desinvestidas de sentido (CLOT, 2006, 2010).

Quando o reconhecimento se dá em relação ao olhar do outro, ele pode ocorrer em duas perspectivas, a da *hierarquia* e a dos *pares*. O reconhecimento da *hierarquia* tem como referência a utilidade (perspectiva econômica, social ou técnica), enquanto o dos *pares* (trabalhadores que conheçam profundamente o trabalho realizado²⁴) se baseia nas noções de habilidade, inteligência, talento, originalidade e beleza (AREOSA, 2019; DEJOURS, 2008, 2012b; GIANNINI et al., 2019; MENDES; ARAÚJO, 2012a; MOLINIER, 2013).

²⁴ Para Dejours e Abdoucheli (1993), apenas os pares podem avaliar integralmente a qualidade das inovações técnicas.

Por ser um julgamento proferido pelos próprios trabalhadores e partir de uma análise baseada no real do trabalho (considerando o saber fazer e a inteligência da prática), o reconhecimento pelos pares é o mais valioso, visto que ele transcende os mecanismos de avaliação dos resultados do trabalho (DEJOURS, 2008). No entanto, quanto mais equilíbrio e uniformidade houver entre os julgamentos da *hierarquia* e os dos *pares* mais efetiva será a dinâmica do reconhecimento (GIANNINI et al., 2019; MOLINIER, 2013). Nas situações em que o reconhecimento opera efetivamente, como uma vivência de respeito ancorada nas vivências afetivas (MENDES; ARAÚJO, 2012a) e ocorrendo em ambientes favoráveis à cooperação (BOYER, 2010; GIANNINI et al., 2019), os achados da inteligência astuciosa ganham condições de se consolidarem e de serem retomados pelo coletivo dos trabalhadores (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993).

É através dessa dinâmica que as regras de ofício ganham forma e passam a ser transmitidas. Ao mesmo tempo, são essas regras que possibilitam e alimentam os julgamentos de *validação* e de *reconhecimento* pelos coletivos (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993). Tem-se, assim, que o reconhecimento pode se dar à vista da qualidade da atividade de trabalho e das contribuições do sujeito à eficácia da própria organização do trabalho, em outros termos, do engajamento da subjetividade e da inteligência (DEJOURS, 2002).

Desse modo, o julgamento e o reconhecimento do outro (pares e hierarquia) interferem nas expectativas de realização do sujeito, trazendo implicações para a construção da identidade, daquilo que torna um sujeito singular, sem igual (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; DEJOURS, 2000, 2002; GERNET; DEJOURS, 2011, GIANNINI et al., 2019; SOBOLL, 2007). Logo, nota-se que a dinâmica do reconhecimento interfere de forma decisiva na realização do sujeito no campo social. Os sujeitos que, através do olhar do outro, alcançam a consolidação de suas identidades no campo social tornam-se capazes, por exemplo, de se manterem distantes de doenças mentais e somáticas (GERNET; DEJOURS, 2011). Além disso, o longo percurso trilhado até o reconhecimento (superar os desafios e o sofrimento do real do trabalho, conceber novas soluções para os problemas, alcançar o reconhecimento da utilidade e da qualidade da atividade/solução) também é fonte de prazer (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011; MENDES; ARAÚJO, 2012a), de retribuição moral e de incentivo para que os sujeitos se mantenham em movimento, confrontando-se com o real (MENDES; ARAÚJO, 2012a, 2012c).

Sintetizando a complexa dinâmica que se estabelece entre julgamento, reconhecimento, regras de ofício, construção das identidades e sentido do trabalho, depreende-se que: a) a psicodinâmica do reconhecimento tem efeitos na relação entre engenhosidade, segredo e

visibilidade dos achados da inteligência da prática (DEJOURS, 2002); b) trabalhar também é cooperar para o funcionamento das dinâmicas sociais e intersubjetivas, fundamentais para a dinâmica do reconhecimento (DEJOURS, 2002); c) a qualidade e a continuidade da cooperação dependem do reconhecimento (DEJOURS, 2007); d) reconhecimento é fundamental para a constituição da identidade dos sujeitos (AREOSA, 2019; BOYER, 2010; DEJOURS, 1999, 2000, 2002; GERNET; DEJOURS, 2011) e para construção do sentido do trabalho (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011; DEJOURS, 2000; GERNET; DEJOURS, 2011; SOLDERA, 2016).

2. GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA NA AGRICULTURA ECOLÓGICA FAMILIAR

No presente capítulo, serão abordadas considerações teóricas relativas ao campo de investigação desta pesquisa. Dessa forma, serão apresentadas algumas concepções sobre a agroecologia, os princípios constitutivos e as principais características da agricultura ecológica e da agricultura familiar, os modelos de produção existentes e um panorama da agricultura ecológica no Brasil. Por fim, considerando-se os manejos ecológicos de produção agrícola, discute-se as questões centrais relacionadas às dinâmicas da garantia da qualidade orgânica.

2.1. Agroecologia, modelos ecológicos de agricultura e agricultura familiar no Brasil

2.1.1. Agroecologia: concepções teóricas

A partir dos anos 1990, no Brasil, o modelo de produção agrícola caracterizado, sumariamente, pelo uso intensivo de tecnologia, de altos níveis de especialização e pela busca constante de ganhos de produtividade e de racionalidade produtiva passa a ser questionado de forma mais categórica por parte da sociedade, sobretudo acerca de seus impactos ambientais, tais como os elevados índices observados de degradação do solo, da água e dos ecossistemas. Diante do relativo desgaste desse sistema de produção agrícola, que nesta pesquisa será denominado de agricultura ou modelo convencional, ganham visibilidade modelos pertencentes ao campo da agroecologia. Esses modelos, denominados de alternativos ou ecológicos, ambicionam minimizar os impactos da produção sobre os ecossistemas, por intermédio da construção de vínculos estreitos entre os aspectos técnicos, socioculturais e ecológicos.

Embora a agroecologia seja um termo frequente na literatura, tanto suas concepções teóricas quanto a abrangência de sua prática não são consensuais. Considerando a ampla diversidade de práticas e atores sociais da agroecologia, Carneiro et al. (2015) apontam que a tarefa de construir uma visão integrada do conjunto de suas atividades é demasiadamente desafiadora. Para Gueneau et al. (2019), a agroecologia pode ser compreendida a partir das seguintes perspectivas: 1) técnico-produtiva: busca produtividade sem recorrer a pacotes intensivos em tecnologia; 2) política: novas formas de pensar as relações sociais e com a natureza; 3) da transição agroecológica na agricultura familiar: aproxima-se da concepção política da agroecologia, mas se concentrando em questões específicas da agricultura familiar; 4) ligada a práticas sustentáveis: tem sua origem na agricultura familiar empresarial, por isso

aproxima-se das concepções empresariais da agricultura (questões relativas à produção, à expansão da oferta de produtos, aos mercados etc.).

Tomando a pluralidade em torno da agroecologia como virtude, renuncia-se à busca de representá-la por meio de um conceito definitivo. No entanto, partindo da compreensão da agroecologia como uma “construção social”, faz-se necessário observar algumas de suas construções ao longo do tempo, para consolidar uma aproximação teórica mais objetiva e melhor compreendê-la (EMBRAPA, 2006).

Gliessman (2000, 2015) concebe a agroecologia como a ciência que enfatiza a utilização de conhecimentos do domínio da ecologia para projetar e gerenciar sistemas produtivos e alimentares sustentáveis. Segundo o IPES-FOOD (2016) e Neto e Bergamasco (2017), a agroecologia é uma nova lógica de produção agrícola, construída segundo visão integradora dos princípios ambientais e sociais, que busca maximizar a biodiversidade, estimular interações entre diferentes plantas e espécies, promover uma relação de interdependência entre o humano e a natureza e vincular-se à reprodução direta da vida.

Petersen (2007) também se refere à agroecologia como um tipo de relação entre sociedade e natureza ao defini-la como representação da “inteligência criativa” de produtores na construção de estratégias adaptativas de suas necessidades (econômicas e socioculturais) aos ecossistemas. Partindo desse mesmo entendimento, agroecologia como uma nova relação com a natureza, Giordani, Bezerra e Anjos (2017) argumentam que a produção agroecológica deve vincular-se a novas redes de sentido, constituídas com base na dependência e integração com a natureza e pela noção de que o bem-estar pertence a uma concepção ampliada de saúde. Nessa perspectiva, o alimento produzido pelos sistemas agroecológicos não cumpre apenas sua função nutricional, ele é capaz de produzir novos significados, como o de “bem viver” (GIORDANI; BEZERRA; ANJOS, 2017, p. 434)

Mazalla Neto (2016) acrescenta às perspectivas sobre a agroecologia a discussão sobre as relações sociais de trabalho. Para o autor, a agroecologia representa uma forma de resistência simbólica, constituindo-se em um campo de ressignificações sobre a forma como trabalhadores do campo se relacionam com o trabalho e com a natureza. Assim, por meio de elementos de enfrentamento da alienação²⁵ do trabalho no campo, a agroecologia estabelece uma relação mais integralizadora e autônoma com as experiências do trabalho, promovendo uma construção

²⁵ Ao discutir o conceito de alienação, Mazalla Neto apoia-se na obra de Mészáros. Para Mészáros (2006), a alienação pode ser compreendida como a perda de controle para uma força externa, um poder hostil, espécie de estranhamento, que confronta os sujeitos e que é potencialmente destrutiva. A alienação pode se manifestar pelo estranhamento do sujeito em relação: à natureza; à sua própria atividade produtiva; a si mesmo, como parte da espécie humana (relação indivíduo-humanidade); e a outro indivíduo (relação indivíduo-indivíduo).

relacional entre ação social, política de intervenções produtivas e manejo de recursos naturais. Ao se sentirem mais livres para organizar sua propriedade com base em conhecimentos tradicionais e coletivos – saber-fazer e saber coletivo –, os trabalhadores do campo reaproximam-se do humano, enquanto mediador da natureza e sujeito de seu próprio desenvolvimento, e o trabalho fica mais próximo de ganhar sentido, como parte de uma escolha criativa, capaz de satisfazer as necessidades e os desejos daqueles que trabalham (MAZALLA NETO, 2016).

De acordo com documento produzido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 2006, a agroecologia pode ser apreendida como uma ciência em desenvolvimento, transdisciplinar, inspirada nas ciências sociais, agrárias e naturais, norteadas por novos parâmetros epistemológicos e metodológicos. Nessa perspectiva, a agroecologia se interessa e se materializa no (re)direcionamento da agricultura no sentido das múltiplas dimensões da sustentabilidade (econômica, ecológica, social, cultural, política e ética). Como referencial teórico, ela só se concretiza quando seus princípios são aplicados à realidade local. Como uma ciência dinâmica, é definida e mediada pela realidade socioeconômica e ecológica de cada território. Assim, como campo teórico e prática produtiva, a agroecologia propõe, através de uma concepção holística, compreender as complexas relações que advêm da intervenção da humanidade nos mais distintos agroecossistemas²⁶ (EMBRAPA, 2006).

Caporal e Costabeber (2004) salientam que, de forma equivocada, seguidamente atribui-se à agroecologia condição de modelo de agricultura ecológica. Modelos ecológicos, normalmente, não se comprometem integralmente com a aplicação de todos os princípios da agroecologia, preterindo, por exemplo, seus princípios éticos e sociais. Para os autores, todas as denominações referentes à agricultura ecológica (orgânico, ecológico, biológico etc.) são, de modo geral, produto do emprego de técnicas e métodos distintos daqueles utilizados pelos modelos agrícolas convencionais e que se adequam, por exemplo, a restrições na utilização de determinados tipos de insumos. Segundo os autores, a substituição de insumos sintéticos por “alternativos”, “ecológicos” ou “orgânicos” não dá origem necessariamente a uma agricultura ecológica, além disso, o mal uso dos adubos alternativos pode levar a outros problemas, como novos padrões de contaminação.

²⁶ Agroecossistemas são comunidades de plantas e animais que se inter-relacionam com determinado ambiente físico-químico que fora remodelado para atender as necessidades humanas, tais como a produção de alimentos, fibras e combustíveis para consumo e processamento (ALTIERI, 2002, 2009).

Com base nesse debate a respeito da agroecologia e dos modelos ecológicos, no presente estudo, a agroecologia será tomada como um conjunto de princípios científicos e os modelos ecológicos como manifestações objetivas de tais princípios, em decorrência de determinado tipo de manejo de produção.

2.1.2. Modelos da agricultura ecológica no Brasil

Outras questões ainda controversas no âmbito dos modelos agrícolas alternativos são as distinções entre os diferentes sistemas ecológicos (por exemplo, agroecológicos e orgânicos) e as perspectivas de relacionamento entre os modelos ecológico e o convencional.

A respeito do debate entre os modelos orgânico e agroecológico, no Brasil, considera-se o modelo agroecológico mais abrangente, pelo fato de não conceber somente a transição produtiva (que deve atender a preceitos ambientais relacionados a insumos e práticas), interessando-se também por princípios sociais e culturais, como empenhar-se na elaboração de uma forma de distribuição mais justa da produção e da renda e por legitimar direitos, identidades e aspectos culturais, políticos e éticos de comunidades tradicionais e de minorias (EMBRAPA, 2006; IPES-FOOD, 2016).

Quanto ao modelo orgânico, são suas características elementares: excluir insumos sintéticos; tornar o uso dos recursos naturais eficientes; minimizar a dependência de insumos externos ao sistema; rotacionar culturas; necessidade de certificar a produção; e alta demanda por trabalho manual, como consequência de uma menor adesão à mecanização e da exclusão de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos (ABRAHÃO et al., 2008; CARNEIRO et al., 2015; DAROLT, 2010; EMBRAPA, 2019; GEMMA, 2008; IPES-FOOD, 2016).

Segundo Assis e Romeiro (2002), o modelo de produção orgânico molda suas características técnicas de acordo com o contexto social em que se estabelece. Assim, pressões de mercado, como alta produtividade e abastecimento contínuo, podem levar à adoção de procedimentos centrados principalmente na técnica, à monocultura orgânica e à exportação da produção. Nesse caso, o modelo priorizaria os fatores econômicos, deixando em segundo plano os fatores ecológicos e sociais. Como efeito da adaptação do modelo orgânico ao ambiente social, Canuto (1998) reconhece duas vertentes: a agricultura ecológica empresarial (ou ecológica de mercado), caracterizada por uma perspectiva tecnológico-mercantil, e a agricultura ecológica familiar, orientada para uma espécie de sócio-ambientalismo, que procura atender as necessidades do mercado interno e se constituir segundo uma lógica familiar de organização da produção.

A questão de fundo, que permeia o debate a respeito da relação entre os modelos de produção agrícola, é a lógica de surgimento e de consolidação dos modelos ecológicos: originam-se de alterações incrementais no modelo convencional ou de uma mudança de paradigma. No primeiro caso, não há rompimentos e, portanto, presume-se a convivência entre distintos modelos; no segundo, transformações radicais fariam com que o modelo convencional deixasse de existir. No Brasil, há uma ampla gama de modelos produtivos operando de forma simultânea. Para os autores do IPES-FOOD (2016), esse espectro de modelos formam um *continuum*, sendo que o modelo agroecológico diversificado²⁷ e o convencional²⁸ ocupam seus extremos. Segundo esse ponto de vista, a maior parte das propriedades agrícolas estariam produzindo segundo modelos intermediários, localizados entre esses extremos. Conseqüentemente, não raro, encontra-se propriedades com diversificação de atividades e de produção, fazendo uso de controle biológico de pragas, comercializando seus produtos via circuitos alternativos (feiras-livres de orgânicos, vendas diretas ao consumidor, lojas especializadas etc.), mas mantendo *commodities* como sua base produtiva (IPES-FOOD, 2016).

Embora haja características distintas entre os modelos orgânico e agroecológico, ainda há dificuldades em diferenciá-los conceitualmente e, sobretudo, em como nomeá-los na prática. Por exemplo, uma propriedade que produz segundo o modelo agroecológico irá comercializar sua produção como “produtos orgânicos”, o que fará com que os consumidores vislumbrem aquela propriedade como orgânica. O próprio processo de certificação da produção existente no país reconhece os produtos provenientes de todos os modelos ecológicos unicamente como orgânicos.

2.1.3. Agricultura familiar no Brasil

A agricultura familiar constitui-se, sobretudo, como categoria social histórica, concebida pelos seus próprios atores na e pela ação (SABOURIN, 2017). Segundo essa perspectiva, os agricultores familiares estabelecem uma nova racionalidade produtiva, orientada pela manutenção de sua reprodução e por uma relação de maior proximidade com a terra. Quanto à composição, a agricultura familiar é constituída por uma ampla diversidade de atores sociais – como artesãos, assentados da reforma agrária, extrativistas, povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais etc. Como atores sociais, agricultores familiares não são

²⁷ Este termo faz referência à existência de uma diversidade de fontes de produção e de produtos cultivados no decorrer do tempo.

²⁸ Também denominado de industrial, em alusão a características comuns entre o sistema agrícola e os modelos de produção industriais.

exclusivamente produtores agrícolas, mas sujeitos históricos, reprodutores e mantenedores de valores culturais (SACCO DOS ANJOS; CALDAS; SIVINI, 2016).

No Brasil, a agricultura familiar consiste em atividade econômica estabelecida pelo Decreto 9.064, de 31 de maio de 2017, que regulamenta a Lei da Agricultura Familiar (lei nº 11.326), de 2006. O decreto define como agricultor familiar e empreendedor familiar rural qualquer executor de atividades no meio rural que cumprir, conjuntamente, os seguintes critérios: possuir propriedades com área de no máximo quatro módulos fiscais²⁹; utilizar no manejo das atividades econômicas de sua propriedade mão de obra majoritariamente da própria família; a renda resultante das atividades econômicas praticadas em seu estabelecimento ou empreendimento deve alcançar o percentual mínimo da renda familiar definido pelo Poder Executivo; e gerenciar a propriedade com mão de obra familiar.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, 77% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil (3,9 milhões de estabelecimentos) são classificados como agricultura familiar. As propriedades dedicadas a esse tipo agricultura ocupam uma área de 80,9 milhões de hectares, o correspondente a 23% da área total dedicada à agropecuária no país. Os estados com maiores proporções de área ocupada pela agricultura familiar são Pernambuco, Ceará e Acre. Já os estados com menores proporções são os pertencentes à região Centro-Oeste e São Paulo. Com relação à mão de obra, a agricultura familiar emprega 10,1 milhões de pessoas, o que equivale a 67% de todo pessoal ocupado na agropecuária no Brasil. Na região Nordeste, dentre todos os ocupados no setor agropecuário, 46,6% pertencem à agricultura familiar. Nas demais regiões esta proporção é a seguinte: Sudeste (16,5%), Sul (16%), Norte (15,4%) e Centro-Oeste (5,5%). Com respeito à renda, 23% de toda a produção agropecuária brasileira (o correspondente a R\$ 107 bilhões) é gerada pela agricultura familiar. As regiões com maior proporção do valor da produção proveniente da agricultura familiar são a Norte e Sul, ambas com aproximadamente 40%.

Esses números evidenciam, particularmente, a importância econômica da agricultura familiar para o Brasil, com destaque para a grande proporção de trabalhadores empregados e a considerável proporção da renda total da agropecuária que é gerada por esse segmento. A relevância do papel desempenhado pelos sistemas de produção familiar não se limita ao enfoque produtivo, abrange também aspectos ambientais, sociais, culturais e políticos de grande parte

²⁹ Módulo fiscal (segundo Decreto 9.064/17, que regulariza a Lei da Agricultura Familiar) é a unidade de medida agrária expressa em hectares, calculada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e que é utilizada para fins de classificação fundiária do imóvel. O módulo fiscal poderá possuir valores distintos, conforme o município.

dos pequenos municípios brasileiros (STROPASOLAS, 2017). Assim, a agricultura familiar pode ser compreendida como segmento: que reivindica identificar-se e se alicerçar em sua condição específica de agricultor, isto é, com base em sua autonomia, potencialidades, formas de trabalhar e de produzir (WANDERLEY, 2017); capaz de garantir segurança alimentar e nutricional; que é mantenedor de espaços de sociabilidade e de diversidade social e histórica; e, por fim, que é articulador de novas possibilidades de relacionamento, tanto com a natureza quanto com produtores e consumidores (NIEDERLE, 2017; STROPASOLAS, 2017).

2.1.4. Agricultura ecológica no Brasil

2.1.4.1. Origens, vertentes e tensões

As origens do mercado de orgânicos no Brasil datam do final da década de 1980, com as iniciativas pioneiras da Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), em 1985, e da Cooperativa Ecológica Coolméia de Porto Alegre, em 1989. As ações dessas organizações deram visibilidade aos produtos orgânicos, que, até então, representavam um segmento caracterizado por uma produção limitada e um mercado muito restrito. O surgimento dos primeiros mercados e sua rápida expansão atraíram novos compradores e proporcionaram aos produtores a possibilidade de investir em aprimoramentos da produção (BAPTISTA DA COSTA et al., 2017).

Ao longo desse processo, avanços intensos foram observados na legislação de orgânicos, o que levou o Brasil a ser reconhecido internacionalmente como uma das referências³⁰ na construção de políticas públicas para a agricultura ecológica. Parcela significativa deste sucesso é consequência direta da ação e da articulação de movimentos sociais e estudantis que pautavam, desde a década de 70, temas e iniciativas ligadas aos modelos alternativos de agricultura. Como consequência dessa articulação entre atores sociais, o debate acerca da agroecologia foi sendo incorporado na agenda pública, em um movimento de aliança com um espaço institucional já existente e que pertencia a setores da agricultura familiar. Ou seja, no Brasil, a agroecologia, como política pública, é resultado de um longo processo de construção de redes de interações e de articulações entre movimentos sociais, sociedade civil e poder público (NIEDERLE et al., 2019)

³⁰ A título de exemplo, a legislação brasileira de orgânicos inspirou iniciativas semelhantes em outros países da América Latina, como Bolívia, Chile, Costa Rica e Uruguai (SACCO DOS ANJOS; CALDAS; SIVINI, 2016).

A consolidação do mercado nacional de produtos orgânicos ocorreu nos anos 1990. A partir de então, uma parcela dos produtores expandiu suas vendas para as grandes redes varejistas e o mercado internacional (especialmente setores produtores de cana-de-açúcar, soja, café, suco de laranja e cacau), a valores de 30 a 50% maiores que os preços praticados no Brasil (BAPTISTA DA COSTA, 2017; SAMBUICHI et al., 2017). Essa parcela de produtores corresponde aos representantes da vertente de adaptação da agricultura orgânica denominada de “*ecológica empresarial*” (CANUTO, 1998).

Em contrapartida, setores de produtores ligados às organizações não governamentais agroecológicas, representantes da vertente “*ecológica familiar*” (CANUTO, 1998), focaram seus esforços na infraestrutura das pequenas propriedades familiares, aprimorando os sistemas de produção, as operações comerciais e a organização desses agricultores. O segmento ecológico familiar privilegiou atender aos mercados regionais, comercializando seus produtos em mercados locais e feiras, a preços atrativos para quem produzia e acessíveis à população (BAPTISTA DA COSTA, 2017; SAMBUICHI et al., 2017).

A partir dessas distintas perspectivas, o mercado nacional de produtos orgânicos passou a conviver com interesses geralmente divergentes entre as tendências *ecológica empresarial* e *ecológica familiar*. Exemplificando, em relação à legislação de orgânicos³¹ no Brasil, produtores identificados com a vertente “*ecológica empresarial*” pretendiam garantir a qualidade orgânica por meio de uma certificação mais formal, burocrática e centrada em atender aos padrões internacionais, estabelecidos pela IFOAM. Do outro lado, aqueles que se vincularam com a tendência “*ecológica familiar*” almejavam processos participativos de certificação, menos burocráticos, mais acessíveis financeiramente e que atendessem aos interesses dos pequenos produtores (BAPTISTA DA COSTA et al., 2017; CANUTO, 1998).

As tensões presentes no setor de orgânicos – originadas, em grande medida, em decorrência das vertentes de adaptação da agricultura ecológica (CANUTO, 1998) – podem ser agrupadas em três grandes categorias: a) *tensões comerciais*: ocorrem entre produtores que desejam comercializar seus produtos em mercados orgânicos exclusivos (visão essencialmente empresarial, baseado em nichos de mercados) e aqueles com uma compreensão mais social e solidária, centrando suas vendas em feiras-livres e mercados locais; b) *tensões conceituais*: entre os produtores ecológicos que se organizam de forma semelhante a um sistema de produção convencional e os produtores que consideram a agroecologia como algo que vai muito além do simples ato de não utilizar adubos sintéticos e agrotóxicos, que a compreendem como uma nova

³¹ Lei 10.831/2003, que trata do plantio, comercialização e do processo de certificação de produtos orgânicos.

forma de se relacionar com a natureza, a terra e a própria sociedade; c) *tensões orçamentárias*: ocorrem em função do período de crise e de restrições orçamentárias³² nas contas públicas e das profundas transformações pelas quais tem passado o campo político-institucional, que servia de suporte às políticas nacionais relacionadas à agroecologia (GUENEAU et al., 2019).

Se por um lado o debate a respeito das possíveis compreensões da agroecologia no Brasil foi marcado por muitas polêmicas, por outro lado exerceu papel fundamental na construção da legislação nacional de orgânicos, pioneira na concepção de processos participativos de certificação e que se tornou, mais tarde, uma das principais referências para sistemas participativos de garantia.

2.1.4.2. Panorama do mercado nacional de orgânicos

Nos últimos anos observou-se, como reflexo do cenário internacional, um crescimento relevante no setor de orgânicos no Brasil. Segundo estudo do FIBL e da IFOAM (2018), o país já é o maior mercado de orgânicos da América Latina, com parcela significativa da demanda advinda da crescente classe média da população, que adere cada vez mais aos princípios de uma alimentação mais saudável e nutritiva.

Segundo Kawakami (2016), entre o período de 1995 a 2005, o crescimento do setor foi da ordem de 15 a 20% ao ano, enquanto o setor da indústria alimentar não orgânica cresceu a taxas de 4 a 5% ao ano. Em 2016, o valor total das vendas no varejo de produtos orgânicos foi de 778 milhões de euros e o valor das exportações foi de 126 milhões de euros³³ (FIBL; IFOAM, 2020). Entre 2017 e 2018 a extensão territorial nacional cultivada como orgânica cresceu a uma taxa de 4,5%, o que representa um incremento de 51.398 hectares. Considerando um intervalo de 10 anos (de 2009 a 2018), o crescimento das áreas agrícolas orgânicas foi de 27,5% (FIBL;

³² Em função dessas restrições orçamentárias, as ações ligadas à área da agroecologia sofreram muitos cortes. Em 2016, por exemplo, de um total de R\$ 946 milhões que estavam previstos para financiar a instalação de famílias assentadas, nem um real foi efetivamente gasto. Ainda com relação ao ano de 2016, de um montante de R\$ 2.7 bilhões que fora concedido ao INCRA, apenas cerca de 15% foram empregados em atividades da reforma agrária. Todo o restante dessa verba foi destinado ao pagamento de precatórios e às atividades de manutenção da autarquia. Ainda em 2016, as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para assentamentos aplicaram somente 50% dos recursos autorizados pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e o programa de reforma agrária e governança fundiária empregou só 38% dos recursos que tinham sido autorizados. Com relação ao ano de 2017, o orçamento do INCRA foi de R\$ 2.9 bilhões e desse total cerca de 79% foi gasto em atividades de manutenção da autarquia. Desse modo, foram muitos e volumosos os cortes orçamentários aplicados na área de ações e políticas agrárias, como, por exemplo, um contingenciamento de 48% da verba que seria destinada a assistência técnica e extensão rural para a reforma agrária e de 49% no montante que seria aplicado em ações de reconhecimento e de indenizações de territórios quilombolas (MATTEI, 2018).

³³ Somente para países membros da União Europeia (EU) o Brasil exportou, em 2018, 72.353 toneladas de produtos orgânicos (2,2% de todos os produtos orgânicos importados pela EU). O Brasil é o 10º maior exportador de produtos orgânicos para a EU.

IFOAM, 2020). Essa expansão do setor tem chamado o Estado brasileiro a atuar como agente regulador, por meio da elaboração de políticas públicas regulatórias³⁴.

Embora a agricultura ecológica esteja em expansão no Brasil e se reconheça a pertinência do enfoque agroecológico para o desenvolvimento de sistemas agrícolas sustentáveis, o mercado de orgânicos nacional enfrenta algumas dificuldades para se consolidar. Segundo pesquisa realizada em 2018, pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com produtores orgânicos e empresas de alimentação, distribuídos em 26 estados do Brasil, 53% das empresas do ramo alimentício ainda não comercializam produtos orgânicos. Dentre as principais dificuldades mencionadas pelos empresários para a não comercialização de orgânicos estão os preços altos (62%), a baixa diversidade de produtos (46%), a carência de regularidade nas entregas (37%), a falta ou baixo reconhecimento por parte dos consumidores (25%) e a falta de informações sobre os produtos (23%). Os principais entraves elencados pelos produtores foram a falta de insumos apropriados, como sementes, maquinário e fertilizantes (57%), comercialização (48%) e acesso à assistência técnica (39%).

Em pesquisa realizada pela Organis e Brain³⁵ (2019), com consumidores e não consumidores de produtos orgânicos, evidenciou-se que os principais motivos que restringem o consumo de orgânicos são preço, dificuldade de encontrar os produtos e falta de costume. Para 75% dos participantes os orgânicos são *muito mais caros*. A partir da pesquisa, conclui-se que o preço é nitidamente o principal fator crítico para a ampliação do mercado nacional, embora aproximadamente metade dos consumidores reconheçam que os preços mais elevados dos orgânicos se justificam em razão de seus atributos: *saudável, qualidade e ausência de agrotóxicos*. Vale salientar que o fato de uma parcela significativa dos consumidores admitir a existência de um valor intrínseco nos produtos orgânicos é positivo para o setor, pois consiste em elemento chave para a fidelização e conquista de novos consumidores.

Segundo pesquisa do FIBL e da IFOAM (2018), em 2018, 19% dos brasileiros eram compradores regulares de produtos orgânicos³⁶. Dentre os consumidores de orgânicos, 67%

³⁴ Essas políticas são regulamentadas por leis e decretos criados nas últimas décadas: Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto 6.323, de 2007. As instruções normativas, que estabelecem as normas técnicas do sistema de produção orgânica, são ainda mais recentes, de 2009 a 2014.

³⁵ Organis – Associação de Promoção dos Orgânicos, conta com associados de toda a cadeia produtiva. A Organis trabalha com o objetivo de aprimorar a produção brasileira de orgânicos, orientando suas ações para apoiar, divulgar e promover o setor de orgânicos. Brain – Empresa de inteligência estratégica, pesquisa e consultoria em negócios. Possui escritórios em São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Atua desde 2003 prestando consultorias com foco na geração de valor para o cliente.

³⁶ Na pesquisa realizada pela Organis e Brain, em 2019, também se verificou que 19% dos entrevistados (de um total 1027) havia consumido algum tipo de produto orgânico nos 30 dias anteriores à pesquisa. Comparativamente, segundo dados da mesma pesquisa, realizada em 2017, 15% haviam consumido produtos orgânicos nos últimos 30 dias.

mostraram-se dispostos a manter ou ampliar o consumo desses produtos³⁷. Em pesquisa realizada pela Organics e Brain (2019), os principais motivos mencionados para se consumir produtos orgânicos foram *saúde* (84%), *características dos produtos* (30%), *preocupações com o meio ambiente* (9%), *curiosidade e estilo de vida*. O estudo observou que os consumidores de orgânicos são atraídos para esse mercado em função, sobretudo, de interesses pessoais, como o cuidado com a saúde. Em contrapartida, se comparados à população geral, esses consumidores apresentam maior preocupação com questões ambientais (como maior cuidado com áreas verdes e preferência por adquirir produtos biodegradáveis), embora ignorem outros aspectos que compõem o conceito de sustentabilidade, como os temas relacionados à dimensão social. Em relação aos resultados encontrados em 2017, a pesquisa de 2019 revelou uma mudança no comportamento dos consumidores que passaram a preferir as feiras-livres aos supermercados como locais de compras de orgânicos. Essa mudança poderá acarretar uma reestruturação importante no mercado de orgânicos, uma vez que representa uma tendência de revalorização dos circuitos curtos³⁸ de comercialização. A opção pelos circuitos curtos, por sua vez, poderá influenciar a própria estrutura da legislação de orgânicos, dado que a venda realizada diretamente ao consumidor, em última instância, não obriga os produtores a certificarem sua produção.

Analisando-se o mercado nacional por regiões, tem-se que a região Sul é o maior mercado de orgânicos no país, com 23% da população tendo consumido algum tipo de produto orgânico nos últimos 30 dias, seguida pelo Nordeste (20%), Sudeste (19%), Centro-Oeste (17%) e Norte (14%). Quando o período considerado para consumo foi de 180 dias, a região Sul do Brasil segue como maior mercado, com 48% dos seus habitantes tendo consumido produtos orgânicos. Em seguida, ultrapassando as regiões Nordeste e Sudeste, vem o Centro-Oeste, com um percentual de compra de 42% da população (ORGANIS; BRAIN, 2019).

³⁷ Dos quais 25% estão *muito dispostos* e 42% *dispostos*.

³⁸ São formas de distribuição que envolvem, no máximo, um intermediário entre produtor e consumidor. São reconhecidos como circuitos curtos a *venda direta* ao consumidor e a *venda indireta*. A *venda direta* é uma relação sem intermediários entre produtor e consumidor, pode ser realizada na propriedade agrícola (entrega de cestas de produtos, colheita na propriedade etc.) ou fora da propriedade (feiras ecológicas, cestas de produtos entregues em domicílios, vendas para programas governamentais etc.). Compreende-se como *venda indireta* a relação comercial que se dá por meio da intervenção de um único intermediário entre produtores e consumidores. São exemplos de venda indireta a comercialização em lojas especializadas independentes e de cooperativas de produtores e consumidores ecológicos, pequenos mercados de produtos naturais, lojas de vendas on-line de produtos naturais etc. (DAROLT, 2013; DAROLT et al., 2016; RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012).

2.1.5. Alguns resultados da Agricultura Ecológica

Não obstante as dificuldades ainda presentes para o desenvolvimento e consolidação dos modelos ecológicos de produção agrícola, estudos comparativos entre estes modelos e o convencional mostram que os primeiros podem ser vantajosos e competitivos do ponto de vista econômico e ambiental, além de agregarem valor aos produtos, justamente por abarcarem o apelo ecológico.

Na linha dos estudos comparativos, relatório produzido pelo IPES-FOOD, em 2016, apresenta investigação detalhada sobre os resultados da agricultura industrial especializada e dos sistemas agroecológicos diversificados. Embora os próprios autores tenham apresentado ressalvas à efetividade da pesquisa comparativa³⁹, presume-se pertinente apreciar os principais resultados atribuídos aos sistemas agroecológicos, tomados como referências para as propriedades agrícolas pesquisadas no presente estudo.

Dentre os estudos citados pelo referido relatório, as comparações relativas à produtividade são cada vez mais favoráveis ao sistema agroecológico, sobretudo quando se considera os resultados totais dos sistemas e não resultados parciais de culturas específicas. Para a análise da taxa de produtividade dos sistemas agroecológicos considera-se os resultados totais, pois esses sistemas almejam, justamente, a manutenção e estabilização dos agroecossistemas a fim de garantir sua produtividade no decorrer do tempo. Não é objetivo dos sistemas agroecológicos maximizar a produção de culturas específicas, no curto prazo. Estudo realizado por Badgley et al. (2007) concluiu que, em países em desenvolvimento, os sistemas orgânicos têm produtividade até 80% superior ao sistema industrial.

Ganhos ambientais, sociais e econômicos são outros resultados dos sistemas agroecológicos importantes de serem observados. Segundo relatório do IPES-FOOD (2016), nesses sistemas estabelece-se um ciclo virtuoso de saúde do ecossistema, uma vez que princípios comumente adotados em sistemas agroecológicos⁴⁰ proporcionam solos mais saudáveis e ampliam a biodiversidade silvestre. A interrelação desses efeitos habilita os sistemas a restaurarem os ciclos de nutrientes, ampliarem a retenção de água nos solos,

³⁹ As restrições mencionadas são: 1) Limites para se comparar sistemas organizados sob lógicas fundamentalmente tão distintas; 2) Dificuldades em relacionar as informações disponíveis à determinado tipo de modelo produtivo. Via de regra, os dados disponíveis não são oriundos dos sistemas mais completos (os extremos do espectro de modelos), mas pertencem aos sistemas mais habituais, isto é, os modelos convencionais e os orgânicos; 3) Dificuldades em se distinguir, efetivamente, as evidências dos modelos (como, por exemplo, suas características ou indicadores) de seus resultados, no sentido mais preciso.

⁴⁰ Como restrição ao uso de insumos químicos, minimização de movimentação do solo, utilização de matéria orgânica, associação entre pecuária e agricultura, diversidade inter e intraespécies.

reestabelecerem a polinização natural, reduzirem as emissões de gases de efeito estufa, tornarem-se resilientes a estresses e a se autorregenerarem, restaurando áreas degradadas.

Em relação aos *resultados socioeconômicos*, os sistemas agroecológicos diversificados geram *renda e condições de subsistência* para os produtores. A diversificação de cultivos é de extrema relevância para a resiliência dos sistemas e para a subsistência dos produtores, pois gera autonomia, garante rendas em caso de perda de safras e reduz os riscos presentes em sistemas sazonais de produção (IPES-FOOD, 2016).

Com relação ao *emprego*, os sistemas agroecológicos necessitam de um número maior de trabalhadores, em razão da maior complexidade de seu manejo (policultura de espécies, presença de animais na propriedade, reuso dos resíduos produzidos etc.). Segundo estudo da *Soil Association* (2006), citado pelo IPES-FOOD (2016), propriedades agroecológicas podem demandar até 30% mais mão de obra, por hectare, do que fazendas que produzam no modelo da agricultura convencional. Além disso, em função da maior diversidade de espécies cultivadas no sistema agroecológico, a oferta de emprego é mais bem distribuída ao longo do ano, minimizando os efeitos da sazonalidade.

Olhando para o amplo espectro de modelos produtivos presentes entre os polos agroecológico e industrial, o IPES-FOOD (2016) assinala que propriedades agrícolas, cujos sistemas produtivos se distanciam do polo industrial, apresentam condições de trabalho capazes de proporcionar maior prazer aos trabalhadores. Pesquisa realizada por Cross et al. (2008) identificou que trabalhadores da horticultura, no Reino Unido, apresentaram maior grau de satisfação em comparação aos que trabalhavam em fazendas convencionais. Os autores relacionaram essa diferença de satisfação à variedade e ao número de tarefas que os trabalhadores das fazendas orgânicas realizavam diariamente. A discussão apresentada por Cross et al. (2008) relaciona-se a algumas das preocupações desta pesquisa, as quais serão tratadas nos próximos capítulos, com auxílio das abordagens teóricas adotadas.

Quanto aos benefícios à saúde, os estudos elencados no relatório do IPES-FOOD (2016) mencionam a não exposição dos trabalhadores e consumidores a agrotóxicos e demais insumos químicos⁴¹. No campo da saúde alimentar, inúmeros estudos descrevem que uma alta ingestão de alimentos ricos em antioxidantes, presentes em grandes concentrações em produtos orgânicos, está associada à proteção contra doenças crônicas, certos tipos de câncer e doenças neurodegenerativas (BARAŃSKI et al., 2014).

⁴¹ Segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Observatório da Indústria dos Agrotóxicos, da Universidade Federal do Paraná, o Brasil, desde 2008, ultrapassou os EUA e assumiu o posto de maior mercado consumidor de agrotóxicos do mundo (ANVISA; UFPR, 2012).

O'Rourke, Delonge e Salvador (2017) destacaram os benefícios da perspectiva alimentar do sistema agroecológico que valoriza refeições balanceadas nutricionalmente, acessíveis à população e seguras ambientalmente, em oposição à perspectiva do modelo convencional de agricultura, que enfatiza a necessidade de alta produção de calorias. Segundo os autores, a produção agrícola no modelo convencional é responsável por manter quase dois bilhões de pessoas em excesso de peso, representando altos custos associados a problemas de saúde.

2.2. Garantia da qualidade orgânica

No modelo de produção orgânica as propriedades observáveis do produto em si não são suficientes para que o consumidor avalie se ele atenderá suas necessidades. A própria *qualidade orgânica* é intangível e não observável. Logo, para que o produto seja reconhecido, seu processo de produção deverá estar em conformidade com características bem definidas. Conseqüentemente, o processo produtivo e o trabalho ganham centralidade.

Em função de sua qualidade intangível, produtos orgânicos são classificados como “bens de crença” (BATALHA; SILVA, 2001). Segundo Batalha e Silva (2001), nos bens de *crença* suas características não podem ser comprovadas nem mesmo após serem consumidos. Os autores definem ainda bens de *procura*, como aqueles que oferecem as informações que o consumidor precisa antes do contato com o produto, e bens de *experiência*, que só podem ser avaliados após consumidos. Assim, na comercialização de orgânicos, como salientam Souza, Batista e César (2019), o consumidor fica à mercê do ofertado, uma vez que ele não possui informações específicas que atestem o atributo *orgânico* do produto adquirido⁴². Nesse caso, a confiança dos consumidores na autenticidade dos produtos é um fator decisivo para o desenvolvimento desse mercado, o que torna a certificação uma questão central, visto que tem potencial para atuar como um dispositivo que reduz a assimetria de informação entre produtores e consumidores.

Para Niederle e Almeida (2013), a certificação possibilita inferir os atributos qualitativos do produto a partir de um corpo homogêneo de medidas objetivas, passíveis de codificação e mensuração. A partir de então, a qualidade se torna um atributo intrínseco ao

⁴² De modo geral, na lógica convencional de produção capitalista, há um conflito de interesses entre consumidores e produtores. Consumidores necessitam de informações a respeito do produto para optarem pela compra. Por sua vez, produtores não têm benefícios diretos em disponibilizar informações precisas sobre seu produto, uma vez que se beneficiam da incerteza do consumidor. Nesse sentido, há interesses na assimetria de informações entre produtor e consumidor (ARFINI, 2006).

produto (ou ao processo de produção) e, desse modo, converte-se em algo que pode ser quantificado, tornando possível, por exemplo, aferir o nível de contaminação de um determinado produto, seu volume e peso.

Não desconsiderando as concepções que definem a certificação como uma dinâmica tecnológica e neutra – como um processo apto a dar garantias a respeito da origem, especificidades e qualidades de produtos –, alguns autores (CALDAS; SACCO DOS ANJOS, 2013; SABOURIN, 2011) a compreendem também como resultado de um processo de construção social. Segundo essa compreensão, a construção de meios que levem à conformidade social estaria na essência da certificação – ou seja, à constituição de sentimentos de confiança, reputação e responsabilidade entre as pessoas –, para além apenas da conformidade tecnológica. Desse modo, a certificação passa a se constituir, simultaneamente, como um processo instituidor de relações de reciprocidade⁴³ entre produtores e consumidores (SABOURIN, 2011) e como um objeto de reflexão das mais distintas áreas de conhecimento científico (CALDAS; SACCO DOS ANJOS, 2013).

Do ponto de vista objetivo, no campo da conformidade tecnológica, o atributo orgânico é atestado por um selo de qualidade que confirma que determinado produto percorreu todas as etapas de produção (cultivo, processamento e distribuição) em conformidade com as legislações internacionais, como a estabelecida pela IFOAM, ou as específicas de cada país.

A demanda pela garantia da qualidade orgânica surge quando o mercado de orgânico se amplia, ocasionando maior distanciamento geográfico entre produtores e consumidores e o conseqüente enfraquecimento das relações de confiança entre eles e dos circuitos curtos de comercialização (DIAS; LAURINO, 2020). A partir desse momento, tornou-se imprescindível padronizar o uso dos selos e as nomenclaturas que, até então, estavam dispersos e empregados de forma desorientada, gerando disparidades entre os produtores e dificultando a compreensão dos consumidores sobre aspectos importantes da agricultura ecológica (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013; NIEDERLE; RADOMSKY, 2017). Internacionalmente, a institucionalização da agricultura ecológica iniciou-se no final dos anos 1960 e se efetivou nos anos 1970. No início dos anos 1980, a França foi pioneira no continente europeu ao criar um selo oficial de Agricultura Biológica (AB) para cereais, frutas e vegetais orgânicos (DIAS; LAURINO, 2020; (FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020).

⁴³ Sabourin (2011), a partir da perspectiva da antropologia, concebe este conceito como uma relação intersubjetiva, uma prática reflexiva entre sujeitos, e não como uma mera situação de troca de bens ou objetos.

No ano de 2018, 103 países contavam com algum tipo de regulação para a produção orgânica. Na América Latina, 19 países possuíam legislação específica para produtos orgânicos e mais um país estava com sua legislação em processo de construção (FIBL; IFOAM, 2020). Cuéllar Padilla (2008) propõe uma classificação dos sistemas de garantia da qualidade orgânica de acordo com os atores responsáveis por garantir o cumprimento dos padrões de conformidade estabelecidos. Segundo a autora, o processo de garantia sempre envolve produtores e consumidores, denominados *primeira* e *segunda parte*, respectivamente, e, por vezes, mecanismos de garantia de conformidade, aos quais denominou *terceira parte*, posicionando-se justamente entre as partes interessadas. A partir da identificação desses atores, a autora classifica os sistemas de garantia em 4 grandes tipos: de *primeira*, *segunda* e *terceira parte* e, finalmente, a *participativo*, conforme quadro 1.

Quadro 1 – Classificação dos sistemas de garantia

Sistema de garantia	Características
<i>Primeira parte</i>	Produtores envolvidos na iniciativa assumem compromisso e assinam declaração de conformidade, garantindo o que e como produzem.
<i>Segunda parte</i>	Cumprimento dos padrões estabelecidos são garantidos por grupos ou atores sociais que adquirem a produção , como organizações que comercializam os produtos, que consomem essa produção ou mesmo organizações externas que apoiam o desenvolvimento do projeto produtivo.
<i>Terceira parte</i>	A garantia dos padrões estabelecidos é responsabilidade de uma entidade profissional , acreditada por organismos competentes. Dentro desta categoria, o controle pode ser realizado individualmente ou em grupos.
<i>Participativo</i>	Sistema de verificação é instituído, de forma colaborativa, por grupos de produtores e demais atores (consumidores, ONGs, associações etc.) envolvidos no processo de produção e consumo.

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de Cuéllar Padilla (2008)

Dentre os quatro grandes tipos de sistemas de garantia, o mais disseminado é o por terceira parte. Esse sistema se popularizou apenas como *certificação*, em virtude de seu processo de garantia se materializar por meio de um certificado, expedido pela entidade intermediadora. Independentemente do tipo de sistema de garantia adotado, o processo seguirá as seguintes etapas: a) definir princípios ou normas que deverão ser promovidos e respeitados; b) atribuir valores a cada um desses princípios, por meio de padrões ou pesos específicos; c) desenvolver indicadores que permitirão avaliar, de forma simples e efetiva, os padrões estabelecidos; d) elaborar, em função do sistema de garantia adotado, o processo de avaliação da conformidade (CALDAS, 2013; CUÉLLAR PADILLA, 2008).

2.2.1. Um panorama da garantia da qualidade orgânica no Brasil

No caso do Brasil, como mencionado nesse texto, o mercado de orgânicos é normatizado pela Lei federal 10.831, de 2003, e pelo Decreto 6.323, de 2007⁴⁴. Essa legislação, que segue parâmetros estabelecidos pelo IFOAM, define que a garantia da qualidade orgânica pode ser realizada por: 1) *empresa auditora* pública ou privada, credenciada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); 2) *organismo participativo de avaliação da conformidade* (OPAC), categoria jurídica⁴⁵ responsável por dialogar com os órgãos fiscalizadores oficiais e por manter, de forma participativa, todos os registros que garantam a rastreabilidade dos produtos e a emissão do selo do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SisOrg); 3) *organização de controle social* (OCS), que deve estar cadastrada em órgão fiscalizador oficial e que pode ser constituída por um grupo de produtores, associação, cooperativa ou consórcio, sem a obrigatoriedade de conformação de personalidade jurídica.

Segundo a legislação, as propriedades produtoras de orgânicos deverão obter o selo oficial do SisOrg⁴⁶. A partir de 2011, o selo SisOrg é a única forma empregada em todo território nacional para reconhecer os produtos orgânicos certificados pelo MAPA. Segundo Dias e Laurino (2020), a instauração de um selo único de garantia orgânica consagrou o reconhecimento da equivalência entre as certificações participativas e por auditoria externa. Para Santos e Higgins (2016), o selo unificado foi decisivo para a abertura do mercado de orgânicos nas grandes redes de varejo, uma vez que garante um padrão único de qualidade, seja qual for o sistema de garantia e a certificadora utilizados. Dessa forma, a adoção de um selo único de garantia reforçou o processo de produção como a questão central do controle da qualidade orgânica e desfocalizou das certificadoras. Segundo os autores, antes do emprego do selo SisOrg, a emissão dos selos ficava sob responsabilidade das próprias certificadoras. Essa forma de organização gerava muitos problemas de informação para os consumidores e, por

⁴⁴ A primeira regulamentação técnica que reconheceu diferentes formatos de certificação orgânica no Brasil foi a instrução normativa IN 007/99. A partir dessa publicação até a promulgação da Lei 10.831/03 foram mais de três anos de discussões, que incluíram a participação dos mais diversos atores da sociedade civil. Antes da consolidação desse processo, a normalização da agricultura orgânica se dava por meio das próprias associações de agricultores, ONG's e cooperativas de consumidores, segundo as normatizações instituídas por organizações internacionais, como a IFOAM (FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020).

⁴⁵ De acordo com a IN 19/2009, os OPAC's devem ser acreditados pela Coordenação de Agroecologia (COAGRE), órgão ligado à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário do MAPA (responsável por administrar todo o sistema SisOrg).

⁴⁶ Estrutura corporativa do MAPA, constituída por órgãos da administração pública federal e pelos Organismos de Avaliação da Conformidade (OAC). Integra os Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica e as auditorias públicas e privadas.

outro lado, fortalecia em demasia as marcas das próprias certificadoras, permitindo que elas atuassem, muitas vezes, como gestoras e não como parceiras do sistema de garantia.

A respeito do selo SisOrg, pesquisa realizada pela Organix e Brain, em 2019, evidenciou que ele está bastante difundido entre consumidores em geral (50% deles) e, especialmente, entre consumidores de orgânicos (69% deles). A maior parte dos entrevistados (90%) sabiam que o uso do selo era obrigatório para certificar determinado produto como orgânico.

Segundo o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), atualizado em 2022, há no Brasil 26.546 produtores ecológicos. Dentre esse total, 21.645 produtores têm a qualidade orgânica de seus produtos garantida por organismos de avaliação de conformidade credenciados no MAPA (47,6% via empresa auditora e 33,3% via OPAC) e 5.081 produtores por organização de controle social (19,1%). Comparando-se os números atuais com os registros de 2020 (21.259 produtores ecológicos cadastrados), houve um crescimento de 24,9% no número de produtores ecológicos cadastrados no país. Quanto aos organismos de garantia da conformidade utilizados pelos produtores, observa-se um crescimento de 40,9% na adesão às empresas auditoras, de 10,3% aos OPAC's e de 18,3% às OCS's. O crescimento no número de produtores ecológicos cadastrados no CNPO indica que também há um crescimento na adesão aos organismos de garantia da qualidade orgânica, o que sugere que os produtores têm sido levados a adaptar seus processos produtivos às exigências da garantia da qualidade orgânica⁴⁷. É possível observar que o tipo de garantia da qualidade orgânica predominante ainda é o realizado por auditoria, possivelmente por ser o tipo de garantia mais antiga e consolidada no país, além de ser o único modelo que propicia acesso a mercados internacionais.

A crescente certificação da produção de orgânicos e a conseqüente padronização de procedimentos, embora desejável na perspectiva da regulação do mercado, tem provocado algumas reflexões sobre possíveis resultados indesejáveis. Um desses resultados é uma tendência de “convencionalização” da agricultura ecológica. A literatura da área aponta o risco de que nesse processo de convencionalização a agricultura ecológica estaria adquirindo características sociais, técnicas e econômicas muito semelhantes às da agricultura convencional, tornando-se, por exemplo, mais dependente de insumos externos (maquinário, fertilizantes etc.), de métodos de gestão empresariais e da mecanização da produção. Conseqüentemente, a agricultura ecológica corre o risco de afastar-se de seus princípios originários e de seus aspectos políticos e, à vista disso, do próprio potencial de contribuir para

⁴⁷ Conforme a legislação, a certificação é atualizada anualmente, exigindo vigilância permanente do sistema produtivo por parte dos agricultores.

a proteção ambiental e o desenvolvimento rural sustentável⁴⁸ (DARNHOFER et al., 2010; NIEDERLE; ALMEIDA, 2013).

No limite do debate sobre os riscos da padronização procedimental, que é consequência direta da disseminação dos processos de certificação, alguns autores passam a questionar os efeitos da certificação (NIEDERLE; RADOMSKY, 2017; NIEDERLE; ALMEIDA, 2013) e até mesmo a própria necessidade de certificar a produção (CALDAS, 2011; NIEDERLE; ALMEIDA, 2013; NIEDERLE; RADOMSKY, 2017; SOUZA; BATISTA; CÉSAR, 2019).

Os sistemas de certificação têm provocado alterações nem sempre sadias nos sistemas de manejo orgânicos⁴⁹ (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013). Assim, a associação que normalmente se faz entre alimento orgânico, ausência de agrotóxicos e saúde está ameaçada pelas adaptações que a produção, beneficiamento e industrialização do setor de orgânicos vêm passando. Os mecanismos de certificação trazem, conjuntamente com seus benefícios (como a ampliação de mercados), novos constrangimentos aos produtores (novo pacote documental, novas normas e padrões de produção), que acabam disciplinando e incorporando comportamentos na vida social, moldando relações, corpos e a própria natureza (NIEDERLE; RADOMSKY, 2017).

Nesse sentido, há críticas aos sistemas de certificação e há produtores que – mesmo após décadas de atuação em sistemas agroecológicos e de envolvimento ativo com a construção do sistema de regulamentação – têm se negado a certificar sua produção, recorrendo, como alternativa, aos circuitos curtos de comercialização, que possibilitam fortalecer vínculos locais,

⁴⁸ Entendido não como o desenvolvimento que anseia urbanizar o campo, mas sim como aquele que reconhece e promove as qualidades particulares do rural, tais como a hegemonia da natureza, a presença marcante de grupos reduzidos e de suas relações de proximidade e interconhecimento e do reconhecimento dos que vivem no campo como sujeitos de direitos (MENEZES, 2017; WANDERLEY, 2011).

⁴⁹ Os autores se referem, essencialmente, a disputas normativas quanto ao uso de insumos na agricultura orgânica, que tem ocorrido em praticamente todos os mercados de orgânicos, e, também, às pressões que os produtores orgânicos têm sofrido para ampliarem sua produtividade. Quanto ao primeiro caso, Niederle e Almeida (2013) citam um dado preocupante. Segundo eles, nos EUA, a pressão pela regularização de substâncias não orgânicas para fins de controle e manejo de pragas tem sido tão intensa que o número de substâncias autorizadas cresceu de 77, em 2002, para mais de 250, em meados de 2012. No caso do Brasil, os autores mencionam as pressões acerca da regulamentação do uso das caldas bordalesa e sulfocálcica. Essas caldas já são permitidas pela legislação atual e estão entre os insumos de maior utilização na agricultura orgânica nacional. No entanto, os autores ressaltam que o uso inadequado dessas substâncias pode acarretar consequências tão prejudiciais à saúde e ao meio ambiente quanto quaisquer outras substâncias químicas ainda proibidas pela legislação. Com relação à discussão a respeito da crescente demanda pelo aumento da produtividade, os autores mencionam o caso do mercado francês de orgânicos. Segundo eles, em função dos produtores locais não conseguirem atender à crescente demanda por orgânicos, a alternativa encontrada tem sido a importação. Assim, a França importava, em 2013, mais de 60% das frutas e verduras orgânicas consumidas no país. A opção pela importação/exportação massiva, por sua vez, remete a outra crítica, o desperdício de alimentos e o alto custo energético da circulação global dos alimentos. Além disso, a política de importação/exportação caminha na contramão da valorização de princípios constitutivos da produção orgânica, como a promoção do vínculo e da confiança entre produtores e consumidores, via incentivo dos circuitos curtos de comercialização.

relações de confiança e mercados regionais (NIEDERLE; RADOMSKY, 2017; NIEDERLE; ALMEIDA, 2013).

Consonantes com essa perspectiva crítica, Souza, Batista e César (2019) e Caldas (2011) questionam a própria necessidade de os produtores se submeterem à certificação da produção. Segundo Souza, Batista e César (2019), a certificação perde relevância quando a comercialização é local ou regional, quando há vínculo entre produtores e consumidores e há confiança por parte dos consumidores nos processos de produção adotados. Nesses casos, as relações de vínculo e de confiança, que fazem parte da gênese da produção de orgânicos, dão origem às informações que os consumidores necessitam para tomar suas decisões e às condições para que essas informações circulem de forma corrente e simétrica entre todos os envolvidos no processo de comercialização. Caldas (2011) salienta que em muitas situações os pequenos produtores, especialmente os pertencentes à agricultura familiar, posicionam-se contrários à certificação, independentemente do tipo a ser empregado. A origem desse sentimento de resistência relaciona-se particularmente com preocupações acerca do princípio *confiança*. Segundo a autora, durante sua pesquisa, muitos pequenos produtores se perguntavam sobre qual o sentido de aderirem a um sistema de certificação pautado no senso de *desconfiança* e que, em última instância, os conduziria a uma situação de perda de liberdade diante de sua própria atividade.

Niederle e Radomsky (2017) argumentam que a decisão de parte dos produtores de abdicar dos processos de certificação traz consigo algumas adversidades, como entraves na utilização do selo de garantia orgânica e, conseqüentemente, restrições comerciais. Por outro lado, lhes possibilita reassumir o governo tanto sobre sua vida cotidiana (práticas, ações) quanto psíquica (identidades e subjetividades).

Finalizando essa breve problematização, importante salientar que, para obter o certificado de orgânico, os produtores devem adequar-se a uma série de requisitos, como desintoxicar o solo, não empregar adubos químicos e agrotóxicos, respeitar o Código Florestal Brasileiro, restaurar matas ciliares, preservar espécies nativas, respeitar normas sociais baseadas nos acordos internacionais do trabalho, promover o bem-estar animal e desenvolver projetos sociais e ambientais (INSTITUTO BIODINÂMICO, 2007).

Na sequência do texto, serão apresentadas as principais características dos três tipos de garantia da qualidade orgânica adotados no país. A garantia por terceira parte e os SPG's serão discutidos em maior grau de profundidade, destacando-se seus pontos críticos, desafios e perspectivas. A análise mais detalhada desses tipos de garantia se deve ao fato de a certificação

por auditoria externa ainda ser o tipo de certificação mais empregado no Brasil e pelos SPG's se constituírem como formato de certificação alternativo à auditoria externa.

2.2.2. Garantia da qualidade orgânica por empresa auditora

Esse processo de certificação também é conhecido como por auditoria, convencional, por auditoria externa e, finalmente, “por terceira parte” (CUÉLLAR PADILLA, 2008, p. 69).

Nesse tipo de certificação há um ator intermediário (auditor externo) entre produtores e consumidores. Esse ator deve ser uma entidade profissional, pública ou privada, acreditada por órgãos competentes. O auditor externo é responsável por gerar as garantias do processo e do produto e a confiança no consumidor. A certificação por auditoria externa é regida, internacionalmente, pela Norma ISO/IEC 65, que estabelece, de forma geral, quatro critérios regulatórios: *imparcialidade*, *confidencialidade*, *competência* e *independência*. Dependendo da perspectiva que se adotada, um ou mais desses critérios ganham relevância em relação aos demais. Diversos autores (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020; RADOMSKY, 2013; SABOURIN, 2011) destacam em suas análises os critérios *imparcialidade* e *independência*. Para Sabourin (2011), a certificação por auditoria externa se constitui a partir de: a) um nível rigoroso de registros – referência à *imparcialidade* documental; b) fiscalizações independentes e externas, em alusão à *independência* entre auditor e auditado; c) decisões centralizadas na figura da empresa auditora e embasadas estritamente em registros documentais – menções à *imparcialidade* e à *independência*. Hirata, Rocha e Bergamasco (2020) também realçam a importância da *independência* entre os atores envolvidos e da *imparcialidade* – alcançada, por exemplo, através do Plano de Manejo Orgânico (PMO) e dos registros diários das atividades. Finalmente, para Radomsky (2013), esse tipo de certificação se consuma através da aplicação criteriosa de princípios disciplinares (controle, normatização e inspeção), capazes de possibilitar o distanciamento entre certificados e certificadores, a rastreabilidade dos processos executados e a manutenção da objetividade. Esses resultados relacionam-se com os critérios *independência* e *imparcialidade*, responsáveis, em última instância, pela confiança na certificação.

Esse sistema de garantia certifica tanto produtores individualmente quanto em grupo, passando a ser denominado de certificação grupal. A certificação grupal é adotada, em geral, em benefício da redução dos custos do processo, uma vez que os custos são partilhados entre todos os membros do grupo certificado (CALDAS, 2011).

Na literatura, são diversas as avaliações críticas a respeito da certificação por auditoria externa. No quadro 2, abaixo, pode-se observar uma síntese das principais críticas.

Quadro 2 – Síntese das principais críticas à certificação por auditoria externa

Crítica	Descrição
<i>Essência</i>	<p>Baseada em uma relação centrada exclusivamente em dois polos opostos, o produtor e a empresa certificadora. Esse relacionamento bipolar alimenta uma racionalidade operativa que individualiza as demandas dos produtores, debilitando as estratégias de organização coletiva (cooperativismo, associativismo etc.) e as relações de confiança e reciprocidade entre os atores sociais (CALDAS, 2011).</p> <p>Além do mais, este tipo de certificação orienta-se pelo princípio da exclusão, afastando todos os que não se adéquam ao modelo (CALDAS; SACCO DOS ANJOS, 2013).</p>
<i>Lógica</i>	<p>Desconsidera a perspectiva de sistema, frequentemente adotada na ótica ecológica, e assume uma lógica centrada no produto (CALDAS, 2011; CALDAS; SACCO DOS ANJOS, 2013; SYLVANDER, 1997).</p> <p>Com base em uma lógica essencialmente mercantil, este sistema de certificação resulta, muitas vezes, em um controle excessivo das normas de uso do selo de orgânico, em detrimento do monitoramento das normas técnicas, como a obrigatoriedade de se utilizar apenas insumos orgânicos (SABOURIN, 2011).</p> <p>Além disso, de acordo com essa lógica mercantil, tanto empresas certificadoras quanto seus funcionários (auditores individuais) visam maximizar seus lucros. A busca pela lucratividade abre precedentes para a adoção de medidas que podem comprometer todo o processo, como os auditores facilitarem a certificação para determinados produtores, como forma de fidelizá-los, de ampliar seus clientes e, conseqüentemente, maximizar seus lucros (ALBERSMEIER et al., 2009).</p>
<i>Postura diante da garantia orgânica</i>	<p>Certificação é compreendida como atividade fim, uma vez que nesse tipo de certificação adequar-se às normas é o suficiente para que os produtos sejam reconhecidos como orgânicos (CALDAS, 2011; CUÉLLAR PADILLA, 2008).</p>
<i>Custos</i>	<p>Altos custos envolvidos com esse tipo de certificação atuam como barreira de mercado e de permanência para os pequenos produtores⁵⁰ (ÁVILA, 2011; HATANAKA; BAIN; BUSCH, 2005; MUÑOZ et al., 2016; SABOURIN, 2011; SACCO DOS ANJOS, 2013; SAMBUICHI et al., 2017; SOUZA; BATISTA; CÉSAR, 2019).</p> <p>Além disso, produtores que optam por esta via de certificação são, de certo modo, penalizados, dado que assumem todos os custos envolvidos no processo, enquanto aqueles que fazem uso frequente de insumos sintéticos e agrotóxicos estão livres tanto dos custos financeiros quanto dos esforços de gestão que este tipo de garantia demanda (CALDAS, 2011; SANTOS; HIGGINS, 2016).</p>
<i>Fragilidades na garantia do critério regulatório independência</i>	<p>Fragilidades surgem quando produtores escolhem quem será o seu certificador. A possibilidade de escolha reduz a confiança do processo, pois os produtores tenderão a escolher certificadores menos exigentes e com menores custos. Auditores com menores custos podem representar padrões de conformidade e de monitoramento das propriedades mais flexíveis (ALBERSMEIER et al., 2009).</p>

⁵⁰ Produtores com maiores áreas de produção (acima de 500 hectares) certificam mais em relação aos menores produtores, dado que possuem condições de assumirem os altos custos envolvidos no processo de certificação. Comparando-se os números da certificação entre produtores com áreas superiores a 500 hectares e produtores com áreas inferiores a 10 hectares, tem-se que no primeiro grupo a porcentagem de propriedades certificadas é de 10,9%, enquanto no segundo grupo o índice é de 5,6% (SOUZA, BATISTA E CÉSAR, 2019).

Efeito	Esse tipo de certificação leva a uma globalização de normas externas às propriedades rurais. Essas normas são, comumente, de autoria de grupos transnacionais e de grandes redes de varejo (HATANAKA; BAIN; BUSCH, 2005; SABOURIN, 2011). Delegar todo processo de certificação e concentrar as decisões em uma empresa externa, segundo uma relação contratual e mercantil, expõe os produtores a um contexto de dependência e de questionamentos quanto à própria capacidade de controlar seus processos produtivos e de validar a conformidade de seus produtos (SABOURIN, 2011).
Deficiências na formação dos auditores	Formação de auditores individuais podem ser insuficientes para ampliar os saberes a respeito dos processos de produção orgânicos, etapas de produção, gestão etc. (ALBERSMEIER et al., 2009; CALDAS, 2011).
Desconsiderar particularidades do meio rural	Ao equiparar grandes empresas agrícolas a pequenos agricultores familiares, a certificação por auditoria externa desconsidera as dimensões das unidades produtivas e os tipos de produtos cultivados, impondo esforços e normas de inspeção semelhantes para ambos. Assim operando, faz com que pequenos produtores tenham que executar, com frequência, operações desprovidas de sentido, uma vez que elas foram concebidas para atender às necessidades dos grandes produtores (SABOURIN, 2011).

Fonte: elaborado pelo autor

Caldas (2011) distingue, dentre essas críticas, aquelas que acometem especificamente a imagem de eficiência e segurança da certificação por auditoria externa:

- Certificação como um negócio: competição entre agências causa redução na qualidade das atuações (por exemplo, capacitando deficientemente seus auditores);
- Custos elevados: como forma de reduzir custos, certificadoras, em especial as de menor porte, evitam ao máximo passar por novas acreditações. Essa estratégia dificulta a harmonização entre as normas da certificação e a prática da auditagem;
- Relações de confiança entre acreditação e práticas de certificação: não há padrão estabelecido para o processo de acreditação, especificamente com relação às visitas fiscalizadoras das acreditadoras às certificadoras. Na prática, observa-se visitas muito distantes umas das outras (anuais ou até quinquenais). Além disso, normalmente, as decisões das acreditadoras são tomadas unicamente com base em inspeções nos escritórios das certificadoras e em análises documentais, não havendo nenhum acompanhamento das certificadoras em ação. Essa realidade tem ocasionado dificuldades das acreditadoras para identificar fraudes ou desvios de condutas;
- Efetividade das certificadoras: elas garantem produtos seguros e de qualidade ou apenas verificam adequação a procedimentos previamente estabelecidos? São capazes de apontar possíveis riscos para os casos de não conformidades?

2.2.3. Garantia da qualidade orgânica por Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade

A garantia da qualidade orgânica realizada por um OPAC é conhecida como participativa ou como Sistema Participativo de Garantia (SPG). O funcionamento de um SPG é baseado fundamentalmente no compartilhamento de experiências e saberes e na realização de visitas mútuas entre os produtores.

Em termos mundiais, há SPG's muito antigos, como o caso do francês *Nature et Progrés*, fundado em 1972. Entretanto, a grande maioria dos sistemas participativos são iniciativas recentes, datando do início dos anos 2000. A América Latina concentra o maior número de SPG's reconhecidos, inclusive com legislações próprias (CALDAS, 2011). No entanto, somente no Brasil, Bolívia, México e Uruguai os sistemas participativos possuem reconhecimento do Estado, condição que permite aos produtores comercializarem seus produtos em todo o mercado nacional, atendendo mercados públicos e privados.

No Brasil, a garantia participativa tem suas origens na Região Sul, com a experiência de uma rede de agricultores orgânicos que compuseram a Rede Ecovida⁵¹, pioneira na construção da garantia da qualidade orgânica com base no controle social⁵² (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020). Caldas (2011) considera a construção dos SPG's no país reflexo da capacidade de articulação política e do alto nível de protagonismo de setores sócio-políticos que se relacionam e apoiam a agricultura familiar. Ainda segundo a autora, o cenário nacional dos SPG's desperta muito interesse ao redor do mundo, como objeto de estudo para pesquisadores e para aqueles que buscam referências para desenvolverem sistemas semelhantes.

2.2.3.1. Princípios, estrutura e funcionamento

Embora, em um primeiro momento, o processo de certificação participativa no Brasil tenha sido percebido com certa desconfiança, principalmente pelos adeptos da certificação por auditoria, seu princípio originário é justamente a confiança. Nesse sistema de certificação, a

⁵¹ A Rede Ecovida conforma hoje o maior SPG do país, tanto em relação ao número de produtores certificados quanto a área de abrangência. Em função de sua respeitada experiência com a certificação participativa, influenciou diversos países a construir seus sistemas participativos, tornando-se, desse modo, uma das referências mundiais (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020).

⁵² Compreende-se como controle social o processo de garantia da conformidade orgânica através da organização dos próprios produtores. De modo geral, os mecanismos de controle social em SPG's são as visitas às propriedades e demais relacionamentos sociais entre produtores e consumidores, como feiras-livres, mutirões e reuniões (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020; MENDONÇA; MARQUES, 2018).

credibilidade no produto está intimamente relacionada à confiança na palavra dos produtores, ou seja, no potencial de as próprias comunidades conceberem a qualidade orgânica de sua produção. A garantia baseada na confiança da palavra de quem produz marca a principal distinção entre os SPGs e a certificação por auditoria (MEIRELLES, 2020).

A capacidade de os produtores assumirem o protagonismo do processo de normatização da produção relaciona-se a um “duplo conceito” presente nos SPGs, como *metodologia de avaliação de conformidade* e como *modo de organização social* das comunidades (MEIRELLES, 2020).

Quando prevalece a atuação do SPG como *modo de organização social*, ganha relevância a dinâmica do processo (reuniões, trocas de experiências, visitas), o compartilhamento de responsabilidades e o controle participativo por parte de todos os atores envolvidos com a produção, comercialização e consumo de orgânicos. Nessas condições, a certificação participativa ganha capacidade de adaptar-se à realidade dos pequenos produtores, econômica, social e culturalmente (FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020; MEIRELLES, 2020). Assim, analisando-se o desempenho dos SPGs a partir de seu “duplo conceito”, pode-se afirmar que o efeito gerado pela sua atividade como *modo de organização social* – a produção de valores, como confiança, senso de coletividade e protagonismo dos trabalhadores – é mais relevante do que o resultado de sua atuação como *metodologia de avaliação de conformidade* – a garantia do atributo orgânico (MEIRELLES, 2020).

Segundo dados da IFOAM (2008), citados por Caldas (2011), SPG’s são compostos pelos seguintes elementos fundamentais:

- *Visão compartilhada*: refere-se principalmente a interesses comuns entre produtores e consumidores, no que diz respeito aos princípios e, especialmente, sobre à consciência do *porquê*, *como* e *a quem* se atende por meio desse processo;
- *Participação*: credibilidade como consequência direta da participação ativa de todos os atores envolvidos com a produção e o consumo dos produtos;
- *Transparência*: regras devem ser claras e os atores interessados devem ter acesso à informação e estar cientes dos critérios praticados. O amplo acesso às informações deve ser aliado ao apreço pela privacidade e confidencialidade dos casos particulares;
- *Confiança*: mecanismos de controle social e cultural asseguram os processos de supervisão necessários para garantir a conformidade dos produtos e a confiança na palavra dos produtores e, conseqüentemente, no próprio sistema de certificação;

- *Aprendizagem*: além de um selo de garantia, SPG's visam gerar redes de conhecimento formadas por todos aqueles que participam da produção e do consumo dos produtos, colaborando para o desenvolvimento social e ecológico;
- *Horizontalidade*: no processo de garantia da qualidade orgânica não deve haver acúmulo de poder. Desse modo, todos os atores envolvidos no processo de garantia deverão compartilhar do mesmo nível de responsabilidades e disporem de capacidade para atuar em benefício da garantia da conformidade orgânica.

Segundo a legislação brasileira de orgânicos, sistemas participativos são constituídos por dois tipos de integrantes: *fornecedores*, compreendem os agricultores e suas organizações, e *colaboradores*, categoria mais abrangente, que reúne técnicos, consumidores e organizações. Enquanto membros dos SPG's, os *colaboradores* fazem parte da própria estrutura funcional da certificação participativa; responsabilizando-se por contribuir ativamente com a avaliação da conformidade e a produção da credibilidade orgânica (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020).

A legislação vigente prevê uma *comissão de avaliação* e um *conselho de recursos* como estrutura organizacional mínima para os SPG's. A *comissão de avaliação* é responsável por visitas de verificação de conformidade, a partir das quais pode estabelecer medidas corretivas e/ou penalidades, que são acompanhadas através de visitas de monitoramento. O *conselho de recursos* fica incumbido de analisar possíveis pedidos de recursos, por parte dos produtores, quanto à verificação de conformidade e de deliberar sobre esses pedidos (BRASIL, 2009, 2011). Os SPG's geralmente contam com uma ampliação dessa estrutura mínima, abrangendo estruturas de apoio, como *conselho de ética*, *tesouraria*, *secretaria* e *coordenação*. O *conselho de ética*, composto por agricultores, técnicos e consumidores, é a estrutura responsável pelo controle das avaliações de conformidade, por meio de visitas esporádicas às propriedades (PASSOS; ISAGUIRRE-TORRES, 2013).

Embora os SPG's sejam dinâmicos e adaptáveis às realidades locais, seu modo de funcionamento básico e seus objetivos são definidos pela Instrução Normativa nº 19/2009. Os objetivos das avaliações de conformidade via SPG são: fomentar ações preventivas, com propósito de atender às normas da produção orgânica; identificar não-conformidades; auxiliar os produtores a sanarem as não-conformidades e a aprimorarem os sistemas produtivos; possibilitar a troca de experiências entre os participantes (BRASIL, 2009). No quadro 3, confeccionado a partir de Camargo (2015) e Brasil (2009), encontra-se uma breve descrição das principais etapas de uma avaliação participativa da conformidade orgânica.

Quadro 3 – Principais etapas da certificação participativa

Etapa	Descrição
<i>Termo de compromisso</i>	Modelo fornecido pelo OPAC e preenchido pelo produtor. Nesse documento, em essência, fornecedores se autodeclararam produtores orgânicos.
<i>Visitas de verificação</i>	<p>Estabelecidas pelo manual de procedimentos do OPAC, necessitam ser antecipadamente preparadas, para que os envolvidos possuam informações suficientes para realizá-las. Precisam ainda: ser roteirizadas, identificando os itens que serão verificados; ser objetivas e não discriminatórias; emitir documentação a respeito dos requisitos regulatórios e dos critérios do SPG.</p> <p>Realizadas pelos próprios membros do SPG (via comissões de avaliação), objetivam promover a troca de conhecimentos e experiências entre os participantes, solucionar possíveis problemas e aperfeiçoar os sistemas produtivos. Devem ser realizadas, no mínimo, uma vez ao ano. No intervalo entre elas, deverão ser empregados, obrigatoriamente, outros procedimentos de controle social (visita de pares, participações dos produtores em reuniões do SPG etc.).</p> <p>No decorrer das visitas, os responsáveis pela avaliação da conformidade deverão ter livre acesso às instalações e à documentação das unidades de produção (orgânicos e, eventualmente, não orgânicos), do próprio estabelecimento ou de outras áreas que possam ter algum tipo de vínculo com a atividade verificada.</p> <p>Como forma de complementar as visitas agendadas, poderá haver visitas de verificação não agendadas e sem aviso prévio.</p>
<i>Visitas de pares</i>	<p>Processos complementares, nos quais integrantes de um mesmo SPG avaliam, mediante visitas, a adequação aos critérios e práticas de produção.</p> <p>É preciso registro escrito e assinado, com informações sobre o cumprimento da regulamentação pré-estabelecida; deve ainda constar em ata de reunião.</p> <p>Caso seja identificada não conformidades em unidades já certificadas, será solicitada uma nova visita de verificação às comissões de avaliação.</p> <p>Em geral, ocorrem antes das visitas de verificação, exercendo, assim, papel preparatório e consultivo, sugerindo aprimoramentos e monitorando as atividades realizadas nas propriedades.</p>
<i>Reuniões do OPAC</i>	<p>Não há frequência definida na legislação, embora esteja previsto que o estatuto do OPAC deva definir uma periodicidade para sua realização. Desse modo, há OPAC's com reuniões mensais e até mesmo anuais (com reuniões mais frequentes apenas do grupo local dos produtores).</p> <p>Constituem um importante espaço para pensar as decisões coletivas. Possibilita o encontro dos membros dos diversos grupos, amplia o conhecimento a respeito das unidades produtivas e leva a uma maior diversidade de opiniões a respeito das decisões a serem tomadas.</p>
<i>Emissão do certificado</i>	<p>Realizado por um organismo de avaliação da conformidade orgânica. Concede o direito ao uso do selo do SisOrg.</p> <p>Tem validade anual, mas pode ser cancelado, caso o produtor não cumpra alguma regra interna do SPG, como deixar de participar de atividades.</p>

Fonte: elaborado pelo autor

Ainda a respeito do funcionamento de um SPG, diversos autores (CAMARGO, 2015; PASSOS, 2020; PASSOS; ISAGUIRRE-TORRES, 2013; RADOMSKY, 2013) ressaltam a importância das visitas de verificação e de pares e problematizam alguns de seus aspectos.

Camargo (2015) enfatiza a necessidade e o valor de se garantir o olhar externo ao grupo nas visitas de verificação da conformidade, uma vez que grupos muito fechados podem facilitar o surgimento de práticas fraudulentas. Embora esse quesito ainda não seja contemplado na legislação, para a autora, essa seria uma forma de proteger os sistemas participativos da crítica de que são baseados em relações de compadres, em outros termos, no corporativismo, em falsas avaliações, em proteções mútuas, firmadas a partir de interesses comuns. Em contrapartida, a autora argumenta que durante a realização das visitas e reuniões surgem relações de compromisso entre os produtores, que podem restringir as possibilidades de fraudes no processo de certificação. Nessa perspectiva, aquele que não se adequar às normas perde o selo e, sobretudo, a confiança do grupo e a inserção na comunidade.

Ao discutir a relação visitante e visitado, Passos (2020), Passos e Isaguirre-Torres (2013) e Radomsky (2013) observam que os visitantes (encarregados do olhar externo) não são responsáveis apenas pela certificação da produção, mas também por produzir e compartilhar conhecimento, transformando o encontro (a princípio meramente burocrático) em um espaço privilegiado para o diálogo e a construção coletiva. Assim, a visita de pares deve ser cuidadosamente planejada, de modo a reunir condições propícias à troca de conhecimentos sobre temas que vão desde aspectos mais específicos e técnicos da produção, questões organizativas do SPG, até assuntos conceituais da própria agroecologia.

Finalizando o debate sobre o funcionamento dos SPG's, destaca-se alguns pontos que Radomsky (2013) identifica como centrais para sua efetividade: a) membros devem conhecer e visitar com frequência as propriedades certificadas, pois neste formato de certificação, a garantia é baseada no acompanhamento assíduo das propriedades e na confiança. Este é um fator decisivo para a distinção entre a certificação de terceira parte e a participativa; b) preservar as comissões de ética, responsáveis pelas visitas esporádicas às propriedades; c) produtores devem participar das reuniões nas propriedades dos membros do grupo de seu SPG (critério de participação); d) propriedades devem ser abertas aos demais membros do grupo (transparência); e) zelar pelos princípios políticos da agroecologia, de modo que o orgânico não se torne somente um nicho de mercado.

2.2.3.2. Problematizações sobre o processo de convencionalização

A certificação participativa é fruto de um longo processo de negociação, que envolveu produtores, consumidores, pesquisadores e entidades governamentais. No início dos debates, parte dos defensores desse modelo de garantia defendiam que a certificação deveria ser

voluntária e simplificada. Para esses produtores, as exigências legais de controle e de rastreabilidade da produção seriam dispensáveis, pois, além de não garantirem práticas genuinamente ecológicas (FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020), poderiam inibir as relações saudáveis entre produção e consumo de orgânicos e descaracterizar a certificação participativa, ao afastá-la da simplicidade (MEIRELLES, 2020). Além disso, a combinação de uma grande diversidade de produtos cultivados em muitas e pequenas propriedades de produção familiares praticamente inviabiliza a efetivação da exigência de registros.

Na prática, os requisitos de controle e rastreabilidade consomem muito tempo dos agricultores, os afastando de outras atividades (assistência técnica e compartilhamento de conhecimento) que poderiam potencializar ganhos de qualidade e de planejamento (FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020). Por outro lado, o fornecimento de informações aos sistemas oficiais⁵³ é fundamental, pois elas compõem a base necessária para implementação de políticas públicas de apoio ao setor. Logo, é tarefa dos SPG's buscar formas de registro mais harmônicas e adaptadas às suas realidades, de modo que essa etapa possa ser inclusiva e capaz de gerar informações de qualidade (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020).

Em certa medida, todas as considerações acerca do dilema controle-autonomia experienciado pelos SPG's relacionam-se com seu crescimento e com o conseqüente processo de “convencionalização” (DARNHOFER et al., 2010; NIEDERLE; ALMEIDA, 2013) da agricultura orgânica e das certificações. Passos (2020) nota que o processo de convencionalização conduz os sistemas participativos a duas situações críticas: a *relação com o Estado* e a busca de um *ponto de equilíbrio* entre crescimento e qualidade.

A relação entre SPG's e Estado é controversa, complexa e gera efeitos positivos e negativos. Por um lado, essa relação proporciona maior reconhecimento aos SPG's, possibilitando acesso a novos mercados, inclusive à exportação (PASSOS, 2020). Além disso, a partir do momento que o Estado passou a compartilhar com os demais atores o papel de definidor da estrutura do mercado de orgânicos, elaborando políticas específicas para a agroecologia e para a agricultura familiar, tornou-se um influente coordenador político e mediador de conflitos (SANTOS; HIGGINS, 2016). Em contrapartida, esse estreitamento de laços leva à renúncia de alguns princípios dos SPG's e a um maior enrijecimento em alguns aspectos não tão valorizados pelos sistemas participativos de garantia, como a normatização, a fiscalização e os instrumentos de controle (PASSOS, 2020).

⁵³ A exemplo do Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica (SigOrgWeb), do MAPA.

No âmbito dessa maior apreciação de instrumentos de fiscalização e de controle por parte dos SPG's, alguns autores (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020; MUÑOZ et al., 2016; PASSOS; ISAGUIRRE-TORRES, 2013) têm problematizado, por exemplo, a adoção do PMO. Embora a legislação se refira à necessidade de adequar-se às realidades sociais dos produtores, na prática, o PMO está descolado dessa realidade, dado que ele deve abranger questões demasiadamente complexas (MUÑOZ et al., 2016; PASSOS; ISAGUIRRE-TORRES, 2013), como ações de prevenção e mitigação de riscos, histórico de uso da área, aspectos geomorfológicos, dados da eficiência energética da propriedade. Além disso, são raras as formações voltadas para aprimorar a composição desses registros (MUÑOZ et al., 2016). No mais, essas dificuldades crescem em função da diversidade de produção das propriedades. Dessa forma, além de representar mais uma fonte de constrangimentos, o PMO funciona como uma espécie de incentivo à redução da diversidade produtiva (PASSOS; ISAGUIRRE-TORRES, 2013).

Mesmo diante dessas dificuldades, há autores (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020; PASSOS; ISAGUIRRE-TORRES, 2013) que visualizam o PMO como um mecanismo eficiente e necessário de análise e gestão da produção orgânica, cuja utilidade, contudo, talvez se limite à certificação via auditoria externa e à monocultura de orgânicos. Entretanto, como um instrumento legalmente obrigatório, o PMO perde parte de seu sentido quando passa de um instrumento de gestão e direcionamento do trabalho para mais uma tarefa a ser cumprida, mais uma fonte de adversidades (particularmente para os agricultores familiares). Agricultores com baixa ou nenhuma escolaridade se veem forçados a delegar sua concepção a terceiros, restringindo-se, assim, a meros executores do programa que recebem pronto.

Segundo Passos (2020), a relação dos SPG's com o Estado é conturbada porque está na essência dos primeiros uma dose de rebeldia e independência em relação aos órgãos oficiais. Preceitos como a participação ativa dos consumidores, o compartilhamento de responsabilidades entre todos os atores envolvidos e a confiança na palavra indicam uma forte necessidade de independência dos SPG's. Essa relação fica ainda mais delicada quando o próprio Estado, por meio de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, torna-se um importante consumidor dos produtos orgânicos⁵⁴. Passos (2020) presume que um relacionamento salutar entre SPG's e Estado se tornará viável a partir da existência de canais

⁵⁴ A título de exemplo têm-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), estabelecido em 2003, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado em 1955. Através do PAA o Estado adquire alimentos orgânicos de agricultores familiares e os distribui a pessoas vulneráveis socialmente, organismos públicos de alimentação, escolas da rede pública de ensino etc. Por meio do PNAE, o Estado oferece alimentos para alunos de toda a rede pública de educação básica e instituições comunitárias conveniadas.

efetivos de diálogo entre a sociedade e o Estado. Além disso, faz-se necessária a construção de mecanismos de controle adequados aos produtores e que estejam sob seu domínio, de forma que o processo de avaliação da conformidade possa ir além da garantia orgânica, tornando-se fonte de aprimoramentos para o sistema de produção e de autonomia e protagonismo para os produtores (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020).

Em relação ao ponto de equilíbrio entre crescimento/disseminação dos SPG's e a qualidade de sua atuação, Passos (2020) considera que os SPG's correm o risco de perder sua capacidade de atuar como *modo de organização social*, restringindo-se a apenas mais uma *metodologia de avaliação de conformidade*. Nesse sentido, a disseminação dos SPG's é um indicador de seu sucesso, mas, ao atrair muitos produtores interessados somente em uma certificação menos burocratizada e com menor custo financeiro, representa também um condicionante da qualidade de suas dinâmicas sociais (PASSOS, 2020). A compreensão de um SPG como uma simples certificadora de baixo custo e o desconhecimento de seus princípios constitutivos têm sido a causa de muitos conflitos internos e de limitações de sua performance (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020).

Cabe observar que os SPG's são recentes no Brasil e que estão em processo de construção e consolidação. Assim, a própria compreensão de suas duas dimensões, enquanto *metodologia de avaliação* e como *modo de organização social*, ainda é relativamente nova. Para que um SPG possa, simultaneamente, certificar a produção e organizar socialmente as comunidades, sua estrutura jurídica necessita estar atrelada a processos organizativos mais amplos, que estão, muitas vezes, na esfera da informalidade. Desse modo, reforçar a natureza social dos SPG's passa pela retomada de uma forma de agir baseada em menor grau de controle, de registros, em uma maior criatividade e inovação, na horizontalidade decisória e na intensificação da confiança na palavra dos produtores (PASSOS, 2020).

Para Hirata, Rocha e Bergamasco (2020), sistemas participativos não deveriam ser equiparados a certificadoras externas. Na perspectiva da legislação, o efeito de ambos os métodos é o mesmo, a garantia da conformidade orgânica. No entanto, os SPG's se distinguem das certificadoras externas por intermédio de seus princípios constitutivos – confiança, participação, horizontalidade, transparência, diálogo de saberes⁵⁵ e equidade de gênero e de geração.

⁵⁵ Compreendido, a partir de Santos (2001, 2010), como uma forma de (re)conectar saberes científicos e populares. Nessa perspectiva, resgata-se um paradigma não dualista de saber (conhecimento aceitável *versus* não aceitável), que se propõe a revogar os privilégios do conhecimento científico e a restaurar a credibilidade e a visibilidade das demais formas de conhecimento (crenças, experiências, saberes intuitivos e subjetivos etc.).

2.2.3.3. Desafios da garantia participativa da qualidade orgânica

Dentre os pontos que os SPG's ainda carecem aprimorar está a necessidade de se ampliar a participação dos consumidores no processo de garantia (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020; RADOMSKY, 2013) e alcançar equidade de gênero e de geração em todas as suas instâncias e estruturas (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020). Com respeito ao primeiro ponto, iniciativas como a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA)⁵⁶ e a conformação de redes de consumidores⁵⁷ apontam para um possível caminho e devem ser estimuladas. Quanto às adversidades enfrentadas para se ampliar a participação das mulheres e da juventude, Hirata, Rocha e Bergamasco (2020) reconhecem que ainda há muito a ser feito. A construção de regimentos que considerem esse debate e a criação de condições que estimulem mulheres e jovens a ocuparem postos decisórios nos SPG's são exemplos a serem seguidos.

Para Dias e Laurino (2020), outro desafio que se apresenta aos SPG's é o da sua simplificação, minimizando-se os efeitos de seu detalhamento excessivo, previsto pela legislação. Segundo os autores, restituir a simplicidade e a objetividade dos sistemas participativos é o caminho para torná-los ainda mais compatíveis às realidades sociais e culturais do país. Nesse mesmo sentido, Passos e Isaguirre-Torres (2013) e Hirata, Rocha e Bergamasco (2020) reforçam a necessidade de os SPG's intensificarem a compreensão segundo a qual a garantia do atributo orgânico em um sistema participativo não se consuma exclusivamente por meio dos registros escritos, mas sobretudo pelo respeito às dinâmicas participativas e pelo emprego de seus princípios fundamentais.

Passos e Isaguirre-Torres (2013) apontam, ainda, como outras dificuldades a serem superadas, a garantia da *transversalidade* e da *transparência interna* e a *sustentabilidade econômica*. Quanto ao primeiro ponto, os autores questionam o próprio papel centralizador do MAPA que, várias vezes, dificulta a interlocução com as entidades representativas dos produtores. Em relação à *sustentabilidade econômica*, a preocupação é com a possibilidade de

⁵⁶ Um tipo de organização social em que consumidores apoiam agricultores locais, através de relações econômicas (financiamento), mas também por meio da construção de relações de vínculo e de confiança. Neste tipo de empreendimento comunitário, há um grau de envolvimento entre consumidores e produtores muito mais acentuado do que nos modelos convencionais da agricultura. De forma geral, os consumidores, organizados em grupos, compartilham com os produtores os riscos do cultivo, financiando antecipadamente a produção. Em um segundo momento, os consumidores receberão uma cesta com os produtos cultivados.

⁵⁷ Como os grupos de consumo responsável (GCR's), iniciativas que visam construir coletivamente, por meio da ação direta com produtores, relações mais justas e solidárias entre campo e cidade. Resumidamente, os GCR's compreendem um conjunto de iniciativas que resistem ao cenário de crescente insegurança alimentar e de perda de vínculo entre o campo e a cidade. Desse modo, através de relações de confiança e apoio mútuo com os produtores, buscam fortalecer a produção local e viabilizar a comercialização de alimentos orgânicos a preços justos. Para uma discussão detalhada a respeito dos GCR's, ver GOLÇALVES, J. R.; MASCARENHAS, T. H. (Orgs.). Consumo Responsável em Ação: tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade. São Paulo: Instituto Kairós, 2017.

os SPG's se tornarem dependentes economicamente da captação de recursos externos (entidades de apoio) e que essa relação de dependência possa comprometer sua autonomia.

Segundo a perspectiva dos produtores, os principais desafios que devem ser enfrentados pelos SPG's são: contar com a participação efetiva dos consumidores no processo; obter reconhecimento e apoio de autoridades locais; superar as dificuldades na execução dos registros das atividades realizadas; enfrentar, no cotidiano, as longas distâncias tanto entre os produtores quanto entre eles e os consumidores; melhorar o grau de participação de alguns produtores, os auxiliando a compreender a lógica dos SPG's; criar estratégias para minimizar os problemas decorrentes da baixa escolaridade dos produtores e, finalmente, ampliar os serviços básicos ofertados no meio rural (CAMARGO, 2015).

2.2.4. Principais diferenças entre SPG e garantia da qualidade por auditoria externa

No decorrer dos itens que debateram as principais características das garantias participativa e por auditoria externa, diversas diferenças entre esses formatos de garantia da qualidade orgânica também foram pontuadas. O quadro 4, a seguir, apresenta breve sistematização dessas distinções.

Quadro 4 – Principais diferenças entre SPG e certificação por auditoria externa

Fonte de distinção	SPG	Auditoria externa
<i>Abrangência</i>	Em razão do método, dos custos e do grau de autonomia proporcionada aos produtores, é abrangente e adequado, inclusive, a setores que não conseguiam certificar sua produção	Em função de seu alto custo, é viável somente a setores com maior poder aquisitivo
<i>Lógica</i>	Orientada por uma visão integrada, sistêmica, segundo a qual demandas e soluções são coletivas e debatidas periodicamente nas reuniões dos comitês	Centrada no produto (selo de garantia), na individualização das demandas e na maximização dos lucros das certificadoras
<i>Orientação aos produtores</i>	Operações de <i>certificação</i> e de <i>orientação</i> aos produtores são integradas	Como regra, não há orientação aos produtores. Há apenas a possibilidade de se consultar o que é ou não permitido
<i>Decisões</i>	Descentralizadas entre todos os atores (horizontalidade). O compartilhamento de poder inclui a deliberação de certificar ou não a produção	Baseiam-se na verticalidade, na concentração de poderes nas auditoras. Estas, fundamentam-se exclusivamente em documentos produzidos pelo técnico responsável pela visita de verificação
<i>Responsabilidades</i>	Compartilhadas entre todos os envolvidos com o processo (técnicos, produtores, consumidores)	Em última instância, apenas os técnicos que visitaram as propriedades se responsabilizam, visto que é a análise da

		documentação por eles produzida que determinará o parecer de conformidade
Convivência	Há convivência entre todos os atores envolvidos, até mesmo entre técnicos e produtores	Não há convivência entre os envolvidos, pois todo o processo se resume a uma única visita de verificação anual do técnico às propriedades
Essência	Social: exigências de conformidade consideram o sistema técnico de produção, mas também as condições e fatores sociais de sua implementação e execução	Tecnológica: centrada em aspectos técnicos do sistema produtivo, no registro de informações e na análise documental (protocolar)
Soluções	Elaboradas a partir do debate entre os atores envolvidos (incluindo os produtores). Por serem fruto do diálogo entre todos os envolvidos, as respostas encontradas levam em consideração a realidade local das propriedades	Não há espaço para debate e construção conjunta de soluções. As não conformidades são, exclusivamente, razão para penalizar os produtores. Ao centrarem-se em padrões e saberes pré-estabelecidos pelas empresas auditoras, não consideram as especificidades dos produtores
Visitas	Podem ocorrer em até três momentos: <i>visita de pares</i> (caráter consultivo e orientadora), <i>de avaliação</i> (caráter decisório e orientadora) e do <i>conselho ou comissão de ética</i> (composto por agricultores, técnicos e consumidores; são esporádicas e responsáveis pelo controle das avaliações de conformidade)	Unicamente fiscalizadoras, realizadas em apenas um momento no ano e personalizada na figura do técnico

Fonte: elaborado pelo autor

2.2.5. Garantia da Qualidade Orgânica por Organização de Controle Social

As OCS's foram definidas e regulamentadas pelo Decreto número 6.323/2007, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Segundo este decreto, uma OCS pode ser conformada por um grupo, associação, cooperativa ou consórcio de agricultores familiares, previamente cadastrado no MAPA. Essa organização será responsável por gerar a garantia da qualidade orgânica por meio do diálogo mútuo entre pessoas ou organizações e pelos princípios *participação, comprometimento, transparência e confiança*.

Por intermédio das OCS's, os produtores familiares recebem uma *declaração de cadastro de produtor vinculado à OCS*, que confirmará que eles realizam controle social e que a produção oriunda de suas propriedades se adequa às normas técnicas da agricultura orgânica. Esse tipo de garantia da qualidade orgânica foi elaborado especificamente para produtores pertencentes à agricultura familiar. De posse da referida declaração, os produtores se tornam aptos a comercializar seus produtos orgânicos diretamente ao consumidor (feiras livres ou em

suas propriedades) ou no mercado institucional, em programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁵⁸ e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (ALVES et al., 2018; BRASIL, 2007; MARQUES; GASPARI; ALMEIDA, 2017; MOREIRA et al.; 2017; MUÑOZ et al., 2016). No Brasil, São Paulo e Pernambuco são os estados com o maior número de produtores credenciados em OCS's (GALHARDO; SILVA; LIMA, 2018).

Dado que a credibilidade orgânica é assegurada pelas OCS's, a legislação concedeu uma exceção quanto à obrigatoriedade de certificação de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar e que serão comercializados através da venda direta ao consumidor (ALVES et al., 2018; BRASIL, 2007). Todavia, produtores membros das OCS's não estão autorizados a fazerem uso do selo de garantia do sistema brasileiro de avaliação da conformidade orgânica (BRASIL, 2007; MOREIRA et al.; 2017). Apesar disso, o produtor poderá acrescentar no rótulo, ou mesmo no local de comercialização, a expressão: “Produto orgânico para venda direta por agricultores familiares organizados, não sujeito à certificação de acordo com a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003” (BRASIL, 2009, p. 19).

Para que as OCS's sejam reconhecidas pelo MAPA necessitam estar comprometidas com as seguintes condições: submeter-se ao controle social de seus membros (exercido por intermédio das visitas de pares e técnicas, reuniões, oficinas) e garantir o direito de seus consumidores visitarem as unidades produtivas sempre que desejarem (BRASIL, 2007).

Em uma OCS, a garantia da conformidade orgânica é assegurada: a) pela relação de confiança e de proximidade que se estabelece entre produtores e consumidores; b) pela organização dos próprios agricultores; c) por visitas que os consumidores realizam aos locais de produção; d) por visitas que os próprios membros realizam às propriedades de outros membros da OCS; e) por intermédio da participação ativa de produtores, técnicos e consumidores (MENDONÇA; MARQUES, 2018; MOREIRA et al.; 2017).

De modo geral, pode-se dizer que o pleno funcionamento de uma OCS depende de três preceitos, *articulação*, *controle social* e *responsabilidade solidária*. Por *articulação* compreende-se a interação entre os agricultores, bem como entre os demais atores envolvidos com as etapas de produção, comercialização e assessoria técnica. A *articulação* entre os atores se materializa através de reuniões e atividades práticas que são realizadas no cotidiano. Por seu intermédio, os agricultores se tornam preparados para se apropriarem dos princípios e das normas técnicas da produção orgânica, assim como para constituírem o *controle social*, preceito

⁵⁸ Em 2021, a partir da publicação da Medida Provisória 1.061/2021, o PAA foi substituído pelo Programa Alimenta Brasil (PAB).

fundamental para gerar e dar visibilidade à credibilidade. O *controle social*⁵⁹ se consuma mediante a participação direta dos membros em atividades coletivas ou individuais. Finalmente, a *responsabilidade solidária* (responsabilidade coletiva sobre a qualidade orgânica) decorre a partir do momento em que todos os membros do grupo compartilham do desejo de se fazer cumprir as normas da produção orgânica e, sobretudo, quando surge o sentimento de que todos são também responsáveis pelos casos particulares de desobediência às normas (MOREIRA et al.; 2017).

As OCS's podem gerar uma série de vantagens aos seus membros, dentre as principais destacam-se: menores custos, em relação às demais certificações; estímulo à troca de saberes e à aprendizagem contínua e mútua (MOREIRA et al.; 2017; MUÑOZ et al., 2016); ganho de autonomia para os produtores (MUÑOZ et al., 2016); estímulo ao trabalho em grupo; promoção de alianças e parcerias, por meio de projetos de apoio aos produtores⁶⁰; valorização da agricultura familiar; ausência de interferência de atravessadores e varejistas no processo de comercialização; e, por fim, corresponder à boa parte da trajetória que será trilhada pelos produtores que desejarem, futuramente, certificar sua produção através de sistemas participativos de garantia (MOREIRA et al.; 2017).

⁵⁹ Esse conceito é fundamental para se compreender a dinâmica da geração de credibilidade das OCS's. Entretanto, não se pode dizer que ele atua isoladamente nesse processo, uma vez que sofre influência de vários outros princípios, como *participação ativa e colaborativa* dos membros e colaboradores, *transparência e visão compartilhada* entre os envolvidos nas OCS's, *confiança e horizontalidade*, *autodeterminação e responsabilidade solidária* no desenvolvimento do sistema e dos grupos, *diálogo de saberes e processo de aprendizagem* na promoção da interlocução entre conhecimento popular e científico (MOREIRA et al.; 2017).

⁶⁰ Como fundos de reserva, projetos de assistência técnica e extensão rural (ATER), pesquisa e capacitação voltados para a agroecologia e a produção de orgânicos (MOREIRA et al.; 2017).

PARTE II – DESENVOLVIMENTO

3. MÉTODO

Para a consecução do objetivo de investigar como o processo de garantia da qualidade orgânica intervém na relação do produtor ecológico familiar com sua atividade, em termos de sentido, cooperação e dinâmica de reconhecimento do trabalho, esta pesquisa utilizou a abordagem metodológica qualitativa exploratória, aplicada no estudo de dois casos, Sete Barras e Socorro. Essa perspectiva metodológica se caracteriza por proporcionar interpretações subjetivas, apoiar-se em múltiplas fontes de dados, não ser totalmente estruturada, considerar as circunstâncias e as condições ambientais da pesquisa e a importância da proximidade entre o pesquisador e o fenômeno estudado. Logo, além dos dados, ganharam relevância a qualidade da relação estabelecida entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, as dinâmicas e os eventos que geraram os dados (MARTINS, 2012; SATO; SOUZA, 2001).

Durante a execução da pesquisa, concebida como um processo dinâmico, vivo, participativo, um “processo de convivência entre pessoas” (SATO; SOUZA, 2001), o método permitiu compreender os participantes em sua condição e como parte integrante da pesquisa, não apenas como fonte de dados, objeto de observação e interpretação.

Com base nas concepções da Ergonomia da Atividade, da Psicodinâmica do Trabalho e da Clínica da Atividade, a análise da atividade dos produtores ecológicos considerou, para além da atividade realizada, a mobilização subjetiva dos produtores no enfrentamento das situações reais de trabalho.

Por se tratar de uma pesquisa que investiga um fenômeno em execução, em um contexto real, adotou-se o estudo de caso como método de condução da investigação. Como fontes de evidências, foram utilizadas observações participantes de situações formais (visitas, reuniões) e informais (espaços de convivência, trabalho), conversas informais e entrevistas individuais em profundidade com produtores. As informações foram registradas em diário de campo. A presença de múltiplas fontes de evidências auxiliou no desenvolvimento de linhas convergentes de investigação sobre a validade dos constructos (EISENHARDT, 1989; YIN, 2001).

Nesta seção, apresenta-se o caminho adotado na pesquisa, abrangendo a descrição dos casos estudados e dos participantes, das fases da pesquisa de campo e da análise dos dados.

3.1. A pesquisa de campo

3.1.1. Caso 1: Agricultores ecológicos de Sete Barras/SP

Sete Barras localiza-se na região do Vale do Ribeira, a cerca de 200 km da cidade de São Paulo, possui aproximadamente 13.000 habitantes, extensão territorial de cerca de 1000 Km² e é conformada, majoritariamente, por bairros rurais. A economia do município baseia-se, sobretudo, na agropecuária e no serviço. Como principais produtos agrícolas, destacam-se a banana e o palmito pupunha.

Com relação aos indicadores econômicos e de desenvolvimento social, no ano de 2019, o município possuía salário médio mensal de 2,1 salários-mínimos; em 2010, 42.2% da população recebia rendimentos mensais de até meio salário-mínimo e o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,673, valor que dá ao município a 633^a posição no Estado de São Paulo e a 2598^a no Brasil. No ano de 2018, o PIB per capita do município foi de R\$ 28.760,00 (IBGE CIDADES, 2021).

Figura 1 – Localização do município de Sete Barras no Estado de São Paulo



Fonte: Wikipedia, 2021

Dentre as 12 propriedades de produção ecológica pesquisadas⁶¹, sete localizam-se no bairro do Guapiruvu. As demais estão distribuídas pelos seguintes bairros: Conchal Preto (1), Dois Irmãos (1), Lambari (2), Saibadela (1). Devido o Guapiruvu ser o bairro com maior concentração de propriedades estudadas e, principalmente, em virtude da sua relevância para o cenário da agricultura ecológica em Sete Barras, destaca-se, a seguir, algumas de suas características essenciais.

⁶¹ Considerando-se, nesse número, apenas as propriedades cujos produtores participaram da etapa da entrevista semiestruturada em profundidade.

Breve histórico do Guapiruvu

De acordo com relato dos moradores mais antigos do bairro, o Guapiruvu tem sua origem datada por volta de 1860, quando o Vale do Ribeira iniciou seu período de estagnação econômica, após o ciclo áureo de cultivo de arroz. Geograficamente, o Guapiruvu está situado entre os limites do município de Eldorado e os parques estaduais Carlos Botelho e Intervales⁶², a aproximadamente 30 km de distância do centro de Sete Barras, sendo cerca de 15 km por estrada de terra. O relativo afastamento das áreas urbanas do município, a proximidade com as áreas de preservação ambiental e o histórico de constituição do território são determinantes para se compreender a comunidade do Guapiruvu⁶³.

No Guapiruvu residem, hoje, aproximadamente 170 famílias, distribuídas, em sua maioria, em pequenas propriedades, as quais somente a comunidade local é capaz de identificar os limites, dado que, raras exceções, não são delimitadas por cercas ou muros. Segundo moradores mais antigos da comunidade, essa característica relaciona-se com os hábitos dos primeiros moradores do território, denominados como nativos ou caiçaras. No período em que o território do Guapiruvu era ocupado apenas pelos caiçaras, as terras não eram consideradas propriedades particulares. Eram tomadas como um local para habitar e plantar, enquanto as condições (solo, clima etc.) permanecessem favoráveis para o manejo das culturas que os interessavam, basicamente arroz, mandioca e milho. A partir do momento que as condições deixavam de ser convenientes, as famílias desvinculavam-se daquelas terras e saíam à procura de um novo local para se estabelecerem.

A condição quase nômade dos caiçaras e o seu relacionamento desinteressado, desprendido, com a terra, antagônico ao sentimento de posse, começa a se alterar por volta de 1950, cem anos após a chegada das primeiras famílias ao território. Segundo relatos dos moradores, a construção da BR 116, que liga o estado de São Paulo ao do Paraná, valorizou a região, atraiu a especulação imobiliária e deu início a um período de disputa por terras. Como consequência desse período, muitas famílias caiçaras foram violentamente expulsas do território e as que permaneceram viram-se forçadas a se tornarem trabalhadoras nas terras que, até pouco tempo, utilizavam livremente e que passaram a pertencer a famílias recém-chegadas,

⁶² Esses dois parques estaduais, em conjunto com a Estação Ecológica do Xitué e o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), compreendem a maior área contínua de mata atlântica do Brasil.

⁶³ Para um relato minucioso da história do Guapiruvu, consultar os trabalhos de Bernini (2009). De posseiro a assentado: a reinvenção da comunidade do Guapiruvu na construção contraditória do assentamento agroambiental Alves, Teixeira e Pereira, Sete Barras/SP. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; e Grigoletto (2018). O bairro Guapiruvu como lugar-organização: uma abordagem institucional do organizar. Tese de doutorado. Escola de Administração de Empresa de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas.

médios e grandes produtores, responsáveis por introduzirem o cultivo da banana e do gengibre na região. Desse modo, instaurou-se no território um conflito entre duas perspectivas muito distintas, de um lado, a lógica “moderna” da propriedade privada e da comercialização, de outro lado, a lógica tradicional, caiçara, de ocupar e cultivar a terra para a subsistência.

Após um período de acomodação, as famílias caiçaras remanescentes se reorganizaram e deram início a um período de disputa política pela terra, que culminou em 2005, com a instauração do assentamento agroambiental Alves, Teixeira e Pereira, localizado no extremo do Guapiruvu, na divisa com o município de Eldorado. Embora a trajetória de conquista do assentamento seja entoada com muito orgulho e considerada um hino de vitória pelos moradores do bairro, foi um processo longo, moroso e com muitas idas e vindas. Assim, mais de 15 anos após a instituição do assentamento, a estrutura disponível no local ainda é precária, não há energia elétrica e o único acesso ao assentamento se dá por uma ponte improvisada, de madeira, sobre o Rio Etá, um dos muitos rios que cortam a região.

Ainda como consequência do período de disputa pela terra, o Guapiruvu é marcado por uma forte identidade territorial e por sentimentos diversos em relação ao território e à comunidade. Para os moradores mais antigos, descendentes diretos das primeiras famílias caiçaras, prevalece o sentimento de que ainda há muito o que ser conquistado, no sentido da promoção da justiça aos que foram indevidamente expulsos de seu território. Dentre os moradores que adquiriram terras na região, conheceram e se sensibilizaram com a história do território, predomina o sentimento de responsabilidade com o ocorrido e de dívida com os caiçaras. Por fim, para aqueles que se estabeleceram mais recentemente e que pouco se envolveram com o território e a comunidade, há um sentimento de relativa indiferença, que pode ser traduzido pela máxima “é para frente que se caminha”.

Outro fato marcante na história do Guapiruvu, determinante para se compreender o modo de agir e de pensar de parcela significativa da comunidade, é a relação do território com a natureza e com as normas ambientais. Com o aumento das preocupações com a preservação ambiental⁶⁴, o fortalecimento dos movimentos ambientalistas e a promulgação, por parte do Estado, de novas normas ambientais⁶⁵, foram criados nas proximidades do Guapiruvu, no início dos anos 1980, os parques estaduais Intervales e Carlos Botelho.

⁶⁴ Em especial com a mata-atlântica, bioma que cobre toda a região do Vale do Ribeira e que é um dos biomas nacionais que mais sofrem com o desmatamento.

⁶⁵ Como a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e a publicação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), ambas nos anos 1980.

A criação das áreas de preservação ambiental foi determinante para o reordenamento das terras no território e incidiram diretamente no modo de viver da comunidade. A partir de então, áreas do antigo território caiçara não puderam mais ser utilizadas para a produção agrícola e algumas práticas tradicionais, como o sistema agrícola itinerante (SAI), ou roça de coivara⁶⁶, e o extrativismo vegetal passaram a ser consideradas ilegais. Conseqüentemente, a comunidade do Guapiruvu passou a conviver com tensão e instabilidade, em decorrência das constantes atividades de fiscalização, executadas pela Polícia Militar Ambiental, tanto em relação à terra quanto as suas atividades produtivas.

Ao mesmo tempo que trouxe novas tensões, a questão ambiental foi determinante para que se inaugurasse um novo modo de viver e se organizar no território. Dado que a fiscalização ambiental se tornou um fato, a estratégia adotada por parte da comunidade foi organizar-se em prol de um modo de vida que buscasse conciliar bem-estar comunitário e preservação ambiental. Nesse sentido, no final da década de 1990, a partir de um projeto socioambiental desenvolvido em parceria com a ONG *Vitae Civilis*, criou-se a Agenda 21, um planejamento estratégico que visou harmonizar os objetivos socioeconômicos e ambientais da comunidade. Desde então, o processo de organização comunitária intensificou-se, inúmeras organizações (associações de bairro e cooperativas) foram criadas⁶⁷ e os sistemas de produção de base agroecológica ganharam espaço, contrapondo-se ao manejo agrícola convencional⁶⁸.

Como um dos desdobramentos da Agenda 21, o início da produção agroecológica representa um marco para o bairro, na medida em que os princípios agroecológicos contribuíram para intensificar a mudança na forma de pensar de muitos produtores, modificaram a paisagem do território e estimularam novos antagonismos. Para a parcela de

⁶⁶ Basicamente, trata-se de utilizar uma determinada área para cultivo por um período curto e, em contrapartida, deixá-la descansar por longos períodos. No ciclo de plantio, inclui-se a derrubada e queimada da floresta e a rotação de culturas (NEVES et al., 2013).

⁶⁷ Por exemplo, Associação de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável do Guapiruvu (AGUA); Associação dos Assentados (ASAS); Cooperativa Agropecuária de Produtos Sustentáveis do Guapiruvu (COOPERAGUA); e Cooperativa da Agricultura Familiar de Sete Barras (COOPAFASB). A diversidade de instituições presentes na região é um bom indicador do grau de organização política da comunidade. No entanto, cabe ressaltar que essa organização vai muito além da organização política. Praticamente todas as demandas da comunidade do Guapiruvu (manutenção de estradas e pontes, criminalidade, transporte escolar, problemas de saúde de determinados moradores etc.) são debatidas, formal e/ou informalmente, pelos atores locais e encaminhadas conjuntamente, de modo que os envolvidos no processo se sintam, em algum grau, corresponsáveis pelas soluções adotadas.

⁶⁸ Segundo relato dos moradores, o crescimento do cultivo de produtos orgânicos na região foi motivado por duas questões: as pragas, que se alastraram e praticamente dizimaram as plantações de gengibre e banana na região, e as leis ambientais, que inviabilizaram as plantações convencionais de palmito juçara (cultivo tradicional entre os caiçaras), a extração de madeira das matas locais (que hoje constituem os parques de preservação ambiental) e a produção de carvão.

produtores que desejavam produzir em maior harmonia com a natureza, mas que até então não visualizavam alternativas e, portanto, seguiam inseridos no modelo convencional, a agroecologia simbolizou o caminho a ser seguido. Daí em diante, a adesão e a organização dos produtores em torno do manejo ecológico foi se dando em ciclos alternados, delimitados por períodos de esperança, conseqüentemente com maior adesão de produtores, e de desalento, nos quais o grupo se reduz e se enfraquece.

Independentemente desses ciclos, à medida que as roças agroecológicas foram se consolidando, a paisagem do bairro foi gradativamente sendo modificada. De uma estética derivada de roças “limpas”, sem mato, organizadas em talões visualmente bem delimitados e dedicados ao plantio de uma única espécie, a uma estética mais diversa, visualmente anárquica, fundada na policultura, na qual as roças “limpas” e organizadas estão lado a lado a roças baseadas no sistema agroflorestal, que figuram como verdadeiros oásis de vegetação nativa regenerada, como se pode observar nas figuras 2, 3 e 4, a seguir.

Figura 2 – Roça de banana convencional ao lado SAF



Fonte: autor

Figura 3 – Área de um SAF com bananas



Fonte: autor

Figura 4 – Roça convencional de banana



Fonte: autor

Outro efeito da adesão de produtores do bairro ao manejo agroecológico foi tornar o conflito de ideias a respeito das distintas lógicas de produção agrícolas explícito e muito presente. É provável que esse conflito já existisse, mas o estabelecimento dos manejos agroecológicos no território o transformou de latente para manifesto. Desse modo, temas relacionados aos benefícios e malefícios de ambos os modelos (agroecológico e convencional) passaram a ser debatidos de forma calorosa e contundente, em praticamente todos os espaços de convivência dos produtores (rodas de conversas informais, reuniões das cooperativas e associações, encontros familiares, durante atividades de trabalho etc.). Se, por um lado, o debate é sadio, suscitando reflexões e evidenciando contradições, por outro lado, muitas vezes, gera um clima de tensão que afeta a capacidade de escuta dos produtores e que contamina as próprias relações sociais da comunidade.

Atualmente, grande parte das propriedades agrícolas do Guapiruvu cultivam nos manejos ecológicos. Entretanto, praticamente todos os atuais produtores ecológicos cultivaram, durante décadas, no modelo convencional. A produção agrícola do bairro é baseada, principalmente, na banana, além de hortaliças e do palmito pupunha⁶⁹. Segundo dados fornecidos pela Cooperativa da Agricultura Familiar de Sete Barras (COOPAFASB), no ano de 2019, o valor por ela comercializado totalizou cerca de R\$ R\$ 2,5 milhões, sendo que 65% desse valor advém da comercialização da banana, 9% correspondem às hortaliças e 8% ao palmito pupunha.

Dentre as propriedades ecológicas, há produtores certificados e não certificados (organizados em OCS's). A certificação hoje existente na região é realizada em nome da COOPAFASB, que contrata o serviço de uma empresa auditora externa. Consequentemente, seus cooperados (aproximadamente 25 produtores⁷⁰) podem fazer uso do selo de orgânico e os custos do processo são divididos entre todos os cooperados.

Quanto às OCS's, são duas ativas atualmente no Guapiruvu, a OCS Vó Rosa (fundada em meados de 2015) e a OCS Projeto de Agricultura Sustentável (PAS), primeira OCS do Vale do Ribeira, fundada em 2012. Praticamente todos os produtores ecológicos do Guapiruvu, que são cooperados da COOPAFASB, fizeram ou ainda fazem parte de uma das OCS's do bairro, fato que comprova a relevância do trabalho executado por essas organizações na região. Infelizmente, em 2020 e 2021, em decorrência dos impactos da pandemia de COVID-19, parte

⁶⁹ Inserido no território, com apoio do governo do Estado, no início dos anos 2000. A pupunha configura como alternativa ao corte do palmito juçara, cujo manejo é restrito e regulado por legislação ambiental, e como iniciativa para a diversificação das fontes de renda dos produtores.

⁷⁰ A COOPAFASB está localizada em um bairro urbano, próximo ao centro de Sete Barras. Dentre seus cooperados, há produtores de diversos bairros do município, incluindo o Guapiruvu.

da rotina “viva” das OCS’s, como reuniões e visitas, que garantem contato entre produtores e destes com consumidores, deixou de ser realizada.

Hoje, no Guapiruvu, existem dois modelos de garantia da qualidade orgânica, a certificação por auditoria e via OCS’s. Os produtores ecológicos manifestam muitas críticas à certificação por auditoria: custos elevados; burocratização excessiva, principalmente relacionada ao registro e controle documental; limitação da avaliação, estritamente, à decisão referente à conformidade, abstendo-se de assessorá-los a respeito das dificuldades de adequação às normas. O incômodo com essa falta de orientação e de proximidade é tão intenso que os produtores se referem a esse modelo como uma “certificação em baciada”, pois diversas propriedades são visitadas em um único dia, a fim de viabilizar a verificação de todas as propriedades a serem auditadas em um curto período.

Em função dos problemas com a certificação por auditoria, somado aos limites de comercialização relativos à garantia da qualidade orgânica via OCS, produtores da região estão organizados em um grupo de trabalho que estuda a implantação da certificação participativa. No início da inserção do pesquisador no campo, o grupo estava se organizando para compor uma certificadora participativa para a região do Vale do Ribeira. Ao final, as expectativas dos produtores eram de aderir a um SPG já constituído e, em um segundo momento, após ganharem experiência e se fortalecerem, retomar os trabalhos de construção do próprio SPG.

Na atualidade, a principal forma de comercialização dos produtos orgânicos (tanto para produtores certificados quanto para membros das OCS’s) é o mercado institucional, via o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Através desses programas, a maioria dos produtores da região entregam seus produtos orgânicos para escolas do próprio Vale do Ribeira e das regiões do ABC e metropolitana de São Paulo. A venda direta ao consumidor, que sempre representou uma parcela menos significativa da comercialização de orgânicos na região, foi intensamente impactada pela COVID-19. Como consequência das restrições sanitárias e da necessidade de distanciamento social, espaços destinados à venda direta (feiras-livres e venda nas propriedades) foram inviabilizados.

3.1.2. Caso 2: Agricultores orgânicos e familiares de Socorro/SP

Socorro localiza-se na região da Serra da Mantiqueira, nordeste do estado de São Paulo, divisa com o estado de Minas Gerais, a cerca de 110 km de Campinas e 130 km da capital paulista. O município possui população estimada de aproximadamente 41.000 habitantes,

extensão territorial de 449 Km² e é constituída, majoritariamente, por bairros rurais (área rural: 430 Km²; área urbana: 19 Km²).

Quanto aos principais indicadores econômicos e de desenvolvimento social, no ano de 2019, o município possuía salário médio mensal de 1,9 salários-mínimos; em 2010, 26.2% da população recebiam rendimentos mensais de até meio salário-mínimo e o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,729, índice que dá ao município a 400^a posição no Estado de São Paulo e a posição 1052^a no Brasil. No ano de 2019, o PIB per capita do município foi de R\$ 21.849,00 (IBGE CIDADES, 2021).

Figura 5 – Localização do município de Socorro no Estado de São Paulo



Fonte: Wikipedia, 2021

A economia do município baseia-se na agricultura, na indústria de malhas e no turismo (modalidades convencional, rural e de esportes radicais). Impulsionada pela vasta área rural, a agricultura consiste na principal fonte de renda de cerca de um terço das famílias do município.

O setor de turismo tem destacado papel na economia do município. O fato de a cidade ser cortada pelo rio do Peixe e de a topografia local ser acidentada, origina muitas corredeiras e cachoeiras em toda a trajetória do rio, constituindo um ambiente propício para a prática de esportes radicais. Além disso, Socorro integra o Circuito das Águas Paulista, um consórcio composto por cidades da região, que objetiva organizar os municípios para explorarem seu potencial turístico. A cidade optou, ainda, por coibir a instauração de indústrias⁷¹ que pudessem trazer impactos ambientais, prejuízos à saúde pública ou causar incômodos à população. Essa legislação foi instituída em 2010, em razão de o município ser considerado uma estância hidromineral (SOCORRO, 2010). Vê-se que, em função de suas características, a cidade é marcada por uma atmosfera favorável para se pensar questões ambientais.

⁷¹ Lei nº 3406/2010, "Dispõe sobre o código de posturas do município da estância de Socorro e dá outras providências".

Breve histórico do município de Socorro

Socorro foi fundado em 1738 e declarada como município em 1883. De acordo com Borin (2013), a ocupação mais estável da região, ocorreu entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX. A história do município está intimamente relacionada ao período do desenvolvimento da cafeicultura em larga escala, no Brasil e no estado de São Paulo, e à chegada dos imigrantes italianos para trabalhar nas lavouras de café, com o fim da escravatura no país. O forte vínculo do município com o cultivo de café perdurou até os anos de 1930, quando se inicia o período de decadência do setor cafeeiro, determinado, em grande parte, pela queda da bolsa de Nova York (BORIN, 2013; OLIVEIRA, 2008).

Após um período de dificuldade financeira, nos anos de 1940 a região volta sua economia para os centros de cura⁷² e para o turismo. Nesse momento, também ganha relevância a atividade industrial relacionada ao envase de água mineral. A partir da segunda metade da década de 40, após um período caracterizado por oscilações econômicas, o turismo na região reestrutura-se e se estabelece como um traço representativo de vários municípios locais.

Breve apresentação da ANC

A Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC) é uma organização não governamental e sem fins lucrativos que, dentre outras atividades, dedica-se à certificação de produtos orgânicos, por intermédio de um Sistema Participativo de Garantia. As quatro unidades produtoras de orgânicos, de Socorro, participantes da presente pesquisa são certificados pelo SPG da ANC.

A ANC foi fundada em 1991, no município de Campinas (SP), por um grupo de produtores que buscavam estratégias alternativas às grandes redes varejistas, como meio para viabilizar o comércio de orgânicos. A partir de 1994, a ANC passou a atuar como certificadora, sem fins lucrativos, segundo o modelo de auditoria externa. Após um período de interlocução com outras certificadoras, ONG's e associações de produtores orgânicos, os membros da ANC optaram, no ano de 2010, por conformarem um SPG, constituindo o primeiro organismo participativo de garantia cadastrado no MAPA.

Desde então, a ANC vem se consolidando e hoje, após 12 anos como SPG e com um crescimento acentuado nos últimos cinco anos, tornou-se referência nacional no ramo da

⁷² Segundo Borin (2013), o saber científico investigada naquele momento os efeitos terapêuticos das águas, por isso o interesse nas águas termais de Socorro.

certificação participativa. Atua em mais de 40 municípios (distribuídos pelo estado de São Paulo e sul do estado de Minas Gerais), possui aproximadamente 30 grupos de produtores ativos (cada grupo é composto por no mínimo três produtores), totalizando 180 produtores no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) e a emissão de aproximadamente 100 certificados de orgânicos por ano. Possui articulação com diversas instituições do ramo da agroecologia⁷³, desenvolve projetos, oferece cursos e oficinas relacionados ao manejo orgânico e participa de diversas feiras-livres de orgânicos⁷⁴.

Diante do perfil diversificado dos produtores, espalhados em uma ampla extensão territorial, a produção certificada pela ANC também é muito diversificada, com ênfase na certificação de frutas, verduras e legumes. A ênfase nestes produtos se repete em Socorro, que, atualmente, conta com quatro grupos ativos de produtores ecológicos. As figuras 6, 7, 8 e 9, a seguir, ilustram algumas espécies produzidas em Socorro.

Figura 6 – Roça de caqui



Fonte: autor

Figura 7 – Roça de hortaliças



Fonte: autor

⁷³ Por exemplo, IFOAM, Articulação Paulista de Agroecologia (APA), Rede de Agroecologia do Leste Paulista (RALSP), Rede de Agroecologia da Unicamp, Comissão de Produção Orgânica (CPOrg) de São Paulo, Fórum de Sistemas Participativos de Garantia.

⁷⁴ Como as feiras-livres da Unicamp, do Ceasa e do Parque Ecológico, em Campinas, e as do Parque da Água Branca e do Parque Ibirapuera, em São Paulo. Vale mencionar que a feira do Parque Ecológico completou 30 anos, em 2021.

Figura 8 – Roça de tomate

Fonte: autor

Figura 9 – Roça de banana e pitáia

Fonte: autor

Funcionamento do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade da ANC

Todo funcionamento do OPAC da ANC se dá por meio da organização e da articulação dos produtores em seus grupos. Como dito, cada grupo necessita conter no mínimo três produtores. Cada novo integrante do OPAC precisa integrar-se a um grupo existente ou conformar um novo grupo, com produtores que ainda não façam parte da ANC.

Internamente, em cada grupo, os produtores são incumbidos de se apoiarem e de elegerem um coordenador. Este irá compor as comissões do OPAC, como de avaliação e o conselho de recursos. Além disso, os coordenadores ficam responsáveis pelas visitas de verificação a grupos distintos dos quais fazem parte.

Quanto à dinâmica das visitas, cada unidade produtora é visitada ao menos duas vezes ao ano. A primeira visita do ano é nomeada de visita de pares, possui caráter consultivo e, de certo modo, cumpre o papel de etapa preparatória para a visita de verificação. Desse modo, na visita de pares, os produtores preocupam-se, de modo geral, com: conformidade dos processos produtivos com as normas da legislação; composição da mão de obra; procedência e qualidade da água utilizada na propriedade; insumos utilizados (procedência e adequação à legislação); estrutura física das propriedades (locais para armazenar adequadamente insumos, equipamentos etc.); barreiras preventivas ao risco de contaminação por produtos químicos advindos de propriedades vizinhas; e conferência da parte documental, como os registros de compras de insumos e de vendas, o diário de campo e o PMO. A partir do observado e do acordado entre o grupo, encaminham-se sugestões de aprimoramentos, necessidade de realização de análises laboratoriais, prazos para sanar possíveis não conformidades, períodos de carência etc.

Findada a etapa das visitas de pares, iniciam-se as visitas de verificação. Todos os parâmetros observados nas visitas de pares serão novamente examinados. As principais diferenças entre as duas visitas é que a de verificação é deliberativa e necessita do olhar de um produtor externo ao grupo que está sendo visitado. Esse produtor assume a responsabilidade pela condução da visita e preenchimento da documentação de registro dela decorrente. Ao final do processo, o relatório da visita de verificação é apresentado em assembleia do OPAC, que deve contar com a presença dos visitados e dos visitantes. Com a aprovação da assembleia, os certificados são emitidos pelo prazo de um ano. Decorrido esse período, todo o processo se reinicia, como um novo ciclo.

3.1.3. Participantes

A seleção dos participantes⁷⁵ deu-se a partir de uma análise integrada dos objetivos de pesquisa e do vivenciado pelo pesquisador nos territórios estudados. Considerando-se os objetivos de pesquisa, um dos critérios foi o de garantir a diversidade da amostra, buscando-se assegurar a presença de “contrários”: produtores novos e antigos, certificados e não certificados, ativos e não ativos na construção do SPG, sujeitos com perspectivas diferentes sobre os principais temas pesquisados.

Assim, dentre os 12 participantes de Sete Barras (Anexo 7) encontram-se: ex-produtores orgânicos que estiverem presentes nas discussões ambientais no território, foram certificados e/ou participaram das OCS's; produtores que participam da certificação por auditoria e das OCS's; outros que participam apenas das OCS's; e um produtor que participa apenas da auditoria, mas que foi membro de uma das OCS's por dois anos. Em Socorro, os quatro participantes (Anexo 8) produzem orgânicos e são membros do SPG; dois deles têm um longo histórico na agricultura convencional; e três deles tiveram experiência com certificação por empresa auditora. Cada participante pertence a um dos quatro grupos de produtores do SPG. Os quadros 5 e 6, a seguir, sintetizam as principais informações a respeito dos produtores de Sete Barras e de Socorro, respectivamente.

⁷⁵ Todos os nomes utilizados no âmbito desta pesquisa são fictícios.

Quadro 5 – Produtores de Sete Barras

<i>Produtor</i>	<i>Família (casa)</i>	<i>Experiência profissional</i>	<i>Tempo na agricultura/Renda</i>	<i>Manejo/Mão de Obra</i>	<i>Principal cultura/comercialização</i>	<i>Garantia da qualidade orgânica</i>
<i>Antônio, 50 anos Pernambuco. Há 39 anos no Guapiruvu, Sete Barras Assentado 1ª série do EF</i>	Filho e neto (15 e 09 anos)	Agricultor	39 anos; R\$ 1.500,00	Ecológico (há 4 anos) e convencional “quase-ecológico”; Apenas o produtor	Banana e pupunha; Venda direta (institucional, ecológico) Venda indireta (atravessador, convencional)	OCS, há cerca de 06 anos
<i>Cláudio, 62 anos Paraná Assentado (2005)</i>	Esposa	Agricultor; Guarda florestal	32 anos; Um salário-mínimo e meio	Convencional; Foi ecológico por 5 anos; Contrata ajudantes para o corte de banana e palmito	Banana e pupunha; Venda indireta (atravessador)	Nenhum modelo; Foi membro de OCS
<i>Cristina, 29 anos Osasco/SP Há 23 anos em Sete Barras Superior incompleto</i>	Marido e dois filhos (13 e 2 anos)	Agricultora; Doméstica	10 anos; R\$ 1.800,00	Ecológico (há 2 anos); Produtora e marido	Pupunha; Venda indireta (cooperativa)	OCS há 2 anos; Certificação por auditoria em grupo (1 ano)
<i>Daniel, 72 anos São Paulo/SP. Superior em administração de empresa</i>	Esposa	Professor, Bancário, Mecânico Industrial e outras	18 anos; R\$ 1.500,00	Ecológico/SAF (há 8 anos); Produtor e esposa; Quando necessário, contratam ajudantes	Banana e pupunha; Venda indireta (cooperativa)	OCS há 8 anos; Certificação por auditoria em grupo (5 anos)
<i>João, 70 anos Sete Barras/SP. Ensino médio e técnico</i>	Esposa, 3 filhos adultos	Agricultor; Professor; Auxiliar de Enfermagem	60 anos; R\$ 3.000,00	Ecológico/SAF (há 21 anos); Apenas o produtor	Banana; Venda direta (OCS), indireta (cooperativa)	OCS (fundador); Certificação por auditoria em grupo
<i>Leandro, 43 anos São Paulo/SP. Superior em psicologia</i>	-	Agricultor; Psicólogo	15 anos	Ecológico (há 10 anos); Contrata 2 trabalhadores (CLT)	Pupunha; Venda indireta (lojas)	Auditoria por empresa contratada; Participou de OCS (1 ano e meio)
<i>Luciana, 38 anos Barueri/SP. Há 10 anos em Sete Barras Superior em administração de empresa</i>	Marido	Agricultora; Funcionária de cooperativa	14 anos; Menos de um salário-mínimo	Ecológico (há 5 anos); Produtora, ajuda esporádica do filho nas tarefas mais pesadas	Banana; Venda indireta (cooperativa)	OCS, há 5 anos
<i>Mariana, 58 anos São Paulo/SP. Há 6 anos em Sete Barras Superior em administração Pós-graduação em gestão empresarial</i>	-	Executiva de empresas; Administradora em ONG	6 anos; Menos de um salário-mínimo	Ecológico (há 3 anos); Apenas a produtora; Quando necessário, contrata ajudantes	Pupunha; Venda indireta (cooperativa)	OCS, há 3 anos; Certificação por auditoria em grupo (2 anos)
<i>Otávio, 61 anos Pariquera-açu/ SP (50 km de Sete Barras) Família de agricultores Superior em administração de empresa</i>	Esposa (presente no sítio aos finais de semana)	Administrador; Bancário; Professor; Vereador e Secretário de Agricultura	51 anos; R\$ 4.000,00	Ecológico/SAF (há 21 anos); Produtor e um auxiliar jovem (interesse de formação)	Banana, pupunha e juçara; Venda direta (OCS, institucional) e indireta (cooperativa)	OCS; Certificação por auditoria em grupo
<i>Pedro, 40 anos Sete Barras/SP Família de agricultores Ensino Médio</i>	Mulher e filho (criança)	Agricultor	30 anos; R\$ 3.200,00	Ecológico (há 2 anos); Produtor; Pai e irmão auxiliam no trabalho pesado	Banana; Venda indireta (cooperativa)	OCS, há 2 anos; Certificação por auditoria em grupo (recém certificado)

Renato, 42 anos <i>Caicara do Guapiruvu, Sete Barras/SP</i> <i>Família de agricultores</i> <i>Ensino Médio</i>	Pai e mãe	Metalúrgico; Motorista (ainda atua)	7 anos	Convencional “quase-ecológico”; Foi ecológico por 4 anos; Contrata ajudantes para o corte de banana	Banana; Venda indireta (lojas)	Foi membro de OCS (2 anos); Foi certificado por auditoria em grupo (2 anos)
Valter, 53 anos <i>Eldorado/SP (vizinha de Sete Barras)</i> <i>Há 30 anos no Guapiruvu</i> <i>Assentado</i> <i>4ª série do EF</i>	Esposa	Agricultor; Artesão; Construtor; Diarista em outras roças (esporadicamente)	40 anos; Cerca de um salário-mínimo	Convencional; Foi ecológico por 2 anos; Apenas o produtor	Banana e pupunha; Venda indireta (atravessador)	Foi membro de OCS (2 anos)

Fonte: elaborado pelo autor

Quadro 6 – Produtores de Socorro

<i>Produtor</i>	<i>Família (casa)</i>	<i>Experiência profissional</i>	<i>Tempo na agricultura/ Renda</i>	<i>Manejo/ Mão de obra</i>	<i>Principal cultura/ comercialização</i>	<i>Garantia da qualidade orgânica</i>
Henrique, 49 anos <i>Socorro/SP;</i> <i>Família de agricultores</i> <i>Superior em biologia</i>	-	Serviços gerais; Coletor de sementes; Professor; Educador ambiental	30 anos; R\$ 2.500,00	Ecológico (há 10 anos); Apenas o produtor	Beringela, alho, feijão, cebola, cenoura, morango e tomate; Venda direta (consumidor)	SPG (6 anos); Foi certificado por empresa auditora (4 anos)
José, 54 anos <i>Socorro/SP;</i> <i>Família de agricultores</i> <i>Ensino médio e técnico (contabilidade)</i>	Esposa e filhas (casa próxima à roça)	Agricultor	44 anos; R\$ 2.000,00	Ecológico (há 22 anos); Produtor e esposa; Filhas auxiliam na parte documental da certificação; Quando necessário, contratam ajudante	Legumes e tubérculos (milho, batata inglesa, bata doce, mandioca e cenoura); Venda direta (feiras livres, cestas em domicílio) e indireta (lojas especializadas)	SPG (10 anos); Foi certificado por empresa auditora (12 anos)
Júnior, 50 anos <i>São José do Rio Preto/SP</i> <i>Em Socorro há 24 anos</i> <i>Superior em engenharia agrônoma</i>	-	Agricultor	22 anos; Entre R\$ 3.000,00 e R\$ 4.000,00	Ecológico (há 22 anos); Contrata 2 trabalhadores (CLT)	Tomate, pimentão, caqui, shimeji e aveia; Venda direta (consumidor) e indireta (outros produtores, lojas)	SPG (10 anos); Foi certificado por empresa auditora (12 anos)
Roberto, 40 anos <i>São Paulo/SP</i> <i>Em Socorro há 21 anos</i> <i>Ensino Médio</i>	Esposa e filha (casa na própria roça)	Agricultor; Comerciário	13 anos (5 anos como profissional) R\$ 3.000,00	Ecológico (13 anos); Produtor e esposa; Contrata ajudante, esporadicamente, para atividades de maior esforço	Tomate, pitaia, abobrinha, pepino, vagem e uva; Venda direta (consumidor) e indireta (outros produtores)	SPG (5 anos)

Fonte: elaborado pelo autor

3.1.4. Etapas da pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada em quatro etapas: 1) *Inserção do pesquisador na realidade da agricultura ecológica familiar e nos processos de garantia da qualidade orgânica*; 2) *Observações das atividades de trabalho e das dinâmicas do SPG e das OCS's*; 3) *Entrevistas semiestruturadas em profundidade*; 4) *Validação em grupo*. Embora as três primeiras etapas sejam apresentadas separadamente, na prática da pesquisa, elas foram interdependentes.

1) *Inserção na realidade da agricultura ecológica familiar e nos processos de garantia da qualidade orgânica*

Esta etapa envolveu visitas a unidades produtoras de orgânicos, conversas informais com trabalhadores, gestores e lideranças locais. Foram realizadas conversas com produtores e visitas em propriedades agrícolas no município sul mato-grossense de Dourados e nos municípios paulistas de São Carlos, Ubatuba, Terra Roxa, Sete Barras e Socorro (Anexo 1). Definiu-se, então, os municípios estudados: Sete Barras, selecionado porque há OCS's ativas e os produtores estão em processo de composição da certificação participativa; e Socorro, devido os produtores serem certificados por meio do modelo participativo.

Para incursão no campo, o pesquisador frequentou espaços coletivos em ambos os municípios, como reuniões de associação de bairro, cooperativas, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, visita da certificadora por auditoria da COOPAFASB, de Sete Barras.

As incursões no campo exigiram do pesquisador uma série de levantamentos, estudos e contatos, a fim de que as experiências de campo pudessem ser mais bem aproveitadas, especialmente porque a pandemia implicou o adiamento do início da pesquisa⁷⁶ e instaurou um cenário de insegurança quanto ao acesso ao campo.

Durante esta etapa o pesquisador pode familiarizar-se com o objeto pesquisado, conhecer os produtores e as propriedades, identificar caminhos para o desenvolvimento da pesquisa. Como a primeira inserção no campo se deu em Sete Barras, por 14 dias consecutivos (fev/2021), o pesquisador pode finalizar o quadro preliminar com as dimensões (Anexo 2) e aspectos que seriam observados de cada constructo estudado e estabelecer o roteiro preliminar de entrevista (Anexo 3), os quais vinham sendo construídos com base em pesquisa bibliográfica e conversas com produtores ecológicos de outros municípios. Em Socorro, esta etapa foi realizada em apenas quatro dias (jul/2021), devido à situação da pandemia de COVID-19 naquele momento.

O quadro a seguir, com os constructos, suas dimensões e respectivos indicadores (aspectos observados⁷⁷), foi utilizado como referência para as demais etapas da pesquisa, sendo que seu emprego mais direto e objetivo se evidenciará nos capítulos dedicado aos resultados.

⁷⁶ A pesquisa de campo teria início em meados de 2020. Em função da pandemia foi adiada para fevereiro de 2021, em Sete Barras, e abril de 2021, em Socorro. Entretanto, a situação da região de Socorro em relação à pandemia implicou novo adiamento, sendo a pesquisa iniciada no território em julho de 2021.

⁷⁷ No quadro 7, os indicadores (aspectos observados) representam as discussões finais identificadas nas entrevistas, observações e conversas informais com os produtores. No início da pesquisa, os aspectos observados representavam um grupo maior de itens (Anexo 2) que serviram de referência para a coleta de dados.

Quadro 7 – Constructos de pesquisa, dimensões e aspectos observados

Constructo	Dimensão	Indicadores
Cooperação	Espaços coletivos	Reuniões (frequência e efetividade) Visitas (frequência e efetividade)
	Compartilhamento	Compartilhamento de equipamentos Compartilhamento de força de trabalho Compartilhamento de informações, soluções, conhecimentos e vivências Compartilhamento de problemas e sofrimentos Compartilhamento de responsabilidades
	Coletivo coeso	Consolidação de acordos e regras de trabalho Estratégias e mecanismos para lidar com constrangimentos Relações baseadas na responsabilidade e na reciprocidade
	Organização do trabalho	Distribuição de tarefas entre os sujeitos Grau de autonomia diante da atividade Adaptação de normas e conhecimentos aos anseios e necessidades dos trabalhadores
Reconhecimento	Confiança	Confiança na utilidade e na qualidade da atividade/solução dos membros
	Identidade	Relação com a própria função: reconhecer-se em sua atividade Lugar que ocupa no grupo: reconhecimento pelo outro Mobilização de si para o trabalho: inteligência, saberes, experiências e engenhosidades
	Processos de retribuição	Mecanismos objetivos de retribuição: salários, benefícios Mecanismos simbólicos de retribuição: ser consultado, respeitado, convocado a mobilizar sua inteligência e competência no desenvolvimento das soluções
Sentido	Valores pessoais e/ou coletivos	Visão a respeito do trabalho Trabalho moralmente aceitável e socialmente responsável Orgulho e identificação Sentimento de pertencimento coletivo
	Relações sociais	Vínculo entre atores Relação trabalho-família Relação trabalho-contexto social
	Coerência e equilíbrio	Sufrimento <i>versus</i> autorrealização

Fonte: autor, com base em Clot (2006, 2010), Dejours (2004, 2012a, 2012b), Falzon (2007) e Guérin (2001)

Considerando-se que o quadro 7 foi concebido tanto pela abordagem indutiva, a partir do referencial teórico, quanto pela dedutiva, com base na inserção no campo de pesquisa, pode-se dizer que sua construção se deu a partir de uma abordagem abdução.

2) Observações das atividades de trabalho e das dinâmicas do SPG e das OCS's

Em ambos os territórios as observações foram iniciadas antes das entrevistas formais, mas tiveram continuidade durante a realização delas. Visando tornar essa etapa efetiva para o cumprimento do objetivo de pesquisa, a execução das observações guiou-se pelos constructos, dimensões e aspectos observados (Quadro 7). Os participantes foram observados enquanto realizavam suas atividades de trabalho em sua rotina nas roças e outros espaços, incluindo em reuniões. Durante as observações o pesquisador estabelecia conversas, por vezes colaborava com a atividade executada, de forma a minimizar a distância pesquisador-produtor e deixar os produtores à vontade. As observações constituíram a maneira mais direta de abordar a atividade e proporcionaram ao pesquisador maior proximidade com o tema estudado.

Quanto às observações da rotina dos produtores, permitiu conhecer o modo de funcionamento das propriedades e como os produtores vivenciavam o seu trabalhar, ou seja, quais as principais atividades desenvolvidas e estratégias que adotavam diante de situações reais. Foram observadas diversas atividades, dentre elas: plantação e colheita da produção; carregamento e descarregamento de caminhão; tratamento da colheita (carregar, despencar, lavar, empacotar); manutenção da roça (podar árvores, criar trilhas, desbastar, roçar); registro de informações. A figura 10, a seguir, diz respeito à atividade de corte e carregamento do palmito pupunha.

Figura 10 – Carregamento de palmito pupunha



Fonte: autor

Quanto às atividades ligadas à rotina do SPG em Socorro, foram observadas: cinco reuniões do OPAC; circuito de visitas de pares do grupo A (três propriedades); circuito de visitas de pares do grupo B (duas propriedades); bateria de visitas de verificação dos grupos A

e C (três propriedades); visita de verificação do grupo D. No caso da rotina das OCS's de Sete Barras, foram observadas três reuniões do grupo de constituição do SPG, em Sete Barras; as demais reuniões e visitas das OCS's estavam suspensas em função da pandemia de COVID-19.

Os dados concernentes às observações e conversas informais eram registrados em diário de campo, logo depois de sua realização, em uma pequena caderneta – carregada sempre no bolso pelo pesquisador, para não chamar a atenção dos produtores. Dessa forma, evitou-se a inserção visual de um instrumento que acentuasse a distância pesquisador-produtor ou que levasse o produtor a interromper sua fala, aguardando a anotação. Os registros iniciais mais curtos, feitos ali no campo, entre um intervalo e o retorno para a roça, eram, em um segundo momento, revisados e detalhados.

Os registros no diário de campo versavam sobre fatos ocorridos durante a rotina de trabalho dos produtores e sobre dúvidas, interpretações e ideias do pesquisador. O diário de campo foi uma peça fundamental para a estruturação dos dados coletados, pois possibilitou, através do processo de escrita, leitura, reescrita e releitura, à luz do vivido com os produtores, identificar os dados mais significativos em relação aos objetivos da pesquisa; colaborou, em conjunto com as conversas informais, para aprimorar e personalizar o roteiro preliminar das entrevistas e identificar os produtores participantes; funcionou ainda como um elo intermediário entre a experiência de inserção no campo e a bagagem teórica (GEERTZ, 1999).

3) *Entrevistas semiestruturadas em profundidade*

As entrevistas em profundidade foram realizadas a partir de um roteiro preliminar com 16 produtores, sendo 12 em Sete Barras e 04 em Socorro. Trata-se de um roteiro semiestruturado, que conciliou um conjunto de três eixos e de aspectos que seriam explorados, definidos a partir dos objetivos da pesquisa, com informações advindas do campo de pesquisa. O roteiro foi complementado quando trechos do diário de campo, sobre situações vivenciadas pelos entrevistados, remeteram a questões que precisavam ser aprofundadas. Nessa perspectiva, as entrevistas representaram também oportunidade para sanar dúvidas e aprofundar a compreensão de questões ainda não suficientemente compreendidas. Ou seja, as entrevistas semiestruturadas garantiram ao pesquisador uma maior liberdade de variar os questionamentos de acordo com os rumos que as respostas tomavam, respeitando-se a singularidade dos entrevistados. Na condução das entrevistas, buscou-se construir um clima descontraído que facilitasse a expressão dos produtores, sendo realizadas quando já estavam minimamente

familiarizados com o pesquisador e em espaços de seu cotidiano (casa, roça ou cooperativa). Elas foram gravadas e transcritas em sua integralidade, com consentimento dos participantes⁷⁸.

O roteiro contou com duas partes, a primeira voltada para a identificação do produtor (idade, sexo, naturalidade, escolaridade, renda mensal proveniente da agricultura, condições de moradia, composição/situação familiar, produtos cultivados) e a segunda com os eixos investigados, os aspectos e as questões explorados em cada eixo. O quadro a seguir, apresenta a segunda parte do roteiro, com exemplos de questões (roteiro completo – Anexo 3).

Quadro 8 – Roteiro de entrevista – Parte II

Eixos	Aspectos explorados	Exemplos de questões
História e cotidiano	Trajetória pessoal	O que o levou à agricultura orgânica?
	Objetivos de vida e desejos	Quais são seus sonhos/objetivos de vida?
Trabalho e garantia da qualidade orgânica	Trabalho e vida pessoal (saúde, família, tempo, espaço)	Como é trabalhar com a família?
	Rotina de trabalho	Fale um pouco sobre como é seu dia de trabalho.
	Garantia/certificação	Como é avaliar a produção de um colega?
	Situações reais de trabalho, a partir das observações e dos registros do diário de campo	Como sabia que essa ação daria o resultado esperado?
Trabalho e subjetividade	Cooperação e instâncias de cooperação	Quando está difícil terminar uma tarefa sozinho, o que costuma fazer?
	Reconhecimento	Como você é visto pelas pessoas de sua comunidade?
	Sentido do trabalho	O que você acha que tem de mais interessante no seu trabalho?

Fonte: elaborado pelo autor

4) Validação em grupo

Como parte de uma abordagem metodológica reflexiva do trabalho, a validação parte do pressuposto de que falar da própria atividade com outros cria condições de emergir subentendidos e possibilita que o sentido atribuído pelo pesquisador traduza a realidade da relação entre tarefa, operador e atividade. Assim, faz-se em conjunto uma análise da atividade.

A validação visou garantir que o sentido concebido pelo pesquisador fosse aquele “enunciado” pelos participantes, bem como produzir debates que alimentassem a análise do material. É essencial esclarecer que falar de sentido, vai além da aparência do que é dito pelo sujeito, busca-se olhar para similaridades, complementaridades ou contraposições de um sujeito

⁷⁸ O consentimento formal foi estabelecido através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

e entre sujeitos, de forma a olhar o “não dito”, mas que pôde ser apreendido pelo pesquisador no processo, pela forma e o tom com que é enunciado. Sendo assim, para esta etapa, o pesquisador realizou uma análise preliminar das informações obtidas nas etapas precedentes da pesquisa, de forma a propor interpretações e proposições que foram discutidas e aprimoradas pelos produtores durante o processo de validação. Assim, para os encontros de validação foi produzido um texto (Anexo 4), que envolveu a articulação dos dados obtidos através dos distintos instrumentos de pesquisa (BARDIN, 2011), a fim de ser discutido com os participantes, contendo as interpretações e hipóteses do pesquisador sobre as dimensões de cada constructo pesquisado, além de dúvidas e tópicos de destaque.

A validação foi realizada em um único encontro com cada grupo de produtores. Em Sete Barras, foram constituídos dois grupos, sendo um no Guapiruvu, com produtores do bairro, e outro na COOPAFASB, com produtores dos outros bairros. No Guapiruvu, o grupo contou com 06 dos 07 produtores participantes da pesquisa e um convidado. Na COOPAFASB, estiveram presentes 03 dos 05 participantes, além de 02 convidados (Gabriele, a esposa de um dos participantes, e Augusto, um pesquisador interessado no tema). Em Socorro, ocorreu apenas um grupo, com 03 dos 04 produtores participantes. Tem-se, assim, que 12 dos 16 entrevistados estiveram presentes nesta etapa. Vale salientar que os 04 ausentes fizeram questão de justificar o não comparecimento. Esta última etapa da pesquisa de campo foi realizada em set/2021, em Socorro, e em nov/2021, em Sete Barras.

No início do encontro foi retomado o objetivo da pesquisa e especificado o objetivo da etapa de validação e, em seguida, procedeu-se a discussão em torno das dimensões de cada constructo estudado (Quadro 7). O encontro foi conduzido de modo a garantir circulação da palavra e confrontação do pensar, como via de acesso à vivência subjetiva e intersubjetiva do trabalho. O pesquisador primou por estabelecer um clima de conversa, o que facilitou expressão dos participantes e evitou o monopólio da fala. Compreendeu um processo de intermediação das experiências do pesquisador na realidade estudada com as experiências dos produtores com e entre si, delineando-se uma interpretação mais aprofundada da organização do trabalho, das relações com a atividade e o seu fazer. No mais, o encontro serviu como uma devolutiva da pesquisa aos participantes.

Ao final, as proposições puderam ser aprimoradas, de forma que melhor traduzissem o sentido atribuído pelos produtores, inclusive quando da ocorrência de mais de um sentido, contradições ou pontos de vista divergentes. Com base na discussão dos encontros de validação, a lista de indicadores foi revista, conformando-se a lista final (Quadro 7).

3.2. Análise dos dados

Para a análise dos resultados, foram selecionadas, em cada entrevista, trechos ilustrativos dos três constructos pesquisados (cooperação, reconhecimento e sentido), bem como da organização do trabalho, dos componentes e determinantes do trabalho na agricultura ecológica. Em coerência com o método de pesquisa, partiu-se de eixos/tópicos de destaque, baseados no material que emergiu do encontro pesquisador-produtores. Os dados foram interpretados por meio de sua articulação com os objetivos da pesquisa e a base teórica adotada.

Adotou-se como referência a análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011). Segundo o autor, a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos a partir de dados e fenômenos, recorrendo-se sempre a indicadores, sejam quantitativos ou qualitativos. Dessa forma, a análise do material foi organizada em quatro fases, a seguir:

Na *pré-análise*, foram identificados e tabulados os materiais provenientes das entrevistas e observações que seriam analisados (Anexo 5 – Ex. produtor Daniel), considerando-se sua relação com os indicadores das dimensões dos constructos estudados. Deu-se início à revisão da lista de indicadores e foram formuladas as primeiras proposições, para embasar as interpretações.

Na etapa seguinte, *exploração dos materiais*, foram identificados e tabulados os trechos dos depoimentos dos entrevistados concernentes a cada indicador, pertencente a uma determinada dimensão de um dos constructos (Ex: constructo *reconhecimento* – dimensão *identidade* – indicador *relação com a própria função* (Anexo 6 – Ex produtor Daniel).

Na fase de *tratamento dos resultados*, passou-se a agregar ideias similares, complementares e contraditórias entre o que foi expresso pelos produtores nas entrevistas e conversas informais e as observações do pesquisador. Nesse momento, as ideias centrais de cada trecho de fala foram destacadas em negrito.

Por último, na fase de *inferência e interpretação*, foram estabelecidas interpretações e hipóteses com base na literatura, transformadas em afirmações (que compuseram um texto), discutidas em grupo com os produtores, durante encontros de validação. A partir disso, foram propostas formulações gerais sobre os dados, fundamentando as análises a partir do referencial teórico, buscando-se dar sentido às interpretações a partir dos indicadores. Para tanto, considerou-se ainda a condição de produção dos enunciados – quem, quando e onde.

PARTE III – RESULTADOS

4. COOPERAÇÃO

O trabalho extrapola a atividade e abrange as dimensões cultural e social, prescinde do outro, se dá com e através do encontro. São os laços estáveis, intercompreensivos e comprometidos com o funcionamento do coletivo e com objetivo comum que dão contornos à cooperação (ARAÚJO et al., 2018; DEJOURS, 2012b MENDES, ARAÚJO, 2012e).

Como constructo de pesquisa, a *cooperação* foi conformada pelas dimensões *espaços coletivos, compartilhamento, coletivo coeso e organização do trabalho*, cada qual abrangendo seus respectivos indicadores.

4.1. Espaços coletivos

Quanto a essa dimensão, importante lembrar que o grau de organização da garantia da qualidade orgânica em cada território consiste em uma distinção marcante entre os dois casos estudados. A presença de um SPG bem consolidado no município de Socorro oficializa a existência e regula o funcionamento dos espaços coletivos no território, como as reuniões do OPAC e as visitas de pares e de verificação. Embora os produtores de Sete Barras também estejam organizados por meio das OCS's e, portanto, tenham compromissos coletivos, estabelecidos por intermédio do controle social – consumado através da participação dos produtores em reuniões e visitas –, sabe-se que o grau de formalização e de controle desses espaços coletivos é menos criterioso que em um SPG. Outro ponto central, como assinalado na metodologia, é que, em função da situação pandêmica no município de Sete Barras, os espaços coletivos diretamente ligados à garantia da qualidade orgânica (reuniões, visitas) estavam suspensos durante a realização da pesquisa, enquanto em Socorro foi possível observá-los.

4.1.1. Reuniões: entre o dilema da efetividade e da formalidade

As reuniões realizadas na esfera da garantia da qualidade orgânica (OCS e SPG), de modo geral, foram reconhecidas pelos produtores de ambos os territórios como capazes de produzir valores e vivências.

Não, não porque a **gente fazia de acordo**, tudo, com que a gente... porque a gente já **fazia reuniões** juntos, com o grupo, e a gente estava **sempre um visitando a área do outro**. Então, você **sabia o que você ia fazer**, “isso aqui está errado, não posso fazer isso”. (Antônio – Sete Barras)

Eu já participei de várias visitas, mas nunca tive não conformidade. E só participei de **reuniões**, que na reunião teve **gente com esse problema**, sabe? Mas, aí, a pessoa meio que **se defendeu**, lá, **explicou** o caso que era, a pessoa que foi avaliar não interpretou direito. (Roberto – Socorro)

Antônio destaca o caráter formador das reuniões, uma vez que os membros das OCS's tinham conhecimento sobre o que era ou não permitido fazer, e o potencial dos encontros para gerar coletividade, através da convivência entre produtores. Ao comentar sobre sua experiência com as instâncias coletivas e com as normas do SPG, Roberto fala da capacidade das reuniões para atuar como espaços de debate e de esclarecimento, corrigindo possíveis equívocos.

Por outro lado, os produtores também admitiram que há necessidade de a experiência com as reuniões ser aprimorada. Os principais problemas lembrados por eles relacionam-se a aspectos organizacionais (frequência, temas debatidos, condução, horário e duração) e à efetividade (dinâmica, caráter obrigatório e resultados).

Acho **cansativa**, eu vejo que **pode melhorar**, nessa parte de reuniões, isso **desestimula a pessoa de participar**. A pessoa, às vezes, está cansada do trabalho... Quando era presencial, imagina ir daqui lá em Campinas. Aí, chega lá, aquela **reunião não acaba mais** e aí tem... a gente ainda mora perto, tem gente que mora muito mais longe, tem que fazer a viagem de volta. (Henrique – Socorro)

Ah, é, eu acho que **tem muita reunião**. Não é só a reunião aqui das visitas, né? Mas tem a **reunião mensal**, do OPAC. Depois tem... agora não, porque a pandemia... não sei como vai ser esse ano, mas você tem que **apresentar lá a visita**. Tanto a que você fez, as visitas de verificação, como a que você recebeu, você tem que estar presente, se não eles não aprovam. A assembleia tem que aprovar a visita. Eu acho que tinha que **melhorar um pouco essa dinâmica** aí, sei lá. Eu acho que é **muita reunião** para o produtor participar. (José – Socorro)

Às vezes, tem **reunião três horas da tarde**, caramba, a **gente tá trabalhando** aqui, não pode parar, né? (Roberto – Socorro)

Bom, às vezes, o que era conversado ali, **na prática**, não... **negativo**, não dava certo. (Cláudio – Sete Barras)

Não, **alguma reunião era produtiva**, algumas **não eram muito**, mas a gente ia, né? Aqueles que a gente achava que era... coisa [*boa, proveitosa*] a **gente guardava**, quando não, a **gente descartava**, né? (Valter – Sete Barras)

Fico imaginando **como se estivesse na escola**, “pra que eu tô escutando isso? **Não muda nada pra mim**”. Mas **tem que estar participando**, por isso que é participativo, se não ia fazer auditoria. Mas é a única coisa, assim. A gente entende, mas tem hora que atrapalha. (Roberto – Socorro)

Nota-se que os territórios têm padrões distintos de críticas à experiência das reuniões. Via de regra, os produtores de Sete Barras apresentam mais queixas quanto à efetividade das reuniões, quando dizem que nem todas elas geram conhecimentos que auxiliam a prática. Em Socorro, com exceção de Roberto, os descontentamentos mais frequentes foram quanto ao excesso de reuniões e aos horários que ocorriam. Convém observar que os padrões distintos de críticas podem ter sofrido a influência da situação da pandemia de COVID-19 em cada um dos territórios. Em Sete Barras, como as reuniões das OCS's estavam suspensas, tenderam a queixar-se da efetividade e não da frequência. Enquanto, em Socorro, o SPG já havia restabelecido sua dinâmica de reuniões, ainda que a maioria estivesse sendo realizada virtualmente.

Entre os produtores de Sete Barras, aqueles que faziam parte das OCS's defenderam sua efetividade, ressaltando seu caráter formativo e informativo; os não membros das OCS's viam efetividade parcial das reuniões. Com relação às críticas dos produtores de Socorro, elas apontam que há dificuldades de adequação entre a demanda de encontros do SPG e a realidade dos pequenos produtores familiares. Ainda que o problema levantado seja pontual merece atenção, pois questiona a capacidade de adequação dos SPG's à realidade dos produtores. De certo modo, pode-se associar a presença desse ruído entre o SPG e a realidade dos produtores ao processo de convencionalização da agricultura orgânica e de seus processos de certificação (DARNHOFER et al., 2010; NIEDERLE; ALMEIDA, 2013). Uma das consequências da convencionalização dos SPG's é instaurar, no interior dos sistemas participativos, o dilema entre crescimento/disseminação e a preservação da qualidade de sua atuação (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020; PASSOS, 2020). Conforme os sistemas participativos vão se consolidando e se tornando cada vez mais atrativos, principalmente para produtores interessados na certificação orgânica de menor custo, correm o risco de se distanciarem de seus princípios constitutivos. Além disso, passam a conviver, em suas instâncias, com os anseios, muitas vezes divergentes, das vertentes ecológica empresarial e a ecológica familiar (CANUTO, 1988). Nesse sentido, Roberto apresenta uma importante reflexão:

Porque, às vezes, tem gente lá que é um **produtor mais forte**, que **tem empregado**, o cara pode ficar fazendo reunião todo dia. Ele tem força de ficar ali, **a gente é pequeno, se a gente não fizer, ninguém faz**. Então, ali é **bom a gente saber**, mas **não vai influenciar em nada**, eu não vou falar seria uma questão que acaba atrapalhando um pouco. Coisas que, às vezes, a gente está nada porque eu... se eu também não entendo uma legislação, eu fico só ouvindo. (Roberto – Socorro)

Roberto revela que seu SPG já convive com essas duas vertentes e que, em sua opinião, a demanda de reuniões (frequência e horários) tem se mostrado mais adequada aos produtores da vertente ecológica empresarial, que têm condições de participar de muitos compromissos porque dividem a rotina do trabalho na roça com funcionários contratados; ao contrário dos pequenos produtores que contam apenas com a própria força de trabalho e de seus familiares. Ele também questiona os temas discutidos nas reuniões, reconhecendo-os como alheios aos pequenos produtores que, conseqüentemente, se desinteressam, limitando-se a uma participação formal/burocrática.

Para finalizar, em relação às reuniões, fica um sentimento de dubiedade, de que elas estão diante de um impasse entre, de um lado, constituírem-se de fato em um espaço coletivo e dinâmico, em uma instância produtora de vivências, vínculos, saberes e cooperação e, por outro lado, tornarem-se apenas mais uma esfera da formalidade, uma nova tarefa a ser cumprida, um

meio procedimental. É preciso destacar que espaços coletivos, como reuniões, não são estáticos, pelo contrário, são processuais e, portanto, em construção permanente. Um ponto a ser trabalhado entre os membros é a concepção dos encontros que, como algo em construção, depende da participação ativa dos envolvidos, contrariamente a uma lógica passiva que deposita em um terceiro a expectativa de passar informações, enquanto os demais permanecem lá passivamente.

4.1.2. Visitas: vínculos, conhecimentos

Em Socorro, as visitas ocorrem no âmbito de um SPG constituído, e, em Sete Barras, no âmbito das OCS's. Há consenso entre os produtores de ambos os territórios quanto à importância das visitas entre eles, mas há também nuances na forma como cada uma das comunidades as compreendem. Para os produtores, em geral, as visitas promovem e potencializam a convivência entre eles, gerando vínculos, produzindo e compartilhando conhecimentos. Além disso, ao fomentarem a proximidade entre os produtores, as visitas motivam o surgimento do sentimento de coautoria do trabalho.

Todas as **visitas** eu sempre estava junto, né? Ia visitar o sítio de um, o sítio de outro, né? A gente ia, **tomava um café, sentava ali, conversava**. Ia visitar as plantações e era até bom, porque a gente conseguia **fiscalizar** um ao outro. (Antônio – Sete Barras)

Não, todo mundo de máscara, né? Pessoal daqui não liga muito pra isso não, já **vem abraçando**, vai dando a mão... você vai na casa dos outros, os velinhos... E abraça, “não, vem, **toma café**”. Você vai falar o que? Você fica assim, passa álcool, essas coisas. (Júnior – Socorro)

Então, o que falta é o **conhecimento**. E o que é bom na OCS é a gente poder **trocar isso**, perceber que a pessoa está **fazendo alguma coisa de errado**, você **explica** como fazer o certo, **aprende** também algumas coisas. Isso que eu acho legal da OCS. Que você não tem em uma certificação por auditoria, você tem uma **auditoria**. Você **não tem um aprendizado** ali, você não tem nada. (Mariana – Sete Barras)

Você **vai acompanhando**, né? As coisas anuais, vai lá, **vê no começo**, depois **vê no final**. Frutíferas, você **vê o cara plantando**, você vai **acompanhando**. Se **sente feliz** de ver o cara se dando bem. (Júnior – Socorro)

No conjunto de falas acima, destaca-se a capacidade que as visitas têm de gerar resultados importantes para o mundo da agricultura ecológica, através da informalidade, característica marcante e que faz parte da essência do ambiente agrário⁷⁹. Na roça, é entre apertos de mãos, abraços, uma boa prosa e algumas xícaras de café que se criam e compartilham

⁷⁹ A relevância que a informalidade adquire no mundo rural é decorrência desse ambiente ser regido por uma racionalidade distinta do mundo urbano/industrial. No âmbito rural, a informalidade atua como um modo distinto de perceber e se relacionar com o entorno (pessoas, trabalho, terra, natureza etc.). Trata-se de uma lógica pautada na ausência de cerimônia/formalismos, que se materializa, por exemplo, nas relações comerciais, na primazia da confiança na palavra dada, em detrimento de contratos estabelecidos oficialmente, em cartório. No campo das relações humanas, a informalidade se faz presente no apreço pelo modo simples e franco de se relacionar, pela conversa que é, ao mesmo tempo, fraterna e direta, sem rodeios, sobretudo nas relações duradouras.

afinidades e saberes. No domínio da garantia participativa, a informalidade é um fator essencial para a singularização de reuniões e visitas. No caso das reuniões, por mais informal que possam ser, sempre contarão com elementos (pauta pré-estabelecida, condutor, ordem e tempo de falas, ata etc.) que as distanciam do mundo tipicamente rural. Dessa forma, as visitas, enquanto espaços coletivos da cooperação, têm se mostrado mais adequadas à realidade dos produtores, ainda que, como prática estabelecida da certificação participativa, também possuam alguns traços de formalidade (como roteiro a ser seguido e relato a ser preenchido). As características protocolares das visitas não foram mencionadas pelos produtores, mostrando-se, portanto, incapazes de alterar a narrativa prazerosa e descontraída que envolve o ato de visitar um colega de trabalho em sua casa/roça. Afinal, o ato de visitar sempre fez parte do mundo rural, independentemente dos processos de certificação, não sendo esse o caso das reuniões.

Ainda em relação aos depoimentos anteriores, a produtora Mariana, ao se referir à troca de conhecimentos nas visitas, faz uma defesa da OCS contrapondo-a ao modelo da certificação por auditoria. Trata-se de uma produtora que tem experiência sobre o tema, pois acumula a participação na OCS com a certificação por auditoria em grupo, contratada via COOPAFASB. Nessa perspectiva comparativa entre os dois modelos, a fala de Júnior remete à necessidade de haver proximidade, vínculo e continuidade da relação entre os produtores ao longo do tempo para que o sentimento de coautoria do trabalho possa se estabelecer. Por essa lógica, o sentimento de coautoria só poderá ganhar vida nos modelos participativos de garantia da qualidade, pois são os únicos que preveem esse tipo de relacionamento entre produtores. A fala de Júnior evidencia que, embora a avaliação se dê formalmente através da visita, a vizinhança territorial permite aos produtores acompanhar o andamento da roça dos demais em outros períodos do ano. Desse modo, as observações que realizam estendem-se para além do momento da visita em si, aspecto que incrementa em qualidade sua condição de observar.

Adentrando o campo das particularidades envolvidas na compreensão e na relação dos produtores com as visitas, destacam-se, a seguir, os depoimentos de Roberto e de Antônio, produtores que expressam uma visão mais funcional e objetiva sobre elas.

O que eu falei pra você, se a gente estiver cometendo alguma coisa e não tá enxergando, a **pessoa clareia** pra gente, né? Às vezes, o erro está na ponta do nariz e não tá vendo. Então, é um **negócio que é bom** as pessoas falar pra te auxiliar. (Roberto – Socorro)

Porque **não é só certificação**, né? Você tem que ter, tem que **saber o que o companheiro está fazendo**, se o produto dele está sendo da maneira que a certificação pede, né? Não adianta eu só estar com a **certificação no bolso**, lá pendurado, e fazer tudo o contrário, entendeu? Então, a gente estava junto para **fiscalizar**, porque qualquer coisa a gente podia até **denunciar**. (Antônio – Sete Barras)

Para Roberto, receber a visita de outros produtores orgânicos em sua roça representa uma oportunidade para identificar e corrigir equívocos em seu manejo, ou seja, um momento oportuno para aprender e implementar melhorias técnicas. Antônio, por sua vez, apresentou uma visão mais enrijecida das visitas, destacando seu caráter normativo, fiscalizador e delator. Ainda que essas funções sejam, de fato, parte das visitas – afinal a garantia participativa da qualidade orgânica implica adequar-se a um conjunto de normas e toda norma traz consigo a necessidade de uma abordagem de controle – na perspectiva da garantia participativa, são atribuições secundárias, posto que a base da dinâmica participativa é conformada por valores ligados à confiança, participação, horizontalidade entre os atores e no diálogo de saberes. Considerando a perspectiva da subjetividade dos produtores e da cooperação, essa percepção mais normativa das visitas idealiza o prescrito (materializado no controle disciplinar) e constrange os produtores. Consequentemente, essa visão fragiliza os laços afetivos e intercompreensivos entre os sujeitos, fragiliza os coletivos e restringe as possibilidades de haver cooperação – pensada na perspectiva de ARAÚJO et al. (2018) e DEJOURS (2012b).

É oportuno lembrar que uma das condições para que a cooperação se efetive, conforme perspectiva de Dejourns (2012b), é a visibilidade, que abrange a possibilidade de um produtor revelar o seu fazer, incluindo conhecimentos, bem como imperícias e infrações às regras formais de trabalho, o que pode envolver tanto a apropriação de seu saber quanto a condição de lhe denunciar, por isso visibilidade exige confiança. Por exigir confiança, pressupõe laços, certa continuidade da relação, ou seja, a cooperação ocorre entre aqueles trabalhadores que estão próximos, os quais, no caso da agricultura familiar, frequentemente, são os familiares e vizinhos.

O depoimento de Leandro, a seguir, manifesta uma leitura bem particular a respeito das visitas. Ele explicita alguns elementos que condicionam a efetividade das visitas e questiona a própria efetividade da OCS da qual participou.

Muitas vezes, seria **interessante uma OCS**, na qual a gente pudesse realmente fazer **visitas mútuas**, na qual a gente pudesse realmente trocar experiências, que é o objetivo dela, né? Então, a gente chegar, **trocar experiências**, “olha, tô usando tal máquina, está ajudando”, “ah, tô usando tal coisa, tô fazendo o trabalho de tal forma”, “no palmito, tô usando tal distanciamento”, “tô usando tal consórcio, banana com palmito”. Então, tudo isso poderia ser muito interessante. Mas a gente, não sei, posso dizer que a gente está num caminho que é muito difícil **sem o apoio do governo**, sempre, né? A gente precisa de um apoio das **áreas técnicas**, das casas de agricultura, se as casas de agricultura ajudassem a gente nisso, substancialmente, poderia ser um caminho. (Leandro – Sete Barras)

Não, eu fiz uma visita, apenas. No sítio da Beatriz, foi legal essa visita. Mas é **muito afastado tudo aqui**. Então, eu vou lá **tomar um cafezinho no sítio do meu vizinho, não funciona**. Eu até vou as vezes no sítio do Otávio. Mas você viu o caminho como que é, é um **caminho longo**, né? Caminho longo, **difícil**... (Leandro – Sete Barras)

E para mim a experiência com a OCS, eu julgo que ela **pode ser boa**, mas para mim **não foi muito produtiva**. A gente, por dois anos que eu participei foram situações um pouco de... de tentar **organizar um grupo que não conseguia se organizar**. E aí, as conversas giravam muito em torno de “ah, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, mas não deu tempo porque aconteceu...”. E isso me dava uma **angústia muito grande**, que a **coisa não vai dar certo**. E aí, como que a gente vai fazer? (Leandro – Sete Barras)

Como fatores condicionantes das visitas e, de forma indireta, das próprias OCS's, Leandro cita a falta de apoio do poder público e dos órgãos de assistência técnica do município, as dificuldades de organização dos grupos de produtores locais e a distância geográfica entre eles. Esses desafios foram apontados por diversos produtores.

Leandro afirma que sua experiência com a OCS não foi proveitosa e reconhece que se sentia angustiado por fazer parte de um grupo de produtores ainda em fase de organização. Ele participou de uma das OCS's do Guapiruvu, logo no início de sua trajetória de 10 anos como produtor orgânico. Após cerca de um ano e meio deixou a OCS e contratou uma certificadora por auditoria, modelo com o qual trabalha há aproximadamente sete anos.

Leandro tem um perfil distinto dos demais produtores entrevistados. É proprietário de uma área fora dos padrões do bairro, sendo um dos únicos produtores a entregar toda sua produção diretamente em lojas especializadas de orgânicos, em São Paulo. Em função de se responsabilizar pela comercialização de seus produtos, divide seu tempo entre o Guapiruvu e a cidade de São Paulo. Embora mantenha contato frequente com outros produtores do bairro, não está vinculado a nenhuma cooperativa ou associação da região. Pela trajetória construída e por suas opções político-sociais, ele é um típico representante da vertente empresarial da agricultura orgânica. Em vista disso, tende a valorizar princípios que são avessos à certificação participativa e às OCS's, como aqueles que garantem a disciplina (controle, normatização e inspeção) e a objetividade (independência e imparcialidade) do processo de certificação (RADOMSKY, 2013). Nesse sentido, seu sentimento de angústia perante a OCS e sua opção pela certificação por auditoria é legítimo e esperado.

Como síntese das discussões sobre as visitas, que são parte integrante da dimensão *espaços coletivos*, componente do constructo *cooperação*, pode-se dizer que elas geram vínculos (por intermédio da convivência), produzem e compartilham conhecimentos e criam, através de um relacionamento frequente e próximo dos produtores, um sentimento de coautoria do trabalho. No entanto, fatores políticos, aspectos organizacionais e características dos territórios condicionam sua efetividade.

4.2. Compartilhamento

Nessa dimensão da cooperação serão abordados temas que dizem respeito a como tem se dado as trocas de recursos entre os produtores. Como recursos, compreende-se elementos materiais (maquinários, ferramentas, espaços de trabalho etc.) e imateriais (informações, soluções, experiências, responsabilidades etc.) que, ao serem compartilhados, são capazes de dinamizar os processos de trabalho.

4.2.1. Compartilhamento de equipamentos

De modo geral, em ambos os territórios, o compartilhamento de *recursos materiais* (máquinas e ferramentas) é pouco frequente, envolve equipamentos de uso esporádico e fica restrito ao núcleo familiar, amigos mais próximos e vizinhos.

Ah, antigamente era mais porque a gente trabalhava só com foice, machado, não tinha motosserra, não tinha nada, né? Hoje, **cada um tem sua máquina** de jogar óleo, sua motosserra, sua maquininha, né? Então, eu acho que hoje **não tem mais esse problema** de emprestar muito não, sabe? (Antônio – Sete Barras)

Na maioria das vezes o próprio **produtor tem as ferramentas** dele. Muito **raro acontecer de emprestar**, só quando, de repente, quebra, alguma coisa. Normalmente, se ficar sem ferramenta e é uma ferramenta que se **usa com frequência, vai lá e compra**. Ao menos que é uma ferramenta que usa, por exemplo, uma vez por ano. Você vai comprar, “poxa vida, vou comprar uma ferramenta, pagar R\$ 100, vou usar hoje e daqui a um ano só. E meu vizinho tem”. Aí, acontece de **você emprestar**. (Pedro – Sete Barras)

Não, questão de **ferramenta**, eu **compro**. Por exemplo, **procuro comprar**, assim, se faltar, porque **se faltou** alguma coisa, eu **fiz de outro jeito que deu pra fazer**, por exemplo. Mas a gente tem, **meu pai** tem bastante coisinha, também. Uma ferramenta que pode auxiliar a gente, eu **procuro me estruturar**, pra eu **ter a minha própria autonomia**, né? (Roberto – Socorro)

Conforme os depoimentos, há uma nítida preferência por adquirir os equipamentos que são de uso frequente a emprestá-los de outros produtores⁸⁰. Sendo assim, a melhoria das condições financeiras dos produtores é um fator que interfere diretamente no compartilhamento de equipamentos. Devido a questões estruturais dos territórios estudados, há diferenças consideráveis entre o nível de renda dos produtores de cada localidade. Todavia, há consenso entre os produtores de ambas as comunidades que a situação da renda vem melhorando ao longo dos anos, ainda que lentamente e de forma descontinuada. No bairro do Guapiruvu, por exemplo, a melhoria das condições financeiras, de vida e de trabalho dos pequenos produtores

⁸⁰ Segundo estudo realizado em 2021, de autoria de Brunelli Júnior et al. (2021), com 1.578 pequenos produtores do Estado de São Paulo, distribuídos em 616 municípios, 55,6% dos participantes da pesquisa declararam que dispõe de maquinário insuficiente para a realização de suas atividades. Como principais meios utilizados para suprir essa deficiência foram citadas: alugar de vizinhos/empresas (510 produtores), solicitar na prefeitura (336 produtores), solicitar na associação/cooperativa (141 produtores) e fazer empréstimo/permuta (132). Assim, nota-se que a baixa preferência pelo empréstimo de equipamentos é uma tendência entre os pequenos produtores do Estado de São Paulo.

é considerada consequência direta da ação da cooperativa local (COOPERAGUA), como afirma Renato, “porque a cooperativa mudou a história do Guapiruvu, na verdade”.

De acordo com Roberto, há ainda o uso da criatividade como alternativa à compra ou ao empréstimo de equipamentos de amigos e/ou familiares. Na medida em que a criatividade e a autonomia permitem repensar o modo de trabalhar, há atividades que podem ser realizadas sem recorrer ao uso do equipamento. Essa alternativa parece positiva, em contrapartida, pode-se pensar em certa perspectiva individualista de fundo, uma forma de evitar a troca com colegas. Por outro lado, a fala de Pedro fornece uma outra perspectiva de compreensão da fala de Roberto, ao aludir à diferença de se emprestar uma ferramenta de uso esporádico e outra de uso rotineiro. Desta ferramenta, como sua extensão no trabalho diário, o produtor não pode abrir mão, de modo que não caberia falar de individualismo.

Os produtores de Sete Barras trouxeram, ainda, mais um fator que desfavorece o compartilhamento de equipamentos no território. Trata-se da falta de zelo no uso dos equipamentos ou mesmo de seu uso de forma indevida, por parte de quem recorre ao empréstimo.

Super complicado, some, quebra, devolve quebrado. (...) Finge que não foi ele. Então, assim... (Mariana – Sete Barras)

Ah, é **muito difícil**. Cada um tem, tem o dele. Porque quando a gente tem, a gente pode até emprestar, eu **empresto** para os outros. Mas só que o cara não **cuida da ferramenta** da gente do jeito que a gente cuida. Então, para não ter aquele problema de quando você vai pegar estar quebrado, a gente **quase não empresta**. Cada um **se vira com o que tem**. Se ele não tem, dá um jeito de comprar ou **passa sem**. (Valter – Sete Barras)

Nesses casos, quando o compartilhamento ocorre, reforça o individualismo e a desconfiança entre os produtores, ao invés de contribuir para a consolidação da cooperação. Assim, em um primeiro momento, pode-se dizer que a falta de zelo no uso dos equipamentos é um fator que interfere negativamente no compartilhamento dos recursos materiais e, em um segundo momento, que ele desfavorece a própria cooperação para o trabalho e o senso de coletividade.

Em conversa informal, Otávio, que é produtor e uma das principais lideranças do bairro do Guapiruvu, em Sete Barras, reforça essa ideia. Na ocasião, ele comentava sobre a iniciativa frustrada que teve, há alguns anos, de disponibilizar equipamentos para uso compartilhado de outros produtores do bairro. Segundo seu relato, as pessoas emprestavam os equipamentos, mas não se responsabilizavam por devolvê-los no mesmo estado de conservação que os recebera. Para Otávio, essa experiência mostrou “como o pessoal ainda não está preparado para trabalhar no coletivo”. Por outro lado, ele também se recordou de uma forma de compartilhamento de tratores muito utilizada pelos produtores da comunidade.

Do ponto de vista estratégico e coletivo, acho que o que pegou muito é essa coisa, todo mundo **usa o trator em conjunto**. Mas é uma necessidade, né? Não é uma coisa tão específica igual essa que você falou, por exemplo. Mas os tratores, que todo mundo usa hoje em conjunto, é uma **regra de trabalho** que foi criada, em uma perspectiva da solidariedade. (Otávio – Sete Barras)

Na ocasião da pesquisa, essa experiência estava bem consolidada e institucionalizada, mas cabe observar que ela se deu em virtude de um longo período de adaptação. São três tratores que ficam alocados na COOPERAGUA e que são administrados por um sistema (denominado de Sistema de Gestão de Tratores) que a própria comunidade desenvolveu com intuito de minimizar os problemas relacionados ao uso compartilhado⁸¹. O Sistema de Gestão de Tratores registra os dados da retirada, controla as condições de entrega dos tratores e estipula um valor a ser pago pelo locatário à cooperativa, de acordo com a atividade que será executada com auxílio dos tratores. Importante lembrar que a iniciativa, como o próprio Otávio especificou, atende a uma necessidade específica e que o empréstimo dos tratores pode ser realizado por todos os produtores cooperados da COOPERAGUA, orgânicos ou convencionais, ainda que os usuários do serviço sejam majoritariamente produtores orgânicos, em razão de praticamente todos os produtores convencionais contarem com seus próprios tratores.

Salienta-se que o uso compartilhado do trator, através da estipulação das condições de uso e de um valor a ser pago, pressupõe obrigações e responsabilização coletiva pelo bem. Enquanto o produtor que emprestar seu bem para diversos outros produtores, pode acabar se responsabilizando sozinho pelo desgaste sofrido. Nesse caso, o empréstimo em si, sem trocas, pode não configurar cooperação, pois excetua-se a condição de interdependência. Por outro lado, a opção de emprestar para vizinhos e parentes condiz com a existência de laços estáveis entre eles, os quais permitiram que fosse estabelecido um sistema de trocas, condizente com a cooperação – compreendida como uma dinâmica que envolve “relações estáveis de intercompreensão, de interdependência e de obrigação” (ARAÚJO et al., 2018, p. 80).

O fato de o compartilhamento de máquinas e equipamentos ser pouco frequente nos territórios tem consequências também para outras esferas da cooperação, como observa Antônio, a seguir.

Tudo isso vai **afastando as pessoas**. Como eu falo, Osvaldo era um amigão... era não, é meu amigo, mas hoje eu não consigo ir na casa dele, por causa da correria do dia a dia.

⁸¹ Em Socorro há uma prática semelhante, denominada Patrulha Mecanizada Agrícola Municipal, realizada pela prefeitura para atender necessidades dos pequenos e médios produtores, através do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável. Desde 2014, a prefeitura disponibiliza dois tratores; os produtores precisam preencher um cadastro, assinar um termo de compromisso, pagar uma taxa de hora-máquina trabalhada e aguardar a disponibilidade do trator; normalmente há fila de espera.

Antes, a gente **conversava mais**, se **encontrava mais**, sentava mais junto, entendeu? Não é nada, assim, hoje a gente se encontra na estrada, “oh, Osvaldo, boa tarde, tudo bem?”, mas o ideal não seria isso. O ideal seria que a gente fosse na casa do cara, tomar um café, uma água, **conversar**, né? A gente **sempre emprestava uma ferramenta um do outro**, entendeu? E tem... porque, geralmente, quando você vai **emprestar um objeto**, você chega lá “oh, fulano, tem isso aqui para me emprestar?”, “tem, **entra aí**, vamos **conversar um pouco**”. Rola **aquele papo**, entendeu? Hoje, quase **não está existindo** mais isso, não. Muito pouco, muito pouco mesmo. (Antônio – Sete Barras)

O ato de compartilhar um objeto vai além da finalidade mais direta e objetiva, ou seja, além do observável ou da intenção solidária de auxiliar um colega de trabalho. Compartilhar também diz respeito ao modo informal do mundo rural se relacionar e produzir conhecimento, isto é, visitar a roça do colega, tomar um café e conversar sobre coisas da vida e do trabalho, trocando informações e saberes. Pode-se dizer, então, que compartilhar contribui para produzir vínculos, fortalecer relações sociais e coletivas e proporcionar ao trabalho um sentido de viver junto (DEJOURS, 2012b; GIANNINI et al., 2019, MENDES, ARAÚJO, 2012e).

A partir de então, percebe-se que o compartilhamento de recursos materiais interfere e, ao mesmo tempo, sofre interferência das relações sociais. Logo, aqueles que têm a possibilidade de viver uma história em comum, de conviver comunitariamente, têm maiores chances de compartilhar recursos necessários para a execução das atividades. Ao mesmo tempo, aqueles que compartilham recursos, criam laços afetivos entre si, trocam vivências e saberes, fortalecendo o senso de coletivo e o desejo de executar uma obra comum.

Em relação aos espaços de convivência nas comunidades pesquisadas, o cenário é semelhante, quase não há oportunidade para os produtores se encontrarem, interagirem e trocarem experiências, como observa Leandro, a seguir.

Não tem espaços de convivência. Muitas vezes eu penso que seria legal ter uma **feira** de sábado, por exemplo, lá no barracão da **cooperativa**. Já comentei isso muitas vezes com o Otávio, tem um pessoal que faz farinha de mandioca, tem um pessoal que faz salgados e podia ter lá um dia, meio que uma feira, né? (Leandro – Sete Barras)

Em Sete Barras, as cooperativas e as associações de bairro – a COOPAFASB, na região central da cidade, e a COOPERAGUA e a AGUA, no Guapiruvu – são espaços que se propõem a cumprir essa função. No entanto, por diversos motivos – a formalidade inerente aos espaços institucionais, o horário de funcionamento, a distância geográfica das propriedades etc. – esse objetivo, na maior parte das vezes, não tem sido suficientemente concretizado. Em geral, as cooperativas desempenham o papel de proporcionar encontros momentâneos entre os produtores, um breve café e uma conversa rápida, espremidos entre a ida à cooperativa para resolver algum assunto pendente (entregar um produto, deixar ou retirar uma nota fiscal,

comprar insumos etc.) e o retorno ao trabalho na roça. Logo, nessas oportunidades, há convivência, mas ela necessita ser ampliada para desenvolver/manter laços afetivos e cooperativos entre produtores.

Quanto ao espaço da associação de bairro, durante a pesquisa, estava sendo utilizado basicamente para reuniões da diretoria da associação, dos moradores do assentamento e extraordinárias, agendadas para discutir algum assunto urgente da comunidade. Fruto de uma tentativa de retomar o uso do espaço da AGUA, as lideranças sociais do bairro coordenavam um movimento que realizava, aos finais de semana, atividades culturais coletivas no espaço da associação. Embora essas atividades fossem direcionadas aos jovens da comunidade, trata-se de um importante passo para resgatar a AGUA como um espaço de convivência comunitário.

No município de Socorro, os espaços de convivência são ainda mais restritos, pois tanto as cooperativas quanto a maioria das associações de bairros existentes são pouco frequentadas pelos produtores. Desse modo, a convivência entre os produtores fica limitada aos momentos previstos pelo SPG (visitas e reuniões), aos cursos de extensão rural (realizados por instituições locais, como sindicato rural, e o SENAR) e aos encontros familiares nos finais de semana. Como muitos produtores são parentes entre si, as reuniões de famílias tornam-se uma oportunidade para também conversar sobre trabalho. Contudo, nesses encontros, as relações se limitam aos núcleos familiares, não havendo convívio entre produtores de diferentes famílias.

4.2.2. Compartilhamento de força de trabalho

Produtores de ambos os territórios relataram que, antigamente, o compartilhamento de força de trabalho (troca de diárias ou mutirões) era frequente, mas a prática tem sido cada vez mais rara e, via de regra, quando ocorre, objetiva atender a demandas pontuais, motivadas por eventos específicos/mobilizadores.

Ah, a gente **perdeu muito**. Essa coisa do... **verticalizou o trabalho**, do ponto de vista do micro, que é da **propriedade da família**. No máximo que existe é uma **cooperação intrafamiliar**, ali dentro da família, mulher, marido. Eu com a Aline, aqui, cooperando um com o outro, né? Com filho, mas, assim, intra.. a não ser quando acontece, por exemplo, um cara **fica doente**, eu já vi o pessoal se reunir, porque alguém ficou doente, se reúne, faz o **mutirão**, vai lá e ajuda. Mas é muito **esporádico**. (Otávio – Sete Barras)

Não existe mais! Pelo menos eu **nunca vi**. Meu **pai conta** que **tinha mutirão**, vinha 30, 40 pessoas. Às vezes, matava um porco, boi, um monte de galinha. Fazia um baile, depois do mutirão. Fazia aquele almoço e no final de tarde fazia um baile, vinha todo aquele pessoal que trabalhou no mutirão. **Hoje** em dia, é **difícil**. (Pedro – Sete Barras)

A forma como tá andando nossa humanidade tá levando a isso, de cada um ficar no **seu quadrado**, não pede ajuda e não se ajuda. Também **diminuiu** quem **oferece ajuda**. Via o vizinho passando por dificuldade, o vizinho não pedia, alguns pediam, outros não. Hoje virou **muito financeiro**, a pessoa pensa só no... Aí, você vai falar pro vizinho, é **pra pagar**. “Você pode ir lá, que eu vou pagar pra você me ajudar”. **Acabou** isso daí. Isso,

trocar diária. “Ah, você pode me ajudar lá? Hoje já colhe o milho, aí, a hora que você precisar, você me fala”. Ficava assim. “Ah, lembra aquele dia que fui lá, tô precisando agora, você me dá uma mão nisso?”. **Acabou** isso daí. Hoje é tudo girado para o **financeiro**. A pessoa, mesmo que você vá voluntário, a pessoa **quer te pagar**. “Não, quanto que é, eu quero te pagar?”. “Não, eu vim ajudar, só pra...” (Henrique – Socorro)

Existe **um pouco**, um pouco. **Diminuiu, mas existe**. Ou, às vezes, a pessoa não tem o trator. Aí, o outro tinha o trator para fazer o serviço, arar uma terra ou outra coisa. Ia lá, trabalhava pra ele, ele vinha com o trator fazer o serviço. Sempre teve, **até hoje** ainda **tem alguns**. Agora, ninguém tem **tempo pra mais nada**, né? (José – Socorro)

Troca, porque aqui ninguém... **não tem disponibilidade**. Antigamente tinha **bastante mão de obra**. Tinha meeiro, o pessoal dava lá o terreno e o pessoal vinha morar na casa da família, trabalhava de “meia”. Depois, esse povo foi indo embora, porque não dava muita coisa, né? Família foi crescendo, daí não conseguia sustentar a família, foi todo mundo embora para a cidade. Aí, ficou só os donos, mesmo. Então, não tem mão de obra pra você contratar. Não é que não tem mão de obra, tem a **mão de obra familiar**. E aí, às vezes, uma pessoa estava apertada nas lavouras, aquele lá estava mais folgado ia lá e trabalhava pra ele. Depois, ele vinha trabalhar para o outro. (José – Socorro)

Nota-se que o compartilhamento de força de trabalho pode ocorrer segundo mais de um formato: a força de trabalho pode ser trocada pelo uso de um equipamento que um determinado produtor não tenha e que necessite naquele momento, como uma simples troca de diária entre dois produtores ou como um mutirão, modelo que envolvia o trabalho coletivo dos produtores da comunidade. Observa-se, ainda, que na configuração coletiva, os mutirões cumpriam uma função que extrapolava seu papel mais direto e objetivo, o de promover uma ação coletiva para auxiliar um colega que passava por alguma necessidade. Conforme o relato histórico de Pedro, os mutirões também tinham como finalidade contribuir para a promoção da convivência e para a construção dos coletivos, através da realização de confraternizações entre os envolvidos. Nesse caso, a retribuição pelo trabalho realizado é o prazer de conviver festivamente.

Como observou Otávio e diversos outros produtores de ambos os territórios, a troca de força de trabalho é quase que exclusivamente realizada entre os familiares. Do ponto de vista da cooperação, essa constatação não representa necessariamente um problema, haja vista que todos os participantes da pesquisa são produtores familiares e que uma característica marcante desse segmento é justamente empregar mão de obra majoritariamente familiar no manejo das atividades. Todavia, sabe-se que, conceitualmente, a cooperação está diretamente atrelada aos coletivos de trabalhadores, isto é, ela só se efetivará, de fato, em coletivos coesos, em que haja trabalho conjunto e comprometimento com o próprio funcionamento dos coletivos (DEJOURS, 2007; GIANNINI et al., 2019). Ainda que cada família possa ser estritamente compreendida como um coletivo, sabe-se que um coletivo de produtores familiares, no sentido amplo do termo, necessita ser constituído por produtores das diversas famílias que residem no território.

Henrique, por sua vez, considera que a vigência de uma perspectiva pouco solidária de relacionamento social e o predomínio de aspectos econômicos no campo das relações impactam

sobremaneira as possibilidades de trocas. De certo modo, pode-se dizer que esses dois fatores se relacionam, sendo que a hegemonia da perspectiva econômica nas relações, a médio e longo prazo, leva à consolidação do individualismo como comportamento social. Como observado no relato de Henrique, mesmo o produtor que precisa recorrer aos colegas, que em tese seria o maior interessado em conduzir a troca de força de trabalho como uma relação solidária, faz questão de transformá-la em uma negociação financeira.

De acordo com José, a limitação de tempo interfere negativamente no compartilhamento da força de trabalho, enquanto a restrição da mão de obra, historicamente presente no município de Socorro, produz efeito inverso. No caso de Sete Barras, há excedente de mão de obra disponível para o trabalho na agricultura.

A seguir, Roberto introduz uma reflexão sobre como tem ocorrido a relação entre compartilhamento de força de trabalho e o SPG.

Alguma dificuldade, por exemplo, no caso da estufa, mesmo, quase toda parte fizemos eu com ela [*Ana, sua esposa*]. Aí, teve uma parte mais pesada, pôr os arcos, é mais complicado, meu **pai me ajudou**. Meu **irmão**, às vezes, ajuda em alguma coisa e no dia de cobrir veio os **amigos**, mesmo. (...) Foi **cooperação dos amigos** aqui **do bairro**. Que, também, eles também têm estufa, se eles pedirem, vou ajudar eles também. Um ajuda o outro, né, então, aqui tá na **parceria**. **Nem é do grupo** [*pertencente ao SPG*], é na **amizade** nossa, mesmo, também são produtores e tem as dificuldades, cada um na sua. (Roberto – Socorro)

Como anteriormente assinalado, em ambos os territórios se evidenciou que a troca de força de trabalho entre os produtores ecológicos mantém-se quase que restrita a uma relação de parceria entre o núcleo familiar e os amigos mais próximos, considerando-se a intimidade e a distância geográfica. Roberto considera que essa troca não se relaciona a intervenções do grupo de produtores do SPG. A partir dessa consideração, que também pôde ser identificada em conversas informais com outros produtores do município de Socorro, surge a dúvida se o formato atual em que a troca de força de trabalho tem se dado – entre amigos e familiares – realmente ocorre independentemente do sistema participativo.

A questão é complexa, dado que a troca entre familiares e amigos é influenciada por múltiplos aspectos (econômicos, sociais e culturais). O debate a respeito do relacionamento entre o SPG e as trocas de força de trabalho compôs a etapa de validação com os produtores de Socorro. Na ocasião, os produtores afirmaram que para eles e suas famílias o ato de cooperar com um amigo ou vizinho está relacionada a uma questão cultural e familiar. No entanto, ao ampliarem suas análises para o conjunto dos produtores, concordaram com a hipótese de que a presença do SPG no território, com a dinâmica de suas instâncias vivas (visitas, reuniões, encontros etc.), incentiva os produtores a serem mais solidários, a desenvolverem um olhar mais

atento e cuidadoso para as dificuldades dos demais, tornando-os, dessa forma, mais propícios a cooperarem. Com base na validação dos produtores, entende-se que o SPG pesquisado tem sido efetivo em seu papel de atuar como organizador social.

Assim, o SPG, como alega Meirelles (2020), ao produzir valores como senso de coletividade e de incentivo ao protagonismo dos sujeitos torna o ambiente propício à manifestação de dinâmicas cooperativas. Além disso, como apontam Araújo et al. (2018), Dejourns (2004, 2012b) e Giannini et al. (2019), a essência da cooperação relaciona-se à organização efetiva dos trabalhadores, isto é, para que seja autêntica, não decorre de prescrições. Dessa forma, o fato de os produtores não notarem, em um primeiro momento, uma relação direta entre o modo que as trocas de força de trabalho ocorrem na comunidade e a atuação do SPG não denota, necessariamente, um problema, visto que o papel esperado dos SPG's é fomentar a cooperação, fortalecendo os coletivos e possibilitando a geração de vínculo e de confiança entre os produtores.

4.2.3. Compartilhamento de informações, soluções, conhecimentos e vivências

A discussão a respeito de informações, soluções, conhecimentos e vivências, relativas à dimensão *compartilhamento*, será realizada separadamente, de acordo com cada território estudado, em função de haver especificidades marcantes entre os municípios.

Para os *produtores de Sete Barras*, o elemento central envolvido no compartilhamento de informações, soluções, conhecimentos e vivências é a informalidade, como se pode observar nos depoimentos a seguir.

Na verdade, é assim, né Beto, o que você faz? Como você está sempre aí no meio do povo, né? Você vai aqui, vai ali, **bate um papo**, toma uma cervejinha, se houver interesse em alguma coisa específica, você **vai conversando**. Aí, a pessoa vai “ah, aquilo lá eu manjo”, “você manja? Então, como que é?”. Aí, vai tomando uma, tal, vai **coletando essas informações**, aleatoriamente, vai coletando. (João – Sete Barras).

A ferramenta tinha que ser boa, a marca, **todo mundo já falava um para o outro** qual era a marca melhor de ferramenta. Então, por exemplo, penado é 20, né? (Otávio – Sete Barras)

Mas a Sueli tem informação do *Google*, ela vai **perguntar para o técnico** e vai perguntar para a **dona Iara**, que é a vizinha, e vai perguntar para o **Marcelino**, que é o cara que trabalhou 20 anos em uma fazenda só, e daí a gente consegue... isso, soluções técnicas de plantação. (Daniel – Sete Barras)

Aí, tivemos contato, aí, com Otávio, esse pessoal que já estava na frente com a **agroecologia**, e começamos a **comprar essa ideia** e fomos abandonando naturalmente essa parte de utilizar defensivos tóxicos e essas coisas todas aí. E acabamos entrando, então, em um projeto de agrofloresta. (Daniel – Sete Barras)

A gente sempre tem que **trocar ideia com quem faz**. Então, não é só buscar informação com quem tem informação mais intelectual. (Mariana – Sete Barras)

A gente sempre **pergunta um para o outro**, aqui da cooperativa mesmo, que está sempre mexendo, né? (Luciana – Sete Barras)

É, a gente fala, né? Às vezes a gente **junta dois, três na estrada**, aí, e **fica conversando**. Vê quem sabe de um preço melhor. Às vezes o cara fala “ah, vendi para o fulano, se tivesse esperado mais um pouquinho tinha vendido para fulano e tinha pegado mais”. (Valter – Sete Barras)

É, que nem o rapaz ali, o Cidinho, sempre **vem aqui**. Ele fica meia hora, uma hora **conversando, falando de tudo**, né, de... eu falo e ele fala também, o que ele está passando. (Valter – Sete Barras)

É por meio de conversas informais, ocorridas em diversos lugares (no boteco, na roça, na cooperativa etc.), que os produtores de Sete Barras trocam informações sobre questões cotidianas e técnicas do manejo orgânico, bem como acerca de princípios da agroecologia. Quando a informação diz respeito a questões técnicas, as conversas informais entre os próprios produtores podem ser complementadas por uma busca na internet ou mesmo por uma conversa com um técnico agrícola. Cabe ressaltar que Sete Barras e, sobretudo, o bairro do Guapiruvu, que fica distante das áreas urbanas do município, é carente de assessoria técnica agrícola⁸², embora haja na região instituições municipais e estaduais voltadas para o serviço de assessoria e extensão rural, como a Casa da Agricultura, ligada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário, e a Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CATI/CDRS), antiga Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo.

Em todas as falas acentua-se a forte presença da relação de confiança entre os produtores, especialmente nos depoimentos de Daniel e Mariana. Ambos destacam a importância de se apurar e complementar informações obtidas com quem está inserido no campo da prática. Daniel destaca a busca de informações com produtores em quem confia, vizinhos e colegas com longa experiência na agricultura, enquanto Mariana enfatiza entender como fundamental a complementação de informações teóricas/acadêmicas com os saberes populares/práticos, depositando sua confiança no diálogo “com quem faz”. A confiança na palavra dos produtores é, aliás, um dos princípios constitutivos dos SPG’s e das OCS’s e, como destacam diversos autores (ARAÚJO et al.; 2018; CAMAROTTO; NARIMOTO; COSTA ALVES, 2019; DEJOURS, 2002; GIANNINI et al., 2019), a confiança é fundamental para a constituição dos coletivos, para o fortalecimento das relações sociais e da cooperação.

A constatação de que as conversas informais são a principal forma de se trocar informações, rotineiras ou técnicas, entre os produtores de Sete Barras traz de volta a discussão

⁸² Segundo pesquisa de autoria de Sodrzeieski et al. (2021), realizada na região administrativa de Registro, que abrange Sete Barras, 66,7% dos entrevistados declararam não participar de nenhuma organização rural. Dentre os que participam, 50% declararam fazer parte de associações, 40% de cooperativas e 10% de sindicatos rurais.

sobre a pertinência dos espaços de convivência para o território. Diante da ausência desses espaços, o compartilhamento de informações se dá por meio de conversas rápidas e informais, nas roças ou nas estradas que as conectam. Em função das distâncias entre as propriedades e das limitações inerentes a uma conversa em pé, à beira da estrada, pode-se afirmar que a ausência de espaços de convivência minimiza a efetividade das trocas de informações.

Destaca-se que não houve referência dos produtores de Sete Barras às instâncias das OCS's como meio para viabilizar as trocas entre eles. Atribui-se esse fato à valorização, pelos produtores, da via informal para a realização dessas trocas e ao fato de as OCS's da região estarem com suas atividades regulares suspensas, em decorrência da pandemia de COVID-19.

A respeito do efeito das trocas de informações, soluções, conhecimentos e vivências entre os produtores, Valter comenta, abaixo, com o auxílio de um exemplo prático, como esse intercâmbio pode contribuir com o aprimoramento do modo de trabalhar na roça e com o fomento à constituição e à troca de novos saberes.

O que **melhorou** para nós é também **plantar** as coisas. Tem gente que planta muda de banana, só cava e põe a muda. E tem outras coisas, põe o adubo na cova, e tudo, e planta lá. Isso melhorou. Antes, **eu não plantava assim**, plantava a muda pura, fazia o buraco e plantava a muda lá, sem nada. Até hoje, alguns plantam, ainda. (Valter – Sete Barras)

Conforme Moreira et al. (2017) e Muñoz et al. (2016), esses ganhos, tais como os descritos por Valter, fazem parte justamente dos benefícios que se espera obter da ação das OCS's nos territórios. Na continuidade da conversa, ele explicou que a técnica citada de adubação pode ser utilizada para o plantio de qualquer espécie vegetal, inclusive de palmito pupunha, espécie muito cultivada pelos produtores do Guapiruvu. Ele descreveu os tipos de adubos utilizados pelos produtores, seus efeitos sobre as plantas e os resultados obtidos, de modo que se evidencia, a partir de sua fala, os efeitos das trocas na produção e na generalização do conhecimento, bem como na compreensão dos processos envolvidos no plantio.

No caso dos *produtores de Socorro*, as trocas de informações, soluções, conhecimentos e vivências ocorrem em âmbito institucional, através das visitas de pares e de verificação, das reuniões do OPAC, dos encontros de qualificação entre os produtores (como oficinas de formação de avaliadores e atividades coletivas de confecção e avaliação de PMO's) e dos cursos de extensão e de formação profissional rural, oferecidos pelo sindicato rural e pelo SENAR.

Ah, eu acho que **isso aí não existe muito**, não. **Dentro do grupo** até tem, mas saiu da **casinha**, da **panelinha**. O grupo nosso, por exemplo, se um produtor, já chegou... tem uma planilha boa, lá. O SPG tem uma planilha, né? No começo não tinha planilha, pra substituir o caderno de campo, anotar a produção, manejos, né? Nosso grupo, mesmo, tinha um que tinha cedido a planilha. Ele disponibilizou, falou “nossa, eu tenho isso aqui”, mostrou pra gente, todo mundo achou legal, né? Mas veio de **dentro do grupo** e isso aí **ficou ali**, mesmo. **Não sai pra fora**. Acho que **não tem** muito essa **dinâmica de ajudar... dentro do grupo**, como o nosso, **acho que tem**, mas saiu dali. (Henrique – Socorro)

Eu acho que **funciona**, mas quando **tá reunido**, mas, assim, **esporádico** (...). **Nas visitas**, é... não vejo isso aí, tipo, é... até a Emile cobrou isso aí, que o **grupo** tem que estar **mais junto**. Ela cobrou isso aí, tá fazendo a parte dela. Que os **grupos não podem ficar distantes**, né? (...). Então, ela falou que era para o grupo estar mais próximo, conversando, né? Mas **não faz**, não. Na **correria do dia a dia**, fica mais **restringido** a quando tem as **visitas só**, mesmo. No **momento das visitas**, trocar ideia..., mas tipo assim, “ah, tô com dificuldade de vender um produto” ou “tô com dificuldade na lavoura aqui, uma praga, o que eu faço?” (Henrique – Socorro)

Como um profundo conhecedor da agricultura e como um produtor que tem formação em biologia, durante praticamente toda a entrevista Henrique mostrou-se satisfeito em colaborar com a pesquisa. Um dos únicos momentos em que expressou desânimo foi justamente ao falar da dificuldade de estender o compartilhamento de informações dos grupos a todo o SPG, de modo a tornar públicas as soluções que são desenvolvidas no âmbito dos grupos.

Na perspectiva teórica adotada nesta pesquisa, tornar público os achados da prática é uma forma de objetivá-los, tornando-os, ao mesmo tempo, inteligíveis e aptos a serem validados socialmente pelos pares (DEJOURS, 2002; DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; SZNELWAR; UCHIDA; LANCMAN, 2011). Quando validados, os achados da prática passam a constituir o campo da tradição de uma determinada profissão, contribuindo, assim, com o seu processo de desenvolvimento. Desse modo, a dinâmica de publicizar as engenhosidades traz benefícios para a profissão e para o próprio sujeito, que ao contribuir com sua profissão consolida sua identidade, realiza-se e evolui no sentido de constituir sua saúde. Entretanto, esse processo sofre impactos de uma dubiedade em relação à confiança entre os produtores, pois, conforme a fala de Henrique indica, existe entre aqueles que convivem entre si, mas é frágil na relação com produtores de outros grupos. Vale lembrar que a confiança, de acordo com Dejourns (2002), é condição essencial para o desenvolvimento da visibilidade entre os sujeitos, o que interfere no reconhecimento e na produção de sentido.

Essa tendência de um certo fechamento dos grupos em si mesmos e um enfraquecimento dos espaços de convívio entre os produtores de todo o SPG também pôde ser evidenciada a partir das observações e conversas informais. De acordo com a forma que os SPG's comumente se organizam, é natural que os produtores tenham uma convivência mais próxima e frequente dentro de seu pequeno grupo (geralmente entre três e cinco produtores), mas também são previstos espaços de trocas entre grupos. Henrique considera que as trocas não podem ficar restritas aos espaços institucionais previstos pelo SPG, devendo ocorrer de forma corriqueira, como um processo natural de grupos que têm interesses e dúvidas em comum.

Ao mesmo tempo, Henrique identifica a falta de tempo como fator que limita seu grupo a trocar apenas durante as visitas formais. O distanciamento geográfico entre os bairros agrários de Socorro e, conseqüentemente, entre as propriedades rurais é outra característica que

condiciona as possibilidades de convívio. Como no SPG pesquisado os grupos de produtores são concebidos, principalmente, a partir do critério das afinidades, nem sempre os produtores de um mesmo grupo estão próximos. Considera-se, contudo, que as trocas poderiam ocorrer com maior frequência entre os produtores que estão geograficamente próximos. Quanto à disponibilidade de tempo, sabe-se que na agricultura familiar os produtores acumulam diversas funções (produtor, gestor, processador, comerciante etc.), o que torna intensa a sua rotina de trabalho. É relevante refletir sobre até que ponto essa rotina pesada é própria do manejo orgânico na agricultura familiar e/ou está sendo “importada” da agricultura convencional, como um padrão do modelo hegemônico que age como prescrição para a agricultura ecológica⁸³.

O produtor Henrique critica, ainda, o tipo de informação/saber (conteúdo operacional) compartilhado por meio das visitas. Isso pode ocorrer em parte, por outro lado, as visitas de pares e de verificação acompanhadas durante a realização desta pesquisa não permitem validar essa informação na integralidade. Ao menos em duas visitas, dentre as quatro acompanhadas, as trocas entre os produtores envolveram uma vasta gama de temas, dos mais corriqueiros (preço de venda dos produtos e de compra de insumos, preocupação com a falta de chuvas, iniciativas para a redução de consumo de água etc.) aos mais complexos (debate de normas e de princípios do SPG, como a periodicidade mínima das visitas, os custos envolvidos com o processo de certificação participativa e o enrijecimento dos instrumentos de fiscalização e controle). Dessa forma, as visitas da certificação reúnem, ainda que nem sempre se efetivem, condições propícias à troca de conhecimentos, conforme concebidas por diversos autores (PASSOS, 2020; PASSOS; ISAGUIRRE-TORRES, 2013; RADOMSKY, 2013).

A fala do José, abaixo, traz a figura do produtor-avaliador (membro do SPG, responsável pela visita de verificação) como um elemento significativo de interferência na complexa dinâmica de trocas no âmbito do SPG.

Agora, quando você é **avaliado**, é **interessante** porque, às vezes, a pessoa que vem avaliar também dá a **opinião dela**. E **ajuda** também essa **troca de experiência**. (José – Socorro)

O produtor salienta, em conformidade com Passos (2020), Passos e Isaguirre-Torres (2013) e Radomsky (2013), o valor das trocas de experiências entre os produtores durante as visitas de verificação, pois por meio delas, a visita pode ir além de seu objetivo “burocrático” de verificar a conformidade orgânica e se tornar um espaço excepcional de orientação, diálogo e construção coletiva. Além disso, a fala de José reconhece, conforme discute Camargo (2015), a importância do olhar externo ao grupo, representado pela presença do avaliador.

⁸³ Essa discussão será aprofundada no tópico referente à dimensão *relações sociais*, do constructo *sentido do trabalho*.

Outra questão que a contribuição de José permite abordar é a relevância da experiência do avaliador para que as visitas possam cumprir ambos os papéis, de verificação da conformidade e de orientação, diálogo e construção coletiva. A esse respeito, a convivência com os produtores e o acompanhamento das visitas de pares e de verificação no território permitiram notar que as visitas se tornaram capazes de promover diálogos e construções coletivas nas ocasiões em que o avaliador era experiente no manejo ecológico e, principalmente, quando reconhecido pelos demais produtores como alguém que faz um trabalho bem-feito e é comprometido com os princípios da agroecologia. Nesse sentido, a observação do real do trabalho, nas instâncias vivas do SPG, permitiu ao pesquisador concordar com Areosa (2019), Dejourns (2008, 2012b) e Giannini et al. (2019), quando afirmam que os pares são aqueles que conhecem profundamente o trabalho realizado, e com a compreensão de Dejourns e Abdoucheli (1993) de que apenas os pares são capazes de avaliar integralmente a qualidade do trabalho⁸⁴.

A seguir, o produtor Júnior relata alguns conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, por meio da convivência com produtores de seu grupo do SPG.

Sim, **várias técnicas de plantar tomate**, já vi de **amarrar tomate, limpar a mão com tomate**. Você vai mexendo no pé de tomate, a mão vai ficando preta, assim. Você vem, lava com detergente, não vai, não vai, não vai. Tem que pegar o tomate verde e fazer assim [*esfregando as mãos*], ele dissolve tudo o preto. (Júnior – Socorro)

Júnior explica que foi através da convivência que aprendeu diversas técnicas de manejo e adquiriu o truque de como tirar da mão os resíduos resultantes da manipulação dos pés de tomate, na atividade de amarração. Essa habilidade pontual é parte integrante do que Dejourns (2002) denomina de inteligência da prática, que é a inteligência mobilizada pelos sujeitos quando se confrontam com as situações reais de trabalho. A inteligência da prática, conforme Araújo et al. (2018) e Dejourns e Abdoucheli (1993), atua como normas reguladoras da ação coletiva e tem papel primordial na gestão das adversidades do real do trabalho.

De acordo com Júnior, o truque de limpar as mãos com tomates verdes é reconhecido por ele e por seus pares como uma rotina prática útil. Esse achado da inteligência da prática só pode receber esse reconhecimento quando compartilhado e julgado pelos produtores. Como observam diversos autores (BOUYER, 2010; BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011; GERNET; DEJOURS, 2011), quando esse tipo de truque é mantido em segredo ou impedido de ser compartilhado, as ações adotadas pelos trabalhadores diante do real tornam-se invisíveis, os achados e os sujeitos deixam de ser reconhecidos e o trabalho perde sentido.

⁸⁴ A importância de o avaliador contar com o reconhecimento dos demais produtores, para o êxito dos SPG's, será ampliada no tópico dedicado ao constructo reconhecimento.

Os próximos depoimentos trazem a discussão a respeito do compartilhamento de informações, soluções, conhecimentos e vivências por intermédio de outras instituições que atuam no município, como o SENAR, a Casa da Agricultura e o sindicato rural.

Tem os **técnicos do SENAR**, dos cursos, já tem uns três contatos. Geralmente, é isso, tenho contato do **pessoal da Casa da Agricultura** também, mas quando eu preciso mesmo eu vou atrás desses técnicos aí, do **SENAR**. (Júnior – Socorro)

É, do restante, a gente **faz muito esses cursos do sindicato rural, do SENAR**, a gente tem **bastante conhecimento**, muito mais do que muita gente que não tá fazendo curso nenhum. Às vezes, faz tempo que trabalha, mas vou falar pra você, no caso do cunhado do José, lá, passei um produto pra ele, esse **professor que dá o curso** pra nós, o cara é muito bom, sabe? (...). Então, o **cara já dá uma clareada pra gente**, ajuda muito. Então, a gente meio que **segue os conselhos dele**, não tem uma pessoa técnica que tá ajudando a gente, mas é nele que a gente se apegou, nos cursos, treinamentos. (Roberto – Socorro)

Ambos os produtores, com perfis bastante distintos, fazem alusão a outras instituições, e não ao SPG, como fonte de informações e de produção e compartilhamento de conhecimento. Roberto pode ser classificado como pertencente à vertente ecológica familiar, que se caracteriza, em especial, por uma lógica familiar de organização da produção. Enquanto Júnior liga-se à vertente ecológica empresarial, que valoriza uma perspectiva tecnológico-mercantil.

A fala de Júnior ocorreu no momento de responder como procedia quando necessitava de informações para resolver problemas relativos à produção vegetal. A forma como ele interpretou o termo informação, associando-a a instituições técnicas e aos seus respectivos profissionais e não aos seus pares ou ao SPG, parece bastante reforçada pelo seu perfil de produtor da vertente ecológica empresarial. Salienta-se, contudo, uma tendência dos produtores de Socorro de valorizar informações mais técnicas/objetivas, tendência que não pode ser simplesmente atrelada ao perfil ecológico empresarial. Tanto os produtores que participaram diretamente da pesquisa quanto aqueles que contribuíram indiretamente⁸⁵ apontaram a relevância dos cursos de extensão rural ofertados, principalmente pelo SENAR⁸⁶, para a região. Ademais, como resultado da intensa adesão, esses cursos também desempenhavam o papel de espaço de convivência para os produtores, especialmente no período pandêmico.

Em Socorro, observa-se que algumas instituições vêm, através do apoio técnico, criando espaços de convivência e compartilhamento de informações. Ainda que o SPG não se proponha a cumprir esse papel de assessoria técnica, seria relevante ponderar com seus membros sobre a demanda de informações técnicas no contexto da agricultura familiar e, até mesmo, funcionar

⁸⁵ Produtores e trabalhadores presentes nos espaços informais de convivência, durante a pesquisa.

⁸⁶ Segundo estudo realizado em 2021, de autoria de Geraldi et al. (2021), com 228 pequenos produtores da região administrativa de Campinas, região que abrange o município de Socorro, 79,8% dos produtores responderam que recebem algum tipo de assistência técnica. Quanto ao tipo de serviço mais utilizados pelos produtores, as atividades mencionadas pelos produtores de Socorro, apoio ao manejo e cursos/palestras, ocupam o terceiro (44,3%) e quarto lugar (40,3%), respectivamente.

como catalisador e mediador entre agricultores e instituições de assessoria, de modo que nesse processo constitua espaços de convivência e compartilhamento.

4.2.4. Compartilhamento de problemas e sofrimentos

Para consumir o ato de trabalhar junto, de acordo com Araújo et al. (2018), Clot (2001, 2013), Dejours (2004) e Giannini et al. (2019), os sujeitos devem estar dispostos a viverem uma história conjunta, compartilhando desde o modo como trabalham (experiências, inteligências, habilidades etc.) até suas dúvidas, problemas, sofrimentos, debilidades, receios etc.

Sobre o compartilhamento das dificuldades relacionadas ao trabalho, produtores de ambas as comunidades relataram grande desafio em fazê-lo.

Ah, eu **sou meio...** [risos]. Fica lá fazendo a **tentativa do erro e acerto** [risos]. Então, isso aí é... é de **mim**, mas é do **produtor rural**, eu acho. Que ele é meio... **faz o que ele quer, do jeito que ele quer**. Isso aí eu vejo no meu pai, vejo... no produtor convencional, vejo isso aí. (Henrique – Socorro)

Eu levei esse *feedback* na feira, você acredita? (...) a barraca é de bambu, tem que desmontar inteirinha e tem uma lona pesada que é dura de dobrar. E eu **dobro a lona sozinho e não peço ajuda**. Aí, a moça da outra banca, Débora, falou assim pra mim “você quer uma ajuda aí, Henrique?”. Aí, falei “ah, se puder me ajudar, agradeço”. Ela falou um dia, ofereceu ajuda um dia, olha como que é a personalidade dela, diferente. Aí, outro dia, eu lá lidando de novo com a coisa. Ela falou assim “**por que você não pede ajuda pra dobrar a lona?**”, “por que você não pede ajuda? Você **sofre**, fica **sofrendo sozinho, mas não pede ajuda**”. [risos]. Veio o feedback. (Henrique – Socorro)

Não. Assim, eu **tento a mim mesma**, e **tento no último**. A hora que eu vejo que **realmente não vai**, peço ajuda. (Cristina – Sete Barras)

Então, ela é do tipo que... ela **não pede ajuda, para ela não se sentir inferior**, mas a gente percebe que ela está precisando. (Cristina – Sete Barras)

Não, sou sossegado. **Não tem que falar**, eu **não gosto de ficar chorando** as pitangas **para os outros**, sabe? Isso aí, acho que já é um **pouco orgulhoso**, parece que é um **sinal de fraqueza**. Eu penso, pode ser que é besteira da gente. Mas não, **eu gosto de lutar** com as coisas da gente... e que vá! (Roberto – Socorro)

Como dito por Cristina e Henrique, ambos só compartilham suas dificuldades quando já esgotaram todas as outras possibilidades, buscando não dar visibilidade a elas. Nessa lógica, Henrique reconhece que prefere se submeter à possibilidade do erro a assumir suas fragilidades e solicitar apoio. Segundo sua vivência, de cerca de 30 anos na agricultura, essa resistência em compartilhar as dificuldades do trabalho é uma realidade do mundo rural. Nessa mesma perspectiva, a fala de Cristina “eu tento a mim mesma” carrega o peso de certo isolamento, de distanciamento do trabalho coletivo, ou melhor, da alienação acerca da possibilidade de se vivenciar o trabalho realmente como uma história conjunta.

Essa discussão faz refletir sobre o que pode significar a doação de si, do corpo, como ferramenta de trabalho sujeita a envelhecimento, desgaste e adoecimento, conforme o uso de si no campo. Nesse ponto, o corpo parece ocupar lugar similar ao da ferramenta, que ao ser

emprestada desgasta e aquele que emprestou, com frequência, acaba por arcar com o desgaste ou se ver sem a própria ferramenta. De certa forma, pedir e aceitar ajuda implica responsabilizar-se por entrar em uma relação de troca, de retorno, de cooperação e, dessa forma, arcar com o bem do outro. Essa questão apareceu em diversas conversas informais. Em uma delas, Antônio (Sete Barras) falou do uso de si na roça de um agricultor mais velho como colaboração necessária, mas da impossibilidade de manter o desgaste de si sem troca.

Os próprios produtores refletiram sobre as razões dos desafios de compartilharem suas dificuldades. Enquanto Roberto fala de si, Cristina reflete sobre um terceiro produtor e Henrique pensa sobre o produtor rural enquanto categoria. Ele apresenta o produtor rural como um sujeito que conserva uma certa rigidez e concretude na forma de pensar e de agir. Assim, certa resistência para entrar em uma relação de troca parece se relacionar a aspectos culturais do sujeito rural que conflitam com princípios da agricultura ecológica. Cristina relaciona a dificuldade em compartilhar os problemas no trabalho ao embaraço de assumir, para si e para os outros, o desconhecimento, o que remete a sentimentos de incapacidade e inferioridade. Roberto dá ao tema a mesma interpretação, revelando que conversar sobre suas dificuldades lhe parece corresponder a um sinal de fraqueza.

Uma resistência em reconhecer desconhecimentos e fragilidades para si e, principalmente, para os outros, surge como questão central nos depoimentos. No âmbito dos coletivos de trabalho, para que os sujeitos assumam suas fragilidades é necessário que as relações sejam pautadas pela confiança. Nesse sentido, entre os produtores de ambos os territórios (nas esferas do SPG e das OCS's), as relações de confiança ainda são frágeis com aqueles que não mantêm vínculo próximo, ocasionando algum grau de sofrimento. Como meio encontrado para neutralizar esse sofrimento, em conformidade com a literatura (DEJOURS, 2000, 2002; MENDES; ARAÚJO, 2012b; SZNELWAR, 2007), os produtores aderem ao uso da virilidade⁸⁷, mantendo-se distantes daqueles em quem ainda não se pode confiar plenamente, isolando-se, assim, do trabalho coletivo.

Diante das dificuldades em compartilhar os problemas e receios decorrentes do trabalho com os próprios coletivos, alguns produtores acabam adotando, individualmente, as alternativas que estão ao seu alcance.

⁸⁷ A virilidade surge como um valor que dá contornos à relação do agricultor consigo, com os outros, com a própria atividade e a própria saúde. Nessa perspectiva, ver artigo OLIVEIRA, A. L. A.; SOUZA, B. J. Políticas públicas de saúde do homem do campo no semiárido nordestino. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 644-675, 2020.

Ah, sempre! Isso é do ser humano, né? Você **tem que falar para alguém**. Na **família**, às vezes **esposa**, desabafo, né? Chega e fala o que está acontecendo. (Pedro – Sete Barras)

Não, não. Eu **prefiro conversar**, pra ajudar. Porque se ficar prendendo tudo isso pra gente não. No começo eu **remoia muito**, sabe? Passava mal, nossa, **não dormia de noite**. Aí, tive umas conversas com ela, bastante, e aí acabou essas... É que quando a gente começou, aqui, teve bastante problema e... no começo, demora pra você ver o retorno, né? Teve umas épocas que a gente passou apertado, deu um vendaval que destruiu tudo, a gente não tinha nada, tinha dívida pra pagar, de custeio, banco. Nossa, aí eu comecei a **não dormir** mais de noite, **preocupação**. “Como que vai fazer pra pagar tudo isso?” Aí, ela falou, “não, pode ficar tranquilo que vocês vão conseguir. Não adianta você ficar sem dormir por causa disso, que não vai resolver nada”. (José – Socorro)

As falas de ambos os produtores colocam em evidência a necessidade de compartilhar com alguém os problemas na lida diária. Pedro admite como alternativa viável restringir a conversa a familiares, enquanto José prefere fazê-lo com uma amiga, que não é produtora rural. Ou seja, eles se defendem de dialogar com outros produtores, membros ou não do SPG, evidenciando como é difícil romper com a estratégia defensiva da virilidade.

Embora, ao que parece, o efeito das alternativas individuais tem sido positivo para os produtores, no campo da dinâmica da cooperação elas representam um retrocesso, uma vez que colaboram para o enfraquecimento dos coletivos. Cabe ressaltar que, segundo Araújo et al. (2018), Dejours (2007) e Giannini et al. (2019), a cooperação só será autêntica e efetiva diante de coletivos coesos. Em contrapartida, pensando-se na importância de se recorrer ao coletivo de trabalho para trocar informações sobre dificuldades, angústias e sofrimentos, o depoimento de Roberto, a seguir, é ilustrativo de como os produtores, no decorrer das suas relações com os coletivos, em alguma medida, (re)valorizam as dinâmicas coletivas como reais alternativas.

Não, fico meio **desanimado**, meio **triste**. Aquele dia **dei uma desanimada**, só não desanimamos porque **a gente estava no curso** de abelhas, aqui. Então, **o povo anima a gente**, de estar **conversando com todo mundo**, distraído com as abelhas aqui, até foi bom. Mas, depois, quando está **sozinho** “oh, caramba, desgraça!”. **Fica meio triste**, mas fazer o que? (Roberto – Socorro)

Neste momento, Roberto revela o quanto a convivência e o diálogo com outros produtores, as trocas “com todo mundo” e o estar junto com “o povo”, são significativos para processar os sofrimentos decorrentes do trabalho. Importante ressaltar que o coletivo a que o Roberto se referiu, o curso de abelhas, que agregou os produtores, é mais uma alusão aos cursos realizados pelo SENAR no município de Socorro.

4.2.5. Compartilhamento de responsabilidades

Nos trechos a seguir, produtores de Sete Barras expõem seus pontos de vista sobre o compartilhamento de responsabilidades, segundo dois aspectos marcantes da conjuntura do território. O primeiro deles diz respeito às cooperativas de produtores, que têm um papel de

destaque no município, tanto na comercialização quanto na discussão política e na organização social das comunidades. O segundo aspecto é a expectativa que os produtores vivem com o processo de construção do SPG, que está em curso no território.

O produtor tem a cooperativa como **mais um canal de venda dele**, ele não tem a cooperativa como **uma empresa dele**, um negócio dele. Porque se tivesse, o próprio cooperado iria **procurar oportunidades para todos**, de comercialização, que pudesse funcionar para todos. Mas ele não faz isso, ele faz o contrário, na hora em que a cooperativa não absorve, ele **procura algum outro canal dele** e faz só para ele. Isso é noventa por cento. **Dez por cento trabalham aqui**, que buscam oportunidade para o coletivo. (Mariana – Sete Barras)

Então, assim, é preferível que você esteja em uma OPAC, **sem se preocupar**, problema de **quem estiver administrando**, porque se acontecer, se vier uma fiscalização... Aí que tá, dentro de uma OPAC, quem está na **direção tem que ser responsável!** Sabe, **não sei se é possível**, é ele que vai responder e não o grupo. (Daniel – Sete Barras)

Para Mariana, produtora e diretora de uma das cooperativas presentes no município, o baixo grau de compartilhamento de responsabilidades entre os produtores evidencia-se na forma como eles se comportam em relação à cooperativa. Segundo ela, uma pequena parcela deles compreende a função das cooperativas e o seu próprio papel como cooperado. Desse modo, Mariana utiliza como exemplo do não compartilhamento de responsabilidades a falta de comprometimento dos produtores com os interesses coletivos da comercialização de orgânicos, pois, para eles, a cooperativa representaria apenas uma forma de ampliar a própria comercialização. Cabe recordar que a comercialização é apontada pelos produtores de Sete Barras como uma das maiores barreiras à ampliação do segmento de orgânicos na região.

Ao comentar sobre o processo de construção do SPG da região do Vale do Ribeira, Daniel, que também é produtor e diretor de cooperativa, discorreu indiretamente sobre a questão do compartilhamento de responsabilidades. No momento da pesquisa, o debate sobre a constituição do SPG estava muito presente na realidade dos produtores ecológicos de Sete Barras. Como parte de um processo que vem sendo conduzido pela via democrática envolve muitas divergências sobre o assunto. Um dos pontos de desacordos e de resistências à própria construção do SPG é, justamente, a partilha de responsabilidades dentro do SPG.

Daniel faz parte de um grupo de produtores com concepções acerca da agricultura ecológica que permite relacioná-lo à vertente ecológica empresarial. Basicamente, segundo o ponto de vista desse grupo, a construção do SPG é interessante pelo benefício da ampliação do mercado. Ao mesmo tempo, por historicamente valorizarem princípios que afirmam o controle e a objetividade no processo de certificação (RADOMSKY, 2013), mantêm uma relação de desconfiança com os sistemas participativos. É com base nessa mistura de sentimentos, de utilidade e desconfiança, que Daniel deseja compor o SPG (fazendo referência ao OPAC,

organismo jurídico do SPG). Entretanto, defende que toda a responsabilidade do sistema perante o MAPA fique a cargo apenas da direção do SPG, isentando-se, como produtor, de assumir qualquer parcela de responsabilidade por possíveis equívocos ou efeitos indesejados.

A seguir, Roberto, produtor de Socorro, ao comentar sobre as dinâmicas do sistema participativo, apresenta sua visão sobre o compartilhamento de responsabilidade.

Então, é avaliar as quatro propriedades, mas **tem todo o roteiro** pra seguir e tem que olhar tudo. Vou fazer igual eu fiz pra olhar o plano de manejo, vou **encher o saco!** Não é encher o saco, vou **falar o que eu achar** e se achar que não tá certo, vou falar. Porque não pode, é **tudo amigo** da gente, mas se você **acobertar uma pessoa**, assim, e der um **problema, quem assinou**, lá? Quem foi o último que veio aqui? É o Roberto, aí o **fumo vem pra mim**, né? Então, não, tem que ser... **não quero prejudicar** ninguém, jamais, mas vai tentar trabalhar juntos e só melhorar. (Roberto – Socorro)

O pessoal **procura andar certo**, né? Que nem eu falei pra você, como é **associação, todo mundo vai perder**. Não é só você, só eu, por exemplo, não. **Nosso grupo, é todos os grupos**, tem 156 pessoas lá, que dependem disso também. Então, como que você vai, tem que **ser responsável**. (Roberto – Socorro)

Como já estamos mexendo há mais tempo, dá um **pouco de medo** de entrar **qualquer pessoa**, porque você sabe que pode **prejudicar toda a associação**. Não pode entrar qualquer um. Que nem, esse rapaz, eu vi que ele estava com intenção, até falei pra Solange, “o rapaz não tá com vontade de fazer nada, tá com **intenção de ganhar dinheiro**, só”. Tá focando no dinheiro, ele não parava de falar de dinheiro. “Precisa fazer, pra ganhar mais”. Nunca ele falou “quero fazer pra melhorar isso, quero ajudar”. Só vi falar de dinheiro, então, era **ganância**. Então, não acho que enquadra no **perfil da gente**, de pensamento. Todo mundo precisa ganhar dinheiro, ninguém trabalha de graça. Só que acho que primeiro de tudo tem que ter o **fundamento do SPG**, no caso, desse sistema, né? Vai fazer por auditoria, não tem problema nenhum. (Roberto – Socorro)

No primeiro trecho, Roberto comentava sobre a etapa das visitas de verificação, que estavam para ocorrer. Ele mostrava-se ansioso com as visitas, pois seria a primeira vez que assumiria a função de avaliador. Além disso, em função das restrições da pandemia, as visitas de verificação seriam, também pela primeira vez, estariam sob a responsabilidade de apenas uma pessoa. Anteriormente, um grupo de produtores era designado como avaliador. Assim como Daniel, ele apresenta uma preocupação com a responsabilização individual.

No decorrer de seu relato, Roberto cita outro evento do SPG que participou em 2019, trata-se de uma avaliação coletiva dos PMO's. Na ocasião, os produtores do SPG reuniram-se e trocaram entre si, aleatoriamente, seus PMO's, de modo que cada produtor submeteu seu PMO à avaliação e avaliou o de um colega. Em outro momento da conversa, Roberto contou que quando desempenhava o papel de avaliador do PMO procurou sanar todas as dúvidas que surgiam, indo até o colega muitas vezes fazer perguntas, afinal “eu que tô assinando por aquilo lá”, explicitando seu estilo detalhista e minucioso na visita de verificação.

Ao mesmo tempo que Roberto mostra certa desconfiança em relação ao trabalho dos pares, posicionando-se contrariamente à possibilidade de “acobertar” o trabalho mal realizado por um colega, ele se mostra crítico em relação à uma avaliação *pro forma*. Em síntese, sua

concepção de responsabilidade considera as consequências para si, de ser culpabilizado, mas também para a instância coletiva do SPG, que poderia se ver enfraquecida por uma avaliação acrítica. Ele entende que cada um tem que se responsabilizar pela tarefa para qual foi incumbido para que o coletivo funcione. Nessa perspectiva, de impactos sobre o SPG, Roberto se preocupa com o perfil dos produtores que compõem os sistemas participativos, apontando a necessidade de se responsabilizarem pela defesa de seus princípios constitutivos e não apenas buscarem menores custos de certificação. Essa preocupação de Roberto é trazida por Darnhofer et al. (2010) e Niederle e Almeida (2013), os quais discutem o processo de convencionalização da agricultura orgânica e das certificações. Essa discussão indica a existência de um dilema no interior do SPG, que se estabelece na linha tênue entre a rigidez na defesa de seus princípios constitutivos e o sectarismo em relação a novos integrantes.

4.3. Coletivo coeso

Na presente dimensão da cooperação serão abordadas as principais discussões no âmbito dos seguintes indicadores: *consolidação de acordos e regras de trabalho, estratégias e mecanismos para lidar com constrangimentos, renúncias de potencialidades individuais em prol do coletivo e relações baseadas na responsabilidade e reciprocidade.*

4.3.1. Consolidação de acordos e regras de trabalho

Compreende-se por regra de trabalho os acordos concebidos entre os membros de um determinado coletivo sobre a forma de trabalhar. Regras de trabalho atuam, então, como princípios reguladores da ação coletiva e da gestão das adversidades do real (ARAÚJO et al., 2018; DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; GIANNINI et al., 2019). A dinâmica de construção, adaptação e consolidação de regras de trabalho, segundo Araújo et al. (2018) e Dejours (2007, 2012b), constitui a própria essência da cooperação e é vital para os coletivos, dado que elas regulam tanto as relações entre os trabalhadores, internamente, quanto as relações entre o coletivo e o meio que o cerca.

Em Socorro não houve referência a este componente da cooperação, fato inesperado, visto que o município conta com um SPG consolidado e que os produtores estão habituados a dinâmicas coletivas, como se organizar e deliberar coletivamente sobre questões de trabalho. Presume-se que o breve período de convivência entre produtores e pesquisador, quando comparado a Sete Barras, devido à pandemia, foi um fator que exerceu forte influência.

Dentre os depoimentos de Sete Barras, Otávio cita algumas questões referentes à forma de trabalho nos sistemas agroflorestais (SAF), que se relacionam à gestão das adversidades do real, ou seja, dizem respeito, conforme Bendassoli e Sobol (2011), ao confronto do trabalhador com ele próprio e com a natureza.

Eu acho que uma coisa que **eu estou desenvolvendo**, aquele negócio ali, por exemplo, de eu **plantar uma**... Então, as pessoas vão incorporando, porque é difícil **roçar com a maquininha**, por exemplo, você vê o... Outra coisa que as pessoas **vão incorporar** é essa coisa de criar, **fazer trilhas**, né, fazer trilhas para poder... (Otávio – Sete Barras)

Agora, uma coisa que **mudou bastante**, eu via o João cortando com **facão**, banana. Eu **achava uma loucura** do João, mas depois eu fui para o Equador, vi o pessoal usar facão. Vou **experimentar cortar banana com o facão**, mas aí tive que achar um facão especial para cortar banana, não aquela coisa que o João usa, que é um latão do caramba, você precisa ficar batendo, batendo no pau da banana. João não liga muito para a ferramenta. **Antes eu cortava com o penado**, aquele curvadinho, mas **o penado é muito difícil de você carregar** ele. Como você **carrega banana com o penado**? Aí eu **inventei uma coisa** para carregar o penado... que é uma coisa de **calça cortada**, amarra e você carrega nas costas. Mas aí, você precisa **tirar o negócio das costas**... facão não, você põe aqui... Outra coisa, você vai **fazendo trilha com o facão**, para entrar... você vê o cacho lá na frente, com aquele monte de mato na sua frente. **O penado não é para cortar galho**, agora o facão não, você pode cortar galho, você pode... Então, acho que o facão incorporou, apesar que os agrofloresteiros, qual que é a principal ferramenta? É o facão! Mas eu não tinha essa cognição aí. (Otávio – Sete Barras)

Otávio faz menção a soluções que foi desenvolvendo ao longo de sua jornada de mais de 50 anos como agricultor e de cerca de 21 anos como agricultor agroecológico. Com base na definição de que regras de trabalho são acordos configurados entre os membros de um coletivo (ARAÚJO et al., 2018; DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; GIANNINI et al., 2019) e na compreensão de que essas regras se estabelecem por meio de uma dinâmica que envolve os estágios de construção, adaptação e consolidação, considera-se que as soluções apresentadas pelo produtor ainda se encontram em fase de construção e de adaptação, em especial por ainda não se constituírem como uma apropriação coletiva.

Interessante notar, através das falas de Otávio, como as nuances do real do trabalho condicionam o surgimento e, ao mesmo tempo, configuram as regras de trabalho. É possível perceber como essas regras têm uma relação direta e arraigada com as adversidades provenientes do confronto do sujeito com o real. Face a sua realidade, de uma roça anárquica, própria do sistema agroflorestral, do “agrorelaxo” – como ele próprio denomina – o produtor construiu, ao longo dos anos, algumas adaptações ou soluções. A primeira, como se pode observar na figura 11, a seguir, foi marcar a localização das mudas recém-plantadas com a espécie bastão roxo⁸⁸, de forma a tornar as mudas visíveis para o manejo com roçadeira. A

⁸⁸ Nome popular da dracena vermelha. Essa espécie possui folhas largas, coloração avermelhada, caule ereto, cresce quase que exclusivamente na vertical e ganha estatura rapidamente, facilitando sua visualização, mesmo quando em locais da roça cuja vegetação esteja mais densa.

segunda adaptação foi a construção de trilhas cortando e interligando toda a área da roça, que por constituir uma mata densa, com o solo sempre coberto por vegetação, dificulta a locomoção. Nesse sistema, as trilhas estão interligadas entre si, são distribuídas de modo a cobrir toda a extensão da roça e a manter uma distância de cerca de 25 metros entre elas, viabilizando, assim, a subdivisão da extensão da roça em talhões. Para facilitar a visualização das trilhas, elas são marcadas, em praticamente toda sua extensão, pelo plantio regular de pés da espécie bastão roxo.

Figura 11 – Bastão roxo em meio ao SAF



Fonte: autor

Otávio reflete também sobre a ferramenta que melhor se adapta às características de suas culturas e de seu manejo. Tradicionalmente utiliza-se o penado para o corte da banana (seu produto principal, em termos de volume de venda). Entretanto, no confronto com o real de sua roça, o penado mostrou-se pouco adequado, por dois motivos. Primeiro porque, em função de seu desenho (formato próximo a um semicírculo), é difícil carregá-lo por longas distâncias em uma área com as características da roça de Otávio (solo encoberto, irregular, úmido e escorregadio). Diante dessa adversidade do real, ele empenhou-se em administrar a distância entre o trabalho prescrito e o real (GUÉRIN et al., 2001; NUSSHOLD; BAUDIN; CELIO, 2020), confeccionando uma espécie de porta-penado, com uma calça *jeans*, de modo a carregá-lo nas costas. Contudo, no confronto com o real, o porta-penado mostrou-se inadequado, pois, cada vez que a ferramenta era utilizada, era preciso parar para desamarrá-lo, atrasando as atividades, além disso ocupava as costas, meio de transporte das bananas até o local de despencar, lavar e armazenar. Um segundo motivo consiste no fato de, no caso da roça de

Otávio, a coleta da banana ocorrer em meio à floresta⁸⁹, o que, muitas vezes, demanda abrir uma trilha para se chegar até o pé da banana, cortando galhos e arbustos. O penado não se adequa a esse tipo de atividade, enquanto o facão pode ser empregado tanto para o corte do cacho da banana quanto para a abertura das trilhas. Além do mais, considerando-se a necessidade de conciliar o transporte simultâneo da ferramenta e da banana com a facilidade de acesso à ferramenta, o facão já tem uma forma bem estruturada de transporte, preso à cintura por uma bainha, podendo ser rapidamente alcançado pelo produtor.

Como o próprio Otávio comenta, em Sete Barras, o uso do facão no corte da banana está restrito a ele e a João, que também é um dos produtores participantes da pesquisa. Interessante observar que Otávio e João têm histórias muito semelhantes na agricultura ecológica e são reconhecidos pela comunidade como precursores na adoção do manejo agroecológico e do SAF no Guapiruvu. Assim sendo, as roças de ambos possuem as mesmas características, agrofloresta bem diversificada e consolidada, com mais de 20 anos de formação. As únicas distinções entre suas roças é que a área de João é menor e mais organizada, menos anárquica que a de Otávio. Esse caso ilustra a relação direta existente entre o tipo de manejo e a construção, adaptação e consolidação das regras de trabalho.

Como observado no capítulo 2, no Brasil há um amplo e diversificado repertório de modelos produtivos operando de forma simultânea, conformando o que os autores do IPES-FOOD (2016) denominam de *continuum* de manejos. Isso posto, se cada manejo determinará um conjunto de regras de trabalho e, portanto, um coletivo específico, a diversidade de manejos alojados na classificação “agricultura orgânica” traz a questão de conformar coletivos muito fracionados (que poderiam ser chamados de subcoletivos), que traz desafios para o processo de reconhecimento do trabalho, como veremos no item sobre o reconhecimento.

Além desses casos suscitados pelo depoimento de Otávio, que, como já mencionado, representam regras de trabalho em processo de construção e adaptação, cabe destacar que o uso coletivo dos tratores pela comunidade do Guapiruvu é um bom exemplo de uma regra de trabalho bem consolidada. O processo de construção e consolidação, bem como o modo de funcionamento dessa regra de trabalho, fora apresentada no item *compartilhamento de máquinas e ferramentas*.

⁸⁹ Em um bananal típico, os pés de banana estão próximos entre si e não há barreiras entre eles, como outras espécies vegetais, relevo acidentado, mato denso, situação muito distinta da roça do Otávio, na qual os pés de banana estão relativamente distantes entre si, imersos em uma área preservada, de mata densa, na prática uma floresta.

Nos trechos a seguir, Pedro e Leandro trazem mais alguns elementos a respeito da dinâmica de construção e consolidação das regras de trabalho no território de Sete Barras.

Por exemplo, tem o umbigo da banana, o pessoal até uns **15 anos atrás não cortava**, deixava tudo ali. Aí, de uns **10, 15 anos** para cá, o pessoal **opta por cortar**, tira uma penca, tal, porque vai preencher mais o cacho da banana. Eu fiz uma experiência, deixei um com umbigo, deixei outro cortado o umbigo, e teve diferença. Aquele que eu cortei deu mais massa na banana. (Pedro – Sete Barras)

Como o **volume do serviço é muito grande**, eu gostaria que... eu vou te falar uma coisa meio boba, mas na verdade eu gostaria que o **uso dos instrumentos**, que eu **faço de uma forma**, as pessoas que trabalham comigo, que eu conseguisse passar para eles o **uso dos instrumentos nesse formato**. São instrumentos mais cuidadosos, como, por exemplo, uma serra de poda, para trabalhar uma poda de uma árvore. Então, eu gostaria, por exemplo, que o Rafael e a Nadir entendessem melhor as podas das árvores, para que a gente pudesse trabalhar essa poda **em um outro formato**. Mas como o **volume de serviço** acaba sendo muito grande, eu não consigo **chegar nesse ponto**, de passar isso para frente. (Leandro – Sete Barras)

Pedro se recorda da regra, já bem consolidada entre os bananicultores, sejam ecológicos ou convencionais, de cortar o umbigo do cacho para que as bananas ganhem mais massa. Dentre os produtores ecológicos, essa regra de trabalho também sofre interferência do tipo de manejo adotado. Aqueles que cultivam segundo a perspectiva do SAF, que, no *continuum* de manejos, mostra-se mais próximo do polo ocupado pelo manejo agroecológico, não necessariamente a empregam; enquanto os produtores que aderem ao manejo orgânico, considerado mais “tradicional”, mais próximo do manejo convencional, são os que mais aderem à regra, sendo este justamente o caso do Pedro.

Leandro discute uma necessidade presente em sua rotina de trabalho, que gostaria que se tornasse uma regra de trabalho para o “microcoletivo” de trabalhadores do qual faz parte. Entretanto, tem-se um caso em que o volume de serviço interfere na dinâmica de construção das regras de trabalho. Cabe mencionar que seu desejo de criar uma sintonia mais fina entre sujeito-ferramenta-atividade também fora mencionado por Otávio, em conversas informais.

Leandro e Otávio moram no Guapiruvu, suas propriedades são relativamente próximas e eles mantêm contato entre si com certa frequência. Apesar de ambos relatarem que ainda não conseguiram pôr em prática seus anseios em relação a essa maior sintonia entre sujeito-ferramenta-atividade, o fato de mais de um produtor a mencionar indica que o debate sobre ela extrapolou as fronteiras das roças individuais. Esse pode ser um passo na direção de se tornar um acordo coletivo, em um sentido mais amplo. Para tanto, conforme Dejours (2004), Araújo et al. (2018) e Giannini et al. (2019), essa nova forma de trabalhar teria que alcançar ampla visibilidade no e pelo coletivo, para ser tomada como objeto de comparação e discussão, em relação a outras candidatas a regras de trabalho. Após amplo debate, o coletivo de produtores

estará em condições de selecionar as que julgar mais pertinentes para serem adotadas como práticas.

A seguir, Valter também apresenta um caso de interferência de um aspecto objetivo – a dimensão econômica – na dinâmica de construção de uma regra de trabalho, ligada à atividade de corte do palmito pupunha.

O rapaz, lá embaixo, deixava com **3 nós**, a pupunha. **Se não tinha 3 nós** aparecendo, **não cortava**. Era um **padrão dele**, que ele tinha, a pupunha dele era dessa grossura, assim. (...). Tem gente que corta **quando a batata** dela está pequenininha assim. Por exemplo, **um palmo para cima** do chão. A batata é aquele pedaço duro do pé. Então, você calcula mais ou menos. Tem uns que se guiam, mas uns, não. Uns deixam ficar maior, é **conforme o bolso**. Se já está **vazio**, o cara tem que **sentar o aço**. (Valter – Sete Barras)

A discussão trazida por Valter surgiu durante as atividades de observação de situações reais de trabalho, ocasião em que a entrevista com ele foi realizada em sua roça. Durante um dos dias de observação, o pesquisador acompanhou a atividade de corte de pupunha em uma das propriedades. Na ocasião, três pessoas da mesma família e uma contratada, especificamente para essa atividade, tinham como tarefa cortar 800 hastes de pupunha. Duas delas se dedicavam integralmente ao corte, uma ficava na organização das hastes, recolhendo as pupunhas cortadas, espalhadas pela área de cultivo, e levando-as até à beira da estrada. A quarta pessoa ficava na manutenção do corte, limpando as hastes que continham espinhos⁹⁰ (figura 12) e, ao mesmo tempo, “limpando” os pés (cortando folhas velhas e secas) que não seriam cortados na colheita.

Figura 12 – Pé de palmito pupunha



Fonte: autor

Como apenas duas pessoas eram as responsáveis pelo corte das 800 hastes (uma demanda relativamente alta), o ritmo da atividade para cada um dos trabalhadores era bem

⁹⁰ Trata-se da espécie original de pupunha, que continha muitos espinhos no caule. Atualmente, predomina uma espécie sem espinhos, desenvolvida geneticamente, justamente com o intuito de eliminá-los, facilitando, assim, o seu manejo.

intenso. Além disso, como a pupunha perde suas propriedades rapidamente após o corte, em geral, ela é cortada, transportada e entregue no máximo em dois dias. Diante dessa alta perecibilidade, quanto mais rápida for a atividade de corte, mais tempo se ganha para a execução das próximas operações. Desse modo, de posse de apenas um facão bem afiado e de um chapéu de sol, os cortadores entraram roça adentro e em um intervalo de segundos diante de uma pupunha decidiam entre cortá-la ou não. Foi diante dessa destreza dos trabalhadores na tomada de decisão que o pesquisador passou a conversar com vários produtores de pupunha a respeito do(s) critério(s) que a embasam.

Diferentes produtores apontaram critérios distintos⁹¹, indicando que pode haver mais de uma regra de trabalho consolidada ou que ainda não há uma regra de trabalho consolidada e compartilhada pelo coletivo. Em todo caso, conforme relata Valter, todos os critérios podem cair por terra, dependendo da situação financeira do produtor, havendo uma ingerência do aspecto econômico em relação aos princípios reguladores da ação coletiva e da própria gestão das adversidades do real do trabalho.

Considerando-se o contexto da agricultura ecológica, essa sobreposição do financeiro em relação aos outros critérios pode levar o produtor a um tipo específico de sofrimento, que é o sofrimento ético. Segundo Dejours (2000) e Sobol (2007), os trabalhadores são acometidos por esse tipo de sofrimento quando são impedidos de trabalhar de acordo com seus códigos de valores. Conforme observou-se durante o discutido até aqui, como regra geral, produtores ecológicos adotam uma perspectiva em relação a sua atividade que vai além dos aspectos econômicos. Desse modo, o objetivo da atividade extrapola o pressuposto do retorno financeiro como valor central. Ganham relevância, então, valores como confiança, saúde, defesa do meio ambiente, respeito ao ritmo da natureza. Assim, a partir do momento que o econômico se torna preponderante, como no caso narrado por Valter, os produtores se encontrarão impedidos de trabalhar segundo seus valores e sujeitos ao sofrimento ético.

⁹¹ Resumidamente, os seguintes critérios foram mencionados: a) altura do pé: uma haste de pupunha depois de cortada tem, em média, 1,5 metros e a parte da carne (parte interna, aproveitada para consumo), mede aproximadamente 70 cm; b) espessura do caule; c) tempo de cultivo: quando cultivada no sistema convencional, a pupunha pode ser cortada com um mês e meio ou dois meses. No manejo ecológico, o crescimento é mais lento, de modo que a pupunha levará dois meses e meio a três para atingir o ponto de corte; d) quantidade de nós (uma espécie de anel em alto relevo) no caule; e) altura do primeiro nó em relação ao solo: o primeiro nó deve estar a um palmo do solo; f) altura da batata (parte mais consistente do pé) em relação ao solo; g) fase da lua: o corte ideal, que respeitaria o ritmo da natureza, deveria ser realizado na lua crescente. Evidentemente, este seria um critério secundário, utilizado em conjunto com outro parâmetro mais objetivo.

4.3.2. Estratégias e mecanismos para lidar com constrangimentos

Sabe-se que um dos papéis executados por coletivos coesos, segundo Araújo et al. (2018), é buscar proteger a subjetividade de seus membros, por meio de seu potencial de (re)construir normas e regras de trabalho, de gerenciar conflitos e de auxiliar na constituição de sentido ao trabalho.

As dinâmicas da garantia da qualidade orgânica provocam alterações na organização do trabalho e apresenta aos produtores ecológicos um novo pacote de prescrições. Desse modo, produtores se veem forçados a se adequarem às novas exigências, colocando em dúvida seu próprio modo de trabalhar (modos operatórios, saberes, tradições).

Importante lembrar que os territórios pesquisados estão em situações distintas em relação à garantia da qualidade orgânica. Os produtores de Socorro estão organizados em um sistema participativo bem estruturado e consolidado nacionalmente. Em Sete Barras, grande parte dos produtores convivem com a certificação por auditora em grupo, via a COOPAFASB, e as OCS's – que foram muito impactadas pelos efeitos da pandemia – e as expectativas em torno do processo de construção do SPG do Vale do Ribeira. Em virtude dessas distinções entre os territórios, é natural que haja diferenças quanto ao grau de organização dos coletivos no desenvolvimento de estratégias e mecanismos para lidar com os constrangimentos resultantes da garantia da qualidade orgânica. Dessa maneira, considerando-se essas diferenças, o debate será realizado separadamente, por território.

Em relação aos produtores de Sete Barras, há uma percepção marcante de que os modelos de garantia de qualidade orgânica existentes no território interferiram basicamente em questões pontuais na organização do trabalho e, conseqüentemente, no modo de trabalhar dos produtores. Essa discussão será realizada em profundidade no item *trabalho e garantia da qualidade orgânica*, dedicado integralmente ao estudo da relação entre trabalho e garantia da qualidade orgânica. Segundo a perspectiva dos produtores, os principais constrangimentos relacionam-se à necessidade de adaptação às questões burocráticas da certificação por auditoria, com destaque para os registros documentais (PMO e caderno de campo).

Quanto às estratégias e mecanismos criados para lidar com a necessidade de adaptação às questões documentais da certificação, João traz uma síntese de como os produtores têm compreendido a situação.

É assim, entende? Essa é a dificuldade, o **agricultor não** [*mantém o caderno de campo em dia*]... amanhã, depois, se a certificadora bater, baixar na casa dele, pode **cortar a certificação** dele. Mas, é claro, não é de **forma impositiva**, mas **educando** o Adriano, João, no sentido de uma **consciência**, sabe? Acho que é isso que nós precisamos. Não é

porque João ou Adriano **pagou** x que, sabe? Pode **deitar e rolar**. Não, **tem regras**, acho que isso é importante. (João – Sete Barras)

Neste momento de seu depoimento, João comentava as dificuldades enfrentadas pelos produtores para se adaptarem à exigência do caderno de campo. Embora certificados, eles não conseguem manter o caderno em dia, descumprindo exigências da certificação, podendo ter seu certificado cancelado. Essa contradição ocorre devido todo o processo se resumir a uma única visita de verificação, anual, do técnico designado pela certificadora às propriedades. Além disso, João explicita o caráter essencialmente punitivo das visitas, uma vez que as não conformidades encontradas pelo técnico serão, exclusivamente, razão para penalizar os produtores, “cortando a certificação”.

A partir de então, João faz uma contraposição em relação ao modo de compreender as regras, como uma forma impositiva e punitiva ou como um processo educativo, produtor de consciências. Como imposição, as normas provenientes da certificação bloqueiam as possibilidades de se criar um canal de diálogo efetivo entre os produtores e a certificadora. Nesse caso, o processo de certificação se torna enrijecido, um fim em si mesmo ou apenas mais uma tarefa a ser cumprida para se obter o selo de orgânico. Por outro lado, como um processo educativo, a certificação tem a possibilidade de resgatar a relevância das regras – “não é porque João ou Adriano pagou x que, sabe? Pode deitar e rolar” – e, ao mesmo tempo, viabilizar, de acordo com Schwartz (2008, 2010, 2011a), um diálogo a respeito da necessidade de se “renormalizar”, o quadro de normas atual às reais necessidades dos produtores. Evidentemente, a contraposição apresentada pelo produtor diz respeito, na verdade, a um paralelo entre os paradigmas da certificação por auditoria e a participativa.

Em suma, segundo a perspectiva apresentada por João, a estratégia mais eficiente para se relacionar com os constrangimentos oriundos do processo de certificação é assegurar aos produtores um debate efetivo sobre as normas a que se submeterão, possibilitando-se que as normas vigentes sejam renormalizadas. Nos termos de Schwartz (2008, 2010, 2011a), normas renormalizadas tornam-se mais coerentes às necessidades reais dos produtores ou mais apropriadas para seu relacionamento com o real do trabalho.

Quanto aos produtores de Socorro, suas menções às estratégias e mecanismos para lidar com os constrangimentos da certificação participativa foram mais concretas e pontuais, visto que se referiram a mecanismos objetivos, elaborados e implementados no âmbito do SPG. O produtor Roberto cita dois desses mecanismos: avaliação coletiva dos PMO's e acolhimento aos novos integrantes dos grupos de produtores.

Eu lembro que quando a gente foi fazer o... um esquema que se faz, não sei se você sabe, que estava tendo até 2019, sempre teve, mas por causa da pandemia parou. Fazia os **planos de manejo**, se **reunia**, quase que **todo mundo**, ia praticamente todos os produtores que tinha disponibilidade, lá em Valinhos, nós fomos. (...) Todo mundo com seus planos de manejo, entrega pra eles, lá. Aí, eles repartem, assim, começa a pegar de outros grupos, **dá pra mim um, dá um pra você**, sabe? **Cada um pra um**, pra **você avaliar o plano de manejo da outra pessoa**, que você nem sabe quem é. Eles só falam pra você, “é fulano de tal, ali. Se você não entender alguma coisa que está escrito, tiver alguma dúvida, pergunta pra ele, lá”, só falava assim. (Roberto – Socorro)

O que acontece, tem um **acolhimento** que eles fazem lá, a **gente não participou disso**. Esse acolhimento, geralmente, é quando **leva novos integrantes** de algum grupo. Tal dia vai ter a reunião de acolhimento, então **explica todo o SPG**, sabe? É bem interessante. (...) quando nós entramos, **nós não vimos isso**. Como nós montamos o grupo, só nós de uma vez, então já **partiu para o plano de manejo** e eles explicaram como funciona. Então, assim, **entrou sem saber onde você estava entrando**. Eu entrei, **não sabia onde estava pisando**. Sabia que era orgânico, mas não tive aquele **conhecimento**, aquela **explicação**. (Roberto – Socorro)

Embora os objetivos dos mecanismos citados por Roberto sejam distintos, ambos têm o potencial de absorver constrangimentos. No evento de avaliação coletiva dos PMO's, o objetivo direto é sanar dúvidas, compartilhar conhecimentos e saberes e aprimorar os planos. Entretanto, ao desvelar o PMO de sua roupagem normativa e burocrática, buscando aproximá-lo da realidade dos produtores, o evento possui uma latente capacidade de amenizar o sofrimento e o estranhamento dos produtores em relação a esse documento. Além do mais, por se tratar de um evento coletivo, possibilita gerar vínculo, confiança e senso de coletividade entre os produtores. Quanto ao segundo mecanismo especificado pelo produtor, ao acolher os novos integrantes e situá-los em relação ao sistema participativo, naturalmente se neutraliza possíveis causas de constrangimentos. Nesse sentido, o próprio Roberto, ao dizer que ingressou no SPG sem ter conhecimento de “onde estava pisando”, assinala ter vivenciado um constrangimento que o mecanismo criado ajuda a superar.

Os demais mecanismos que foram citados pelos produtores foram: dinâmica organizada pelos próprios grupos de produtores, em que os agricultores mais experientes auxiliam os ingressantes, por um determinado período, prioritariamente quanto às documentações do SPG, mas também em questões relacionadas à prática do manejo ecológico; desenvolvimento, na esfera dos grupos de produtores, de dispositivos que buscam amenizar os constrangimentos com a questão documental. Neste caso, tem-se o exemplo de uma planilha simplificada, de registro diário e de fácil preenchimento, que serve como alternativa ao caderno de campo; e capacitações para formar avaliadores externos (responsáveis por conduzir as visitas de verificação) e para aprimoramento das visitas de pares.

4.3.3. Relações baseadas na responsabilidade e na reciprocidade

Em coletivos de trabalho coesos, as relações entre seus membros devem ser pautadas, conforme Dejours (2012b), Giannini et al. (2019) e Mendes e Araújo (2012e), pelo sentimento de comprometimento com o coletivo, pela responsabilidade de mobilizar seu corpo, sua inteligência e subjetividade no e pelo coletivo. Além do mais, como reforça Sabourin (2011), a reciprocidade entre os membros de um coletivo deve ser compreendida, em uma perspectiva da intersubjetividade, como uma prática reflexiva entre sujeitos e não apenas como uma relação que envolva trocas materiais.

Não obstante a relevância de relações baseadas na responsabilidade e reciprocidade para a composição e a efetividade dos coletivos, o tema fora mencionado por apenas um produtor em cada um dos territórios. Quanto ao conteúdo dos depoimentos, conforme se observa a seguir, eles se dedicaram, em essência, a contextualizar e problematizar o tema.

Eu **não teria dó**, não, se for, ver o **mau-caratismo** do cara, alguma **sacanagem**, é **mandar ferro**, mesmo. Por isso que se for no **meu grupo**, pode me **prejudicar**, se a gente der essa... essa brecha, aí. Então, eu **não teria problema**, não, se eu ver alguma coisa de errado. (Júnior – Socorro)

O cara **também fica com medo**, né? De **punir o outro e depois com ele**, como vai ser? É sempre político, né cara? Não é tão simples assim, é complexo. (Otávio – Sete Barras)

A fala do Júnior ocorreu quando comentava as dinâmicas de avaliar e ser avaliado no contexto do SPG. Ao discorrer sobre como seria para ele se deparar com uma situação de não conformidade de um colega, o produtor defende a rigidez na punição. Entretanto, aponta que há uma condição para que a penalidade seja rigorosa, quando for nítido que houve “mau-caratismo” ou “alguma sacanagem”. Ou seja, quando não se trata apenas de um equívoco, mas sim de uma ação premeditada, que objetiva levar vantagem por meio de irregularidades. Em outras palavras, ele julga, ainda que indiretamente, que as relações no interior dos grupos de produtores do SPG precisam ser baseadas em responsabilidade e reciprocidade.

O depoimento do Otávio também se deu no contexto do debate sobre as visitas de avaliação das OCS's. Ele suscita o diálogo sobre um tema muito importante para os sistemas participativos, o risco de práticas fraudulentas, baseadas no corporativismo de falsas avaliações e no protecionismo dos interesses comuns. As relações que se constroem no cenário das avaliações da conformidade nos sistemas participativos são, de fato, complexas, como o produtor argumenta, pois envolvem interesses que, muitas vezes, podem ser conflitantes. Como alternativa para minimizar as possibilidades de fraudes, surge a necessidade de que as relações entre os produtores sejam marcadas pela responsabilidade e pela reciprocidade. Conforme

argumenta Camargo (2015), quando as relações se dão nesse marco, as práticas fraudulentas perderão o selo, mas principalmente a confiança do grupo e a inserção na comunidade.

Otávio coloca em questão a possibilidade de se instaurar no seio das OCS's, ou mesmo dos SPG's, o medo da prática do revanchismo, isto é, medo de avaliar a roça de um colega com receio de como poderá ser avaliado por ele no futuro. No caso do revanchismo, conhecendo as fragilidades do próprio trabalho, o produtor pode ser levado a avaliar seu colega administrando o futuro, ou seja, com o pensamento de que esse colega será avaliador de sua roça. Nesse cenário, o produtor “coagido” a flexibilizar seus valores, condenando toda lógica dos sistemas participativos à artificialidade, pode vivenciar o sofrimento ético.

Essa discussão expressa um dilema que se instaura no seio dos sistemas participativos: há um limite delicado entre a defesa de um coletivo coeso, baseado em relações responsáveis e recíprocas, e os interesses pessoais de seus membros, como os de não ser punido pela irresponsabilidade de outros nem sofrer retaliações por uma avaliação mais criteriosa a um par.

Nos depoimentos a seguir, Otávio segue problematizando as relações baseadas na responsabilidade e na reciprocidade, relativamente à noção de autoridade, ao trato entre produtores e consumidores de orgânicos e aos processos de garantia da qualidade orgânica.

Mas eu diria que há uma **dificuldade grande do relacionamento**. Como é que o Cláudio me vê, como é que o Antônio me vê? Eu acho que tem uma coisa subjetiva, sabe? A molecada me chama de **senhor**. Não é só uma questão cultural, da idade, as pessoas me veem como se eu **fosse uma autoridade**. (Otávio – Sete Barras)

Nós temos uma utopia, eu acho que aí tem várias, várias ações que **nós vamos ter que fazer**. A principal é um **acoplamento do interesse** do consumidor. Então, fazer o consumidor acoplar, uma sincronia, uma sintonia, de **convivência**, como se fosse um casamento mesmo entre o consumidor e o... mas como é que você faz isso, né? Com quem que você está pensando? Quanto mais na periferia nós estamos, menos conhecimento tem. Então, a primeira coisa é **acoplar com o consumidor**, certo? (Otávio – Sete Barras)

Eu acho que se a gente tivesse uma **sincronia com o consumidor** não precisava de **certificação**. Precisava de rastreabilidade, mas a rastreabilidade feita pelo consumidor final e não por um intermediário. Há a necessidade, há? Se você me perguntar “**há a necessidade?**”, eu **acho que há**. Agora, qual o meu desejo? **Que não houvesse**, que houvesse uma sincronia entre consumidor e fornecedor e acabou. A rastreabilidade estava feita, que é a **confiança**, o que eu chamo de acoplamento, que é uma comunicação cotidiana, uma comunicação de confiança, que é a **alteridade**. (Otávio – Sete Barras)

A primeira fala de Otávio foi proferida quando discorria sobre as vantagens e desvantagens em trabalhar e morar no mesmo local. Apesar de ser um dos produtores mais populares do Guapiruvu, ele fala de uma barreira vivenciada nas relações. Com o passar dos anos, sua roça acabou se transformando em um ponto de parada para muitos produtores, uma pausa na rotina diária de trabalho na roça para tomar um café, emprestar uma ferramenta, conversar sobre os mais variados temas, tirar uma dúvida sobre a agroecologia ou conectar-se

à internet. Sua casa é uma das únicas do bairro que possui acesso à internet⁹² e, além disso, ele mantém o sinal da rede aberta para toda a comunidade.

A dificuldade a que Otávio faz alusão é no sentido mais visceral do termo “relação”, como prática recíproca, horizontal e reflexiva entre os sujeitos. Nessa perspectiva, ele vê a autoridade “formal”, baseada em regras, prescrita socialmente, como uma barreira ao estabelecimento de relações recíprocas. Na sequência da conversa, conta que as pessoas o procuram para que interceda em conflitos, para que tome decisões em nome da comunidade, “como se eu fosse uma autoridade, aqui”. Logo, seu incômodo com a autoridade que atribuem a ele não se refere ao respeito em função da sua idade (61 anos), ser chamado de “senhor”, mas sim ao sentido de superioridade, de mando, de poder que o termo carrega e que, desse modo, o afasta das relações recíprocas e faz com que ele deixe de ser reconhecido como um “par” pelos demais produtores. Por outro lado, eles o reconhecem como uma referência por seu trabalho, interferindo em sua identidade e realização no campo social.

Otávio menciona ainda uma discussão muito presente na literatura que aborda os modelos ecológicos de produção agrícola (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020; MENDONÇA; MARQUES, 2018; MOREIRA et al.; 2017; SABOURIN, 2011; SOUZA; BATISTA; CÉSAR, 2019). Trata-se da urgência de se estabelecer relações de confiança, reciprocidade e responsabilidade entre produtores e consumidores. Apesar de alguns avanços pontuais, como a comunidade que sustenta a agricultura e as redes de consumidores, Otávio identifica esse como um dos grandes desafios para a agricultura ecológica.

Em outro momento da entrevista, Otávio retoma esse ponto de vista, questionando a necessidade do processo de garantia da qualidade orgânica. O argumento principal apresentado por ele, de que a garantia da qualidade orgânica perde relevância quando o comércio local gera vínculo e confiança entre produtores e consumidores, está em consonância com uma perspectiva mais crítica a respeito da certificação – presente em diversos autores, como Souza, Batista e César (2019) e Caldas (2011). Segundo esse ponto de vista, a confiança intermediada por um terceiro – auditoria externa ou SPG – representa, paradoxalmente, a desconfiança e o distanciamento entre os sujeitos envolvidos nas atividades de produção e de consumo. Desse

⁹² Segundo dados da nota técnica intitulada “Perfil da gestão das propriedades rurais de pequeno porte na região administrativa de Registro”, publicada em 2021, em relação ao acesso à conectividade e telefonia rural, 50% dos pequenos produtores rurais da região de Registro informaram não ter acesso à internet. Dentre os que possuem, 29,2% têm sinal de qualidade ruim. O bairro do Guapiruvu está em conformidade com esse dado, pois há sinal de internet disponível para assinatura (internet rural, via satélite), mas o valor não é coerente à realidade da população local e, além disso, o sinal é de baixa qualidade. Em relação à telefonia rural, o Guapiruvu enquadra-se entre os 8,3% das propriedades que possuem apenas sinal de telefonia fixa. Vale destacar que na região, 25% dos entrevistados declararam não possuir nenhum tipo de telefonia (SODRZEIESKI et al., 2021)

modo, os sujeitos pertencentes a cada uma dessas partes se constituem, cada vez mais, como seres pertencentes a realidades intocáveis, cuja única forma de relacionamento entre eles se dá por intermédio da mercantilização.

4.4. Organização do trabalho

Nessa dimensão da cooperação as discussões concentram-se sobre o modo como tem se dado a organização do trabalho nos territórios estudados e como ela condiciona a cooperação entre os produtores. Discute-se a *distribuição de tarefas entre os trabalhadores*, o *grau de autonomia diante da atividade* e a *adaptação de normas e conhecimentos*.

4.4.1. Distribuição de tarefas entre os sujeitos

Compreender como se realiza o processo de distribuição das tarefas entre os produtores e quais fatores interferem nessa distribuição é essencial para apreender a dinâmica da cooperação. No caso de agricultores ecológicos familiares, eles próprios desempenham os papéis de gestores e trabalhadores. Dessa forma, a cooperação, como uma organização efetiva dos trabalhadores (DEJOURS, 2004, 2012b; GIANNINI et al., 2019), não se dá necessariamente como modo de resistência à organização prescrita, mas como uma busca pela melhor forma de realizar uma obra comum (ARAÚJO et al., 2018; DEJOURS, 2012b), apesar das interferências a que estão submetidos.

Na perspectiva dos produtores, refletir sobre a distribuição de suas tarefas envolve discorrer a respeito das suas rotinas de trabalho. Nesse sentido, José e Renato, produtores de Socorro e de Sete Barras, respectivamente, narram como buscam organizar a rotina de trabalho em suas roças.

É, de **acordo com a demanda**. Os canteiros, por exemplo, a cenoura, como tem **compromisso** com a **merenda escolar**, aí eu tenho que escalonar, né? De vinte em vinte dias, de quinze em quinze dias, mais ou menos eu faço a sementeira, pra dar sequência na produção... morango também tem **entrega**, mas agora é pouquinho, né? (José – Socorro)

Ah, no **frio** não tem jeito. Não, mais tarde, não tem jeito de ir trabalhar. Mas, às vezes, na hora do **sol quente**, no **verão**, **tem que parar**, você não aguenta, é muito quente. Aí, dá uma parada no meio do dia e depois, mais tarde, volta, tem serviço que você **não consegue fazer no meio do dia**, no verão. Eu lembro até que... cenoura, a gente semeia e depois tem que ralar ela, porque a gente não tem um semeador que semeia já no espaçamento certo, né? Então, semeia lá, a gente tem um potinho, coloca a semente lá dentro e vai chacoalhando assim, faz um risco com o gabarito. Aí, cai, cai... aí nasce, sempre nasce a mais, você não pode jogar pouca semente e ficar falhado, também não adianta. Aí, você tem que ralar, a hora que ela está em um tamanhinho assim. Imagina, umas duas horas da tarde no verão, você ficar parado... porque você tem que ficar **ajoelhado no chão**, porque você não aguenta ficar de costas, curvado. (José – Socorro)

É, então... tipo assim, está marcado de jogar veneno no cacho, **choveu**, eu vou tirar uma folha, **muda**, né? Tem **dois serviços** mais ou menos **no gatilho**. Deixo **dois serviços**, mais ou menos, um para fazer com **sol** e outro com **chuva**. Deixo mais ou menos no gatilho, um serviço que... sempre tem dois serviços para fazer. Ah, tá **tempo bom**, vamos passar veneno no cacho. **Choveu**, vai roçar, tirar uma folha. (Renato – Sete Barras)

José faz referência a três fatores que interferem na programação de sua rotina e, portanto, na distribuição das tarefas: a *demanda*, o *ritmo da natureza* e a *capacidade produtiva*. A influência da *demanda* é ilustrada com o exemplo do cultivo da cenoura, um dos legumes que tem demanda constante ao longo do ano, por fazer parte do cardápio da merenda escolar.

Quanto à interferência do *ritmo da natureza*, fora mencionado por José e Renato. José explica que as estações com clima mais acentuado, verão e inverno, determinam os períodos do dia em que se pode trabalhar. No inverno, a jornada de trabalho começa mais tarde, estendendo-se por toda a tarde, de forma praticamente ininterrupta. Já no verão, a jornada começa ao nascer do sol, mas os horários mais quentes do dia tornam o trabalho a céu aberto impraticável, causando interrupções nas atividades. Renato, descreve que lida com a imprevisibilidade do clima adotando a estratégia de sempre ter duas atividades programados para o mesmo dia. Com essa estratégia, ele consegue minimizar a interferência do ritmo da natureza, ao menos em relação a interrupções nas atividades de trabalho.

Finalmente, a descrição feita por José das operações envolvidas no plantio da cenoura, com atividades minuciosas, de lenta execução e essencialmente manuais, remete à restrição de mão de obra na região de Socorro, questão que evidenciara ao falar do compartilhamento de força de trabalho. O fato de praticamente só haver a disponibilidade de mão de obra familiar na região sobrecarrega os produtores, limita a *capacidade produtiva* e inibe a diversificação da produção, dado o tempo que os trabalhadores precisam se dedicar a determinados produtos em detrimento de outros.

No depoimento a seguir, Roberto é mais um dos produtores que cita a interferência do *ritmo da natureza* em suas atividades.

Mas é isso, pega umas 6h30, 7h00, pra começar alguma coisinha pra fazer e vamos trabalhando na tarefa que tem que ser feita no dia. Tem muita coisa, mas vamos sempre nas **prioridades** que está no **momento**, ali. [*As prioridades são determinadas*] de acordo com a **época** e de acordo com o que a **gente está tendo ali**, no caso. Você vê, por exemplo, nós estávamos ali no... no caso, domingo, que nós estávamos mexendo em umas coisinhas aqui. Falei “bom, nós temos que podar a uva, que começou...”, agora, **deu a lua de poda** que eles falam, acompanhar a lua, então já fiz a poda da uva, agora vamos podar amora, que também tem que podar. Coisa que já tá pra fazer, começar hoje, na hora que você sair, já começar a fazer um pouquinho. Não ia acabar mesmo hoje, fazer um pouquinho hoje, termina até amanhã e depois vou na pitaia dar uma limpada. São essas coisas que a gente **programou fazer esses dias**. Fora as outras coisas, **colher** tomate, tem que **pulverizar**, coisas que você **já nem conta**, coisas que já são, fazer uma adubação. Coisas que **já tem que fazer, não entra muito na lista** de tarefas... já é uma coisa que **sabe que tem que fazer**, é só se programar pra fazer. No caso, algumas coisas são **diferentes pra**

cada momento, fazer uma roçada, uma limpeza, adubação. Não tem muito uma **sequência de serviço que é exato. Cada vez é diferente. Bom** por isso, também, que **não enjoa**. (Roberto – Socorro)

Ao acompanhar a descrição de um dia típico de trabalho de Roberto, percebe-se que ele se organiza de acordo com dois tipos de tarefas: atividades cotidianas, que já são quase que intuitivas, no sentido de serem rotineiras, atividades que já “sabe que tem que fazer”; e atividades prioritárias, elencadas segundo a época (estações do ano, fases da lua etc.) e a demanda. Suas tarefas rotineiras, que não necessitam ser planejadas, estão relacionadas aos produtos com demanda e produção constantes – no seu caso, destaca-se o tomate. Já as prioridades, elencadas para o curto prazo (alguns dias), estão ligadas aos produtos sazonais, uva e pitaita, ou para aqueles que ainda estão em fase de teste na sua roça, como o caso da amora.

Roberto cita ainda atividades variadas, “diferentes pra cada momento”, que estão associadas às atividades prioritárias, não rotineiras, e à esfera dos imprevistos ou ao real do trabalho no campo, como as intempéries da natureza⁹³. Segundo o produtor, essas tarefas não rotineiras fazem com que a atividade no campo se caracterize por uma rotina que “cada vez é diferente”, isto é, pelo paradoxo de ser uma rotina imprevisível ou não rotineira. É essa singularidade da rotina do trabalho no campo que ele valoriza, dado que torna seu trabalho desafiador e não monótono.

Em relação à rotina de trabalho, dentre os produtores do município de Socorro, Júnior foi o que descreveu uma rotina mais organizada.

Eu acordo umas 6h00, café da manhã. De manhã, colhe *shimeji*, trabalho que o *shimeji* dá é mais limpar ele, depois. Antigamente, **meu empregado** fazia tudo, daí, pra render mais, trocou, então esse daí não mexe mais com *shimeji*. Agora, *shimeji* é **tudo eu que faço**. Então, até... **manhã**, assim, tô **pego pelo shimeji**. Aí, paro pra almoçar, tal, daí 14h00, mais ou menos, recomeço, fazer o que tem que fazer nas **estufas** aí, **jardim**, trabalho bastante para o meu jardim, também, e umas **17h00, termina**. (Júnior – Socorro)

Esse produtor faz menção a dois pontos chaves para a caracterização da sua rotina, o fato de contar com auxílio de mão de obra contratada e a divisão de tarefas. Com relação à composição da mão de obra, atuam diretamente nas atividades de manejo ele e mais um trabalhador, que tem contrato fixo. Nos casos em que há alguma atividade que exija maior esforço físico (como a colheita de aveia), contrata mais pessoas, por tempo determinado.

Quanto à divisão de tarefas, Júnior permanece no período da manhã dedicado ao cultivo do *shimeji*. Apesar de ser um produto que necessita de maior grau de especialização em seu cultivo, as tarefas relacionadas ao seu manejo são mais rotineiras, consistindo, basicamente, em

⁹³ Durante um dos períodos da etapa da pesquisa de campo em Socorro, toda a região sofreu com uma forte onda de frio, que foi responsável por registros de temperaturas negativas por vários dias e que, conseqüentemente, trouxe muitos desafios aos produtores, no sentido de pensar estratégias para tentar minimizar as perdas na produção.

atividades de colheita, limpeza, inspeção e controle (conferir temperatura da sala onde é cultivado, umidade do substrato etc.). Paralelamente, seu auxiliar trabalha na parte mais dinâmica, real, sujeita a imprevistos. Quando Júnior retorna do almoço, suas atividades são essencialmente inspecionar o que fora realizado por seu contratado (estufas e outros cultivos a céu aberto) e, posteriormente, cuidar de seu jardim. Distintamente do produtor Roberto, no caso de Júnior, a rotina-não-rotineira, permanece terceirizada, a cargo de seu auxiliar. Logo, ao comentar sobre sua rotina, Júnior apresentou a *composição da mão de obra* e o *tipo de manejo/produto* cultivado como fatores determinantes na sua rotina e, conseqüentemente, na distribuição de suas tarefas.

A seguir, outros depoimentos de produtores de Sete Barras, sobre como organizavam seu dia a dia de trabalho.

É, depende, não tem essa organização, não. Quando eu tinha **horta era assim, toda semana**, na verdade, **todo dia** tem que regar, se tiver calor, e tirar aqueles matinhos. Quando eu estava com a horta, mas agora eu estou **mais sossegada**, quando o mato cresce, vou lá e roço. A banana, você também tem que ir tirando as folhas. **Não precisa ser todo dia**, também. **Cada dia você faz uma coisa**, tira o umbigo. (Luciana – Sete Barras)

Mas é, sabe o que é? Eu falo e o Otávio vai me defender nessa parte, desse **tipo do meu e do dele**, o mato não vem. Agora, **se for exposto ao sol**, aí... A lavoura, banana e pupunha, tem que... trabalhar como manda o figurino: adubo, óleo e mais veneno e mais outras coisas, só que aí o mato vem. Que nem nós, no assentamento, pouco quem joga óleo, mesmo quando joga é só uma michariazinha, só para manter o mugido da vaca, então. **O mato não vem**, se for **desse tipo**, vem mais é negócio de... de uns cinco, seis meses para fazer uma roçada... duas, três vezes por ano. Agora, se for **só a planta**, daí o mato vem. As pessoas não aguentam só roçar, roçar... não aguenta. Aí, a planta começa... que nem pupunha ou banana, começa a atrofiar, que eles dizem, não sai... sai, mas daí tem que derramar adubo. (Cláudio – Sete Barras)

Não, na agroecologia, na verdade, quando a **gente começou**, eu **fazia muitos trabalhos**, assim, manuais. Por exemplo, como eu fazia com as brocas? Tinha um trabalho enorme, eu ia com aqueles foição e bate daqui, bate dali, fazia aqueles queijos, passava catano, e pé doente... todo aquele cuidado, passava o penado em Quiboa [*água sanitária*], sabe? Aquela coisa da doença não proliferar. Tinha **muitas operações** que eram bem puxadas, assim. Inclusive eu tenho esse dedo que, aqui óh... esse dedo aqui não tem essa... cortou esse nervo... foi cortando pé de banana doente. (...). Mas eu fazia **todas essas loucuras**. Depois, conforme **foi evoluindo**, né? Hoje, por exemplo, o **equilíbrio entrou na propriedade**, hoje não me preocupo com negócio de broca, essas coisas, **tudo está no equilíbrio**. Não há mais essa necessidade de... (João – Sete Barras)

A produtora Luciana descreve como o trabalho com espécies diferentes de produtos leva a rotinas de trabalho específicas. As hortaliças, que são mais sensíveis às mudanças climáticas, necessitam de uma rotina de trabalho mais regrada, com tarefas determinadas por dia. De outra parte, o cultivo da banana, principal produto da sua roça, permite uma rotina mais despreendida e diversa, de modo que ela se sente mais livre.

Nos depoimentos de Cláudio e João, destaca-se a influência do *tipo de manejo* sobre as tarefas realizadas e, portanto, sobre a rotina de trabalho. Cláudio é um dos únicos produtores de

Sete Barras que mora no assentamento agroambiental Alves, Teixeira e Pereira, localizado no extremo do bairro Guapiruvu. Ele foi produtor ecológico por cerca de cinco anos, mas regressou ao cultivo no modelo convencional. Mesmo como produtor convencional, orgulha-se de dizer que faz uso de herbicidas e fertilizantes químicos esporadicamente e em pequena quantidade. Ao comentar sobre sua rotina de atividades, equipara o seu tipo de manejo ao do Otávio⁹⁴, pois também utiliza o SAF. Assim, como suas roças de banana e de pupunha não são expostas diretamente ao sol, em função das copas das árvores mais altas as sombrearem, ele praticamente não precisa se preocupar com o controle das ervas daninhas. Ou seja, a opção pelo SAF praticamente elimina a atividade de roçar das suas tarefas cotidianas. Evidentemente, o SAF trará outras atividades, como o controle da luminosidade através das podas das espécies mais altas, que em outros tipos de manejo não seriam necessárias.

A respeito da interferência do tipo de manejo na distribuição das atividades e na rotina de trabalho, João acrescenta uma relevante informação à discussão apresentada por Cláudio. Ele se refere a uma correspondência entre o *tempo de adoção do modelo* e a demanda por atividades de manejo. Quando iniciou seu SAF, tinha uma demanda intensa de atividades, voltadas sobretudo ao controle de pragas. Conforme o manejo “foi evoluindo”, a demanda por atividades diminuiu, a ponto de não se preocupar mais com o controle da broca-da-bananeira, um inseto que na fase larval penetra nas bananeiras causando prejuízos que vão desde a queda da produtividade (redução do peso dos cachos) ao tombamento e morte das plantas.

Outro fator de influência na rotina de trabalho que está presente nas falas do Cláudio e do João é o efeito de se cultivar em maior *harmonia com a natureza*. Segundo seus depoimentos, a adequação do trabalho às regras da natureza leva à harmonia com a mesma e, conseqüentemente, à possibilidade de eliminar determinadas atividades da rotina, como as de combate às doenças e às pragas. Ambos assumem que os SAF's são potencialmente harmônicos, dado que são capazes de produzir produtos comercializáveis e, ao mesmo tempo, recuperar ou preservar as matas nativas.

A seguir, Pedro, produtor de Sete Barras, descreve um dia típico seu de trabalho, podendo-se identificar a *busca de bem-estar* como um dos fatores que condicionam sua rotina de trabalho, além de citar, como boa parte dos produtores, o *ritmo da natureza*.

O dia típico meu, eu começo ali entre 6h30 e 7h00. Trabalho até 11h30, 12h00, vou embora. Quando é época de **verão, calorzão**, vou embora e venho depois das 15h00 e fico até de tardezinha. Se não tiver nada para fazer de tardezinha, não tiver nenhum

⁹⁴ Vale lembrar que Otávio é um dos precursores da agroecologia e do SAF no território do Guapiruvu.

compromisso, eu trabalho em uma média de **8 horas** por dia. **Não mais do que isso** também, senão eu vou começar a ter **problema com o meu corpo**. (Pedro – Sete Barras)

Em relação ao *ritmo da natureza*, Pedro aponta a mesma ingerência que os demais produtores mencionaram, o condicionamento dos períodos do dia em que é possível trabalhar. Quanto ao *bem-estar*, o produtor procura impor um limite a si mesmo, em relação ao número de horas trabalhadas, para evitar se desgastar demais e prejudicar seu corpo. Ele procura controlar o quanto de si será mobilizado para o trabalho, no sentido de buscar uma relação ideal entre o uso de si e um trabalho bem executado.

A atenção de Pedro ao seu bem-estar faz ainda mais sentido quando analisada à luz de sua história de vida. Ele tem 30 anos de trabalho como agricultor, mas sua vivência como produtor ecológico é de apenas dois anos. Logo, seu modo de “ser agricultor” e, portanto, sua forma de trabalhar, foi marcado pelo longo período dedicado ao manejo convencional. Inclusive, em função de ser um recém-convertido à agricultura ecológica, conta que uma parcela de seus colegas da agricultura ecológica via seu trabalho com certa desconfiança. A preocupação de Pedro com seu bem-estar indica uma tentativa de acomodar-se ao que Giordani, Bezerra e Anjos (2017) denominam de uma nova rede de sentido, concebida a partir dos princípios de dependência e de integração com a natureza.

De acordo com essa nova forma de compreender e de se relacionar com a natureza, a noção de bem-estar faz parte de uma concepção ampliada de saúde, segundo a qual, como argumentam Falzon e Mollo (2009), a saúde passa a ser compreendida como um processo ativo, cujo objetivo é a construção da saúde. Esse processo ganha vida a partir do momento que Pedro, considerando seu bem-estar, instaura uma negociação entre o que Gonçalves e Camarotto (2015) denominam de objetivos relativos ao trabalho (ampliar a diversidade de produtos, por exemplo) e o seu estado interno (recursos cognitivos e fisiológicos).

Como síntese do debate acerca da distribuição de tarefas e da rotina de trabalho, tem-se que elas são determinadas pelos seguintes fatores: demanda, ritmo da natureza, modelo de manejo, tempo de adoção do manejo, tipo e diversidade de produtos, composição da mão de obra, harmonia com a natureza e bem-estar do trabalhador. Em função da rotina de trabalho na roça ser influenciada por essa gama de fatores, ela é marcada, paradoxalmente, pela falta de uma organização fixa. Essa condição ressignifica o termo rotina, atribuindo a ele um novo sentido, o de um convite ao criar um cotidiano de trabalho mais adaptado às necessidades e possibilidades dos produtores.

4.4.2. Grau de autonomia diante da atividade

Segundo o referencial teórico da Ergonomia da Atividade, a autonomia no trabalho é concebida como uma oportunidade de os sujeitos controlarem a sua atividade, ajustando a concepção, modo operatório e o ritmo do trabalho. Na perspectiva da subjetividade, a autonomia representa, ainda, a possibilidade para os sujeitos se transformarem a partir do e pelo trabalho, tornando-se mais competentes e hábeis (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011; DEJOURS, 2004, 2007; MENDES; ARAÚJO, 2012e). De acordo com o ponto de vista de Ribeiro (2011) e Wanderley (2017), os modelos ecológicos de produção agrícola, ao reaproximar o trabalhador da terra e revalorizar suas potencialidades e modos de trabalhar, proporcionam maior grau de autonomia aos sujeitos.

Conforme pode-se observar nos depoimentos abaixo, um tema de destaque na discussão da autonomia foi a liberdade que os modelos ecológicos proporcionam aos produtores, ao possibilitarem a eles minimizar o uso de si em suas atividades, adaptando o trabalho a necessidades pessoais.

Eu mesmo vou fazendo, **devagar**. Não posso fazer em uma hora, faço em três horas, quatro horas, **sozinho**. Por isso **que eu gosto da agroecologia**, você consegue... se você não tiver ajuda, **consegue sanar os seus problemas**. (João – Sete Barras)

A **gente que dita a regra**, né? Se você pegar, levantar seis horas, e pegar no serviço, quando for onze horas você já fez um bom pedaço, aí pode **ficar o resto do dia descansando**. (Valter – Sete Barras)

Só paro, às vezes, no meio de semana. Falo “**hoje eu não vou trabalhar**”. Aí, fico o dia inteiro parado. Mas parado, assim, **não tô trabalhando**, mas tô andando, né? Vou na casa do Nando, venho aqui, vou lá em casa, volto aqui de novo. Assim, parado de tudo, não está. (Valter – Sete Barras)

Não, por isso que eu gosto da agroecologia, trabalhar no sistema agroflorestal, porque ele me dá **liberdade** de você não ter que cumprir horas. Você não fica sujeito às **leis capitalistas**, né? Quando você tem um **sistema agroflorestal**, você tem ali um potencial e não é tão apertado as coisas, o **trabalho não é tão apertado** quanto é no **convencional**, “ah, agora tenho que jogar o veneno, amanhã tenho que jogar isso, jogar mata-mato, não sei o que, depois é broca, depois é não sei o que”. Aquela coisa toda **cronometrada**, no sistema agroflorestal, ele te **dá esse tempo mais livre**. Você tem uma produção e, às vezes, como eu faço, **eu me desligo** um pouco. Em momentos assim, eu posso ir ali, bater um papo com os amigos, me **sobra mais tempo**. (João – Sete Barras)

Com rotina... é uma opção minha, não queria **ser registrada**... com **rotina**. No sítio, eu **faço meu horário**, assim, sabe? Trabalho **quando precisar**. Já o registrado, tem que estar todo dia lá, né? (Luciana – Sete Barras)

Como é que você **transforma trabalho em ócio**, né? Porque o **ócio criativo é você estar trabalhando, mas como se fosse um lazer**, né? Eu, é claro que quando chega num **limite do trabalho**, começa a **afetar seu corpo**, aí você começa a fazer..., mas eu **trabalho naquilo que eu gosto**. Se eu trabalho naquilo que eu gosto e no **limite que meu corpo aguenta**, para mim, eu estou praticando o ócio, né? (Otávio – Sete Barras)

Pode ser, quando der um mal jeito, alguma coisa, normal pra qualquer um, né? Graças a Deus não tem dado problema, assim, não. **Por enquanto não**, a gente tenta **tomar cuidado**, também. **Ficar se matando** aí, igual o Manoel. **Trabalhar dia e noite**, você vai morrer. **Não seria viável**, vamos dizer assim. (Roberto – Socorro)

João, Valter e Luciana, todos de Sete Barras, sendo que João e Valter pertencem à comunidade do Guapiruvu, expressam uma preocupação com a autonomia em relação ao ritmo do trabalho, com alternâncias quanto à ênfase dada à cadência e à jornada. Eles discutem ainda a autonomia para estabelecer regras e a liberdade advinda do ritmo de trabalho menos intenso nos manejos ecológicos, comparativamente ao modelo convencional.

João, que adota o SAF, ressalta sua satisfação por ter autonomia em escolher o ritmo de suas atividades, adaptando-o as suas possibilidades e respeitando suas demais necessidades, como se desligar, conversar com amigos. Ao mesmo tempo, a possibilidade de definir o ritmo o habilita a resolver seus problemas sem depender de mão de obra alheia. Segundo ele, o SAF proporciona a liberdade de “não ter que cumprir horas”, nem se sujeitar “às leis capitalistas”, que regem o modelo convencional, ligado à “coisa toda cronometrada”.

Valter é um dos produtores que pode ser identificado como um produtor convencional “quase-ecológico”. Em decorrência de sua experiência com a agricultura ecológica e o contato frequente com os demais produtores ecológicos do bairro, incorporou diversos valores e princípios, principalmente do orgânico mais tradicional e do SAF, em sua prática. Desse modo, no momento de qualificar a rotina de trabalho no convencional “quase-ecológico” como intensa, fez questão de registrar que, por outro lado, tem autonomia quanto ao ritmo do trabalho, ou seja, pode “renormalizar” o quadro de normas vigentes. Ele enfatiza o controle sobre o aspecto quantitativo de sua jornada (horas trabalhadas), identificando o conseqüente tempo livre como um valor que se contrapõe à jornada intensiva e padronizada, comumente adotada no modelo da agricultura convencional ou industrial⁹⁵. É possível observar que Valter apresenta uma visão ampliada da sua atividade. Para ele, o simples fato de estar na roça, ainda que não esteja realizando uma atividade física diretamente relacionada ao resultado do trabalho, mas sim pensando ou conversando sobre o trabalho, também é trabalhar.

Quanto à fala de Luciana, surgiu quando comentava sobre o tipo de trabalho que considera desprovido de sentido. Ela não vê sentido em um trabalho “convencional”, marcado por uma rotina determinada e um contrato de trabalho fixo e padronizado. Nessa situação, segundo Schwartz (2008, 2011a), é negado aos trabalhadores a possibilidade de readaptar as normas vigentes as suas necessidades. Logo, Luciana externaliza seu distanciamento de um trabalho padronizado e, sobretudo, ressalta o valor que atribui à autonomia para determinar sua jornada de trabalho e à liberdade de trabalhar apenas “quando precisar”.

⁹⁵ Como denominado pelos autores do IPES-FOOD (2016), em função das suas semelhanças com os modelos de produção industriais

Partindo da ideia de “agrorrelaxo”, Otávio concebe o ócio criativo como trabalho que se assemelha ao lazer, isto é, de acordo com Dejours (2000, 2004, 2007, 2012b) e Mendes e Araújo (2012e), como o trabalho que opera como fonte de prazer. Ao se preocupar com a perspectiva de obter prazer por meio do trabalho, Otávio acrescenta à discussão da autonomia a questão do controle sobre a concepção do trabalho. De seu ponto de vista, quando trabalha está “praticando o ócio”, pois tem autonomia tanto para controlar a concepção do trabalho – de modo que tenha prazer, por trabalhar com o que gosta – quanto o ritmo da atividade, ajustando-o as suas possibilidades, ao limite físico de seu corpo. Roberto, produtor de Socorro, também salienta a relevância de poder dosar o uso de si em prol de sua saúde física.

Como descrito, os produtores evidenciaram a autonomia e a liberdade como importantes valores dos modelos ecológicos. Entretanto, parte deles fizeram observações relevantes sobre o dilema que se estabelece entre a autonomia diante da atividade e o acúmulo de responsabilidades no caso dos produtores familiares.

Nós achávamos até que no sítio iria ser muito tranquilo. É tranquilo, mas as **atividades são muito mais...** porque a gente tem **24 horas por dia, todos os dias** da semana uma **responsabilidade**, que é manter a propriedade, manter o relacionamento com cooperativa, com negócios, com vendas, com atender pessoas. (Daniel – Sete Barras)

Não, na verdade, a gente, não sei se o pessoal por aí é igual, **não tem muito dia pra escolher**, não. **Tem que ser todo dia**, mais ou menos, mexer, quando dá, é lógico. Mas **fim de semana**, normalmente, a **gente trabalha também**. Mas lógico que se um dia eu quiser tirar um laser eu posso tirar, porque **como a gente é o patrão**. Se eu não tenho um compromisso com você, por exemplo, ou alguma pessoa que eu tenho que entregar produto ou com as minhas plantas, é lógico. Se eu tô na produção, vou **largar tudo** e sair, viajar? Você **tem que se programar**, estar com a planta em um estágio menor, que não está em colheita, aguenta ficar mais dias sem um cuidado mais especial, é tudo questão de se programar, né? É lógico, se quiser sair um domingo com a família, pode sair. (Roberto – Socorro)

Orgânico não diferencia muito do convencional, você vai ter uma agenda de aplicação de insumo, uma agenda de cuidado com o solo, que não é... Vai ter uma agenda de prevenção contra as mudanças climáticas, vai lutar contra o sol, a estiagem, contra a chuva de granizo, contra... **eu não luto contra nada disso**, cara! (...). O sol excessivo não me atrapalha porque a agrofloresta é sombreada. Se der uma estiagem grande aqui, de 30 dias, aqui já chegou a ficar sem chover mais de 30 dias, ela não me afeta tanto. É claro que vai afetar, mas ela vai afetar primeiro quem? Quem vai fazer orgânico, propriamente dito, porque o **orgânico propriamente dito é uma matriz**. O cara que é convencional piorou porque a terra dele está compactada, porque... Então, cara, o sistema agroflorestal, na perspectiva da agroecologia, você está salvo. O próprio sistema que você monta, o sistema agroflorestal, ele **se auto protege** porque a natureza... O que afeta você? São as condições externas. Aí, o efeito cascata, né? (Otávio – Sete Barras)

Conforme nota-se nos depoimentos, Daniel e Roberto falam sobre o acúmulo de responsabilidades ou papéis (produtor, gestor, cooperado, comerciante) como um fator que condiciona ou relativiza suas autonomias diante da atividade. Esse acúmulo de papéis é uma das características da agricultura familiar. No caso desses dois produtores, em decorrência de um núcleo familiar reduzido, as responsabilidades só podem ser divididas com suas esposas,

Gabriele e Ana, respectivamente. Ambos falam do ritmo de trabalho, “24 horas por dia, todos os dias da semana”, como outro fator que interfere em sua autonomia.

Otávio, por sua vez, descreve como o manejo agroflorestal ameniza seu ritmo de trabalho. Ele realiza uma análise comparativa entre o modelo que utiliza e o orgânico “clássico” ou “propriamente dito”. Segundo seu ponto de vista, em função das demandas que cada modelo de manejo apresenta aos produtores (aplicação de insumos, manejo do solo, a forma com que o modelo interage com os impactos do clima etc.), quanto maior é a proximidade do modelo adotado em relação ao modelo agroecológico diversificado, maiores são as possibilidades de o produtor poder contar com o auxílio da própria natureza em seu cotidiano de trabalho e, conseqüentemente, menor será o número de tarefas que executará. Uma rotina menos intensa é um passo importante para alcançar maior autonomia em relação a sua atividade, ao menos no que diz respeito ao controle do ritmo de trabalho.

A confrontação dos depoimentos de Otávio e João com os de Daniel e Roberto indica que há uma dependência marcante entre o tipo de manejo ecológico adotado e o grau de autonomia dos produtores. Daniel e Roberto adotam modelos de manejo muito semelhantes entre si; embora haja pequenas distinções entre eles⁹⁶, seus modelos podem ser definidos como orgânico “clássico”, mais próximo do polo ocupado pelo modelo convencional - no *continuum* de modelos do IPES-FOOD (2016). Enquanto João e Otávio utilizam o SAF, mais próximo do polo ocupado pelo modelo agroecológico diversificado. A análise desse dado e das informações dos demais participantes da pesquisa sugere que o grau de autonomia dos produtores é determinado pela posição dos modelos no referido *continuum*. Assim, quanto mais próximo do polo ocupado pelo modelo agroecológico diversificado, o produtor poderá gozar de maior autonomia diante da atividade.

Para finalizar o tópico sobre a autonomia dos produtores, o depoimento a seguir articula essa temática ao planejamento das atividades no mundo rural.

Eu **não sou muito de planejar**, uma coisa que eu peço é isso aí. É, a gente lá na [*escola de negócios*] aprendeu que **tem que planejar**, mas eu fico... **por isso que não desliga**, eu fico fazendo planejamento tudo na cabeça, não coloca no papel. (...). Mas eu **ponho muito na cabeça**, a tem... amanhã, vou ter que levantar, irrigar. Depois, vou ter que tirar mato disso, depois... acontece algum imprevisto no meio do caminho, às vezes, mas eu **vou ter uma seqüência**. Mas sempre no dia anterior, tô pensando no outro dia. (...). Mas é isso aí, eu **não planejo muito**, não. Planejo, mas **planejo na cabeça, não coloco no papel**. Mas é, **a seqüência é essa, da roça, né?** Geralmente, você tem lá **um dia que tem**

⁹⁶ Daniel, por exemplo, tem pretensões de migrar aos poucos para o modelo agroflorestal. Assim, dedica uma pequena parte de sua roça a um SAF experimental, em que ele vem trabalhando principalmente com a ideia de promover um consórcio de espécies entre a pupunha, hoje seu principal produto, e algumas espécies frutíferas.

que regar, tem que **semear** isso, **planejar**, **fazer aquilo**. Hoje está mais desorganizado, minha roça, já foi mais organizado. (Henrique – Socorro)

Quando Henrique manifesta que foi capacitado para realizar o planejamento formal, mas lamenta o equívoco (“uma coisa que eu peço”) de realizá-lo apenas mentalmente, percebe-se sofrimento tanto por não conseguir cumprir a tarefa de anotação quanto por deixar tudo na cabeça, pois, como diz, “não desliga”. A capacitação, bem como sua formação acadêmica, não são os obstáculos ao registro das atividades, mas sim a dinâmica do trabalho vivo, que não se adequa ao tempo da anotação. Encaixar essa tarefa demanda ainda adequação a sua realidade, ao tempo, à rotina, ao ritmo da roça.

Na perspectiva da teoria da subjetividade, lidar diariamente com a sensação de que está cometendo um equívoco, por não realizar determinada atividade da forma como fora prescrita, pode trazer sofrimento para os sujeitos. De acordo com Soboll (2007), a supervalorização do prescrito – o único planejamento reconhecido é o formal, registrado em papel, aquele que segue os rituais do mundo acadêmico – faz com que os sujeitos interpretem o fracasso diante do real, dos procedimentos e da técnica, como consequência de sua incompetência, de sua falta de seriedade ou preparo. Essa forma de se relacionar com o real – que, na verdade, trata-se de uma negação do real, no sentido de não reconhecer sua vivência com o fracasso do trabalho prescrito.

De outro modo, pode-se compreender a dificuldade narrada por Henrique, de executar o planejamento de acordo com o prescrito, no papel, como uma busca e uma defesa de sua autonomia diante da atividade.⁹⁷ Segundo esse entendimento, persistir em planejar mentalmente não configura um erro, mas sim uma forma de resistência ao prescrito, ao excesso de regras e rotinização do trabalho, portanto, uma estratégia de resistência ao processo de desvalorização dos saberes daqueles que vivenciam o real do trabalho rural. Ele resume a descrição de sua rotina dizendo “a sequência é essa, da roça”, remetendo o ato de planejar no mundo rural a um conhecimento de ordem prática do trabalho, como uma inteligência do corpo, da prática. Para ele, que tem cerca de 30 anos de trabalho na roça e aproximadamente 10 anos como produtor ecológico, não há mistério em planejar e organizar sua rotina, visto que essas ações, segundo a perspectiva de diversos autores do campo teórico (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; DEJOURS, 2002, 2004; NUSSHOLD; BAUDIN; CELIO, 2020), estão enraizadas em sua subjetividade, tornando-se intrínsecas a ele.

⁹⁷ Evidentemente, considerando-se o conjunto dos produtores e a elaboração de documentos em geral (caderno de campo, PMO etc.), há outras razões que também justificam a dificuldade dos produtores em lidar com as documentações, como a restrição de acesso à informação e à tecnologia, grau de escolaridade etc.

4.4.3. Adaptação de normas e conhecimentos aos anseios e necessidades dos trabalhadores

No município de Sete Barras, o conteúdo concentrou-se em uma esfera mais abrangente e política. Os produtores dedicaram-se, basicamente, a reivindicar uma maior adaptação das normas e conhecimentos as suas necessidades.

Eu acho que falta de **divulgação** e um pouco de **interesse do poder público**, das **políticas**, porque a gente consegue fazer a parte da gente, aqui. Mas **eles não conseguem** fazer a parte deles. A gente consegue, a gente consegue produzir orgânico, a gente consegue, mas **tinha que ter uma demanda**. Vamos supor, que nem para a merenda mesmo, é tudo **limitado**, né? Tem que ser só essa **quantidadezinha**, aqui, de orgânico. (Antônio – Sete Barras)

Por exemplo, o manejo sustentável, que parece difícil, parece tão... um fantasma, hoje, para todo mundo, mas por quê? Não é culpa da população, a população quando **tem coisa contra o meio ambiente**, ela **tem razão**. Por quê? O meio ambiente, o que eles fazem? Só **põem regras, imposições**, mas não explicam por que, não dão soluções. Por exemplo, precisamos das árvores? Precisamos. Precisamos da água? Precisamos. Precisamos disso? Precisamos. Mas por que precisamos, né? E como vamos sobreviver? Ao invés de ter 10.000 pés de banana, ter 5.000 pés de banana, com 5.000 pés de, sei lá, canela, qualquer madeira que seja. Qual a diferença? A diferença é que o governo, as propostas das políticas do governo, eles **estão lá no escritório**, não sabem dizer isso para o agricultor. (João – Sete Barras)

A fala de Antônio ocorreu quando discorria sobre as principais dificuldades da agricultura ecológica na região do Vale do Ribeira. Como relatado, a principal forma de comercialização dos produtores orgânicos do município é o mercado institucional, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Entretanto, com o passar dos anos, esse mercado tem se mostrado insuficiente para absorver a produção do município. Além disso, com a interrupção das aulas nas escolas, devido à pandemia de COVID-19, esse mercado praticamente se extinguiu nos últimos dois anos. É nesse cenário que o produtor reivindica um redirecionamento das políticas públicas, no sentido de auxiliá-los com a geração de demanda, através de novas ações (maior divulgação dos produtos orgânicos, por exemplo) ou pela ampliação das políticas já instituídas, como o PNAE.

No que tange ao depoimento de João, destaca-se a crítica às políticas ambientais que, segundo ele, são descontextualizadas da realidade dos produtores, pois são elaboradas por quem está “lá no escritório”, distante tanto do ponto de vista físico quanto conceitual do mundo rural. Logo, há uma desaprovação da forma como os órgãos ambientais têm atuado na região, principalmente em relação à falta de diálogo com a população local. Por meio de sua crítica, João reivindica um relacionamento menos cindido entre a população e os órgãos governamentais ligados ao meio ambiente, a fim de que as normas ambientais possam se tornar mais adaptadas às necessidades daqueles que vivenciam o real e que, atualmente, visualizam nas leis ambientais seu caráter restritivo e punitivo. Esse sentimento negativo é tão marcante

no território que a comunidade, como relata João, defronta-se com a discussão acerca da sustentabilidade como se estivesse diante de um “fantasma”. Essa relação conflituosa não vem de hoje, dado que a própria história de constituição do Guapiruvu foi marcada por fortes tensões e instabilidades entre os antigos moradores e a legislação ambiental.

Quanto aos produtores de Socorro, concentraram-se em relatar como tem se estabelecido seu relacionamento com as normas do SPG.

Teve um ano, eu... meu pai, coitado... (...) passou esse produto, que não é permitido. Aí, o dia da visita, passado... eu nem sabia disso aí, ele não falou nada comigo. Na verdade, isso daí não influencia em nada na produção, não contamina nada, só que não é permitido, né? Aí, no dia da visita de verificação, aqui, veio um verificador que era de outro grupo, aqui de Socorro, mesmo. No meio da visita ele falou, “ah, esse ano eu limpei bem limpado aqui no meio das lerinha de uva, aqui. Porque o dia que a formiga aparecer aqui eu não vou deixar mais ela cortar os cachos de uva meu, não”. Aí, o verificador falou, “mas o que o senhor vai fazer?”. “Ah, **vou passar o formilix**”, que é um formicida líquido, né? “Ah, tá!”. **Não falou nada**, ficou quieto. Depois, a hora que nós saímos, meu pai foi para outro lado, ele veio e falou: “viu, você viu?”, o Francisco estava junto, o Carlos estava junto... “**você viu o que seu pai falou?**” Falei, “eu vi”. “Depois nós conversa, então. **Não vamos falar nada pra ele**” [*risos*]. E não falaram nada pra ele, mesmo. Vieram aqui, depois fizemos a visita lá, meu pai não podia ficar aqui, veio até um pouco, ficou um pouco e foi embora. Aí, depois que ele foi embora, a gente se reuniu e colocou lá que era uma **não conformidade** e que teria que ficar em **prazo de conversão por um ano**. (José – Socorro)

Ah, você tem que ter **um pouco de jogo de cintura**, mas **não pode relaxar**, né, senão, **senão vira**... Nunca tive, também nunca tive problema, nunca vi uma coisa, assim, completamente, que iria desabonar o cara e... nunca vi nada. Já teve uns casos aí, na ANC, mas, fazer o que, **tem que fazer**... (Júnior - Socorro)

Ambos os produtores mencionam situações em que as normas vigentes do SPG foram adaptadas de acordo com o contexto, buscando-se uma relação mais harmoniosa entre as partes envolvidas. O caso narrado por José é bastante elucidativo de como é possível aplicar as normas de forma criteriosa e, ao mesmo tempo, sensível, considerando as particularidades de cada caso.

Segundo relato do José, seu pai, com quase 80 anos, havia cometido uma não conformidade. O produtor responsável pela avaliação identificou a anormalidade, considerou a idade do produtor, sua franqueza e, de certo modo, sua simplicidade diante da situação e optou por não o expor diante do grupo, deixando para debater com os demais agricultores que participavam da visita e anunciar sua decisão apenas quando o produtor não estivesse presente. Além disso, embora a norma tenha sido aplicada (afinal, houve punição), ela pôde ser adaptada à realidade do produtor. Com base nas condições objetivas e subjetivas que envolveram o caso optou-se por deixar apenas o talhão da uva, local em que foi aplicado o produto não permitido, em conversão, pelo prazo de um ano. Caso a norma da certificação participativa fosse aplicada sem maleabilidade, ou “sem jogo de cintura”, como disse Júnior, o certificado de orgânico de toda a propriedade poderia ter sido cancelado. Nesse caso, todos os produtos cultivados não

poderiam mais ser comercializados como orgânicos e o produtor teria que reiniciar todo o processo de certificação.

O produtor Júnior também destaca a necessidade de se poder aplicar as normas com flexibilidade. Ao mesmo tempo, sua fala remete à discussão sobre os desafios de se estabelecer o limite entre a maleabilidade e o rigor necessário na avaliação, para que se possa manter a confiança no trabalho de garantia da qualidade realizado pelos SPG's⁹⁸.

Como síntese das discussões aqui realizadas, tem-se que os territórios estudados estão em momentos distintos em relação a este tema. No município de Sete Barras, o debate é marcado pela postura crítica dos produtores e pela denúncia da falta de diálogo em relação às normas. Em outras palavras, o cenário no município é caracterizado pela consciência dos produtores de que é necessário tornar as normas mais adaptadas as suas realidades. Em relação aos produtores de Socorro, as discussões ficaram em torno das evidências de que o SPG é capaz de adaptar suas normas à realidade dos produtores (considerando suas condições objetivas e subjetivas) e das preocupações acerca das consequências que essa maleabilidade pode trazer para o sistema participativo.

⁹⁸ Esse tema foi considerado em maiores detalhes nas discussões a respeito das relações baseadas na responsabilidade e na reciprocidade.

5. RECONHECIMENTO

Do ponto de vista conceitual, o reconhecimento tem papel fundamental na subversão da lógica produtora de relações sociais de trabalho pautadas na alienação e incitadoras de doenças mentais, uma vez que será em decorrência do binômio contribuição/retribuição que os sujeitos engajarão sua subjetividade para cooperar, assumindo os riscos pelo uso da inteligência da prática em suas atividades. Além do mais, a dinâmica do reconhecimento é primordial para os processos de construção da identidade dos sujeitos, de mobilização das personalidades e de construção do sentido do trabalho (AREOSA, 2019; BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011; DANIELLOU; SIMARD; BOISSIÈRES, 2010; DEJOURS, 2000, 2002, 2007; HELOANI; LANCMAN, 2004, SOLDERA, 2016; SZNELWAR; UCHIDA, 2004).

A seguir, os resultados acerca do reconhecimento serão discutidos de acordo com suas dimensões (confiança, identidade e processos de retribuição) e com os indicadores que as compõem.

5.1. Confiança

Em relação à dinâmica de reconhecimento, a confiança implica comprometimento com a isonomia e a imparcialidade nos julgamentos, prevalecendo como condição base para dar visibilidade às ações transgressoras das normas, explicitar acordos implícitos, promover o confronto de opiniões e fomentar um ambiente seguro para que os sujeitos possam reconhecer também suas fraquezas e limitações (DEJOURS, 2002; DEJOURS; JAYET, 1993; MENDES; ARAÚJO, 2012a, 2012e).

As falas dos entrevistados a respeito da dimensão confiança limitaram-se ao indicador *confiança na utilidade e na qualidade/solução dos membros*.

5.1.1. Confiança na utilidade e na qualidade da atividade/solução dos membros

A ação de dar visibilidade aos achados da prática depende da confiança existente entre os pares e, por conseguinte, de terem a sua atuação diante do real do trabalho reconhecida. Alcançar o reconhecimento na utilidade e na qualidade de suas ações é fonte de satisfação/prazer e de estímulo para que os sujeitos continuem confrontando-se com o real (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011; MENDES; ARAÚJO, 2012a, 2012c).

Os produtores de Socorro, a seguir, falaram sobre o grau de confiança nos manejos ecológicos.

Tem muito produtor orgânico, aí, não carece citar nome de nada, que **apenas troca insumo**, né? Hotel tem um conhecido meu, de Amparo, aqui, que ele fala, assim, que é uma **agricultura que não é orgânica, homeopática** [risos]. Porque ele continua com a **visão da agricultura convencional**, ele continua **refém da loja** e ele **só troca o insumo**, “ah, aqui eu colocava o... o... cloreto de potássio, agora vou colocar o sulfato, que é permitido”. “Aqui eu colocava isso, agora vou colocar... aqui eu colocava a ureia, agora vou colocar torta de mamona, que eu compro na loja”, é comprado, o **nitrogênio** que eu uso, **compro na loja**. Então, é plena, quer dizer, continua o **ciclo de dependência da loja**, de semente, de insumo, tal, mesma coisa. Eu também tô, não vou falar que eu não compro isso na loja, **compro também**, mas eu **procuro comprar menos possível**. (Henrique – Socorro)

Isso, isso, não carece de citar nome, tem produtor que eu conheço que **muda de área**, fica mudando de área, igual aquele que suga... igual tomateiro, que planta aqui, depois planta lá. Ah, põem ali insumo orgânico, *yoorin* [fertilizante mais ou menos natural], tal, tal, produz ali. Daqui a pouco não produz mais, o que ele faz? Vai lá certifica um outro... Ele **explora** lá, começa mais não dar o produto lá... ele vai lá, tem uma área grande na propriedade, ele vai lá e **certifica... muda de área** para outro lugar, o capim, a pastagem, que está mais fácil pra... o solo sem mexer. Aí, revira o solo, fica revirando o solo, só capinar de novo. Então, **está ali grudado, só não usa produto químico. Só não usa nada que é não permitido** na agricultura orgânica, né? (Henrique – Socorro)

Percebe-se que Henrique adota a nomenclatura mais corrente, que denomina os diversos manejos ecológicos apenas como “orgânico”. Quando ele diz que alguns colegas não produzem segundo a agricultura orgânica, mas sim de acordo com uma agricultura “homeopática”, está se referindo a um manejo que, no *continuum* do IPES-FOOD, está localizado mais próximo do extremo ocupado pela agricultura convencional, tanto que ele diz que esses produtores seguem com a “visão da agricultura convencional”, resumida, por ele, pela dependência de insumos externos ao sistema.

Em suas duas falas, Henrique deixa nas entrelinhas seu atual ponto de vista sobre a agricultura ecológica, ou seja, quais são as características que compõem um modelo de agricultura ecológica que está apto a oferecer soluções em que ele é capaz de confiar. A visão deste produtor a respeito da agricultura ecológica foi se modificando a partir de sua história de vida. Atualmente, ele considera que esse tipo de agricultura vai além de só não utilizar “nada que é não permitido”, isto é, apenas eliminar o uso de adubos químicos e agrotóxicos. De seu ponto de vista, o produtor que é considerado orgânico e que “só não usa produto químico” poderia ser classificado como “orgânico quase convencional”.

Em virtude dessas preocupações expressas por Henrique – romper com a lógica da dependência de insumos externos ao sistema e com a exploração intensiva do solo – e de outras informações que integram o diário de campo, advindas de conversas informais com o produtor, pode-se dizer que sua concepção de agricultura ecológica está próxima do modelo agroecológico diversificado. Assim, para Henrique, os produtores também deveriam se importar com questões socioculturais, com uma maior integração com a natureza e com uma distribuição mais justa da produção, da renda e da terra.

A discussão a respeito de diferentes graus de confiança em relação a diferentes tipos de manejos ecológicos também ocorreu no território de Sete Barras, mas somente por meio das conversas informais. Entre os produtores do município, a discussão assemelhou-se à visão apresentada por Henrique, com maior grau de confiança nos modelos de manejo que se aproximam do agroecológico diversificado, definido pelo IPES-FOOD (2016). Durante as conversas com os produtores, percebeu-se que o modelo do SAF, incluindo aquele personalizado de Otávio, é tomado como uma espécie de modelo ideal, sendo, portanto, o manejo em que eles mais confiam. Por outro lado, o ecológico “quase convencional”, como mencionado pelo Henrique, também está presente entre os produtores de Sete Barras e, assim como em Socorro, é o modelo de manejo em que os produtores menos confiam. Salienta-se que essa temática fez parte da etapa de validação da pesquisa em ambos os territórios e que ela foi integralmente validada pelo conjunto dos produtores presentes. Há uma tendência do reconhecimento ser mais consistente entre produtores que adotam o mesmo modelo ou modelos conceitualmente muito próximos.

As informações obtidas permitem sustentar que, as diversas subdivisões, do que convencionalmente denomina-se por “agricultura orgânica”, em distintos modelos ecológicos traz desafios ao reconhecimento do trabalho entre os próprios produtores ecológicos, o que traz consequências para a dinâmica de consecução do sentido do trabalho.

Outro tema trazido pelos produtores de ambos os territórios foi o efeito que a confiança na utilidade e na qualidade das soluções, por parte dos pares, pode causar na atividade dos produtores. Com relação a essa temática, a fala de José, abaixo, representa uma boa síntese das discussões realizadas em Socorro.

Depois eu contei pra ele... aí, ele nunca mais usou o produto e... Falei... agora, no meu **plano de manejo**, eu coloquei assim, eu faço... dentro da área, se for lá hoje, você vê vários formigueirinhos. Formigueirinhos pequenos, aí, esses aí é fácil controlar eles, você cavouca ali, porque ele está superficial. Não pode deixar ele formar a montanha de terra, porque aí não controla mais. Agora, tem as iscas, a bioisca, ela funciona, mais ou menos, mas funciona. Agora, vizinho, estrada, não estrada dentro da propriedade, mas se tiver uma estrada que passa do lado da propriedade, fora da propriedade, e os vizinhos, **vocês tem que controlar**. Se os vizinhos não controlam, a formiga não tem divisa, ela passa ali e vai embora. Então, conversa com o dono do terreno “viu, você vai fazer o controle?”, “ah, não. Pra mim, eu tenho pastagem ali. Vou ficar matando formiga agora, gastando dinheiro à toa?!”. Daí, ou você compra o produto, dá pra ele, ou **vocês vai lá e controla**, lá. Tem que **colocar isso no plano de manejo**, isso é aceitável. Até, você pode colocar até lá no... no... coiso fechado, lá, no quartinho, e escrever lá “veneno”. O dia que vir a **visita do verificador**, você fala “aqui está o formicida que eu controlo, que está lá no plano de manejo”. Pode isso aí, é aceitável. Não tem o que fazer. Eles falam... tem uns que falam assim “ah, mas daí você está... quem que vai... o critério seu... A hora que apertar a formiga, você não vai colocar?”. Mas, você tem que ter a **confiança na pessoa**, né? E, também, você tá lá com **as notas de compra**. Quanto que você vai comprar? É pra controlar lá, não é... comprar formicida toda hora. (José – Socorro)

No início de seu depoimento, José retoma a história do dia em que seu pai utilizou formicida para combater as formigas que atacavam a sua plantação de uvas. Em seguida, comenta que os produtores precisam controlar os formigueiros de algum modo, inclusive aqueles que estão localizados fora dos limites da sua propriedade. A primeira opção de controle seria cavoucar sobre os formigueiros, enquanto eles ainda são pequenos; a segunda opção é mais delicada, pois envolve formicidas sintéticos, cujo uso não é permitido na agricultura ecológica, mas aceitável fora da propriedade. Neste caso, a alternativa seria comprar, armazenar e usar o produto, desde que mantido registro dele no PMO e arquivadas as notas fiscais.

Na sequência, José inicia o debate propriamente dito sobre a questão da confiança na solução adotada, pois, uma vez que o veneno estaria disponível na propriedade, faz-se necessário que haja confiança entre o produtor e o avaliador. Caso essa relação não seja pautada pela confiança, o avaliador poderia pensar que no momento que a formiga chegar até a roça, o produtor aplicaria o veneno ali mesmo (caracterizando uma não conformidade), ao invés de ir combatê-lo fora da propriedade. Nesse sentido, quando a relação entre os produtores é marcada pela confiança, o produtor poderia adotar a solução que envolve o uso do formicida sintético e, ainda assim, não ser mal avaliado durante a visita de verificação. Pode-se dizer que quando há confiança entre os produtores, eles podem se defrontar com os desafios da sua atividade com liberdade, autonomia e transparência.

Como um contraponto ao relato do José sobre a necessidade de haver confiança entre as partes envolvidas na certificação participativa, será apresentado a seguir um caso ocorrido durante o acompanhamento, pelo pesquisador, das visitas da auditora da certificadora privada à propriedade do Otávio, em Sete Barras. O fato ocorrido envolve circunstâncias semelhantes ao mencionado por José, tratando-se de armazenamento, em uma propriedade certificada, de substância cujo uso não é permitido pela certificadora.

No caso que envolveu Otávio, a auditora encontrou nos galpões de sua propriedade alguns frascos de um fertilizante sintético. Segundo o produtor, aqueles frascos estavam lá armazenados desde a época em que era produtor convencional, isto é, havia aproximadamente 20 anos. Ainda que a auditora tenha ficado impressionada com a roça do Otávio, com seu conhecimento sobre agroecologia e que não houvesse nenhum indício de uso do produto – inclusive, os frascos estavam completamente empoeirados, indicando que não tinham sido manipulados há muito tempo – como ele não tinha a nota fiscal do produto, comprovando sua data de aquisição, sua opção foi registrar o fato como uma não conformidade leve. Para que o ocorrido não gerasse novas punições, a auditora orientou Otávio a doar o produto e a registrar

a doação em um documento datado e assinado por ele e por quem iria recebê-lo, comprovando, assim, o destino dado aos frascos. Nota-se, como a solução adotada baseou-se na desconfiança entre as partes e como ela, de certo modo, compromete a liberdade e a autonomia do produtor.

Tanto o caso apresentado por José quanto o ocorrido com o Otávio permitem refletir sobre o papel da documentação em relação à confiança na utilidade e na qualidade da atividade dos produtores. Em ambos os casos a documentação teve um papel fundamental para o estabelecimento ou não de uma relação de confiança entre as partes envolvidas. No caso do José, os registros do PMO e as notas fiscais foram fundamentais para que o avaliador do SPG confiasse na solução que ele adotou em relação às formigas. De outro modo, sem as notas fiscais do produto armazenado, a palavra e a prática de Otávio, em um SAF considerado modelo por seus pares, não foram suficientes para que a auditora confiasse em sua solução.

Buscando-se aprofundar esse debate, o depoimento a seguir, de Henrique, produtor de Socorro, é elucidativo.

Não, se não tiver a **quantidade de aplicação**, por isso que eles são rigorosos no... só que é **tudo na confiança** no que o produtor **relata no caderno de campo**, né? Porque uma calda bordalesa ou um, pronto, vamos pôr um Supera, você compra na loja, ou um Kocide, tudo permitido, a base de cobre, né, são os fungicidas que a gente usa. Pega um Kocide, **produtor convencional usa** ele, só que ele é **permitido usar na agricultura orgânica**. Se o cara aplica igual o produtor convencional aplica no tomate... produtor convencional aplica inseticida, fungicida, cada **dois, três dias** no tomate. Aqui, tinha um produtor de tomate, aqui, que, às vezes, era um dia sim, um dia não, cada dois dias, estava com o tanque ali metendo veneno. Então, se ele aplicar Kocide no tomate dele a **cada cinco dias**, vamos supor, você acha que não vai dar **intoxicação por cobre**? Lógico que vai, né? Por isso que eu tenho que **pôr no caderno de campo** “ah, hoje apliquei Kocide, daqui 15 dias, 21 dias eu apliquei Kocide”. Mas isso, você está colocando **na base da confiança**, né? Se for gente que... **geralmente**, quem vai para a agricultura orgânica já não tem a índole de querer passar a perna, né? Mas tem também, **a gente sabe que tem...** mentir e falar que... (Henrique – Socorro)

Henrique aponta uma contradição existentes na esfera dos modelos ecológicos, que também fora mencionada por Niederle e Almeida (2013). Trata-se da liberação, para o uso na agricultura ecológica, de alguns produtos que se não utilizados de maneira correta podem causar danos à saúde e ao meio ambiente, assim como quaisquer outras substâncias químicas ainda proibidas pela legislação de orgânicos. A respeito do relacionamento entre a documentação e a confiança, Henrique utiliza a existência dessa contradição como um argumento favorável ao controle das atividades realizadas pelo produtor, por meio de seu registro diário no caderno de campo. Entretanto, o próprio produtor coloca em questão a necessidade absoluta das documentações, visto que a crença na veracidade desses documentos também é baseada na confiança, “tudo é na confiança”.

O argumento poderia ser reescrito do seguinte modo: se devo confiar na boa índole do produtor em registrar corretamente a quantidade de produto utilizada e o intervalo entre as suas aplicações no caderno de campo, por que não posso depositar minha confiança diretamente em sua palavra e em sua prática?

Logo, na agricultura ecológica, a despeito do papel essencial da documentação para os próprios produtores, na gestão do trabalho (controle de insumos, de atividades executadas etc.), no que tange à confiança, ela tem um papel ambivalente: ao mesmo tempo que é avalista da confiança, referendando-a pela adequação às normas, representa a marca da desconfiança, visto que sua existência, enquanto norma, torna explícito que a palavra e a prática do produtor não são suficientes para que confiem nele. Nesse sentido, fica a reflexão se a própria dificuldade em se relacionar com os registros documentais, relatada por muitos produtores, não estaria também associada ao papel ambivalente da documentação, quanto à confiança. Esta reflexão será considerada retomada no item *trabalho e garantia da qualidade orgânica*, dedicado à discussão acerca da garantia da qualidade orgânica e do trabalho na agricultura ecológica.

Seguindo no debate, José traz para a discussão a importância da confiança na utilidade e na qualidade das soluções para a relação entre avaliador e avaliado, no âmbito dos sistemas participativos. Naturalmente, devido a esse debate estar vinculado à existência de um SPG, esta parte da discussão diz respeito apenas aos produtores de Socorro.

É, eu acho que a de... de... embora seja muito mais trabalhosa, os SPG's... é muito **mais confiável** e... troca experiência. A **pessoa entende**, quem **está ali com você no dia a dia**, quanto tempo faz que a gente está junto? Francisco entrou um pouco mais... agora, mais perto, mas a Samanta, quanto tempo a gente está junto? Embora não entenda nada, ela acompanha as visitas, vê o que está acontecendo. Mas o resto é **tudo produtor**, que **entende**, que **sabe o que estão fazendo**. Se ele **vê uma coisa ali** que ele fala assim "aqui **não tinha o que fazer** mesmo. Agora, você vai corrigir isso aqui". Mas ele não vai falar... colocar assim, dessa forma. (José – Socorro)

Essa fala de José ocorreu quando ele comentava a respeito das diferenças entre os tipos de certificação, por auditoria e participativa. Ele distingue a certificação participativa como mais trabalhosa e mais confiável. Em geral, os produtores consideram a certificação participativa mais trabalhosa devido à exigência de participação ativa dos membros em suas instâncias, como reuniões dos grupos de produtores e da OPAC e as visitas de verificação e de pares. Além disso, produtores mais antigos e com maior experiência no manejo agroecológico acabam se tornando coordenadores dos seus grupos e, como tais, necessitam assumir o compromisso de avaliar outros grupos de produtores, durante a etapa das visitas de verificação.

O produtor justifica sua maior confiança no SPG pelo fato do sistema proporcionar uma ampla convivência entre os produtores – “quanto tempo a gente está junto?” – e, sobretudo,

porque os responsáveis pela verificação da conformidade também serem produtores orgânicos e familiares, ou seja, terem conhecimento de causa, “sabem o que estão fazendo”. Ademais, os produtores que realizam as visitas de verificação são os mesmos com quem o produtor que está sendo avaliado convive há muito tempo. Assim, além de o avaliador ter uma ampla vivência como agricultor orgânico e familiar ele, habitualmente, conhece muito bem o produtor e a roça que avaliará.

Conclui-se, então, que quando há confiança entre as partes envolvidas na verificação da conformidade a avaliação gera maiores benefícios (trocas de experiência, estreitamento de laços afetivos entre os produtores etc.), pois, neste caso, produtores que estão sendo avaliados confiam na atuação do produtor como avaliador, em decorrência de reconhecerem seu trabalho como produtor ecológico. Isso porque realiza um bom trabalho e compreende a realidade dos produtores. Em síntese, o reconhecimento do trabalho do avaliador gera confiança na qualidade da avaliação da conformidade por ele realizada.

Para encerrar as discussões, os três blocos de falas a seguir, de produtores de Sete Barras e de Socorro, trazem elementos importantes para compreender o padrão de percepção (ou a lógica de conduta) dos produtores quanto à confiança na utilidade e na qualidade da atividade.

Então, mas se for um **grupo bom**. A questão do Guapiruvu, o pessoal tem aquele **comprometimento**. Se ele está sendo orgânico, ele não vai... **não vai fazer alguma coisa só para...** o Guapiruvu, em si, acho que é difícil... acho que nem teve caso, ah, tô orgânico e tô jogando...”. (Renato – Sete Barras)

Eu acho que o trabalho do **Otávio é um trabalho muito bonito**, embora bastante **desorganizado**. Olha, eu acho que o **trabalho quase de todo mundo**, aqui no bairro mesmo, que trabalha com orgânico, eu acho **bonito**, pessoalmente. Eu gosto do **trabalho do João**, que é aquele bananal com juçara. Eu acho que é um modelo muito interessante. Não vou advogar em causa própria, mas tenho **gostado muito do meu trabalho**, também. (Leandro – Sete Barras)

Neste primeiro bloco de falas, ambos os produtores mencionam que confiam no trabalho e na seriedade dos colegas. Renato descreve os produtores do Guapiruvu como comprometidos com os princípios da agroecologia e não interessados apenas em benefícios particulares. Leandro também demonstra confiar no trabalho dos colegas e cita o trabalho de vários produtores que ele considera que executam um bom trabalho, alguns deles são considerados como referências para os demais produtores.

Eu vejo alguns colegas aqui que tem **dificuldades**, até de organizar um arquivo. Quando é solicitado, “eu **não lembro**”, “olha, **eu tenho um... assim**”. A entrevista não é para falar dos outros, mas eu tenho que fazer um comparativo. Eu tenho colegas aqui que não sabem onde guardou, por exemplo, o cadastro ambiental do sítio. (Daniel – Sete Barras)

Não, **eu tento me organizar** com o que eu vendo mais. Tentei, mas com esse **grupo aqui, não adianta**. Lá na feirinha, às vezes você vai, tem... a feirinha de sábado é pequena, mas a de sexta, às vezes, tem nove bancas, oito têm alface. Aí, um tem, que nem, esses dias eu levei um pouquinho de abobrinha, lá, não deu pra nada. É que agora não é época, tem

as coisas de época. Mas **não tem diversidade**, né? Todo mundo resolve plantar aquela mesma coisa, aí o consumidor chega lá, “nossa, ninguém tem cenoura hoje na feira? Ninguém tem beterraba hoje na feira?”. **Falta de organização**. (Henrique – Socorro)

Aqui, é o Antônio, o Fábio, aqui embaixo, que eu falei para você. Tem mais outros aí, Soares, é um assentado que tem também aí, não sei se conhece ele. Otávio, mesmo, né? Que além de... ele **sabe e ele ensina também** os outros, né, fazer daquele jeito. Às vezes, você **não vai muito para aquele lado** que ele fala, mas pega **uma base**, para fazer o seu de outra maneira, mas quase copiando aquele. (Valter – Sete Barras)

Neste segundo bloco de falas, nota-se que Daniel e Henrique não confiam na capacidade dos colegas de se organizar para o trabalho. Suas críticas vão desde aspectos mais organizacionais, como o descuido com documentações, até questões relativas ao dia a dia do trabalho, como dificuldades em planejar as espécies que serão cultivadas de acordo com a demanda real dos consumidores. Valter, por sua vez, menciona alguns produtores que considera como referência, pois confia na qualidade de seu trabalho, e aos quais recorre para obter orientações. Ao mesmo tempo que deposita confiança na utilidade e na qualidade das atividades dos colegas, procura conciliar as novas ideias com os achados de sua própria prática.

Nos próximos depoimentos, João, Pedro e Mariana, todos de Sete Barras, comentam sobre a confiança no trabalho desempenhado na esfera das OCS's do território.

A OCS foi uma maneira, assim, de **reunir as pessoas** e aquela coisa participativa, aquilo que eu estava falando, que o pequeno ele não tem noção muito das coisas, ele anda voando por cima. A OCS ela traz um **conteúdo de encontro**, tomar cafezinho, bater papo, Otávio falava, eu falava. Aí, traz aquela **coisa do aconchego**, sabe? Eu passo a **melhor conhecer meu companheiro**, passo a ter **mais confiança** com ele, ou posso fazer uma pergunta, que eu estou desconfiado de alguma coisa com ele “olha, você está...”, “não, João, é assim, assim...”. Passa a se **conhecer melhor e há um entendimento melhor** para trabalharmos junto a agroecologia, de forma que é o objetivo nosso. (João – Sete Barras)

Até mesmo a importância da OCS. Porque você fica um **pouco mais responsável**, né? Você não vai deixar para organizar **quando vai receber a visita**, já **deixa organizado**. (Pedro – Sete Barras)

E por que a gente está perdendo as pessoas que estão na certificação? Porque só existe essa visita, essa que você fez. Que é uma **visita chata**, é uma **visita técnica**, é uma **visita de cobrança**. Isso **desmotiva**. (...). Você me perguntou por que **eu não confio**, é por conta disso. Agora, se for uma participativa que onde realmente **as coisas que precisam acontecer estejam acontecendo**, aí não, aí **eu confio**. Até porque é o meu vizinho, eu estou ali do lado, eu estou vendo ele ir ali buscar produtos, né? (Mariana – Sete Barras)

Como pode-se notar, João, que é uma das lideranças do Guapiruvu, tem um ponto de vista positivo do trabalho executado pelas OCS's. Segundo sua perspectiva, a OCS produz valores que vão além de seu resultado imediato, objetivo, que seria possibilitar ao produtor ecológico comercializar seus produtos diretamente com consumidor ou com o mercado institucional. Dentre os valores citados por João, em consonância com Moreira et al. (2017) e Muñoz et al. (2016), estão sua capacidade de produzir encontros, aconchego, confiança e compartilhamento de saberes. Além disso, João também compreende que a OCS pode atuar como um meio para promover o fortalecimento da agroecologia.

De certo modo, Pedro compartilha da perspectiva de João sobre o trabalho das OCS's. De seu ponto de vista, a OCS é capaz de fazer com que o produtor fique um “pouco mais responsável”, além de ser um potencial formador de consciência, uma possibilidade para transformar o produtor, através da formação e da organização.

Mariana critica a falta de reuniões nas OCS's. Segundo ela, o movimento da agroecologia, em si, vem perdendo produtores certificados porque as OCS's não têm desempenhado seu papel de reuni-los. Sem a atuação das OCS's, segundo ela, os produtores veem a certificação apenas pela lente da certificadora por auditoria, que se limita a visitá-los uma vez ao ano, através de uma “visita técnica”, que se propõe a ser apenas uma “visita de cobrança”. Ela confia no modelo da certificação participativa, desde que as “coisas que precisam acontecer estejam acontecendo”. Além da questão organizacional, apontada pela produtora, a pandemia de COVID-19 interferiu bastante na realização de reuniões. Em conversa informal, Otávio ainda acrescentou que com drástica redução das vendas institucionais para escolas, o produtor deixa de vender e, conseqüentemente, perde interesse nas reuniões.

Após a análise dos três últimos blocos de falas, pode-se perceber que há uma observação concreta de que existem produtores com dificuldade de manter a organização dos registros e de que há aspectos organizacionais das OCS's a serem melhorados, por isso uma confiança crítica, não ilusória. Existe confiança na utilidade e na qualidade no trabalho dos produtores (sobretudo dos produtores tomados como referências) e na atuação das OCS's, como produtoras de valores (encontros, vínculos, saberes e organização); mas, ao mesmo tempo, se reconhece a dificuldade dos pares e no desempenho das OCS's em determinados aspectos. No caso da OCS, destaca-se a falta de reuniões e visitas, que leva a desmotivação dos produtores.

Cabe mencionar que o padrão de *confiar, desconfiando* foi mais evidente em Sete Barras, como é possível perceber pela maior incidência de falas de produtores pertencentes a este território. Entretanto, as observações, conversas informais e informações presentes no diário de campo permitem estender esse padrão ao município de Socorro, especificamente em relação aos registros documentais, mas não à organização do SPG.

5.2. Identidade

Em síntese, de acordo com Dejours (2000, 2002) e Giannini et al., (2019), compreende-se por identidade aquilo que torna um sujeito singular, sem igual. Conforme diversos autores (AREOSA, 2019; DEJOURS, 2007; HELOANI; LANCMAN, 2004, SZNELWAR; UCHIDA, 2004), o reconhecimento simbólico – julgamento e reconhecimento do outro – é fundamental

para a construção da identidade dos sujeitos. Desse modo, a dinâmica do reconhecimento intervém diretamente nas possibilidades de realização dos sujeitos no campo social e no reconhecimento de suas identidades.

Nessa dimensão do reconhecimento serão abordadas as discussões que dizem respeito à constituição das identidades dos produtores. Os resultados estão organizados de acordo com os seguintes indicadores: *relação com a própria função (reconhecer-se em sua atividade)*, *lugar que ocupa no grupo (reconhecimento pelo outro)* e *mobilização de si para o trabalho (inteligência, saberes, experiências, engenhosidades)*.

5.2.1. Relação com a própria função: reconhecer-se em sua atividade

De acordo com Areosa (2019), Bendassolli e Soboll (2011), Dejours (2000), Gernet e Dejours (2011) e Soldera (2016), a possibilidade de os sujeitos se transformarem e se reconhecerem a si mesmos, por meio de suas atividades, ocorre a partir do momento que o sofrimento estabelecido no confronto com o real é convertido em prazer e dignidade, por intermédio do reconhecimento da qualidade do trabalho executado, da mobilização da engenhosidade e da cooperação. Essa relação estreita entre o trabalho como fonte de prazer e reconhecimento na própria atividade foi evidenciada nos depoimentos dos produtores, como observa-se a seguir.

Quando eu voltei para o campo, que eu falei no começo, que, exatamente isso, **tentar valorizar mais o produtor**. Fazer, assim, **eu me valorizei mais**, porque **também não me valorizava**. Começar da gente, né? **Valorizar o trabalho da gente**, que a gente sentia, lá, né, “o pior dos serviços, que é isso, que ninguém dá valor”. Não, vamos lá, nós produzimos. Mudou totalmente a cabeça, né? Se não for a gente produzir alimento, o que a pessoa vai comer? Tem que começar a valorizar a gente, né? (Henrique – Socorro)

Tô **contente**, está dando certo o que a gente está fazendo, trabalhar a agenda, **está funcionando**. E a gente está comendo o **mesmo produto que a gente produz**, não é tudo, mas é um pouco de coisa. Outras coisas que eu não vendo, tem muita coisa que eu produzo que eu não vendo. Então, tem bastante produção pra gente mesmo e pra quem a gente vende, a gente vende um **produto sadio**. Pode falar com a **boca cheia**. Então, a pessoa compra e compra tranquilo que **é bom**, você tá levando uma **coisa boa** pra casa, pra sua **saúde**, pra tudo, para o **bem-estar** da pessoa. (Roberto – Socorro)

Conforme menciona, Henrique teve mais de uma passagem pela agricultura. Na verdade, ele vem de uma família de agricultores, praticamente nasceu na agricultura e, em alguns momentos, precisou experienciar outras profissões e modos de vida, até mesmo para conformar sua identidade com base em uma maior diversidade de experiências. Quando regressou à agricultura, mais maduro e convicto de que sua vida seria no campo e na agricultura ecológica, Henrique consolidou a percepção de que seu reconhecimento como produtor só se consumaria, verdadeiramente, quando o trabalho na agricultura e a profissão de produtor fossem

reconhecidos. Nessa perspectiva, o reconhecimento pelo outro passa pela necessidade de que o próprio produtor se reconheça em sua atividade. O reconhecimento de si mesmo, por sua vez, mantém relação com a valorização simbólica da profissão, que intercederá de modo decisivo na realização do sujeito no campo social e, por conseguinte, conforme Areosa (2019), Boyer (2010) e Dejours (1999, 2000, 2002, 2004), na consolidação da identidade de produtor.

No que tange à relação dos produtores com sua função, os sentimentos que prevalecem em ambos os territórios são os de orgulho, satisfação e realização. Esses sentimentos, que deixam Roberto satisfeito e feliz, sustentam-se em valores da esfera da responsabilidade social, de modo que ele se sente como um produtor de saúde e bem-estar, para além de um produtor de alimentos orgânicos. A maioria dos produtores reconhecem-se em suas atividades, o que é fundamental na construção da identidade de produtor, mas essa construção tem nuances complexas.

Eu **gosto do braçal**, gosto de **pôr a mão na massa**, **gosto de mexer**, **gosto de plantar**. **O contato com a terra**, **fazer a horta**, quando a planta sai bonita, cuida, ela vem. Então, quando eu vou lá, que nem agora, que a horta está meio... lá tá bonito, mas aí está feio, eu sinto frustrado. Desanima, porque eu gosto de ver as **coisas bonitas**, pôr a mão, fazer. Eu tenho **dificuldade de delegar tarefas**, sempre tive. (...) **O mais burocrático** é sempre o **mais chato** para mim. (Henrique – Socorro)

Isso, **acolher todos os pedidos**, **anotar tudo em folha de caderno**, né? Porque a gente não tem uma estrutura, anota tudo em folha de caderno, os pedidos. Depois, **atender o público**, **ficar no celular**. Tudo no meu celular, outra coisa... tenho que desvincular isso aqui, que eu já tô ficando louco. Colocar um celular só para os... Aí, chegou esse ano falei para Denise, “não tô aguentando mais”, falei pra ela. Aí, já no final do ano passado solicitamos ajuda para o SEBRAE. (...) É, o pessoal vai fazer compra pela plataforma, vai escolher o produto lá e cai certinho com a gente o que a pessoa escolheu. Só que daí, a **gente virou meio que um atravessador**. (Henrique – Socorro)

Os depoimentos acima revelam a complexa dinâmica de se reconhecer em uma determinada atividade quando, no real da agricultura ecológica familiar, os sujeitos necessitam realizar, em suas rotinas de trabalho, atividades que pertencem ao escopo de atuação de diversos ramos profissionais. O produtor orgânico e familiar, dependente de mão de obra restrita, se vê fragmentado, em seu cotidiano, entre essas atividades diversas, pertencentes ao escopo de profissões distintas, e, por conseguinte, convive com diversas nuances de identidade em processo de constituição.

Ao falar sobre o que mais o agradava em sua atividade, Henrique mostra se reconhecer como produtor, quando em “contato com a terra”, literalmente plantando e colhendo. Ou seja, reconhece-se enquanto responsável pelo resultado direto do trabalho ligado a sua atividade fim, pela produção vegetal, por dar vida a planta que “sai bonita” e não pelas atividades-meio, como um produtor-gestor ou gestor, que também deve se responsabilizar pelas atividades de gestão, a burocracia do mundo rural.

Através de seu relato, percebe-se que o impacto da pandemia trouxe um novo pacote de atividades para o produtor que buscou se adaptar ao contexto de isolamento social, que levou ao fechamento dos comércios e à proibição das feiras-livres. Nesse cenário, Henrique, que se reconhece na atividade de produtor, passou a executar atividades nitidamente de outros campos de atuação, como de controle, planejamento e relacionamento com o consumidor. Como poucos produtores da região se arriscaram nesse ramo de entregar cestas em domicílio e como a demanda por esse tipo de serviço foi alta, ele praticamente interrompeu sua atividade como produtor e passou a se dedicar majoritariamente à entrega das cestas de produtos orgânicos, produzidos por outros agricultores do município. Diante de seu confronto com o real do trabalho, em um contexto pandêmico, ele viu-se forçado a mobilizar toda sua engenhosidade e subjetividade para suportar certo afastamento de sua identidade de produtor e se converter, ainda que provisoriamente, em “atravessador”.

Um caso semelhante ao de Henrique foi narrado ao pesquisador durante o acompanhamento das visitas de pares do SPG, mediante conversas informais. Na ocasião, Francisco, que também reside na região de Socorro e que em seu dia a dia já concilia as atividades de produtor, de processador de produtos orgânicos e de membro da direção do SPG, contou que, devido aos efeitos da pandemia, precisou se adequar à demanda por produtos orgânicos entregues em domicílios. Como Henrique já havia assumido as atividades de montar as cestas e de entregá-las em domicílio, Francisco optou por fornecer-lhe seus produtos (naquele momento, basicamente a mandioca). Com objetivo de facilitar o transporte e a organização das cestas, Francisco passou a entregar as mandiocas lavadas e embaladas em pacotes de um quilograma. Como a demanda era alta e as operações de lavagem e embalagem da mandioca são relativamente morosas, ele passava quase que o dia todo embalando as mandiocas. Nesse cenário, comentou que não se sentia mais como produtor, mas sim como “embalador de mandioca”, dado que, assim como Henrique, tinha interrompido as atividades com as quais se identifica e se realiza, relacionadas à identidade de produtor.

Como grande parte dos sujeitos se reconhecem como produtores, instala-se entre eles uma espécie de crise de identidade, que pode ser expressa pela indecisão sobre quais atividades executar, ou seja, para quais atividades mobilizar sua subjetividade no encontro com o real. Além de lidarem com essa crise, de escolher entre a atividade desejada (produtor) e a outra também necessária (entregador de cestas, atravessador etc.), os produtores lidam com o custo da contra-atividade ou da atividade impedida, definida por Clot (2006, 2010) e Falzon e Mollo, (2009) como o não realizado, o que não se pode fazer, ainda que houvesse conhecimento (saber-

fazer) para que ela fosse executada. Assim, por exemplo, o cansaço que os produtores sentem em decorrência das “novas” atividades que passaram a realizar no contexto da pandemia (entregador de cestas, embalador de mandioca) é consequência também da atividade impedida, isto é, de não poderem executar as atividades relacionadas à produção vegetal, que são aquelas nas quais se reconhecem e que efetivamente lhes dão prazer.

Para encerrar o debate sobre a relação dos sujeitos com a sua atividade, embora as discussões realizadas na esfera deste indicador tenham tomado como referência depoimentos formais (trechos das entrevistas) e informais apenas de produtores de Socorro, é importante mencionar que as considerações se estendem aos produtores de Sete Barras, conforme informações de conversas informais e registros de diário de campo. Inclusive, todo esse debate foi validado pelos produtores presentes nas duas etapas de validação realizadas em Sete Barras (executadas no bairro do Guapiruvu e na região central/COOPAFASB).

5.2.2. Lugar que ocupa no grupo: reconhecimento pelo outro

De acordo com o referencial teórico adotado, o reconhecimento se dá na perspectiva da hierarquia e dos pares. Em função da configuração da agricultura ecológica familiar, em que o produtor costuma trabalhar sozinho ou como empregador, a perspectiva dos pares ganhou relevância. Conforme discussão realizada, a avaliação dos pares baseia-se em noções de habilidade, inteligência, talento, originalidade e beleza, considerando-se a utilidade do trabalho a partir do real. Assume-se como *pares*, de modo geral, outros trabalhadores que conheçam a fundo o trabalho realizado e que, portanto, segundo Dejours e Abdoucheli (1993) e Dejours (2002), são os únicos capazes de avaliar integralmente o trabalho, com base na isonomia e na imparcialidade dos julgamentos. Na prática, foi essa a visão explicitamente colocada pela maioria dos produtores pesquisados.

No presente trabalho, o termo *pares* também é utilizado nas discussões acerca da agroecologia e, mais especificamente, sobre o modo de atuação dos SPG's. Na esfera dos sistemas participativos, *pares* diz respeito a produtores ecológicos, desconsiderando-se a ampla diversidade de modelos que compõem a grande categoria *orgânico*. Entretanto, no real do trabalho da agricultura ecológica, nota-se que pode haver diferenças consideráveis no trabalho realizado entre modelos ecológicos distintos. O trabalho realizado em um SAF, por exemplo, tem princípios e atividades distintas daquele realizado no modelo orgânico clássico. Além disso, nos territórios estudados, mas sobretudo em Sete Barras, os produtores transitam entre os diferentes modelos ecológicos – e mesmo entre o modelo convencional e o orgânico – com

certa frequência, como efeito do contexto a que estão submetidos. A pandemia de COVID-19, por exemplo, fez com que um número considerável de produtores orgânicos do município regressasse ao modelo convencional.

Desse modo, quando se leva em conta a definição de *pares*, há uma espécie de borramento de fronteira⁹⁹ entre os modelos ecológicos e, por vezes, até mesmo entre estes e o modelo convencional. Em outros termos, como dizer que um produtor que foi orgânico por anos e que agora retornou ao modelo convencional não conhece profundamente o trabalho realizado na agricultura ecológica? Outro ponto a se considerar é o fato de que muitos produtores ecológicos vieram do convencional e que, portanto, foram *pares* dos produtores convencionais durante longos períodos. Assim, parece natural que eles considerem e que sintam a influência, de algum modo, do julgamento dos seus ex-pares, ainda que estes não conheçam profundamente o trabalho realizado nos modelos ecológicos. Segundo essa perspectiva, surge a necessidade de se precisar noção de *pares*, com intuito de torná-la mais adequada para a realidade estudada e, por conseguinte, pertinente à discussão do reconhecimento na agricultura ecológica.

Dessa forma, pode-se pensar que há diferentes estratos de pares na agricultura ecológica, sendo os principais: a) quando o sujeito se tornou produtor no seio da agricultura ecológica seus pares mais influentes são outros produtores ecológicos e, por conseguinte, a influência do julgamento dos produtores convencionais é baixa. Entretanto, devido ao grande número de produtores convencionais em relação aos ecológicos, é provável que o não reconhecimento por parte dos convencionais ainda tenha algum grau de influência, quase sempre gerando constrangimentos aos produtores ecológicos; b) quando o produtor ecológico já foi convencional, seus pares prioritários serão os demais produtores ecológicos, mas os antigos produtores convencionais atuarão na dinâmica do reconhecimento como “quase-pares”. Neste caso, o peso do julgamento dos produtores convencionais ainda será forte e o grau de sua influência será determinado em função do tempo de conversão, sendo maior quanto menor for o tempo de transição para o ecológico; c) em alguns casos, poderá haver mais de uma transição ao longo do tempo (convencional-ecológico-convencional, por exemplo). Nesse cenário, há um borramento de fronteira ainda maior entre pares, “quase-pares” e não pares.

Com base na análise da realidade estudada, estabeleceu-se a seguinte categorização de pares: a) “*pares-diretos*”: ecológicos com mesmo tipo de manejo ou com manejos cujas

⁹⁹ Para essa discussão, ver noção de *modernidade líquida* em BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

diferenças não são significativas; b) “*pares-indiretos*”: ecológicos pertencentes a tipos de manejo significativamente distintos (orgânico clássico e agroflorestal diversificado, por exemplo); c) “*quase-pares*”: produtores convencionais que mantenham contato frequente e próximo com os produtores ecológicos (visitas às propriedades, cooperados na mesma cooperativa, vizinhos, contratados temporariamente etc.) e/ou produtores convencionais com passagem expressiva (quanto ao tempo de permanência) pela agricultura ecológica. Importante ressaltar que, independentemente do modelo de manejo, a identidade dos participantes como *produtor familiar* é o aspecto que os une.

Nos depoimentos a seguir, os produtores comentam sobre como têm percebido o processo de reconhecimento dos demais produtores com quem convivem de alguma forma (amigos, vizinhos, trabalhadores temporários em suas roças etc.).

Então, aqui em Socorro tem uma revenda e tem um engenheiro agrônomo que é o dono da revenda, agora. Ele trabalhou um pouco no CAT e quando eu comecei no orgânico, ele só **fazia chacota de mim**, mas eu não ligava pra ele, porque eu sei que ele era doido. Era meu amigo, mas não... ele falava “para com isso, rapaz! Isso é **coisa de bicho grilo!** Vai trabalhar lá junto com os primos seus, com os parentes seus, lá no bairro. Vai lá que você **ganha muito mais dinheiro**”. Talvez, se eu estivesse trabalhando igual eles, estivesse ganhando mais dinheiro. Mas, aí, eu falei assim “eu não, eu vou...”. Agora ele fala, ele tem um programa na rádio, no domingo, aí ele fala que agora ele **tira o chapéu pra mim**, que eu acreditei. (José – Socorro)

Para nós, realmente, os produtores, aqueles vizinhos, companheiros, “ah, não, isso aí **vocês vão perder**, esse **negócio não dá**.” Mas, hoje em dia, eu percebo que é diferente, o pessoal **já tem outros olhos**. (Daniel – Sete Barras)

Pela vizinhança sim, né? Porque na **vizinhança ninguém mexe com isso** [*produção de orgânicos*]. Então, “que **mulher louca** essa” e tal... **Aqui não**, né? Aqui não porque o tema a gente convive com ele e tal, mas na **vizinha**, na **comunidade**... até para pessoas que **trabalham comigo**. Às vezes, você chama a pessoa pra fazer tal coisa: “ah, faz tal coisa”. “Tem que **jogar um veneno** nessa vala aqui, senão você vai ficar a vida inteira limpando isso aqui”. (Mariana – Sete Barras)

Refletindo-se sobre o conjunto das falas, nota-se que, no início das trajetórias, praticamente todos os produtores ecológicos sofreram com o não reconhecimento dos pares (“quase-pares”, segundo categorização própria). Este não reconhecimento, com frequência, expressa-se por meio de chacotas, brincadeiras e da atribuição de apelidos (loucos, malucos e bicho grilo). Os produtores deixaram claro a recorrência desses julgamentos e de sua força nos contornos dados às relações entre eles. De modo geral, a persistência e a resiliência dos produtores foram fundamentais para reverter esse julgamento inicial, alcançar um julgamento mais justo, do ponto de vista da isonomia e da imparcialidade, e obter algum reconhecimento.

Quanto à Mariana, relata que em sua vizinhança, composta em sua maioria por produtores rurais, não ecológicos (“quase-pares”), ela não é reconhecida. Já na cooperativa, local em que a maioria dos frequentadores foi ou é produtor ecológico, seu trabalho tem

condições de receber um julgamento justo e ser reconhecido. Explicou, ainda, que há reconhecimento na cooperativa porque a agricultura ecológica já faz parte da rotina da cooperativa e é constantemente debatida entre os cooperados. Portanto, em sua história, o trabalho na agricultura ecológica praticamente só foi reconhecido inicialmente pelos “pares-diretos” e “indiretos”, ou seja, pelos produtores que também estão inseridos na agricultura ecológica. Apenas secundariamente passou a ser reconhecida pelos demais produtores, “quase-pares”.

Com base no conjunto dos depoimentos acima, pode-se dizer que o reconhecimento do trabalho na agricultura ecológica é um processo em construção, no decorrer do tempo e que, em geral, dependendo da categoria de pares, ele é marcado por momentos distintos. Quando o trabalho é julgado por “quase-pares”, há um momento inicial caracterizado pelo não reconhecimento e pela reafirmação do modelo convencional, que é externalizado por meio do assédio. O julgamento não se encontra pautado na equidade e tampouco diz respeito efetivamente ao trabalho realizado. Em um segundo momento, sensibilizados pela persistência e a resiliência dos produtores orgânicos, os “quase-pares” podem rever seu julgamento, pautando-o agora no trabalho realizado. A partir de então, os produtores ecológicos, dependendo do resultado deste novo julgamento, poderão receber algum reconhecimento. Quanto aos “pares-diretos” e aos “pares-indiretos”, por também serem produtores orgânicos, estão propensos a realizar o julgamento do trabalho de forma igualitária e imparcial e, de acordo com o resultado do julgamento, reconhecerem o trabalho dos colegas.

A seguir Pedro, produtor de Sete Barras, comenta como foi sua experiência de mudança de modelo de manejo e de como se sentiu em relação ao julgamento do trabalho pelos seus “pares-indiretos”.

Eu mudei do **convencional para o orgânico**, né... buscar cuidar, **ensacar banana**, fazer um cuidado especial. Coisa que a **maioria dos orgânicos não** tem essa preocupação, né? Faz uma limpeza e deixa o pé lá produzir, meio... Como eu disse, né? Se for para você se manter em uma propriedade sustentável, a ideia é essa, né, você se manter da propriedade, pagar suas contas e... **extrair da propriedade sem danificar ela**. Se for para... no pensamento correto, tenho que fazer algo diferente. Então, às vezes, eu achei...teve boato de “meu deus, **será que é orgânico mesmo?**”. Principalmente no início, eu cheguei, tratei da terra, foi feito análise, joguei um calcário. Plantei as mudas, joguei, orientado por um engenheiro, colocar cloro, o pessoal usa alguns produtos para matar broca... que é uma praga que ataca as bananas... como é uma terra nova, joguei um esterco, tudo certinho, a banana ficou *top* mesmo... Aí, teve alguns que falaram “**será que é orgânico, mesmo?**”.
(Pedro – Sete Barras)

Pedro atua na agricultura há cerca de 30 anos, mas somente há dois anos migrou do modelo convencional para o ecológico. Devido a sua longa jornada na agricultura convencional, ele adotou como seu novo modelo o orgânico “clássico” ou “orgânico quase convencional” –

denominação de Henrique, produtor de Socorro. Esse tipo de manejo ecológico pode ser caracterizado por manter a dependência da roça por insumos externos ao sistema, diferenciando-se do convencional basicamente por excluir o uso de adubos químicos e de agrotóxicos. Pedro, por exemplo, menciona que utiliza calcário, cloro, produtos para matar broca e esterco. O orgânico “clássico” está próximo do extremo ocupado pelo modelo convencional *no continuum* de modelos do IPES-FOOD (2016). Pedro revela que o julgamento do trabalho realizado por “pares-indiretos” também pode ser, ao menos inicialmente, marcado pela desconfiança (“será que é orgânico, mesmo?”), sobretudo quando o modelo ecológico adotado mantém traços do modelo convencional.

Para encerrar as discussões sobre o presente indicador, os próximos blocos de depoimentos apresentam as percepções que os sujeitos de cada território têm acerca do lugar que ocupam no grupo de produtores, isto é, dizem respeito a como os produtores pensam que seus pares os reconhecem. Por intermédio desse exercício reflexivo – em que os sujeitos vislumbram como são reconhecidos por seus pares, em uma espécie de diálogo interior dos sujeitos com eles próprios (ROGER, 2013) – abre-se a oportunidade de os produtores conceberem interpretações mais aprofundadas das relações de trabalho.

Esse cara trabalha!! [risos] (...). Ah, tem que sentir que **serve para alguma coisa!** [risos].
Útil, né?! (José – Socorro)

Eu acredito que um **ponto positivo** seja esse aí, não sei, faz **amizade fácil** com o pessoal, tenta **entender os outros, conversar** com todo mundo, **escutar** o ponto de vista da pessoa. Se puder, dá uma **palavra de conhecimento**, né, que graças a Deus a gente tem bastante conhecimento de muitas coisas porque a gente pesquisa, lê, tá sempre fazendo cursos, de outros setores também, não só de agricultura, no caso, então a gente tem um bom conhecimento. Tem muito que aprender na vida, mas tem muito conhecimento, de várias áreas, né? Eu acredito que dá pra gente **ajudar as outras pessoas** e, com isso, a gente já é **bem-visto**, porque as pessoas veem que a gente sempre tá **positivo**. (Roberto – Socorro)

Vão falar que eu sou **legal, brincalhão**, não tem... nunca briguei com ninguém aqui.
(Júnior – Socorro)

Pode-se perceber que os produtores de Socorro externalizaram percepções centradas, em sua maioria, em sentimentos relacionados ao campo das relações, amizade, positividade, ser bem-visto, ser legal e divertido. Possivelmente, a existência de um SPG organizado e um contexto socioeconômico mais estável – mercado para os produtos orgânicos minimamente estabelecido e estável, canais de comercialização consolidados etc. – propiciam a sensação de um ambiente mais sereno e harmônico, possibilitando que os sujeitos direcionem seus anseios para a esfera das relações. A exceção à regra foi José, que se referiu a uma qualidade relativa ao trabalho, a de suas ações serem úteis. Ele revela o desejo de poder contribuir com o coletivo

de trabalho e com a própria profissão, mas também de ser reconhecido como astuto, competente, habilidoso.

Diferentemente dos produtores de Socorro, os de Sete Barras centraram-se em questões relativas ao trabalho, conforme depoimentos seguintes.

Ah, **oportunista**, sei lá. Eu vi a oportunidade, entendeu? O resto é tudo orgânico, eu vi... por que eu estou no mercado de merenda há quantos anos? Desde 2010, está indo para 11 anos, né? A gente sabe a tendência, a tendência da merenda é orgânico, eu tenho certeza disso. Só que por causa da pandemia, parou. Eu ia fazer o que, continuar orgânico esperando quando voltasse a merenda? Minha produção ia para onde, onde eu ia vender minha banana? O **trabalhão que dá** passar Quiboa cacho por cacho, para essa banana ficar clara, um trabalho, Beto, só você vendo! Pegar a maquininha, molhar cacho por cacho, deixar um tempo, uns 5 minutos, mergulhar na bagaça, lavar. Ou eu faço isso ou eu não vendo a banana, e aí? **Não sei o que o pessoal acha**, não sei. Porque eu **não tinha o que fazer**, né? (Renato – Sete Barras)

Eles me veem como um **milionário excêntrico de São Paulo**, que eu **não sou**. [risos]. Eu acho que, às vezes, eu sinto as pessoas pensando que eu sou um cara que está **cheio da grana, tranquilão** da vida, fazendo o que gosta, só porque acha aquilo ali legal, tal... o que não é a realidade. **Tô batalhando muito** nesse caminho, não sou um cara que tenho um estofo financeiro gigantesco, para botar dentro de um sonho utópico absurdo. Eu preciso fazer isso aqui virar, se eu não fizer isso aqui virar eu **não consigo tocar a vida**. (Leandro – Sete Barras)

Mas acho, assim, **muito batalhadora**. Isso é fato, assim. Quem me vê, quem me conhece, **sou muito batalhadora**. (Cristina – Sete Barras)

Eu vou passar para você um comentário, um comentário de alguém que é amigo da gente, é convencional, mas é amigo da gente. A gente estava em uma conversa quando ele falou assim, acho que isso define bem, ele falou, “o **único que defende o meio ambiente** de verdade, é João”. Ele falou em relação a mim... tem o Otávio também, mas ele não falou. “Mas João faz de tudo para conservar o meio ambiente intacto, a ponto de **prejudicar**, talvez, seu **lado econômico**”. (...). Eu acho que, **embora as pessoas critiquem, no lado econômico**, né, mas... claro que todo mundo está vendo que está se construindo uma coisa bem melhor do que a sociedade está propondo, né? (João – Sete Barras)

O que eu ouço é que as **pessoas valorizam muito** o que nós já fizemos. Aliás, eu me orgulho do **respeito que as pessoas têm comigo**, com João, com as lideranças, não só comigo. As pessoas têm uma tendência de personalizar em mim, é porque eu sempre fui o mais brigador mesmo, né? Teve hora que eu tive que pôr o dedo na cara de todo mundo e falar “você não vão fazer?” (Otávio – Sete Barras)

De modo semelhante, Leandro e Renato se referem a atributos que negam possuir e utilizam suas vivências relativas ao trabalho para contraporem a visão que pensam que os colegas têm sobre eles. Renato se protege da crítica a seu “oportunismo” lembrando o contexto de dificuldades que a pandemia de COVID-19 trouxe para os produtores ecológicos de Sete Barras, quando forçou o fechando das escolas e, assim, suspendeu a principal via de comercialização na região. Ele opõe oportunismo à oportunidade, esclarecendo que apenas fez uma boa leitura das circunstâncias e buscou se adaptar a elas, optando por regressar a um modelo de manejo do qual não se orgulha e que, inclusive, demanda operações muito mais fatigantes do que na agricultura ecológica. Leandro, por sua vez, desmistifica a imagem que acredita que a comunidade tem dele – de alguém que está “cheio da grana, tranquilão” e que,

portanto, não necessitaria trabalhar –, resgatando sua história pessoal, de um jovem recém-formado e batalhador que aceitou o desafio de assumir uma propriedade em situação econômica delicada, para impedir que a família se desfizesse dela.

Como síntese, nota-se que tanto Renato quanto Leandro utilizam o enredo do trabalho árduo (“o trabalhão que dá”; “tô batalhando muito”) como modo de se contraporem à imagem que acreditam transmitir. Ao fazerem uso do trabalho como defesa, mostram que é justamente por ele que gostariam de serem reconhecidos.

Diferentemente de Renato e Leandro, os demais produtores de Sete Barras mencionam características positivas pelas quais consideram ser percebidos, estando seus depoimentos conectados entre si pelo sentimento de orgulho. Ou seja, enquanto, para Cristina, João e Otávio, a visão dos outros colabora para que o trabalho seja fonte de prazer, para Renato e Leandro a visão dos outros remete a sofrimento e enseja modo de defesa. Cristina, sente-se orgulhosa por ser reconhecida como batalhadora. João, tem orgulho de ser reconhecido como o “único que defende o meio ambiente de verdade”, a ponto de até se prejudicar economicamente. Por fim, Otávio orgulha-se do respeito que as pessoas têm por ele, pelo trabalho como líder ambiental e comunitário, ao mesmo tempo entende que isso dificulta ser reconhecido como um par. Além desse sentimento que os unifica, destaca-se o fato de os três produtores reportarem-se ao trabalho, sendo que João e Otávio trazem para o primeiro plano suas ações como ambientalistas e como lideranças locais.

Concluindo o debate sobre como os produtores de Sete Barras presumem serem reconhecidos pelos seus pares, sublinha-se que todos fizeram menção, de algum modo, a aspectos relacionados ao trabalho, reforçando a ideia de que a identidade dos sujeitos no campo social não é reconhecida diretamente, mas sim através do trabalho (AREOSA, 2019; BOYER, 2010; DEJOURS, 1999, 2000, 2002, 2004; GERNET; DEJOURS, 2011). Presume-se que a história de constituição do território de Sete Barras – marcada por uma longa disputa pela terra, bem como por um modo de conviver com ela – e o cenário atual da cidade – caracterizado por significativas carências estruturais e por uma concorrência acirrada entre os modelos ecológico e convencional – levaram os produtores a mencionarem questões relacionadas ao trabalho e à defesa de seus ideais, como forma de reafirmar suas identidades.

5.2.3. Mobilização de si para o trabalho: inteligência, saberes, experiências e engenhosidades

Mendes e Araújo (2012d, 2012e) concebem o trabalho como uma articulação entre o trabalhar e a mobilização subjetiva dos trabalhadores para o enfrentamento do real. Quando o trabalho dos sujeitos é julgado por seus pares como hábil, inteligente, talentoso, original etc., estes são convocados a mobilizar suas inteligências, saberes, experiências e engenhosidades para superar os desafios do confronto com o real do trabalho. Logo, de acordo com diversos autores (DANIELLOU, SIMARD; BOISSIÈRES, 2010; DEJOURS, 2000; HELOANI; LANCMAN, 2004), o reconhecimento torna-se fundamental para que o sujeito inicie o processo de mobilização subjetiva de sua inteligência e de sua personalidade no trabalho.

Quando a qualidade do trabalho e a mobilização subjetiva são reconhecidos como fundamentais para transpor os desafios do real, o sofrimento oriundo do trabalho é ressignificado em prazer e dignidade e, conforme Areosa (2019), Bendassolli e Soboll (2011), Dejours (2000), Gernet e Dejours (2011) e Soldera (2016), inaugura-se, assim, a possibilidade de os sujeitos se transformarem e se reconhecerem em si mesmos.

Os depoimentos a seguir, de Pedro e de Roberto, de Sete Barras e de Socorro, respectivamente, são representativos de como os produtores mobilizam suas subjetividades quando se defrontam com o real do trabalho.

Isso! Para **pesquisa**, eu **gosto bastante disso**. Os pés de banana lá... esses dias, foi me ajudar, tudo marcado, “o que é esses **números no pé de banana**, aqui em cima?”. Eu pego, às vezes, ando com um prego e chego e faço... porque no pé de banana o lugar que cicatriza fica a marca, como se fosse uma tatuagem, né? Eu chego, escrevo alguma coisa... “o que é isso aqui, 3P, aqui?”. “Ah, fui eu”, “mas o que que é?”, “ah, eu tirei 3 pencas, **queria ver como ficava**”. (Pedro – Sete Barras)

Tem que **observar... usar a prática**, né, para poder **ter uma orientação**... usar a **teoria** para ter uma **orientação na prática**, mas também tem que **ter conhecimento e prestar atenção** também, né? Porque **na prática, tem hora que não dá certo**, né? (Pedro – Sete Barras)

Por isso que você **vem mudando**. Até esse professor falou “ah, a turma tá fazendo assim, assim, assim, agora, tá sendo bom”. Ele falou, “se precisa mudar mais dez, **muda mais dez vezes**, ainda”. Até **chegar melhor ainda**. Então, não tem esse negócio **receita de bolo**, é assim que faz, não. Se você ficar assim, você vai morrer assim, porque você vai **ficar pra trás**. Porque não tem, tem coisa que muda e se você não **acompanhar as evoluções**, porque como a **gente não tem muitas armas**, você tem que trabalhar com uma maneira que areje mais, tenha menos quantidade de planta, pra prevenir a doença, população menor, ali. E ter mais, ter chance de visualizar antes de dar o problema. Quer dizer, o negócio está tão amontoado que quando você vê já tá perdido, é o câncer. Então, é um negócio que... tudo isso a gente vem **aprendendo e melhorando**, mas graças as dicas do pessoal, coisas que a gente vai vendo. (Roberto – Socorro)

Pedro conta que faz experimentos na roça, com intuito de testar “soluções” que os colegas utilizam como regras de trabalho, mas que, na maioria das vezes, são pautadas apenas em suposições. Segundo ele, há um pressuposto entre produtores de banana de que ao se retirar

o umbigo da bananeira (também conhecido como coração ou flor da bananeira) e a última penca do cacho, as demais bananas se desenvolvem melhor, ganhando mais massa em menor tempo. A partir desse pressuposto, que praticamente se tornou regra de trabalho entre os bananicultores, surgiram algumas derivações quanto ao número de pencas que se deve retirar (variando de uma a três pencas) para se obter resultados ainda melhores. Então, Pedro comenta, orgulhoso de si, que sendo curioso e desconfiado, realizou testes com as bananeiras, explorando as diferentes possibilidades¹⁰⁰ até chegar, comprovadamente, à melhor alternativa.

Independentemente do método utilizado e da veracidade dos resultados, destaca-se o engajamento de Pedro em mobilizar sua inteligência, seu saber-fazer e sua engenhosidade para ir além do que é dito entre os bananicultores da região, no sentido de criar um método de investigação que pudesse lhe dar respostas minimamente mais precisas quanto à validade das afirmações.

A fala de Roberto também se manteve em torno da mobilização da subjetividade dos produtores visando administrar a distância entre o prescrito e o real. Assim, Roberto contrapõe o trabalho prescrito, concebido por ele como receitas prontas a serem seguidas ao engajamento de sua subjetividade. Ele considera sua mobilização subjetiva como uma “arma” para criar soluções contra a estagnação. Refere-se ao desafio que enfrenta cotidianamente de “não ficar para trás” e “seguir aprendendo e melhorando”, no cultivo de tomate. Nessa perspectiva, desde que passou a se dedicar ao cultivo comercial de tomate, há aproximadamente cinco anos, sempre adotou um sistema de plantio modificado em relação às safras anteriores. Em sua última safra, por exemplo, aprimorou a organização da distribuição das ruas de tomate no interior das estufas, optando por um maior espaçamento entre elas. Ainda que o novo arranjo reduza o número de ruas no interior das estufas e, por conseguinte, o volume de produção, os objetivos da nova organização foram melhorar a circulação de ar e facilitar a movimentação do produtor. Desse modo, a queda no volume de produção é recompensada por um controle mais efetivo em relação às pragas e às doenças, que fora alcançado devido à maior circulação do produtor no interior das estufas.

Pedro também destaca a necessidade de se manter atento ao que observa no cotidiano de trabalho, fazendo uma reflexão acerca das relações entre teoria e prática. Em seu raciocínio, a prática é considerada para além de um modo de atuação, enquanto uma determinada forma de

¹⁰⁰ Primeiro testou um pé com umbigo e outro sem umbigo; três pés mantidos com umbigo, mas retirando-se uma, duas ou três pencas dos cachos. Conta, ainda, que todos os pés de bananeira foram submetidos às mesmas condições cruzando-se com outras variáveis que poderiam interferir nos resultados (idade das bananeiras, tipo de solo, exposição ao sol, número de folhas nos pés etc.). Segundo ele, a bananeira no qual se manteve o umbigo e se retirou duas pencas de banana foi o que alcançou melhor resultado.

organizar atos procedimentais. Considera que é possível produzir conhecimento por meio da prática ou, em seus termos, observá-la para “ter uma orientação” que possa ser útil em ações futuras. Trata-se, como argumenta Dejours (2007), de vivenciar o confronto com o real e, através de sua mobilização subjetiva, transformar-se, tornando-se mais hábil e capaz para se relacionar com os novos imprevistos que surgirão. Pedro também reconhece o valor do conhecimento teórico, afinal ele fornece “uma orientação” de como agir na prática ou no confronto com o real. Entretanto, conforme Dejours (2002), Mendes e Araújo (2012e) e Wisner (1994a), na relação entre o real e o conhecimento, o real está sempre à frente do conhecimento, no sentido de que ele está inevitavelmente ligado ao fracasso da técnica e que, assim sendo, representa um chamado à investigação. Desse modo, faz-se necessário trazer para o jogo o “conhecimento” da prática ou a inteligência da prática (DEJOURS, 2002), e manter-se aberto a novas transformações (“prestar atenção”), afinal “na prática, tem hora que não dá certo”, em outros termos, o trabalho prescrito nunca coincidirá com o trabalho real (AREOSA, 2019; BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011; BOUYER, 2010; DEJOURS, 2000, 2004; GERNET; DEJOURS, 2011; GIANNINI et al., 2019; SOBOLL, 2007).

O depoimento de Cristina, a seguir, mantém-se na esfera da discussão sobre a lacuna existente entre o trabalho prescrito e o real. No entanto, diferentemente de Pedro, que aparenta conviver bem com essa distinção vital, Cristina supervaloriza o prescrito.

Mas quando, assim, tem uma **responsabilidade maior**... e, assim, como eu falei, eu sou **muito centrada**. Então, se eu sei que tem aquela **responsabilidade** sobre as **minhas costas**, quem vai responder sou eu, eu **não quero que dê errado**, não quero levar bronca, **não quero ser chamada atenção**. Eu tento **fazer de tudo** para não ser chamada a atenção. Essa é uma das **coisas que eu mais odeio**, é ser chamada a atenção. (Cristina – Sete Barras)

Cristina falava dos conflitos familiares ligados ao fato de ser “muito centrada” e de como tentava fazer tudo o que era previsto/prescrito não ser repreendida por alguém que conheça ou avalie sua roça. Ela depreende que o reconhecimento de seu trabalho virá através do cumprimento da totalidade do prescrito. Como o trabalho prescrito nunca coincidirá com o trabalho real, idealizar o prescrito compromete o seu autorreconhecimento (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011). Com base em Soboll (2007), pode-se afirmar que a supervalorização do prescrito pode conduzi-la a perceber seu fracasso perante os procedimentos e a técnica como sua responsabilidade. Desse modo, Cristina admite estar disposta a “fazer de tudo” para que o que ela vê como fragilidade não seja nomeado. Essas questões, impactam seu autorreconhecimento, geram sofrimento e suscetibilizam o sentido do trabalho.

Encerrando as discussões sobre a mobilização da subjetividade dos produtores para o trabalho, os próximos depoimentos, de Otávio e de Valter, de Sete Barras, remetem ao conceito de sensibilidade intencional, de Dejours (2002).

Mas a **turma não liga muito**... um ou outro, mas se você vê, quem é **criterioso no uso de ferramenta** é o cara que tem **continuidade nas coisas da vida** dele. Se ele for criterioso para usar ferramenta, ele também é um cara criterioso na vida dele, isso faz parte da disciplina que o cara tem. Agora, o cara que joga a **ferramenta em qualquer lugar**, a ferramenta dele vive **enferrujada**, vive... aí já é **uma coisa que**... (Otávio – Sete Barras)

Você corta aqui... apara ali, para baixo daquela folha, aí... **calcula mais no olho**. Cortou as primeiras vezes, já tem **mais ou menos uma noção**. (Valter – Sete Barras)

Segundo afirma Dejours (2002), a sensibilidade intencional é resultado da atuação da astúcia na esfera do real, trazendo a inovação ao que é rotineiro, à tradição. Baseando-se na mobilização subjetiva, a astúcia familiariza o corpo do sujeito com os utensílios e processos do trabalho, desenvolvendo o que se denomina de sensibilidade intencional.

Ao se analisar a fala de Otávio, levando-se em conta também as conversas informais com o produtor e outras informações do diário de campo, considera-se que ele emprega o termo “criterioso” como uma síntese de vários atributos que julga importantes serem desenvolvidos pelos produtores, sendo eles: escolher a ferramenta adequada para a atividade que será executada, manipulá-la de modo a extrair dela o melhor desempenho possível e cuidar para prolongar sua funcionalidade e sua vida útil. Em síntese, ele espera que os sujeitos criem uma sintonia com a ferramenta, no mesmo sentido de familiarizá-la ou de integrá-la com o corpo, tornando-a praticamente sua extensão. Como produtor e líder comunitário, Otávio entende ser pertinente que todos os produtores se tornem capazes de mobilizar suas subjetividades no trabalho, de modo que possam desenvolver suas sensibilidades intencionais.

Enquanto Otávio reivindica o desenvolvimento da sensibilidade intencional, Valter se refere a um exemplo de como ela o auxilia em uma situação real de trabalho, mais especificamente, na etapa que os produtores chamam de “manutenção do corte” da pupunha. Nesta etapa, que consiste em limpar as hastes da pupunha e deixá-las no tamanho adequado (aproximadamente 70 cm), objetiva-se facilitar o transporte das hastes e aproveitar ao máximo as partes comercializáveis da planta (“coração”, “toletinho”). Assim, analisando-se a fala do produtor com base no referido conceito, depreende-se que ele mobiliza sua subjetividade para criar uma percepção a partir do seu olhar (“calcula mais no olho”). Por sua vez, com o decorrer do tempo, o produtor passa a ter “mais ou menos uma noção”, isto é, a percepção se transformará em conhecimento, em inteligência do corpo ou da prática, que familiariza o corpo

de Valter, de tal forma, com a etapa de manutenção da pupunha que ele a menciona como se fosse um processo extremamente trivial, o que não é verdadeiro.

Durante a realização da entrevista com Valter, ele mencionou um caso que ocorreu na região e que ajuda a compreender o conhecimento envolvido em uma atividade aparentemente corriqueira, como a de corte e a de manutenção do corte da pupunha. Ele narrou que um produtor do bairro contratou um rapaz, recém-chegado de São Paulo, capital, para cortar pupunha. O corte seria realizado em uma área da roça de difícil acesso e que, por isso, estava desassistida de manutenção, com mata densa e com pés de pupunha de grande porte (mais de 3 anos de cultivo), os quais poderiam ser utilizados como matriz (gerar mudas e sementes). O objetivo era justamente aproveitar os últimos pés de pupunha para comercialização, antes que também se tornassem matrizes. No dia combinado, o rapaz foi logo de manhã para o local e só regressou no final do dia. Quando o produtor local o encontrou, percebeu que ele havia deixado as hastas comercializáveis (com cerca de 70 cm) no mato e cortado muitas matrizes (com quase 1,5 metros de comprimento), entendendo que as plantas mais altas teriam partes comercializáveis maiores. Finalizando o caso, Valter contou que seu amigo quase infartou e que se podia ouvi-lo de longe, aos berros, dizendo: “você deixa o palmito no mato e traz o pé? Isso aí não presta, rapaz! Deixou o palmito lá no mato!”.

5.3. Processos de retribuição

Segundo o ponto de vista da psicodinâmica do reconhecimento, os sujeitos mobilizam sua subjetividade para cooperar e estão dispostos a aceitar os riscos por empregar a inteligência da prática em sua experiência com o real do trabalho, porque esperam ser retribuídos, material ou simbolicamente, por suas contribuições. Entende-se como retribuição material os salários, benefícios, gratificações etc. Quanto à retribuição simbólica, fica a cargo da dinâmica do reconhecimento. Segundo diversos autores (AREOSA, 2019; DANIELLOU, SIMARD; BOISSIÈRES, 2010; DEJOURS, 2000, 2007; HELOANI; LANCMAN, 2004, SZNELWAR; UCHIDA, 2004), o reconhecimento é a contribuição mais valiosa, uma vez que contribui de forma substancial com a constituição da identidade dos sujeitos e com o processo de mobilização da subjetividade no trabalho.

Na presente dimensão do reconhecimento, serão abordadas as principais discussões realizadas no âmbito dos *mecanismos objetivos de retribuição* e *mecanismos simbólicos de retribuição*.

5.3.1. Mecanismos objetivos de retribuição

Em relação aos mecanismos objetivos de retribuição (salários, benefícios etc.), os depoimentos a seguir apresentam um quadro do ponto de vista dos produtores de ambos os territórios.

Tanto que não larguei mão naquela hora, depois **parei mais pra frente**. Porque começou **problema financeiro** de novo. Porque é duro, né, você trabalhar dia a dia, agricultura não tem dia. Às vezes trabalha de domingo a domingo e chegar no final você ter que **arrumar dinheiro** de outro lugar pra pagar aquilo ali, porque a **lavoura não se pagou**. Você trabalhando ali..., mas você vai... **desencorajando você** a continuar o seu trabalho, né? (Henrique – Socorro)

Como adulto, fui [*estudar*] porque eu achava que **não queria** entrar nessa área, como profissão. Eu sabia da **dureza dessa área**, em relação à... **financeira**, principalmente, né? É uma área muito **dura financeiramente**, existem possibilidades, mas elas são muito duras. Então, também me assustava um pouco entrar nesse mundo da agricultura, onde é **tudo tão incerto**, em termos de... bom, da vida, né, em termos de ter **algum planejamento** na vida, **alguma certeza** na vida. (Leandro – Sete Barras)

Aqui na nossa cooperativa ainda é... eu nunca esqueço o Marcão falando, “nós somos **produtores de subsistência**”, não somos agricultura familiar, porque agricultura familiar, se não me engano, chega até R\$ 300.000,00 de renda, se não me engano. Nós não chegamos nem nos R\$ 50.000,00. (Daniel – Sete Barras)

A fala de Henrique ocorreu quando comentava sobre seus ciclos na agricultura. Ele contou que encerrou seu ciclo na agricultura convencional e um primeiro ciclo na agricultura ecológica em função de problemas financeiros, ligados a deficiências em seus mecanismos objetivos de retribuição. No decorrer da entrevista, ele comentou que notava um estado de falta de ânimo entre os produtores ecológicos da região. Em sua opinião, esse estado também pode ser atribuído aos problemas financeiros pelos quais passam, afinal os produtores trabalham de domingo a domingo e a retribuição material que alcançam, muitas vezes, não é suficiente nem mesmo para arcar com seus compromissos financeiros.

Quanto à fala de Leandro, pode-se dizer que é representativa do efeito que as deficiências nos mecanismos objetivos de retribuição podem causar na vida dos sujeitos. Conforme menciona, seu conhecimento prévio a respeito desse problema financeiro, no “mundo da agricultura”, levou-o a resistir a se tornar produtor rural. Ele renunciou por um período de sua vida a aderir à profissão em que hoje se reconhece e se realiza.

Naturalmente, o peso dos mecanismos objetivos de retribuição para os sujeitos decorre de suas particularidades, como seus valores pessoais, profissionais, culturais e éticos. Em vista de seu perfil, representante de uma perspectiva tecnológico-mercantil, ele valoriza questões mais objetivas e concretas (como a retribuição financeira), sente dificuldades em lidar com as incertezas e, conseqüentemente, necessita planejar suas ações ou ter “alguma certeza na vida”.

Daniel, por sua vez, mostra-se tão incomodado com as dificuldades que encontra em ser retribuído financeiramente de forma coerente que, apoiando-se na fala de um conhecido,

nomeia os pequenos agricultores de “produtores de subsistência”, no sentido de que a renda gerada é suficiente apenas subsistir. Como justificativa, ele menciona que há uma grande diferença entre os limites de receitas anuais utilizados para delimitar a categoria de agricultor familiar e o valor da receita que os produtores ecológicos de Sete Barras têm alcançado¹⁰¹.

5.3.2. Mecanismos simbólicos de retribuição

Quanto aos mecanismos simbólicos de retribuição (ser consultado, respeitado, convocado a mobilizar sua inteligência e competência no desenvolvimento das soluções), as falas elencadas abaixo, de produtores de Sete Barras e de Socorro, apresentam um panorama geral, sobressaindo-se a confiança como o valor de maior destaque para os produtores na esfera do reconhecimento. Em relação mais direta com a dinâmica do reconhecimento, a confiança é condição para dar visibilidade aos achados da inteligência da prática, revelar acordos tácitos, transgressões às normas (DEJOURS, 2002; MENDES; ARAÚJO, 2012a, 2012e)

Porque uma coisa que **foi melhorando**, tempo a tempo, hoje você vê que está **sendo mais valorizado**, né? Principalmente, pessoas que estão consumindo, estão aumentando... ah, tem um produto que é um pouco mais caro, mas você não está pensando **só no valor financeiro**. Você está pensando naquele que **está lá trabalhando**, cuidando da natureza, cuidando da água. Então, você está **dando valor**, não é para um item, que é o financeiro. **Qualidade de vida** sua, também, produto de qualidade. (José – Socorro)

Sim, sim, porque é um **gesto de confiança**. A partir do momento que a pessoa chega até você ela está **confiando em você**. Então, para mim, isso é **muito gratificante**. (Cristina – Sete Barras)

A gente sempre está imaginando o que as pessoas estão pensando do legado, né? É muito difícil, muito difícil, eu sei que as pessoas, enfim, eu não quero ser arrogante, mas hoje eu me sinto **orgulhoso** demais quando as **pessoas confiam em mim**. Eu acho que o **maior legado** que eu tenho hoje, que é conquista, é a **confiança** que as pessoas têm em mim. Tem uma **confiança** muito grande nas minhas propostas porque eu sempre fui sincero, então eu evito de ficar gerando expectativas, eu sempre tento ser sincero nisso. (Otávio – Sete Barras)

Os três produtores relatam sentirem-se reconhecidos pelo trabalho que executam. Como dito, a confiança foi o valor ou mecanismo simbólico de retribuição mais referido, sendo citado diretamente por Cristina e por Otávio, e indiretamente por José. Quando José diz que sente que os consumidores valorizam cada vez mais a agricultura ecológica e que compreendem que ela produz valores (preservação ambiental, qualidade de vida) e não apenas produtos, está subtendido que os consumidores confiam na qualidade do trabalho executado, a ponto de

¹⁰¹ O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, em meados de 2021, a elevação dos limites da Receita Bruta Agropecuária Anual (RBA) para a classificação dos produtores rurais. A partir de então, o limite a que Daniel se referiu, de pequeno agricultor, passou de até R\$ 415.000,00 para até R\$ 500.000,00, aumentando ainda mais as disparidades entre os limites definidos para a categoria “pequeno produtor” e a renda alcançada pelos produtores no território.

compreenderem que a decisão de compra de produtos orgânicos não deve ser guiada apenas pelo valor financeiro.

Em outras falas apresentadas anteriormente, em especial no item *lugar que ocupa no grupo: reconhecimento pelo outro*, há referências a dinâmicas de reconhecimento simbólico do trabalho. Por exemplo, quando os produtores destacam que o avaliador tem mais condições de avaliar quando pertence ao território – não apenas por conhecer o trabalho realizado, mas sobretudo por ser referência pelo trabalho que realiza – estão na esfera do reconhecimento simbólico. No município de Sete Barras, esse mecanismo simbólico de reconhecimento, relativo ao trabalho executado, ganhou destaque entre os produtores do Guapiruvu em relação a dois produtores do bairro, João e Otávio. Ambos foram citados, por Antônio, como referências centrais por serem pioneiros no manejo ecológico no bairro. Renato, que durante a pandemia de COVID-19 regressou ao modelo convencional, reconhece que se não fosse pelo trabalho inspirador do Otávio “não tinha nada disso” no bairro, referindo-se à grande concentração de produtores ecológicos no Guapiruvu. Renato atribui, ainda, o grau de organização da comunidade e a visibilidade que o Guapiruvu tem hoje na região do Vale do Ribeira ao trabalho do Otávio, tanto como referência de manejo ecológico como produtor quanto como líder comunitário e ativista ambiental. Nessa mesma direção, Valter, que também regressou ao convencional durante a pandemia, reconhece Otávio como referência, afirmando que constantemente recorre a ele para tirar dúvidas, atualizar-se a respeito de informações técnicas etc., afinal, “ele estudou bem também, tem a noção de como...”. Percebe-se, assim, que Otávio representa a figura de um estudioso, que detém o saber técnico, mas que não deixou de ser um deles. Assim, como um igual, um par, ele está sempre disponível para compartilhar seu conhecimento com os demais, estejam eles cultivando no manejo orgânico ou não.

Antes de encerrar, é importante ressaltar que ainda que o respeito pelo trabalho de João e de Otávio não tenha surgido explicitamente nas entrevistas com produtores que moram fora do Guapiruvu, as informações presentes no diário de campo (procedentes de conversas informais, participações em reuniões das cooperativas, visitas às propriedades) permitiram concluir que o respeito pelo trabalho de ambos é generalizado entre os produtores do município.

6. SENTIDO

Compreende-se o sentido do trabalho a partir da confrontação entre os objetivos determinados pela organização do trabalho e aqueles considerados relevantes pelos sujeitos (objetivos pessoais, materiais e imateriais). Trata-se, conforme define Clot (2006, 2010), de uma mediação entre sujeito e atividade, uma relação de valor entre a ação que se efetiva e os outros possíveis. De modo geral, segundo Viana e Machado (2011), os sujeitos atribuem sentido ao trabalho a partir das características das tarefas, da organização e de sua subjetividade.

Como constructo, o sentido foi conformado, pelas dimensões *valores pessoais e coletivos, relações sociais e coerência e equilíbrio*, sendo sua discussão orientada por essas dimensões e os indicadores que as compõem.

6.1. Valores pessoais e/ou coletivos

Concentram-se nessa dimensão as principais discussões que ocorreram na esfera dos indicadores *visão a respeito do trabalho, desenvolvimento dos sujeitos, trabalho moralmente aceitável e socialmente responsável, orgulho e identificação e sentimento de pertencimento coletivo*.

6.1.1. Visão a respeito do trabalho

As discussões sobre a *visão a respeito do trabalho* ganharam força entre os produtores de ambos os territórios. Um dos temas debatidos por eles foram as motivações que os levaram à agricultura ecológica, sendo as mais mencionadas os *interesses econômicos*, as *preocupações com a saúde* e o *vínculo com a natureza*.

Em relação aos *interesses econômicos*, Cláudio, Daniel e João, de Sete Barras, e Henrique, de Socorro, sentiram-se motivados a aderir à agricultura ecológica em função do preço de venda dos produtos. No caso de Henrique e de João, o estímulo financeiro surtiu efeito em um momento específico, no início de suas trajetórias como produtores ecológicos. Transcorrido algum tempo, ambos abandonaram o interesse econômico, passando a serem considerados pelos demais produtores de seus territórios como aqueles que têm a agricultura ecológica como filosofia de vida. No caso de Antônio, de Sete Barras, foi atraído pelo fato de os orgânicos terem uma parcela de sua demanda supostamente estável e assegurada, devido ao mercado institucional. Em vista das dificuldades que ele enfrentou como produtor ecológico, inclusive algumas adversidades econômicas, também reviu suas motivações econômicas

iniciais, flexibilizando-as. Por fim, Cláudio, como já mencionado em outras partes do texto, devido a dificuldades na comercialização, regressou ao modelo convencional, após aproximadamente cinco anos como produtor ecológico. Entretanto, sua prática atual, muito influenciada pelos amigos que ainda estão na agricultura ecológica, permite classificá-lo como um produtor convencional “quase-ecológico”.

Quanto às *preocupações com a saúde*, o argumento central dos produtores foi que trabalhar com agricultura ecológica é mais saudável, pois puderam deixar de utilizar agrotóxicos. Cristina, de Sete Barras, acrescenta que ela e sua família puderam acessar uma alimentação mais saudável, indicando reconhecer sua roça como fonte de saúde e não apenas como um negócio. Renato, de Sete Barras, acrescenta outras motivações, como preço mais atrativo dos orgânicos e ter uma rotina de trabalho mais tranquila, do ponto de vista da quantidade de atividades e do esforço físico necessário para executá-las. Pedro, de Sete Barras, enfatizou o bem-estar que o ecológico proporciona ao trabalhador, uma vez que pode executar suas atividades sem ter que se preocupar com a contaminação. Durante os cerca de 30 anos que trabalhou na agricultura convencional, Pedro sempre teve que conciliar o cumprimento de suas atividades de trabalho com essa pré-ocupação (CLOT; LEPLAT, 2005).

Com respeito ao *vínculo com a natureza*, trata-se de uma motivação citada diretamente apenas por produtores de Sete Barras, o que demonstra a força que as discussões acerca das questões ambientais têm no território. Importante relembrar que a temática ambiental faz parte da própria história de constituição do Guapiruvu, conforme relatado no caso de Sete Barras. Os produtores referiram que o contato com a natureza dá sentido de pertencimento e de vida (Mariana) e sensação de aconchego e de segurança (Luciana). Além disso, o convívio com a natureza possibilita que se realize desejos que estão no campo da utopia, do romantismo e das causas políticas (Otávio e Leandro).

O vínculo com a natureza foi fundamental para que Henrique alterasse sua perspectiva sobre a agricultura ecológica, como observa-se em seu depoimento.

Mas esse **contato com o meio ambiente**, olha, falar sinceramente, veio quando **comecei a trabalhar na ONG**. Daí que eu **comecei a perceber, andar...**, mas quer ver, o **contato com a natureza**, o contato **com a mata**, com a natureza, me aproximou, sem ter a faculdade, mas já entender como que **mata produzia tudo aqueles frutos bonitos** e aí essa ligação. (...). Mas, resumindo, o que me aproximou mais, depois de perceber a agricultura orgânica e a... foi o **contato com a mata**. (Henrique – Socorro)

Como mencionado, inicialmente Henrique buscou a agricultura ecológica em função de benefícios econômicos. Entretanto, o período que trabalhou como coletor de sementes em uma ONG da região o reaproximou da natureza levando-o a “perceber” a mata sob uma nova

perspectiva. A partir de então, seu relacionamento com a mata passou a ser menos funcional e mais afetiva, não mais se restringindo às atividades de passeio e/ou de exploração de recursos naturais. Desenvolveu, assim, uma relação pautada em emoções e sentimentos que, conforme definem Dejours (2000) e Soldera (2016), não se localizam necessariamente na esfera do pensar e que pode ser concebida como um estado do corpo, uma forma de vivenciar a relação do próprio corpo com o mundo. A partir da sua vivência com a natureza, Henrique estabeleceu uma vinculação capaz de levá-lo a repensar sua concepção da agricultura e da própria agricultura ecológica, a partir do momento que compreendeu que a “mata produzia tudo aqueles frutos bonitos” sem a interferência humana. Desse momento em diante, como relatou em outro instante da conversa, “começou essa interligação mais com o sentir da coisa”, em uma perspectiva de se permitir a experimentar a natureza de um modo mais íntimo e de se repensar enquanto sujeito, defrontando-se com os seguintes paradigmas: aquele que se vê em uma condição de superioridade e de independência em relação à natureza e aquele que se define a partir da integração com natureza.

Essa discussão posta por Henrique, em torno dos valores, aparece na fala de diversos produtores ecológicos, remetendo àqueles valores que eles buscam construir e/ou fortalecer por meio do trabalho na agricultura ecológica e que, portanto, são determinantes para a consecução do sentido do trabalho. Foram muitos os valores mencionados pelos produtores de ambos os territórios, dentre os que obtiveram maior destaque estão liberdade, autonomia, criatividade, dedicar-se ao que efetivamente gosta, vínculo com a natureza, proteção ambiental, modelo de vida mais simples (considerando-se consumo e renda), venda direta, harmonia e saúde (para si próprio e para o meio ambiente). Alguns desses valores foram apresentados em contraposição ao modelo convencional. Assim, por exemplo, na perspectiva dos produtores, o trabalho nos modelos ecológicos são fonte de liberdade, autonomia e criatividade, enquanto no modelo convencional o trabalho é marcado pelo tempo cronometrado do procedimental/prescrito, pela falta de autonomia diante dos processos de trabalho e por uma rotina monótona.

Para parcela significativa dos produtores, a decisão de se privilegiar um dado valor resulta em praticamente se abdicar de outro. Assim, pode-se dizer que há alguns dilemas de valores instaurados no seio da agricultura ecológica. Dentre esses dilemas, os mais mencionados foram: saúde versus remuneração financeira e concepção filosófica/política da agricultura ecológica versus concepção como negócio/meio de obter benefícios econômicos. As falas a seguir dizem respeito ao dilema de valor que se instaura entre saúde e remuneração.

Essa foi uma pergunta que me fizeram... se eu tivesse continuado no **convencional**, se não estaria em **melhor situação financeira**. Eu falei, talvez **estivesse melhor** ou talvez

já **tivesse morrido**. (...) Não, **financeiro não é o primeiro plano**, né? Mas você produzir um produto de qualidade, **garantia de saúde** para quem está consumindo, para a família, para todo mundo. (José – Socorro)

É isso, esse é um tipo de resumo dessa história, útil e belo. Útil e belo quer dizer, se eu estou trabalhando com comida, eu vou produzir uma **comida** que seja **nutricionalmente boa** para as pessoas, que **traga saúde** para as **pessoas** e que traga **saúde** para o **ambiente**. Isso, para mim, é **algo que faz sentido**. **Não faz sentido**, para mim, é **só visar o lucro e detonar a saúde e o ambiente**. Isso não faz sentido. Então, se eu estou produzindo comida, preciso produzir uma comida que as pessoas tenham saúde com essa comida e que o ambiente tenha saúde também, só isso... e saúde para mim. (Leandro – Sete Barras)

Percebe-se que José, produtor ecológico há cerca de 20 anos e que no início da sua trajetória na agricultura produziu de acordo com o modelo convencional, explicita duas contraposições que se relacionam e se complementam, sendo elas: saúde versus financeiro e agricultura ecológica versus agricultura convencional. Após sua experiência com ambos os modelos de manejo, José afirma que apenas o trabalho na agricultura ecológica é capaz de atuar como um operador de saúde, mas que, ao mesmo tempo que escolheu garantir a saúde, abdicou de melhorar suas condições financeiras.

Leandro discute a contraposição saúde e benefícios econômicos com base em um princípio que guia sua atuação na agricultura ecológica: produzir coisas úteis e belas. Em sua perspectiva, o sentido atribuído à associação entre utilidade e beleza é o de produzir alimentos capazes de gerar saúde para o meio ambiente e a sociedade. Nota-se que ele concebe a saúde a partir de um enfoque coletivo, que inclui o consumidor dos produtos nutricionalmente saudáveis, os sujeitos envolvidos no processo produtivo e o meio ambiente. Para Leandro, só será possível alcançar essa concepção coletiva de saúde quando os produtores forem capazes de romper com a lógica que visa o lucro acima de tudo. Em sua perspectiva, o resultado de seu trabalho não se limita a produzir um alimento saudável, mas também ser capaz de produzir novos significados, como o de “bem viver” – de acordo com a concepção ampliada de saúde, apresentada por Giordani, Bezerra e Anjos (2017).

Os próximos depoimentos representam o dilema relativo ao sentido que a agricultura ecológica adquire para os produtores, como uma filosofia de vida/posição política ou como negócio/meio de obter benefícios econômicos.

Porque acho que a agricultura orgânica, do jeito que a gente está aqui, eu, minha família, meu irmão, tal, a gente é por uma **opção de vida**. Eu mesmo, é por **opção de vida**, porque hoje a agricultura convencional, quem pensava em ganhar mais dinheiro, que era antes a agricultura orgânica, a **agricultura convencional** está **muito melhor estruturado**, melhor de vida, do que o agricultor orgânico. Tanto que isso aí é ruim, porque o agricultor **convencional nunca vai mudar** para a **agricultura orgânica**, se ele pensar no financeiro. Nós estamos porque **não pensamos no financeiro**. Quando o agricultor orgânico, meu vizinho aqui, plantador de tomate, vai mudar pra agricultura orgânica, do jeito que nós está? Nunca! Vai mudar se ele ver o trator zero na minha garagem, ver um carro, se ver... senão, não muda nunca. Porque o **pensamento dele é só monetário**, não

tá nem aí para a saúde dele, nem nada. Nós não, é outra coisa, tem um pensamento **coletivo**, de **qualidade de vida**, preocupação **com o ambiente**. (Henrique – Socorro)

Depois que você decide ser **agroecológico**, você **não volta mais** atrás, não volta. Porque se você fizer isso, que nem todos fazem dessa forma, realmente por **amor a natureza**, por **filosofia de vida**, você não volta atrás. Se você fizer por **interesse econômico**, “ah se eu produzir um produto orgânico eu vou ganhar 20% a mais, então eu vou produzir orgânico”. Esquece, que você vai desanimar. Porque é mais difícil. No início é muito mais difícil. Ainda está sendo muito mais difícil, tá? Mas aí é por **paixão**. Aí é pelo **amor a natureza**, aí é pela **filosofia de vida** que você quer ter. (Mariana – Sete Barras)

Henrique revela que para ele e sua família (pais e irmãos) a agricultura ecológica representa uma filosofia de vida, uma decisão política de pensar no coletivo, na qualidade de vida e no meio ambiente, em detrimento de pensar em aspectos econômicos. Para ele, o dilema de valor entre filosofia de vida e negócio é tão intenso e evidente entre os produtores que aqueles que atribuem um sentido apenas econômico as suas atividades, que “não tá nem aí para a saúde dele, nem nada”, jamais terão produtores ecológicos como referência e mudarão para a agricultura ecológica.

Como pano de fundo dessa discussão, pode-se pensar em olhares distintos para o binômio contribuição/retribuição. Produtores que assumem suas atividades na agricultura ecológica como filosofia de vida, priorizarão serem retribuídos simbolicamente por suas contribuições. Por outro lado, produtores que visualizam a agricultura apenas como um negócio, valorizarão processos de retribuição materiais (como salários).

Mariana apresenta uma visão semelhante a de Henrique, também mencionando a contraposição entre “filosofia de vida” e “interesse econômico”. Como um complemento a esse dilema de valor, ela aborda as transições dos produtores entre um modelo e outro de manejo. Em seu entendimento, produtores que priorizam interesses econômicos também podem se sentir atraídos pelo manejo ecológico, em decorrência do acréscimo no preço de venda dos produtos. Entretanto, como o trabalho nos manejos ecológicos, principalmente no início da transição, “é muito mais difícil”, apenas os que adotam os princípios da “paixão” e do “amor pela natureza”, os que têm a agricultura ecológica como filosofia de vida, permanecerão.

O cenário de restrições econômicas e sociais de Sete Barras contribui para que haja muitas transições de produtores entre os modelos de manejo. Entre os participantes da pesquisa, três haviam passado recentemente por transições entre manejos. Eles iniciaram suas trajetórias na agricultura convencional, mudaram para algum tipo de manejo ecológico e, após algum tempo, regressaram ao convencional. Dois desses produtores atribuem o retorno para o manejo convencional à redução brusca e acentuada da demanda de orgânicos na região, consequência direta da pandemia de COVID-19.

Os produtores falaram também da necessidade de valorizarem e de adotarem um modelo de vida mais simples e coerente com a realidade do campo.

Meu sonho é **ficar no Guapiruvu**... coisas para conquistar... não sei, formar o meu **bananal e viver aqui** no sítio, entendeu? **Não tenho muita coisa** mais para... terminar a casa, não sei. **Pouca coisa**, não tenho tanta... (...). Viver uma **vida mais humilde**, mais **simples**, né? Não adianta você viver... eu sei porque a correria do dia a dia, você pegar até R\$ 5, R\$ 10, R\$ 15 mil por mês, sei lá, só que você **não vai ter tempo para usufruir** do seu dinheiro. (Renato – Sete Barras)

Não, não! Sabe por quê? Porque uma grande coisa te deixa nesse estado é assim, o **compromisso das dívidas**, né? Porque o convencional... por que você está relatando isso aí? O **convencional**, ao mesmo tempo que ele te **dá um certo status**, te dá..., mas você sabe que se bobear você cai. Por exemplo, assim, eu digo sempre, você está com o bolso cheio de dinheiro, mas você tem consciência que aquele dinheiro que está no seu bolso não é seu. Aquilo ali só passa pelo seu bolso, “olha, olha meu companheiro, estou com o bolso cheio”, mas não é dele porque aquilo ali passa muito rápido, passa pelo seu bolso, mas **vai para as lojas, para as multinacionais, outras coisas**... O sistema da agroecologia, agroflorestal, não. O que produz é aquilo, ele dá menos, **produz menos**, mas o que produz é **suficiente para você viver**. (João – Sete Barras)

É, além da bolha daquele coletivo humano no qual você vive, existe uma bolha... não sei se seria bolha, pois é uma **bolha muito grande**, na qual a **humanidade está imersa**. Uma inércia muito grande dessa **felicidade baseada no consumo**. (...). A gente vive uma sociedade que muitas vezes... está muito míope, consegue ficar muito confusa em termos de **prioridades, compra coisas desnecessárias**, em momentos que às vezes nem tem a possibilidade de financiar aquela coisa e aí se complica financeiramente, enfim. (Leandro – Sete Barras)

É muito diferente, um **pequeno agricultor** entrar na **agrofloresta faz todo sentido**. Só que aí, o **pequeno agricultor não quer**, ele quer seguir o grande modelo, que é o modelo de você plantar coisas para vender. Ele não quer seguir um modelo, em grande parte, pelo menos que eu vi, dos agricultores aqui da região, eles seguem esse modelo, de plantar para vender e para comprar o que quer. Não, **plantar o que quer e plantar algumas coisas para vender**. Se você segue esse modelo, fica difícil, a vida fica difícil. (Leandro – Sete Barras)

Cada um ao seu estilo, Renato e João, ambos residentes no Guapiruvu, trouxeram elementos que ajudam a definir esse modelo de vida mais simples e a justificar o porquê adotá-lo. Renato fala em viver uma vida humilde, no bairro em que nasceu, cresceu e voltou a residir em 2008. Por seus anseios e pela preferência manifestada de aproveitar o vivido em detrimento de almejar maiores níveis de renda, observa-se que ele se orienta por um conjunto de valores ligados a questões sociais e à cultura local.

João traça um paralelo entre sua vida no SAF e como ela seria, ou foi, no sistema convencional, no início de sua longa jornada de quase 70 anos dedicados à agricultura. Para ele, há uma ligação clara e evidente entre o modelo de manejo que se adota e as possibilidades quanto ao modo de se viver, assim como também é notório o contraste entre os estilos de vida proporcionados pelos modelos. A opção pelo modelo convencional proporcionará uma vida aparentemente mais glamorosa, mas também apresentará maior número de restrições à autonomia e a liberdade, já que será necessário dedicar-se quase que exclusivamente ao

trabalho. Em contrapartida, o SAF produz em menor escala, gera uma renda menor e conduz a um modelo de vida mais simples. Por outro lado, trata-se de um sistema praticamente autossustentável, não há necessidade de se realizar altos investimentos, que tende a possibilitar ao produtor trabalhar menos e, ainda, desfrutar de mais autonomia e liberdade nos processos de trabalho.

Como pode-se notar, em sua primeira fala, Leandro faz sua crítica ao modelo de sociedade contemporânea, que atrelou o grau da felicidade das pessoas aos seus níveis de consumo. Segundo ele, esse modelo leva as pessoas a uma espécie de miopia, dado que elas perdem a capacidade tanto de discernir em relação as suas reais necessidades quanto de visualizar os efeitos futuros das escolhas do presente, isto é, dos níveis atuais de consumo. Leandro tem sua formação política-ambiental influenciada pelos debates realizadas no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92. Um dos debates centrais da Eco-92 foi justamente sobre a necessidade de a sociedade repensar seu modelo econômico, para construir um modelo econômico menos consumista e mais conveniente às preocupações ambientais.

Por último, Leandro acrescenta à ideia de vida mais simples a necessidade de se rever o próprio paradigma das roças, as transformando da concepção de “plantar para vender e para comprar o que quer” para um modelo de “plantar o que quer e plantar algumas coisas para vender”. Ele traz como uma característica essencial de um modelo de vida mais simples a ideia de autossuficiência ou de agricultura de subsistência. Por intermédio desse conceito, os produtores poderiam se tornar menos dependentes da renda que advém da comercialização, dado que boa parte do que eles necessitam para viver é produzido em suas próprias roças. Evidentemente, como a autossuficiência seria na alimentação e o nível de renda obtido com esse modelo seria menor, implicaria uma redução no consumo dos demais itens de vida (vestuário, eletrodomésticos etc.).

Para encerrar a discussão sobre um modelo de vida mais simples, embora não tenha sido mencionada durante as entrevistas dos produtores de Socorro, surgiram em conversas informais, além de ser validada por eles na etapa de validação dos dados.

As reflexões quanto à percepção dos produtores a respeito do trabalho em seus respectivos manejos ecológicos foi o último tema debatido na esfera do indicador *visão a respeito do trabalho*. Nos depoimentos a seguir, produtores de ambos os territórios apresentam algumas dessas percepções.

Ah, isso aqui é a **melhor coisa que tem**. Melhor coisa, você **lidar com o que você gosta**. Quando você trabalha com o que gosta, o trabalho flui melhor. Agora, quando você

trabalha por trabalhar, por ter que se sustentar, é outra coisa. O seu dia não está bom, nada flui, entendeu? Porque você não está trabalhando por gostar e sim porque tem que se manter. (Cristina – Sete Barras)

Durante o trabalho, você **trabalhar e se divertir**, né? O **trabalho seu deve ser um divertimento**. Fazer o que gosta, né? Por exemplo, eu, agora, estou mais, assim, correndo, por causa daquilo lá, que eu já falei para você, mas eu nunca fui, depois que sou agroecologista, **nunca fui de me matar no trabalho**. Eu trabalho, fico **observando os passarinhos**, tal, tal, tinha um tempinho para eu ir ali no barzinho, **bater um papo**, tomar uma... eu acho que, para mim, é isso. (João – Sete Barras)

O serviço da gente **deixa feliz**. O negócio que a turma fala, também, que você **trabalhando no que você gosta**, não é trabalhar. É tipo isso, por mais que o serviço seja pesado, tudo, mas é uma coisa que a gente **gosta tanto**. (Roberto – Socorro)

É, **liberdade**. É uma coisa que é sua, né? Você está ali mexendo... não precisa estar um **monte de gente** lá, sem atrito. (Luciana – Sete Barras)

Como é possível notar pela leitura dos depoimentos, os produtores fizeram menção ao trabalho como fonte de alegria e de prazer. Cristina contrapõe duas perspectivas sobre o trabalhar, o trabalho por fazer, experienciado em sua profissão anterior, e o trabalho como prazer, vivido na agricultura ecológica. O trabalho por fazer, que atende apenas a funcionalidade de “ter que se sustentar”, seria, conforme Bendassoli e Soboll (2011), Dejours (2004, 2012b) e Schwartz (2011b), a institucionalização econômica do trabalho. Já o trabalho como prazer, como argumentam Dejours (2004, 2007), Bendassoli e Soboll (2011), Mendes e Araújo (2012e), enquanto atividade simbólica e material, é capaz de transformar o eu, através da instituição dos laços sociais. Além do mais, possibilita que os sujeitos completem a si próprios, mediante as ressignificações pessoais e sociais (MENDES; ARAÚJO, 2012e),

João e Roberto também se referem ao trabalho como fonte de prazer. Para João, o prazer relaciona-se à autonomia de poder decidir não se “matar no trabalho” e à liberdade de poder trabalhar observando os pássaros ou mesmo de fazer uma pausa para “bater um papo” com os amigos. Para Roberto, gostar do trabalho compensa suas adversidades. Diz, ainda, que quando se trabalha com o que gosta, quando se tem prazer no trabalho, “não é trabalhar”.

Luciana, assim como João, destacou que aprecia a liberdade, um de seus valores centrais, além de gostar de trabalhar com um número reduzido de pessoas. A maior parte do tempo, Luciana trabalha sozinha na roça, raramente conta com o auxílio de seu esposo ou de seu filho, que é casado e tem outra profissão. No entanto, trabalhar sozinho não é trabalhar solitariamente. De acordo com Santos (2006), mesmo no perceptível isolamento dos sujeitos em suas atividades, sempre estarão em relação com seus interlocutores, por meio da tradição. O sujeito nunca é apenas um trabalhador, dado que sempre está inserido em um sistema de atividades pessoais, isto é, ele sempre traz consigo, em suas pré-ocupações, familiares, amigos, outras pessoas com quem tem algum tipo de contato no trabalho.

Outros produtores também fizeram algum tipo de menção ao trabalho como prazer. Leandro, por exemplo, se referiu ao seu trabalho como “um grande prazer”. Daniel identificou como um “lazer rentável”, na medida que proporciona prazer e diversão, bem como o retorno financeiro para se manter. Mariana também vê seu trabalho como prazer, “um ato de amor e de integração com a natureza”, sendo que essa integração proporciona aprendizagem. Ela fez questão de destacar, assim como Roberto, que o trabalho “na agroecologia” pode ser mais trabalhoso, mas recompensa por também ser “muito mais prazeroso”.

Ainda dentro do escopo da visão a respeito do trabalho, Roberto, a seguir, fala sobre o que considera um trabalho bem-feito na agricultura ecológica.

Imprevistos! Climáticos, faltou chuva, muita chuva, chuva de granizo, uma geada, um vento pode arrebentar a sua estufa, uma coisa que você não está prevendo. Fora as pragas, doenças que podem aparecer, que também você está sujeito a **qualquer coisa, em qualquer momento**. Coisas, assim, que é **desafio em todo momento**. Então, você tem que ficar **atento e ter a sensibilidade** de enxergar o momento exato de fazer, porque senão, às vezes, passa o tempo. Tem que ser **sensível** a aquilo ali. Observar, falar “opa, é agora que tem que fazer”, se não saber observar, você olha aqui, não tem nada, mas embaixo tem [*manipulando a folha de uma planta que estava em um vaso, ao seu lado*]. Está te **avisando** de alguma coisa que... então, você tem que estar **sempre observando**.
(Roberto – Socorro)

Para Roberto, o trabalho bem-feito é aquele capaz de responder aos muitos desafios e imprevistos do real do trabalho na agricultura ecológica, tendo como base atributos como criatividade e inovação, mas principalmente o desenvolvimento de uma sensibilidade que seja capaz de integrar o produtor à natureza. Concebe o sujeito rural em condição de compreender os recados que a natureza emite, para estar apto para agir “no momento exato”, de modo a obter a melhor solução.

Analisando-se o depoimento do produtor, percebe-se nítidas referências aos conceitos de astúcia e de sensibilidade intencional. De acordo com diversos autores (BOUYER, 2010; DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993; DEJOURS, 2000, 2002; NUSSHOLD; BAUDIN; CELIO, 2020), na esfera do real, a astúcia – um tipo de inovação que se relaciona à inteligência da prática – é a responsável por trazer o novo ao estabelecido (rotina, tradição e modos operatórios). Desse modo, por meio de transgressões às prescrições, ela permite aos sujeitos distanciarem-se das normas – sem, no entanto, renunciar a elas – com o intuito de cumprir os objetivos da ação, do modo mais eficaz possível. Em relação à mobilização subjetiva, a astúcia familiariza o corpo do sujeito com o processo de trabalho, produzindo uma sensibilidade intencional, apta a prever eventualidades. A sensibilidade intencional é justamente a identificada por Roberto como capaz de integrar o produtor à natureza, habilitando-o a “enxergar o momento exato” para agir.

Como síntese das discussões realizadas no âmbito desse indicador, observa-se que entre os produtores predominaram depoimentos que relacionam o trabalho com os sentimentos de prazer e realização. Desse modo, o trabalho na agricultura ecológica é visto como expressão de liberdade, autonomia e criatividade, como oportunidade tanto para se dedicar ao que efetivamente se gosta quanto de se (re)vincular à natureza, através de um modelo de vida mais simples, do ponto de vista do consumo e da renda, capaz de proporcionar saúde, em harmonia consigo e com o meio ambiente.

6.1.2. Trabalho moralmente aceitável e socialmente responsável

No âmbito do presente indicador, pertencente à dimensão *valores pessoais*, do constructo *sentido*, concentram-se as discussões acerca dos valores que se relacionam ao caráter moral e à responsabilidade social do trabalho. O debate realizado se concentrará em três eixos, identificados a partir das entrevistas com os produtores: visão crítica quanto ao uso intensivo de agrotóxicos na agricultura convencional; defesa de uma alimentação saudável; defesa de modelos ecológicos mais compromissados com os princípios da éticos, sociais e culturais da agroecologia.

As falas a seguir são ilustrativas do ponto de vista dos produtores acerca do uso intensivo e, muitas vezes, irresponsável, de agrotóxicos no modelo convencional.

E hoje tem uns **venenos fortes**, aí, que o pessoal está jogando no cacho que é **muito perigoso**, né? Eu não jogo, no meu, faz muito tempo. A minha banana nanica, lá, eu só jogo veneno no óleo, para a folha. Mas eu não jogo veneno para a broca, não jogo nada, não. Porque eu **não gosto de mexer com veneno forte**, porque eu sei que estou **me prejudicando** e tô **prejudicando outra...**, entendeu? Às vezes, tem gente que fala “oh, esse veneno aqui é bom para fazer crescer a fruta, não sei o que”. Eu falo, “olha, até que o meu estiver vendendo desse jeito aí, está indo”. A gente tem que **ter consciência**, né? (Antônio – Sete Barras)

Então, por mais que a gente **se preocupasse com isso**, estava usando uma química, um fungicida, pesticida, no produto e por mais que “ah, não, segui o tempo de intervalo correto”, você sabe que tem resíduo, resíduo que foi para a terra. Sabe que tem hora que dá uma chuva, aquele resíduo vai cair ali, pegar um “valo”, cair no rio, do rio vai para a cidade. O pessoal vai tomar a água, porque a água é tratada, mas a Sabesp não tem um produto que tira a química, tira sujeira, algumas coisas assim, bactéria, mas não tem como tirar totalmente. Eu, **toda vida, me preocupei** com isso, né? (Pedro – Sete Barras)

Se eu começar a usar algum **produto que não serve pra gente...** você acha que eu vou colocar algum produto na planta que eu... não? Tenho coragem? Quanta gente faz isso? Morango, por exemplo, morango usa muito agrotóxico. Agora, o pessoal está **colhendo morango**, outro está **aplicando junto**, no mesmo tempo. Aí, a pessoa que vai comer aquele morango está **comendo veneno**. E você acha que eu tenho coragem? Isso eu escutei um produtor falando, que ele fazia um canteirinho de morango **pra família**, para o consumo da família, o **resto** ele mandava para **o comércio**. Que **consciência** que tem essa pessoa? (José – Socorro)

Antônio e Pedro tem em comum a experiência de lidar com as contradições entre os modelos de manejo orgânico e convencional, bem como entre seus desejos e suas

possibilidades. Pedro compatibilizou desejos e possibilidades, convertendo-se em ecológico há dois anos. Recordar-se do período que foi produtor convencional com alívio, por não contaminar mais o meio e as pessoas, e uma parcela de arrependimento, por ter levado muito tempo se organizando para fazer a transição para o manejo ecológico.

Antônio, guiado pela dificuldade de comercialização de orgânicos em Sete Barras e pelas necessidades financeiras, ainda convive com o modelo paradoxal de roça, cindida entre um lado ecológico e outro convencional. Para dar conta de se dividir entre os dois modelos que utiliza, ele se tornou um produtor “quase-ecológico” no modelo convencional, fazendo uso de produtos químicos mais brandos, aplicados em pequena proporção e no maior intervalo de tempo possível. Ele critica o uso de “venenos fortes” por seus colegas produtores convencionais, contrapondo a sua produção com “consciência”, responsabilidade social.

As contradições expressas pelos produtores podem, a depender da solução ou ausência dela, implicar crise de reconhecimento e de identidade, por não se reconhecerem em suas atividades ou não serem reconhecidos pelos pares. Quando o trabalho não é reconhecido, o sofrimento diante do confronto com o real é vivenciado apenas como dor e, por conseguinte, o trabalho perde sentido. A perda de sentido ocorre, segundo Clot (2006, 2010), quando os objetivos da atividade e dos sujeitos estão desvinculados. No limite, se dá o sofrimento ético (Dejours, 2000; Soboll, 2007), em função do desrespeito dos próprios valores. De acordo com Medina (2018), trabalhadores que sofrem eticamente sentem-se constantemente inseguros, fragilizam suas identidades profissionais coletivas e fortalecem suas individualidades, tornando-se cada vez mais isolados e frágeis socialmente.

Quanto ao depoimento de José, de Socorro, é marcado pela denúncia da irresponsabilidade de alguns produtores convencionais, por fazerem com que seus consumidores estejam, literalmente, “comendo veneno”. Ele tem também a preocupação de reafirmar a confiança na palavra dos produtores ecológicos, que, assim como ele, possuem a responsabilidade social e moral de produzir produtos saudáveis para toda a sociedade e não apenas para si e seus familiares, o que ouviu de um colega produtor convencional.

As falas a seguir, de Pedro e de Henrique, produtores de Sete Barras e de Socorro, respectivamente, são representativas da preocupação com manter e defender uma alimentação saudável para a sociedade.

Desde 2011, nós entregamos para merenda da prefeitura de Sete Barras. Dez anos, entregando para prefeitura, aqui. O ano retrasado, eu comecei a produzir alguma coisinha, entreguei muito pouca coisa do **orgânico**, mas vendendo como convencional, mais para tipo assim **“as crianças estão consumindo algo natural”**. Porque também não tem interesse da prefeitura. (...). Agora, **orgânico**, tendo essa possibilidade, meu Deus, a hora que eu conseguir mesmo **entregar produto orgânico para as escolas...** as crianças

comendo, né, banana, alface, pepino, abobrinha, né? Vai ser **muito bom!** (Pedro – Sete Barras)

Estamos atendendo, que nem ela fala “estamos ganhando **muito dinheiro?** Não tá, mas...”. Porque se a gente for por uma margem de lucro aí... é que a gente **não quer,** né. Que nem o mercado põe, né? Não sei nem quanto que é a margem deles. A margem é boa pra atender, a gente está fazendo pra **tocar o negócio** e ir atendendo o cliente, né? Continuando o trabalho, acho que não estamos fugindo daquilo que **é o pensamento,** levar uma **comida saudável** pro consumidor, que naquele momento requereu e ninguém tomou iniciativa. (Henrique – Socorro)

Através da contraposição entre retribuição financeira e a *defesa da alimentação saudável*, Pedro e Henrique ratificam que a saúde e o bem-estar das pessoas são prioridades, em relação às metas econômicas. Pedro critica a prefeitura do município, que, segundo sua experiência, não tem interesse em ampliar a quantidade de produtos orgânicos no cardápio da merenda escolar. Durante conversa informal, relatou que alguns produtores orgânicos do município se organizaram, com auxílio de uma das cooperativas, para iniciar um diálogo com a prefeitura, mas a negociação não evoluiu por falta de vontade política. Descreve as barreiras para levar alimentos saudáveis para as pessoas, a exemplo de receber, pelos produtos orgânicos, que leva para as escolas, o valor de produtos convencionais.

Henrique também enfrenta dificuldade para levar uma comida saudável ao consumidor. Em outro momento, referiu-se a diversas dificuldades logísticas que ele e sua sócia superam cotidianamente para a entrega das cestas. Dentre essas dificuldades, cita: o desafio de traçar uma rota lógica entre todos os pontos de entregas, espalhados pela região de Socorro, a fim de minimizar o tempo e o gasto de combustível dos dois carros utilizados na operação; a falta de espaço adequado para armazenar os produtos e compor as cestas. Alguns cômodos de sua casa eram os espaços utilizados para essas operações; o desafio financeiro para garantir um preço justo; além de se ver forçado a mobilizar sua subjetividade para suportar distanciar-se de sua identidade de produtor, mesmo que por tempo determinado, convertendo-se em “atravessador”.

No que tange ao debate sobre a *defesa de modelos ecológicos mais comprometidos com os princípios da agroecologia*, os principais temas suscitados pelos produtores foram: a urgência em se considerar o futuro e a necessidade de a contribuição dos modelos ecológicos para a sociedade ir além da entrega de produtos livres de agrotóxicos.

Por que os caras fazem esse plástico? Mesmo na nossa cozinha, hoje, o óleo vem no plástico, tudo é no plástico. E aí, o que nós fazemos com isso? Vai para um aterro lá, não sei, mas e aí, até quando? Então, é isso que **a gente tem que pensar, no futuro.** É que ninguém pensa lá no futuro, mas nós, a **agroecologia pensa no futuro.** Se eu quebrar esse copo, eu quebrei, aonde ele vai? Vai para o lixão. Quanto tempo vai demorar esse lixo, lá? 10.000 anos, me parece. Então, são coisas assim que a **população prefere não pensar,** “ah, melhor não pensar nisso”. (João – Sete Barras)

Vamos supor que você quisesse ir para o campo para sobreviver, você teria que comprar terra, **terra hoje está cara.** Então, o que a gente está sofrendo aqui, na nossa região. A gente tem um pedacinho pequenininho de terra aqui, mas se tivesse gente querendo

trabalhar, **eu tenho terra pra trabalhar**, pra uma família, eu mais, pra sobreviver, aí. A fim de plantar, em um pedacinho desse, **imagina quem tem mais terra?** Por quê? A carência nossa é mão de obra, ninguém mais quer trabalhar. Então, acho que essa parceria **futuramente vai ter que ter**. Essas pessoas que estão na cidade, ao contrário, teve o êxodo que foi embora para a cidade. Agora, quem tá na cidade e quer voltar para o campo para plantar ou quem nunca plantou na vida e quer aprender, voltar, tem que **dar essa oportunidade**. Chegar **mais perto, sentir, perceber**. (Henrique – Socorro)

João coloca em evidência a necessidade de a sociedade contemporânea pensar no futuro como um senso de responsabilidade social, moral e ambiental. Ele fala de uma perspectiva agroecológica, interconectada com o todo, especialmente que pensa o processo produção-consumo. Em outro ponto da entrevista, refere que os modelos ecológicos têm como propósito trazer equilíbrio para as relações entre os humanos entre si e com a natureza. Por isso, concebemos como uma “questão de sobrevivência”, além de criarem a possibilidade para “você ser uma pessoa justa com a outra, não ser desleal”.

Henrique, por sua vez, em harmonia com seu atual momento na agricultura ecológica, mais maduro, critica o que ele chama de “agricultura homeopática”. Segundo ele, os produtores limitam-se a substituir produtos proibidos pelos permitidos, sem uma discussão mais aprofundada quanto aos efeitos dos produtos que utilizam e, até mesmo, em relação aos princípios que fundamentam os modelos ecológicos. Para ele, na perspectiva agroecológica, o sentido do trabalho envolve também a responsabilidade social e moral de repensar a questão do direito à terra e ao trabalho. Em resumo, o objetivo dos modelos ecológicos é garantir um trabalho que realize o trabalhador, gere renda e contribua para o bem-estar coletivo.

Por último, também na perspectiva de responsabilidade social, em conversas informais, Otávio que seu maior objetivo é contribuir com a educação ambiental da sociedade, por meio de um modelo de manejo que seja viável economicamente e capaz de promover a preservação da fauna e da flora. Logo, percebe-se a intensidade que os valores ambientais possuem para a conformação do sentido de seu trabalho.

6.1.3. Orgulho e identificação

Os depoimentos que remetem a sentimentos de orgulho e identificação ocorrerem especialmente em Sete Barras, sendo referido por apenas um produtor em Socorro.

É eu **queria estar no orgânico**, assim. A gente vai trabalhar, pode estar quente do jeito que for, pode olhar... igual o de Otávio, aí. Pode estar quente do jeito que for, ele está lá, está a mesma coisa que estiver em uma casa com ar-condicionado, **muito bom, muito bom!** (Cláudio – Sete Barras)

Então, Beto, o **orgânico** é muito importante, né? Eu mesmo **optaria pelo orgânico**, mas o problema é o **mercado do orgânico**, no momento, né? Porque o convencional você consegue... (...). Ah, eu... mesmo que o **retorno fosse menos**, né, Beto. Mas tivesse a demanda, se falasse assim “olha eu tenho 50, 30 caixas de orgânico”. Opa, aí... (Antônio – Sete Barras)

A causa, né cara!? A causa como um todo, não é só o trabalho de ir ali, colher a banana e tal, mas eu fico **contemplando**, né? Se eu olho um cacho de banana bonito, sem produto químico, sem nada, só com a força da... da... A gente chama, essa coisa da provocação, a natureza, em si, que todo mundo chama de Deus, quando você vai colher um cacho de banana, aquela baita banana bonita, aquilo ali já te contempla. É **o tipo de trabalho que contempla**, você vai andar dentro das trilhas, do SAF, você vê a diversidade, a vida pulsando, isso aí contempla, né? Aliás, a decisão, a escolha minha pelo sistema agroflorestal, foi a **melhor escolha do mundo**. Beto, uma coisa, toda noite... não sei se você faz isso, a hora que você vai deitar e vai fechar o olho para dormir e fala assim “nossa, quanto eu estou contemplado pela vida!”. Ou na hora de tomar banho, você vai ali, tá ali embaixo do chuveiro, tranquilo, e fala “nossa, quanto a vida me contemplou!” Então, **não tem coisa melhor**, é o trabalho que contempla você. (...). Eu estou **totalmente contemplado** e foi minha **experiência**, minha **experiência de vida**, que fez eu **mudar**. (Otávio – Sete Barras)

Através dos depoimentos, observa-se que mesmo Cláudio e Antônio, que tiveram algum tipo de dificuldade com os manejos ecológicos, identificam-se com esse tipo de manejo. No caso de Cláudio, fala do desejo de voltar a produzir orgânico, justificando até pela lógica do bem-estar que proporciona ao trabalhador, a exemplo do SAF de Otávio, que mantém em seu interior a temperatura mais amena em relação ao ambiente externo. Antônio defende a relevância e afirma estar disposto a se dedicar exclusivamente ao manejo ecológico, desde que haja demanda. Embora se identifique com a agricultura ecológica, o manejo convencional é posto por ele como condição, não como escolha, para viver/sobreviver, o que de seu ponto de vista não tem sido garantido pelo manejo ecológico.

Já a fala de Otávio é representativa de como os produtores de Sete Barras, dedicados exclusivamente a algum tipo de manejo ecológico, sentem-se em relação a seu trabalho. Por meio de expressões como “tipo de trabalho que contempla” e “melhor escolha do mundo”, bem como pelo fato de descrever o seu trabalho como aquele que faz sentido, nota-se que o produtor transborda sentimentos de orgulho e de identificação. Pertinente destacar que Otávio menciona ter sido sua “experiência de vida” que o levou do manejo convencional ao ecológico. A partir do momento que o trabalho no manejo convencional perdeu sentido, ou seja, seus objetivos pessoais tornaram-se não condizentes com os da ação sua vivência passou a ser de sofrimento. Ao se mobilizar para superar o sofrimento e as dificuldades em um trabalho que já não fazia sentido, transformou-se a si mesmo, constituindo e/ou modificando laços sociais e sua subjetividade (Dejours, 2007; Bendassolli e Soboll, 2011).

Condensando o debate sobre o presente indicador, tem-se que os sentimentos de orgulho e de identificação são muito presentes entre os produtores de Sete Barras. Até mesmo produtores que não cultivam mais através dos manejos ecológicos manifestaram identificação e desejo de regressarem a eles. Em relação aos produtores que cultivam segundo o manejo convencional, pode-se dizer que eles tiveram seu sentido de orgulho mediado pela perspectiva

econômica, uma vez que, majoritariamente, foram as restrições econômicas que os afastaram dos manejos ecológicos.

6.1.4. Sentimento de pertencimento coletivo

Com relação ao presente indicador, apesar de os territórios estudados apresentarem características sociais significativamente distintas – organização social, acesso à renda e à informação, potencial de compra, localização em relação a grandes centros consumidores etc. – percebeu-se que um número representativo de produtores, de ambos os municípios, fizeram menção ao sentimento de pertencimento coletivo, à experiência de viver uma história conjunta e compartilhar em um coletivo de trabalho (ARAÚJO et al., 2018; DEJOURS, 2004, 2007; GIANNINI et al., 2019). Os depoimentos abaixo são representativos do modo como os produtores experienciam o pertencimento coletivo.

Oh, eu acho que representa isso aí, essa **questão dos grupos**, tudo no **mesmo pensamento**, trabalhar **na mesma ideia**, né? Na **união** que tem, por mais que é **limitada** porque todo mundo tem os seus compromissos, mas perceber que ali é **só pra somar**, né? (Roberto – Socorro)

É, até mesmo, você trabalha na OCS, você trabalha **respeitando também o seu companheiro**, né? Porque cada coisa que você vá fazer que saia do princípio orgânico, você sabe que já vai estar **ferindo seus companheiros** que têm a **mesma ideia** sua, que estão te **apoiando**, que estão **assinando um papel em branco** para você. (Pedro – Sete Barras)

O senso de pertencimento coletivo surgiu nas falas de ambos os produtores quando eles discorriam sobre questões referentes à garantia participativa, o SPG, no caso do Roberto, e a OCS, no caso de Pedro. Tal observação é relevante para os objetivos da presente pesquisa, dado que é um indicativo de que as instâncias vivas da certificação participativa têm colaborado, por intermédio de seus princípios constitutivos (confiança, participação, horizontalidade, transparência, diálogo de saberes e equidade de gênero e de geração), para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento coletivo entre os produtores ecológicos.

Segundo afirmam Caroly e Barcellini (2016), uma das características essenciais para a conformação de coletivos de trabalho é a de seus membros possuírem objetivos comuns, como a responsabilidade de executar um trabalho de qualidade. Em vista dessa característica dos coletivos de trabalho, quando Roberto utiliza as expressões “tudo no mesmo pensamento”, “trabalhar na mesma ideia” e “na união que tem” e quando Pedro diz que “seus companheiros que têm a mesma ideia sua”, eles fazem menção ao compartilhamento de objetivos entre os membros de seus respectivos coletivos. Outros aspectos mencionados pelos produtores e que se relacionam ao sentimento de pertencimento coletivo foram: cooperação, respeito, compartilhamento de responsabilidades e confiança.

Em vista da representatividade da discussão relacionada ao sentimento de pertencimento coletivo entre os produtores de ambos os territórios, pode-se concluir que o coletivo conforma um destacado valor para a esfera dos manejos ecológicos. Nesse sentido, dois produtores consideram haver uma falta de senso de coletividade, fomentada pela crescente competição entre eles, como pode-se observar nos depoimentos a seguir.

Porque, naquela época, havia uma coisa que hoje não tem mais. Havia aquela coisa do **compadre e da comadre**, aquela coisa bem familiar. Então, **ninguém é tão estranho**, todo mundo é compadre, é comadre, é isso, é aquilo. Aquela coisa próxima um do outro, “oh, o compadre está lá com a roça toda no mato, vamos ajudar o compadre!”, sabe? Era uma coisa bem mais de **companheirismo**, né? Hoje não, hoje já **existe uma competição entre nós** mesmos, né? “Não, eu quero fazer meu bananal melhor do que o do Beto”, o Beto, “ah, eu tenho que fazer melhor do que o João, senão eu fico para trás”. É uma **disputa**, na verdade, se todo mundo estragar e eu ficar com o meu bananal sozinho, eu fico dando risada. Eu tô falando, não que eu pense assim, mas, na verdade, a realidade do mundo hoje é assim. (João – Sete Barras)

Melhorar isso aí, tudo. Por exemplo, se eu **descubro uma coisa boa** a se fazer. Por exemplo, tá dando certo, **vou passar**, mas você **não vê isso em ninguém**. Dá impressão, juro pra você, o povo pensa que você é **concorrente**, que você não pode **saber meu segredo**, porque você **vai me atrapalhar**. (Roberto – Socorro)

João contrasta os sentimentos de competição e de disputa, do presente, com o de companheirismo e de proximidade, do passado. Roberto, por sua vez, utiliza a dificuldade que os companheiros encontram em dar visibilidade aos achados da inteligência da prática para concluir que esse comportamento de hesitação é decorrente do sentimento de competição entre os produtores. A competição entre os sujeitos pode, com efeito, comprometer o senso de coletividade e de cooperação, dificultando, assim, o reconhecimento entre pares e a conformação do sentido do trabalho (DEJOURS, 2002).

6.2. Relações sociais

Como assinalam Araújo et al. (2018), Dejours (2004, 2007, 2012b), Giannini et al. (2019), Mendes e Araújo (2012e), no confronto com o real, o trabalho extrapola a atividade e abarca também as dimensões cultural e social. Por conseguinte, o trabalho passa a ser concebido como uma relação social e coletiva e o trabalhar como um viver junto, consumado por meio do compartilhamento de sofrimentos, defesas e atos, pela coordenação de inteligências e mobilização de subjetividades. As relações sociais têm efeito significativo na dinâmica de conformação do sentido do trabalho. Além da relevância do social para a concepção do trabalho, Bendassolli e Sobol (2011) salientam que a própria análise do sofrimento também necessita considerar sua parcela socialmente produzida, com o intuito de não se restringir às análises individuais.

As principais discussões a respeito de como a dimensão *relações sociais* contribuem para a constituição do sentido do trabalho serão organizadas a partir dos seguintes indicadores: *vínculo entre atores, relação trabalho-família e relação trabalho-contexto social*.

6.2.1. Vínculo entre os atores

No cenário da certificação participativa e dos modelos ecológicos de produção agrícola, o estabelecimento de vínculo entre os atores, conforme argumentam Souza, Batista e César (2019), é de extrema relevância, dado que ele interfere diretamente na constituição das relações de confiança entre os produtores. A confiança, por sua vez, como já discutido, serve de fundamento para o reconhecimento e a conformação do sentido do trabalho.

Em decorrência de ter ocorrido significativas diferenças no conteúdo dos depoimentos dos produtores de cada um dos territórios, a discussão do *vínculo entre atores* será apresentada por território.

Em relação aos produtores de Sete Barras, a maioria vê o vínculo entre eles enfraquecido, sobretudo quando comparado com outras épocas, quando, por exemplo, os mutirões cumpriam um expressivo papel de aproximação entre os produtores. Os depoimentos de João, a seguir, são ilustrativos.

Então, o fato do **mutirão** em si, daquela **afinidade entre as pessoas**, cria aquele **vínculo de cuidado** um com o outro, né? Então, alguém estava roçando lá naquele morro, o outro estava roçando pra cá. Um estava lá derrubando, o outro de lá, “Oiiiiii”, o outro de cá, respondia. Quer dizer, era uma coisa... “você está vivo?”, “eu também estou”. Então, sabe, aquela **comunicação**. Um **preocupado com o outro**, essa coisa da preocupação um com o outro. Agora, hoje não. Hoje já se tornou até **mais triste**. Até, por que, o que acontece? Talvez, eu esteja fazendo tal coisa porque eu quero ser **melhor do que o meu companheiro** que está no outro morro, lá. Sabe, eu quero ser melhor do que ele, meu bananal tem que ser melhor do que o dele, né? (João – Sete Barras)

Agora, essa **parte afetiva**, da preocupação afetiva de uns com os outros, esse **cuidado com o outro** que se tornou um pouco difícil, né? Nós **passamos, talvez, a competir** mais uns com os outros. (João – Sete Barras)

Observa-se que João faz uma relação direta entre o desenvolvimento do vínculo entre os produtores e a realização dos mutirões, evento muito mencionado pelos mais antigos do território. João compreende o vínculo entre eles como produtor de afinidades, cuidado, comunicação e alegria e, ao mesmo tempo, como “preocupação afetiva”. Dejours (2000) e Soldera (2016) definem afetividade como fundamento da subjetividade e da constituição do sujeito. Salienta-se que o produtor tem uma perspectiva abrangente de vínculo. Ao concebê-lo como “preocupação afetiva”, como “cuidado com o outro”, reconhece que se vincular é cuidar, sendo que sua noção de cuidar extrapola as preocupações apenas com o corpo, abrange também preocupações com as formas de comunicação e com as emoções. Ao seu ver, o fim dos mutirões

e a competitividade crescente entre os produtores são as principais causas para o enfraquecimento do vínculo entre os atores no território.

Antônio é outro produtor de Sete Barras que relacionou a discussão do vínculo entre os produtores com os mutirões, compreendendo que sua quase extinção contribui para dificultar o estabelecimento de novas relações de vínculo e enfraquecer as existentes.

Assim como João e Antônio, Otávio visualiza um enfraquecimento das relações de vínculo no território de Sete Barras. Em sua opinião, os vínculos entre produtores podem ser potencializados via a construção de um SPG na região¹⁰². Como um dos produtores críticos aos processos de certificação, ele ressalta que consegue pensar nessa possibilidade, considerando, sobretudo, a capacidade que os SPG's possuem de produzir valores (confiança, senso de coletividade, protagonismo dos trabalhadores etc.) que extrapolam a certificação da produção em si. Disse almejar que esses valores resultem em ganhos para a subjetividade dos sujeitos.

Outro produtor de Sete Barras que trouxe o tema das relações de vínculo foi Leandro. Ao falar dos aspectos de sua atividade que mais o agradava, ele identificou a atividade de comercialização de seus produtos, que o levou a “um novo universo de amigados”. Disse que parte das pessoas com quem convive em seu cotidiano, conheceu por meio do processo de comercialização. Logo, pode-se dizer que visualiza seu trabalho como produtor de vínculos. Todavia, cabem algumas observações a esse respeito. Ao mesmo tempo que estabelecer relações de vínculo com seus clientes seja positivo, em contrapartida, afasta-o, em certa medida, das pessoas da sua comunidade (demais produtores, possíveis clientes etc.), dado que seus clientes são em sua maioria de São Paulo, onde ele precisa passar parte da semana. Salienta-se que Leandro, em função de seu perfil distinto¹⁰³ dos demais produtores de seu território já apresenta dificuldades em se integrar verdadeiramente na comunidade.

Como síntese do debatido pelos produtores de Sete Barras, quanto ao *vínculo entre os atores*, tem-se que eles valorizam vincularem-se entre si, mas consideram que as relações de vínculo passam por um processo de enfraquecimento na comunidade. Otávio identificou instâncias da certificação participativa como relevante para fortalecer vínculos entre produtores. Única menção ao vínculo com outros atores, que não os próprios produtores, foi realizada por Leandro, que mencionou aproximações com seus clientes externos.

¹⁰² O projeto de construção de um SPG para a região do Vale do Ribeira está em andamento desde meados de 2019. Apesar de a pandemia de COVID-19 ter comprometido o desenvolvimento do processo, as discussões de sensibilização e de esclarecimentos seguem sendo realizadas entre os produtores dos vários municípios da região.

¹⁰³ Único representante da vertente tecnológico-mercantil da agricultura orgânica em seu território, formação universitária, neorrural proveniente da capital do Estado, considerado pelos demais produtores como “milionário excêntrico”, segundo seu próprio relato.

Quanto aos produtores de Socorro, ao falarem sobre alguns fatores que estruturam suas relações e, de certo modo, são responsáveis pelas suas manutenções. Dentre esses fatores, José e Júnior referem-se aos vínculos familiares entre os produtores. José resgata o processo histórico de constituição do município de Socorro e aponta a forte influência que os imigrantes italianos tiveram no território como justificativa para a união entre os familiares. Para José, a ascendência italiana atua como um traço comum e integrador entre as muitas famílias de origem italiana no município, pois “os italianos, queira ou não queira, eles são bem unidos”. Nessa perspectiva, o depoimento de Júnior, a seguir, fortalece o argumento de José.

Eles lá no bairro, por exemplo, são **tudo meio parente**, né? Nasceram, cresceram juntos, eu vim pra cá **meio de paraquedas**. Entre eles é outro papo. (Júnior – Socorro)

Não, **consigo me infiltrar**, eles **gostam de mim**. Não sou... (...). É lógico... isso aqui não foi **comprado com tomate**, né? Isso aqui é da **minha família**, construiu, tal. (Júnior – Socorro)

Júnior afirma que os produtores que não nasceram em Socorro e não possuem nenhum grau de parentesco com as famílias de ascendência italiana mantêm vínculo distinto daquele estabelecido entre os produtores que “nasceram, cresceram juntos”, mesmo no caso dele com duas décadas de vivência no território. O produtor considera que aqueles que não estão vinculados aos demais pelo grau de parentesco necessitam, para serem aceitos, se “infiltrar” entre o que se poderia chamar de núcleo duro dos produtores originários do território. Segundo ele, para ser bem-sucedido nessa tentativa é preciso que os bens materiais do sujeito possuir sejam fruto do trabalho realizado no território. Assim, ao contar que seu sítio “não foi comprado com tomate” e que foi sua família que construiu, revela um elemento que dificulta sua vinculação com os demais produtores. Essa discussão se relaciona à necessidade de haver uma identidade em comum entre os produtores que constroem relações de vínculo fortes entre si; trata-se, assim, da valorização da identidade de produtor, daquele que conquista seus bens materiais por meio do trabalho com o qual se identifica e que é reconhecido por seus pares.

Em outro momento da entrevista, Júnior relata, ainda, os cursos ofertados aos produtores da região pelo SENAR e a realização de feiras-livres de produtos orgânicos no município como oportunidades para os produtores se encontrarem e, por meio da convivência, estabelecerem relações mais próximas.

Assim como em Sete Barras, apenas um produtor de Socorro fez menção à relação de vínculo com consumidores, que se estabeleceu a partir da pandemia de COVID-19.

Hoje eu percebo, assim, que a gente, além de estar contribuindo com o ambiente, a gente **mudou um pouco a ideia**, eu mudei um pouco a ideia do produtor orgânico. (...). Hoje eu me sinto **feliz**, porque eu vejo que a gente está levando, está **vendendo direto** ao consumidor, né? A gente está levando um alimento saudável para a mesa do consumidor, **direto**. Que é esse... que eu acho que mudou, assim, do pensamento de antes e agora.

Antes, o produto nosso ia pra São Paulo, a gente era uma **mera coisa de entregar** para o atravessador, um atacadista. Hoje, essa **relação com as pessoas**, tanto que a gente vai fazer entrega e as pessoas **querem conversar**, precisa cortar até a conversa, porque a gente tem entrega pra fazer. Mas as pessoas querem conversar, quer ter a gente como psicólogo, né? [risos]. Muda de assunto, quer outra coisa... a gente **recebe elogio** dos clientes... produtos... **Incentiva**, né? Outro **contato, outra coisa**, né? *Feedback* das pessoas, sabor do produto, “produtos maravilhosos”. Então, esse contato, acho que hoje sente **mais realizado**, porque... porque antes não, né? Quando eu comecei, por exemplo, a gente era... no meu sentimento mudou, produzir sem agrotóxico... hoje é **outro tipo de relação** com a agricultura orgânica. (Henrique – Socorro)

Depois de seu retorno para a agricultura ecológica, Henrique sente que agregou um novo valor a sua atuação e, portanto, ao próprio manejo ecológico, o valor de produzir relações, vínculos. O relato do produtor está em consonância a observação de Niederle e Radomsky (2017) e Niederle e Almeida (2013), segundo os quais os circuitos curtos de comercialização ou venda direta ao consumidor possibilitam fortalecer vínculos locais e relações de confiança. Pertinente salientar que Henrique não utiliza a palavra cliente ou consumidor, mas sim “pessoas”, com a evidente intenção de personalizá-las, de tornar a relação que se estabelece mais humanizada e menos comercial. Além do mais, o termo “psicólogo” remete a uma relação pautada pela confiança, a ponto de as “pessoas” ficarem à vontade para dar suas opiniões sobre os produtos e, até mesmo, para conversarem sobre suas questões pessoais.

Em relação aos efeitos desse vínculo, o incentivo, realiza, amplia as possibilidades de reconhecimento. Por outro lado, não se trata do reconhecimento do trabalho de Henrique como produtor, mas apenas de sua atividade enquanto entregador de produtos, em sua maioria de outros produtores. Identificou o fato de assumir o papel de “entregador”/“atravessador” como algo que o afasta de seu papel de produtor, gera angústia, vivendo uma espécie de crise de identidade. Logo, ele tem que lidar com os custos do que Clot (2006, 2010) e Falzon e Mollo, (2009) chamam de contra-atividade ou da atividade impedida. Os efeitos indesejados da atividade de atravessador podem cessar, no momento que Henrique puder conciliá-la com a lida na roça e com a venda direta dos próprios produtos. Ao vender os próprios produtos, o reconhecimento pelos consumidores também passará a versar sobre sua atividade de produtor.

Para finalizar as discussões sobre os *vínculos entre atores*, cabe ressaltar as principais convergências e divergências em relação aos territórios. Destaca-se que os processos históricos de constituição dos territórios foram bastante distintos. Enquanto a constituição Sete Barras foi marcada por intensas disputas pela posse da terra e por conflitos sociais e ambientais; a constituição do território de Socorro tem a marca da migração europeia, principalmente italiana, e das famílias de migrantes trabalhando juntas para adquirir recursos para comprar as terras em que trabalhavam. Desse modo, parece haver maior propensão de as pessoas desenvolverem relações de vínculo entre si, ainda que alguns produtores relatem que essas relações sofram

forte influências dos núcleos familiares e que os novos migrantes enfrentem algumas barreiras para desenvolver relações mais próximas. No caso de Sete Barras, os produtores identificaram que, no passado, as relações eram de muita proximidade, mas perderam força em decorrência de alguns aspectos, como o crescimento da competitividade e do individualismo entre eles. Quanto a isso pode ser consequência da dificuldade de comercialização dos produtos.

O contexto social de Sete Barras, com uma população com sérias restrições financeiras, praticamente extingue a venda direta ao consumidor¹⁰⁴. Em Socorro, condições objetivas (proximidade geográfica do município a grandes centros econômicos do Estado e melhor nível de renda da população) oferece melhor estrutura e possibilidades aos produtores. Além disso, o SPG consolidado tem uma influência significativa na viabilização da venda direta ao consumidor, pois auxilia os produtores a se estruturarem, por intermédio de suporte técnico e de uma ampla rede de contatos com outros produtores e com consumidores. Dessa forma, em geral, a comercialização dos produtos orgânicos não representa um problema¹⁰⁵. Quando a venda é realizada diretamente ao consumidor (entrega de cestas em domicílios, feiras-livres) elimina a figura do atravessador, melhora a renda e, sobretudo, reaproxima produtores e consumidores. Desse modo, o vínculo entre eles humaniza o processo de comercialização e permite aos consumidores se pronunciarem a respeito da qualidade dos produtos adquiridos, gerando uma sensação reconfortante aos produtores.

Em diversas situações durante as observações em Socorro pode-se constatar a existência de vínculos entre os produtores membros do SPG. Eles participam dos cursos juntos, fazem feiras juntos, compram produtos uns dos outros para fazer as cestas. Em algumas visitas, por exemplo, evidenciou-se um clima amistoso, sendo possível verificar que eles se conheciam e conheciam também a família do produtor visitado. Durante as visitas produtores de outro grupo estavam à vontade entre familiares de outro grupo, riem, brincam, mostrando vinculação.

Em Sete Barras, como as atividades em grupo das OCS's estavam interrompidas, em função da pandemia de Covid-19, foi difícil avaliar seu impacto no desenvolvimento das relações de vínculo entre os atores. Apenas um dos produtores fez menção direta à atuação das OCS's como possibilidade para fortalecer e/ou conformar relações de vínculo entre os

¹⁰⁴ Segundo pesquisa realizada por Sodrzeieski et al. (2021), dentre os pequenos produtores da região administrativa de Registro, a maioria dos produtores, 38,5%, comercializam seus produtos com intermediários ou atacadistas, apenas 13,5% vendem direto ao consumidor, 13,5% vendem em feiras livre ou do produtor, 9,6% comercializam através de programas institucionais e 9,6% via associações e/ou cooperativas.

¹⁰⁵ De acordo com Geraldí et al. (2021), embora 52,5% dos pequenos produtores da região administrativa de Campinas ainda vendam seus produtos diretamente a intermediários, parcela significativa (18,1%) vende seus produtos diretamente ao consumidor.

produtores. Mas, do mesmo modo que em Socorro, as observações e conversas permitiram identificar a existência de vínculos estreitos entre os produtores. Eles conhecem as famílias uns dos outros, se visitam, contam histórias do passado comum, quando possível se encontram na cooperativa, na casa de Otávio etc.

6.2.2. Relação trabalho-família

As discussões realizadas sobre a *relação trabalho-família* também serão realizadas por território pesquisado, devido às percepções dos produtores de cada um deles a respeito do tema terem sido particularmente distintas.

De modo geral, entre os produtores de Sete Barras prevaleceram menções a valores que atribuem sentido de sofrimento ao trabalho, uma vez que a maioria deles revelaram dificuldades, provenientes do trabalho, no relacionamento familiar. Dentre aqueles que referiram problemas na relação com familiares, a maioria referiu-se ao fato de familiares discordarem de sua opção pelo manejo ecológico e por um estilo de vida baseado na redução tanto da renda quanto do consumo.

Desgasta demais! Desgasta demais, você sabe?! Porque tem uma expressão que diz assim “não tem **inimigo** pior do que aquele que está **do seu lado**”, porque sabe de todos os seus pontos frágeis. (...). Essa coisa assim, “larga desse negócio aí, vamos voltar para o negócio [*convencional*]”, “meu Deus, será que sou eu que **estou errado** nessa coisa toda?”. Mas eu tenho certeza de que eu estou no caminho certo, mas claro que te **estressa, sim**. Uma vez que você não está **harmonicamente ligado** com a aquela que é a pessoa que é a sua companheira, com a família, vai causando uma **certa dificuldade**. (João – Sete Barras)

Se bobear, sua **família** começa a chamar você de **incompetente**, aliás, teve época que meu **pai** com minha **mãe** me chamava de **incompetente** porque eles achavam que a decisão de ser agrofloresteiro, na perspectiva anarquista, política, era **coisa de vagabundo**. E a **pior coisa do mundo**, para mim, é ser chamado de vagabundo porque você vive a vida inteira trabalhando, com a cabeça voltada... aí, tem uma relação subjetiva com a questão do **trabalho criativo**, né? Por que... não chama carioca de vagabundo, baiano de vagabundo, né? Só que essa palavra **vagabundo**, ela é **muito pesada**, muito pesada. Não é só uma perspectiva do relaxo, vagabundo é o cara que não tem responsabilidade. Nós temos uma responsabilidade muito grande. (Otávio – Sete Barras)

Em outro ponto da entrevista, João relatou que o conflito não se limita à relação com Rosa, sua esposa, mas que ocorre praticamente com toda a sua família, com exceção de um de seus filhos. Ele disse que a pressão faz com que “se sinta uma ilha”, por vezes questiona as próprias convicções. Otávio relata conflitos familiares, em razão de sua opção pelo SAF e sua postura como ativista ambiental, identificado como “grande problema da família”. Durante conversas informais com o pesquisador, ele mencionou que conflitos familiares desde quando começou a desenvolver uma nova visão sobre a agricultura, mas sonha poder trabalhar com os irmãos e filhos.

Quanto aos demais produtores que relataram conflitos familiares relacionados ao trabalho em manejos ecológicos, Leandro comentou ter conflitos com o pai, que não acreditava – e, de certo modo, ainda não acredita – que o manejo ecológico poderia dar resultados. Pedro disse que seu núcleo familiar mais restrito (pai, mãe e irmãos) o incentivou a mudar para o ecológico, embora todos trabalhem com a agricultura no modelo convencional. Por outro lado, mencionou que teve problemas com familiares de Joice, sua esposa, que o chamaram de louco, por “plantar esse negócio de orgânico, aí, em um terrenão desse aqui”. Para encerrar, Valter relatou problemas com sua esposa, Karina, que nunca acreditou no manejo ecológico e que sempre o incentivava a voltar para o convencional.

Parte dos produtores referiram-se também ao excesso de trabalho como uma fonte de conflito com os familiares. O produtor Antônio referiu-se a problemas devido a suas preocupações excessivas com o trabalho e do conseqüente alto nível de estresse, que compromete a qualidade do relacionamento com os familiares. Cristina fala de conflitos familiares decorrentes do fato de ser muito centrada no trabalho e não conseguir desligar das obrigações mesmo quando não está trabalhando, tornando-se o trabalho. Renato reconheceu que o fato de trabalhar intensamente todos os dias da semana, inclusive aos finais de semana, prejudica seus relacionamentos afetivos.

Quanto aos produtores de Socorro, a relação trabalho-família não foi atrelada ao sentimento de sofrimento. Ao contrário, para a maioria dos produtores, a relação é de parceria, dado que outros membros familiares, principalmente as esposas, também estão envolvidos, cotidianamente, com o trabalho nas roças. Nesse sentido, o depoimento de Roberto, abaixo, é representativo dessa perspectiva de parceria.

Eu **acho bom** porque acaba **somando as forças** e você tem um objetivo junto, que nem, no caso da gente [*ele e Ana, a esposa*], se quiser fazer uma viagem. Então, foca em alguma coisa... você sabe que **trabalha mais firme**, né? É em comum, se é em comum vai. Agora, não é... uma pessoa pensa uma coisa, outra pessoa pensa outra, aí não vai, né? Porque uma está indo pra frente, outra tá puxando pra trás. Como que vai? Agora, se vai os dois juntos, **diminui o fardo** pra cada um e leva mais peso, repartido. Por isso que vem dando certo pra nós, é uma **parceria**, né? (Roberto – Socorro)

Nota-se que, para Roberto, trabalhar direta e diariamente com a Ana fortalece a relação entre eles e aprimora o trabalho executado. A atividade de trabalho deles, tal como concebem Dejours (2012b), Giannini et al. (2019), Mendes e Araújo (2012e), pode ser pensada como um viver junto, baseado no compartilhamento tanto de sofrimentos, defesas e atos quanto na coordenação de inteligências e no engajamento de subjetividades. Além disso, por estarem inseridos em uma mesma atividade, tornam-se pares um do outro. A família constitui fonte de reconhecimento do trabalho, contribuindo para a produção de sentido.

Em Socorro também houve alusão a conflitos advindos da relação produtor-trabalho-família. Contudo, são conflitos mais velados, acomodados e não se relacionam à opção pelos manejos ecológicos. Os conflitos existentes não comportam o peso de crítica as suas atividades de trabalho, tampouco à negação de suas convicções políticas e formas de enxergar e compreender o mundo. Nesse sentido, Henrique relatou que sempre teve conflitos com seu pai, em razão de questões relacionadas ao trabalho. No entanto, com o passar do tempo, o amadurecimento de ambos e, sobretudo, com sua consolidação como produtor ecológico, seu pai, segundo ele, passou a respeitar seu trabalho. Nesse caso, a convicção de Henrique pela agricultura ecológica representou a marca do respeito, da conciliação, e não a do conflito aberto e declarado.

6.2.3. Relação trabalho-contexto social

Em decorrência de os resultados obtidos no âmbito desse indicador terem sido significativamente distintos, as discussões a respeito da relação trabalho-contexto social também serão realizadas de forma independente, por território estudado.

Como mencionado, é em um contexto social marcado por muitas restrições financeiras que os produtores de Sete Barras estão inseridos. Essas restrições mantêm uma relação de interdependência com o mercado de orgânicos na região, pois ao mesmo tempo que dificultam sua comercialização, devido a limitações de renda da maioria da população local, também são determinadas por um mercado enfraquecido localmente. Como consequência de um mercado regional fragilizado, boa parte dos produtores enfrentam muitas dificuldades para comercializar sua produção e, como resultado, também são acometidos por uma diminuição na renda. Encerra-se um ciclo em que produtores com menores níveis de renda diminuem a produção, limitam seu consumo aos itens essenciais e, muitas vezes, deixam de contratar auxiliares temporários para suas colheitas, alimentando, assim, o ciclo restritivo da economia local.

Aliado ao contexto de limitações econômicas, a região pode ser caracterizada por um predomínio político e econômico da agricultura convencional e por uma acirrada disputa ideológica entre produtores orgânicos e convencionais. Esse contexto social definido pelo conflito entre os distintos grupos de produtores, traz consequências para a cultura regional e para a própria organização do trabalho na agricultura ecológica, como pode se observar nos depoimentos a seguir.

A gente fala sobre convencional, sobre orgânico, principalmente. Tem gente que “ah, não vou ficar **perdendo tempo** com isso”, sabe? Não é perder tempo, o cara acha que é perder tempo, mas lá na frente ele vai ver se é perder tempo. (Antônio – Sete Barras)

Então, defender o **ócio criativo**, a **cultura** subjetiva do **caiçara**, que é a cultura de trabalhar quatro, cinco horas por dia, e isso é suficiente para o consumo, para seus sonhos, não é simples, é um **desafio** cotidiano. (Otávio – Sete Barras)

Eu tinha **muita resistência** do pessoal que trabalhava aqui. O pessoal **reclamava muito** de trabalhar com essa questão do orgânico, achava um **absurdo**, achava que isso **não daria certo**, que era **loucura**, que tinha que **usar veneno**, o único *feedback* que tinha de todos os trabalhadores era esse. De que isso era uma **loucura**, que isso é **ruim**, é ruim, é ruim. (Leandro – Sete Barras)

A disputa inflamada entre os grupos dificulta o diálogo entre as partes, conforme relatou Antônio, mencionando que o diálogo é difícil mesmo dentro das cooperativas, ambiente em que teoricamente todos cooperam por um objetivo comum. Com relação à cultura regional (caiçara), mesmo Otávio, que é um incansável defensor das tradições locais, admite que é um “desafio cotidiano” preservar alguns costumes dos primeiros habitantes da região, principalmente quando se referem às questões relacionadas ao trabalho.

Adentrando na discussão sobre o trabalho, Leandro comenta a experiência que teve com os trabalhadores locais, assim que iniciou o trabalho em sua propriedade; sua fala ilustra como o contexto local, marcadamente adaptado aos costumes da agricultura convencional, influencia as decisões e percepções dos trabalhadores. Pode-se perceber como as relações locais atuam fortemente no sentido da manutenção dos modos operatórios dominantes. Os próximos depoimentos, de João e de Otávio, trarão mais elementos sobre essa manutenção.

Aqui no Guapiruvu, pegando o micro mesmo, que é o Guapiruvu, existe um **assédio moral** de quem produz convencional contra quem... por quê? Porque é uma questão moral, quem produz convencional ele **fica usando esse discurso, essa narrativa, do econômico** para desmerecer quem produz, quem é militante, quem é ativista, né? E aí ele faz um **assédio moral** com quem produz no sistema agroflorestal. Só que **esse assédio moral é totalmente subjetivo, mas é eficaz** (...). Teve um período que, aqui na **comunidade**, teve gente que chegou e falou para meu filho “**seu pai é um administrador falido**”. (Otávio – Sete Barras)

Mas é **bonito**, você olha assim, é bonito, uma “cargona”, tinha 10.000 cabeças, uma altura. É bonito de se ver, alto... aí, nós, eu mesmo, **eu me admiro**, né? Então, o **pequeno agricultor**, quem está fazendo agroecologia, ele olha, meia dúzia de mamão, diante de um monte de... né? Ele olha, assim, laranja “ah, tem aí um balde de laranja. O que é um balde de laranja, diante de uma carrada, um monte de laranja? Para mim, **não representa nada!**” Sabe, essa **ideia de pequenez**, de não acreditar que juntando as forças, nós chegamos também naquele patamar do caminhão. São **coisas invisíveis**, que é difícil de explicar. (João – Sete Barras)

Para Otávio, a narrativa conservadora, que busca manter a hegemonia do modelo convencional, é transmitida aos produtores ecológicos por meio do “assédio moral”, que utiliza, prioritariamente, a temática da retribuição financeira dos modelos. Como mencionado, os aspectos econômicos são considerados o ponto frágil dos modelos ecológicos na região, devido às diversas dificuldades na comercialização. Embora Otávio parta da realidade local, do Guapiruvu, para falar do assédio contra quem “produz no sistema agroflorestal”, os dados de pesquisa (convivência do pesquisador no território, informações do diário de campo, conversas

com produtores e etapa de validação) permitem afirmar que o assédio é praticado em toda a região de Sete Barras e direcionado contra qualquer modelo que fuja à lógica dominante da agricultura convencional.

Quanto ao depoimento de João, retoma e aprofunda a discussão sobre o assédio, apresentada por Otávio. Desse modo, para João, através de “coisas invisíveis” – leia-se o assédio – o modelo convencional impõe padrões inadequados aos produtores orgânicos, como a valorização da produção em larga escala, o ritmo intenso de trabalho e a centralidade de aspectos econômicos. Ao balizar sua prática por padrões inadequados, os pequenos produtores são levados ao sofrimento e à percepção ou à ideia de “pequenez”, afinal sua prática não condiz com os padrões que lhes foram impostos e que, de certo modo, passam a ser seus parâmetros. Nesse caso, a atividade perde sentido e, conforme afirma Clot (2006, 2010), os produtores passam a não se reconhecerem mais na ação e mesmo as tarefas cumpridas perdem sentido – o balde de laranja que “não representa nada” ao produtor, como disse João.

Assim, diante do contexto local, pode-se conceber que o modelo convencional de agricultura atua como prescritor de padrões para os manejos ecológicos de produção. Nessa perspectiva, via de regra, o assédio, tão mencionado por parte dos produtores, tem sido o mecanismo prioritário de prescrição. A transmissão dos padrões tem se dado majoritariamente pelas relações sociais, no contexto das relações familiares e no relacionamento local entre os grupos. A percepção da família como reprodutora do assédio e, portanto, como prescritora dos padrões do convencional, auxilia a compreender os motivos que levaram tantos produtores orgânicos de Sete Barras a relatarem problemas familiares decorrentes do trabalho.

Quanto ao território de Socorro, o debate referente à relação trabalho-contexto social foi pontual e objetivo. O principal resultado para o município foi o fato de também haver referência à hegemonia do modelo convencional e ao assédio, praticado por parcela significativa dos produtores convencionais. A esse respeito, o depoimento de José, a seguir, representa o modo como os produtores de Socorro se referiram a esse tema.

Eu faço parte dos grupos, tem o grupo do truço, o grupo do não sei o que... eu falei “olha, se vocês não pararem **com esse negócio** de... de... coisa lá, eu **vou sair do grupo**”. Porque eles ficam, esse pessoal que usa bastante agrotóxico, ficam **fazendo chacota**... ah! Eu nem respondo, eu falo, “eu nem respondo essas coisas que vocês publicam” (José – Socorro)

Portanto, a problemática é a mesma de Sete Barras, produtores ecológicos sentem-se constrangidos por produtores convencionais, que são representantes do modelo hegemônico no território. O mecanismo utilizado para constranger e para prescrever padrões do convencional

é o mesmo, o assédio, praticado no âmbito das relações sociais. Na fala de José, o assédio pode ser identificado por meio das expressões “com esse negócio de” e “fazendo chacotas”.

Entretanto, como já mencionado em outros trechos do texto, o contexto social de Socorro é substancialmente distinto de Sete Barras. Em Socorro há condições objetivas e subjetivas que permitem configurar um ambiente mais ameno e propício à convivência entre os grupos de produtores, ainda que também haja disputa por mercado e por ideias entre eles. Dentre as condições objetivas, vale destacar a localização do município, o nível de renda da população e as melhores possibilidades para comercialização dos produtos. Com relação às condições subjetivas, cabe sublinhar o forte vínculo entre as famílias descendentes dos primeiros migrantes europeus, o fato de as relações familiares dos produtores serem mais estáveis, de modo que as famílias atuam predominantemente como fonte de apoio, de fortalecimento das identidades e de reconhecimento do trabalho. Contrariamente, em Sete Barras, a família para muitos produtores tem sido reprodutora de assédio e prescritora dos padrões do modelo convencional.

Ainda com relação ao contexto de Socorro, há ainda o influente papel do SPG no território, intervindo tanto em suas condições objetivas quanto nas subjetivas. Em relação às questões objetivas, como relatado, a presença do SPG oferece suporte aos produtores ecológicos, facilitando as relações comerciais e ampliando as redes de contato entre eles. Com relação a sua influência nas condições subjetivas, cabe destacar sua participação no desenvolvimento do senso de pertencimento coletivo dos produtores.

Diante do exposto, pode-se concluir que as condições objetivas e subjetivas que caracterizam o contexto social do município de Socorro atuam como uma espécie de barreira ao assédio, minimizando seu efeito do convencional de prescrever padrões. Nesse sentido, diante do confronto com o real do trabalho, os produtores estão menos expostos à perda de sentido do trabalho e, conseqüentemente, à possibilidade de vivenciarem sua atividade apenas como fonte de dor e de sofrimento (AREOSA, 2019; DEJOURS, 2000; SOLDERA, 2016).

6.3. Coerência e equilíbrio

Na presente dimensão do constructo sentido, serão abordadas as principais discussões realizadas na esfera do indicador *Sufrimento (desânimos, angústias, decepções, desgastes corporal e mental) x Autorrealização (prazer e dignidade, saúde e realização pessoal)*.

6.3.1. Sofrimento versus autorrealização

Houve tanto depoimentos que mencionam sentimentos de sofrimento (decepção, desgaste mental e sobrecarga física) quanto de autorrealização e prazer, em coerência ao caráter essencialmente ambivalente do trabalho (Dejours, 2004, 2007, 2012b; Mendes e Araújo, 2012).

Quanto aos sentidos de sofrimento, os mais presentes em ambos os territórios estudados relacionam-se à sobrecarga, física e mental, no trabalho, que foi relacionada ao acúmulo das funções de gestor e de produtor. Os depoimentos a seguir são representativos de como os produtores se referiram às fontes de sofrimento no trabalho.

O produtor está **enforcado no trabalho**... pelo menos eu estou... as pessoas que eu conheço estão enforcadas com o volume de trabalho. (Leandro – Sete Barras)

Eu **sonho**. É que o **corpo** ainda, você vai dormir, está **elétrico** ainda, está em **movimento**, não consegue descansar. Eu... penso... no que **eu tenho que fazer**, daqui a pouco já vou começar a plantar, entendeu? Molhar meus canteiros, roçar, coisas assim. (Luciana – Sete Barras)

Não, não, a única coisa que eu tenho um pouco é **problema de coluna**, por causa de serviço que **é forçado mesmo e trabalhar em canteiro** é uma coisa que você precisa ficar... Mas, nossa, melhorou essa parte física, de fígado, de intestino. Eu **cheguei a ter pólipos**, fiz até retirada de pólipos do intestino. (José – Socorro)

Não, falar sinceramente, tô **enfiado no trabalho**, aqui.... **não tô desligando** muito. Está faltando **vida social, lazer**. Uma que, como tô sozinho aqui, quando tem coisa pra regar, fica para o domingo, tem coisa para fazer. Acabo, o que me distrai um pouco é os bichos, aí (...). Distrair um pouco, porque tô muito **enfiado no serviço**, nossa! Praticamente de domingo a domingo. **Preocupado** com o trabalho, sempre. Tenho que **desligar**. (Henrique – Socorro)

Os produtores reconhecem o excesso de trabalho na agricultura ecológica familiar e admitem que lidar constantemente com essa situação traz problemas para a saúde física e mental. Dentre os problemas físicos mencionados, a dor na coluna é a queixa mais frequente. Alguns produtores, como Valter, de Sete Barras, contam que tiveram que aprender a conviver com as dores para seguir trabalhando. Outros, como José, de Socorro, relatam o problema, mas amenizam a gravidade. Em alguns casos, como o de José, a relativização da dor se deve a uma experiência ainda mais dolorosa no passado. Ele teve sérios problemas com uso de agrotóxico, no período que era produtor convencional; então, lidar com a “única coisa” que o incomoda no presente, os problemas na coluna, representa uma situação menos preocupante. Em outros casos, relativizar as dores é uma forma, como comenta Dejours (2000), de calar seu sofrimento, para não depor contra a atividade, muitas vezes, assumida como causa ou filosofia de vida.

Com relação à sobrecarga mental, os relatos mais frequentes são de ansiedade, dificuldades para dormir (como mencionou Luciana), não conseguir desligar-se do trabalho em nenhum momento do dia e em nenhum dia da semana, excesso de tensão no trabalho e desgaste mental em lidar com uma situação que não é confortável ou desejável e que não se pode ou não

se consegue mudar. O depoimento de Henrique, acima, é um exemplo típico desse tipo de sofrimento. Em outro momento da entrevista, ele complementou sua fala relatando que, com relativa frequência, faz jornadas de trabalho de até 17 horas diárias e que, ao chegar em casa, ainda sofre com a dificuldade de dormir porque a cabeça fica “maquinando” na cama. Ciente de que essa situação é insustentável, conta que já tentou várias alternativas, como dança, música, artesanato, mas que aos poucos acaba deixando as atividades e retomando seu ritmo intenso de trabalho.

O caso de Henrique ilustra perfeitamente a ambivalência do trabalho, que ele identificou como algo que o realiza e o deixa feliz, mas, ao mesmo tempo, reconhece que o envolve completamente (“tô enfiado no trabalho, aqui”), afastando-o de sua “vida social”, que admite estar em segundo plano, e de outras fontes de prazer, saúde e equilíbrio, como as diversas atividades de lazer que interrompeu.

No município de Sete Barras, os depoimentos de João, destacados a seguir, divergiram dos depoimentos dos demais produtores do território, em relação às fontes de sofrimento das atividades executadas na esfera dos manejos ecológicos.

Rapaz, eu, sinceramente, embora continue acreditando, me sinto **bastante decepcionado** porque o sonho que a gente começou não foi em frente. A gente vê que a geração que vem não pensa mais assim, ela não está muito preocupada com essa coisa do cuidado. (João – Sete Barras)

Nós nos sentimos **como soldados** que foram **abandonados**, né? De repente, se dispersou lá numa batalha e fomos abandonados. Então, a gente se sente **abandonado** em um mundo onde colocaram isso para nós. E eu acredito nisso, não foi à toa que falaram isso, eu acho correto, mas fomos abandonados, não pelas pessoas que nos formaram, mas o **sistema político** nos traiu, a **política pública** nos traiu, né? Essa é a **maior decepção** que a gente tem, né? (João – Sete Barras)

O produtor descreve seu desapontamento com a possibilidade de que seus sonhos e objetivos, que fundamentam suas ações no trabalho, não sejam encampados pelas novas gerações. Como um dos precursores da agroecologia e uma das lideranças locais, por mais de vinte anos, a ideia de que seus ideias e princípios não são mais compartilhados pela comunidade ganha intensidade como sofrimento. A decepção do produtor se estende ao poder público, sua “maior decepção”. A esse respeito, vale recordar que João é um dos grandes entusiastas e defensores da Juçara na comunidade e que um dos seus objetivos de vida é tornar seu manejo sustentável, econômica e ambientalmente, na região do Vale do Ribeira. Entretanto, como uma espécie nativa da mata atlântica, ameaçada de extinção, seu manejo é extremamente restrito e controlado por instruções normativas do MAPA. Segundo João, e outros produtores antigos do Guapiruvu, quando a comunidade do bairro iniciou as discussões a respeito da preservação ambiental, representantes do poder público incentivaram o plantio de Juçara, com a perspectiva

de que no futuro os produtores poderiam regularizar o manejo sustentável da espécie. No entanto, essa regularização não ocorreu, o que constitui o principal motivo para que ele afirme que os produtores da comunidade “foram abandonados” pelo poder público.

Considerando-se que a Juçara (ilustrada na figura 13, abaixo) é um dos valores mais relevantes para a conformação do sentido do trabalho de João, compreende-se o sentido dado por ele à discussão, como uma batalha perdida, que fora dispersada sem justificativas, deixando para traz, em pleno campo de batalha, soldados sem uma guerra para lutar, isto é, sem uma causa/valor que dê sentido a sua atividade. O sofrimento e o desânimo de João relacionam-se aos custos de se confrontar com as impossibilidades do real e, de acordo com Clot (2006, 2010), Dadalto et al (2014) e Falzon e Mollo, (2009), aos efeitos da contra-atividade ou da atividade impedida, pois não pode cortar os pés de Juçara e enfrenta desafios para vender seus frutos.

Figura 13 – Pés de juçara em meio a um SAF



Fonte: autor

Quanto aos sentidos de prazer e de realização dos produtores, devem-se às melhorias nas condições de trabalho e de vida na comunidade (particularmente em Sete Barras) e ao fato de os sujeitos viverem em harmonia com a natureza, fazendo o que gostam, com autonomia e criatividade para dosarem o uso de si no trabalho e consolidarem a identidade de produtor rural.

Acho que **estamos todos realizados**. Porque antigamente era muito sofrido. (...). O pessoal cortava palmito, tudo. E hoje é aquilo que falei, né? Cada um tem seu **pedacinho de terra**, é **feliz** trabalhando ali. (Antônio – Sete Barras)

Assim, é a parte **mais gostosa** que tem. Que nem ali, você vê que a minha roça é bem próxima de casa. Então, você chega à tarde, assim, depois de um dia de trabalho, toma um banho, sai lá fora, é gratificante você ver a sua conquista ao longo do tempo, né? Falar para você, meu esposo já chegou a **sentar no meio da roça** e **conversar** com as pupunhas. Então, pra gente, é muito gratificante. (Cristina – Sete Barras)

Sentir realizado, eu sinto. Tô mais, assim, **mais feliz** do que quando eu estava... gostava, tudo, do antigo trabalho, mas aqui eu **me sinto mais realizado**, né? (Henrique – Socorro)

Há um sentido comum de realização em ambos os territórios. Como dito acima, em Sete Barras, esse sentido é influenciado, em especial, pelas conquistas da comunidade. O depoimento de Antônio é bastante representativo, uma vez que o seu sentido de realização é fortemente influenciado por dois aspectos de sua história, a antiga atividade de cortador de palmito Juçara e a conquista da sua roça, no assentamento agroambiental. Ele se sente realizado por ter deixado uma atividade marginalizada, não reconhecida e desprovida de sentido em seu círculo social, e ter construído sua identidade de produtor, uma atividade comum, compartilhada por muitos de seus amigos e reconhecida por seus familiares. Vale recordar que no Guapiruvu a terra já foi objeto de muitas disputas e que, sobretudo para os moradores mais antigos do bairro, a ligação com aquela terra é um traço marcante de suas identidades. Embora Antônio não seja nativo do Guapiruvu, como reside no bairro há 40 anos, é considerado por muitos moradores locais como um quase caiçara.

Para Cristina e Henrique, o sentido de realização está associado à consolidação das suas identidades de produtores rurais. Como já relatado, Henrique passou por algumas idas e vindas na agricultura. Nesse momento, vive uma fase em que se sente mais maduro e realizado por ter feito opção pelo manejo ecológico e por ter encontrado um novo sentido no vínculo com a natureza. No caso de Cristina, a autodescoberta como produtora foi ocorrendo aos poucos, com o desenrolar de sua história pessoal. Atualmente, sente-se realizada com sua profissão e principalmente por ter encontrado prazer em se vincular com a natureza.

7. TRABALHO E GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA

Neste momento, será apresentado como as dinâmicas da garantia da qualidade orgânica interferem nos processos de trabalho dos manejos ecológicos. Primeiro, pontua-se como elas têm se efetivado no território de Sete Barras, com o trabalho executado pelas OCS's e, em seguida, em Socorro, com a certificação participativa, identificando-se constrangimentos ocasionados pela garantia participativa e a perspectiva dos produtores a seu respeito, bem como sugestões para criação e aprimoramento do SPG.

7.1. Trabalho e garantia da qualidade orgânica nas OCS's de Sete Barras

7.1.1. Alterações na rotina de trabalho promovidas pelo processo de garantia da qualidade orgânica das OCS's,

Antes de iniciar a apresentação dos resultados e as discussões, importante lembrar que um dos critérios de participação adotado na presente pesquisa foi a diversidade da amostra. O quadro 9 apresenta a relação dos produtores com o modelo de manejo (ecológico e/ou convencional) e com a garantia da qualidade orgânica (certificação por auditoria e/ou OCS).

Quadro 9 – Relação dos produtores com modelo de manejo e garantia da qualidade orgânica

Nome	Modelo ecológico	Modelo convencional	OCS	Certificação por auditoria
Cristina	X		X	X
Daniel	X		X	X
João	X		X	X
Mariana	X		X	X
Otávio	X		X	X
Pedro	X		X	X
Leandro	X			X
Luciana	X		X	
Antônio	X	X	X	
Cláudio		X		
Renato		X		
Valter		X		

Fonte: elaborado pelo autor

Conforme descrição do caso de Sete Barras, a ligação da comunidade do Guapiruvu com a natureza e com as discussões relacionadas à preservação ambiental é considerada um traço característico do território. De maneira mais organizada, o debate sobre o meio ambiente

vem sendo realizado na comunidade desde o final da década de 90, com o advento de um projeto ambiental que culminou no desenvolvimento da Agenda 21. Devido à significativa influência que a comunidade do Guapiruvu exerce no cenário de Sete Barras – e mesmo na região do Vale do Ribeira – pode-se dizer que boa parte da região tem um longo e forte trabalho de proteção e de educação ambiental desenvolvido.

Esse trabalho de proteção ambiental – com discussões a respeito da consequência do desmatamento e do uso irresponsável dos recursos naturais para a fauna e a flora, busca de uma convivência harmoniosa com a natureza etc. – preparou os produtores ecológicos, ainda que indiretamente, para as principais exigências das OCS's e da certificação por auditoria em grupo, que parcela dos produtores mantêm em parceria com a COOPAFASB.

Quando questionados sobre como ocorreu o processo de adaptação às OCS's e/ou à certificação os produtores relatam, em um primeiro momento, não ter havido interferência na rotina. Com o desenrolar da entrevista e a possibilidade de retomar a questão, os produtores recordam-se de algumas adaptações que necessitaram realizar em suas práticas e que, portanto, alteraram a organização e a rotina de trabalho, ainda que pontualmente.

Como a gente nunca passou por uma vistoria dessa, é o **entorno da casa**, né? Porque, assim, sítio normalmente tem um lixinho ali, uma sacolinha ali. Então, a gente teve muita preocupação com respeito disso. Em relação ao **manejo**, essas coisas, a gente não estava **tão preocupado**. Por mais que a gente tenha, lá, diversas culturas, a gente não estava tão preocupado em relação ao manejo. Era mais mesmo em relação a **resíduos ao redor**, plantio. (Cristina – Sete Barras)

Mais, mesmo, em **volta de casa**, só. Parou de jogar **veneno em volta de casa**, só. Papai jogou ali, agora, **mata-mato**, mas só aqui em volta de casa, só, mesmo. (Renato – Sete Barras)

E os **cuidados com o sítio**, com a propriedade. Você viu que eu tenho uns barracões lá que eu gosto de guardar as madeiras velhas etc. Isso não altera nada com certificação, mas se eu colocar, por exemplo, um **estoque de adubo**, vai, de composto orgânico, perto dessas coisas, a certificação, a auditoria, **me cobra**. Então, a gente já procura não fazer mais isso, tá? Muda **alguma coisinha** em função das auditorias, da inspeção, que é uma coisa normal. (Daniel – Sete Barras)

Então, quando você certifica, ou você tem a OCS, muda algumas coisas, você tem que se **organizar melhor**. Tem que ter o **relatório** do que **você faz**, do que **vende**, do **produto** que **saiu**, do produto que **entrou** na propriedade. Tem que ter **tudo marcado**, né? (João – Sete Barras)

Burocráticas, questões **burocráticas**, cara. Como aqui tem um **serviço ambiental** forte, a pegada ecológica já é **bem menor**, é muito **fácil de se adaptar**. (Otávio – Sete Barras)

A certificação **não influi muito** na **minha rotina** de trabalho, não posso dizer isso. Ela deveria influenciar mais. Eu faço alguns **controles maiores**, por conta dela, faço **algumas anotações**, por conta dela, mas são anotações que são **menores** do que eu gostaria e até que eu **deveria fazer**. (Leandro – Sete Barras)

Percebe-se que Cristina, Renato e Daniel praticamente adotam o mesmo discurso, de que a garantia da qualidade orgânica gerou mudanças pequenas e pontuais. Enquanto Daniel

menciona adaptação de algumas questões organizacionais na propriedade, como manter estoques de adubos distante de possíveis contaminantes. Cristina, que tinha acabado de passar por sua primeira visita da certificação por auditoria, destaca que não precisou se preocupar com o manejo, aludindo que suas práticas já estavam em conformidade com a legislação orgânica, mesmo antes de iniciar o processo de certificação por auditoria e a participar da OCS. Renato, por sua vez, preocupado com a impressão que estava deixando ao revelar que o pai havia aplicado mata-mato ao redor da casa, na continuidade da entrevista, fez questão de esclarecer que a aplicação do veneno objetivou proteger a casa da família de cobras. Disse, ainda, que nunca se sentiu bem por fazer uso de agrotóxicos, referindo-se ao não uso como “um hábito da gente”. Cabe reforçar que Renato, enquanto esteve ligado ao manejo ecológico, era participante ativo de uma OCS do bairro do Guapiruvu e fez parte da certificação por auditoria em grupo, via COOPAFASB.

A questão documental (caderno de campo e as notas fiscais de produtos adquiridos e de vendas realizadas) foi identificada pelo conjunto dos produtores, com exceção de Leandro, como a exigência da garantia da qualidade orgânica de maior impacto para seu trabalho, conforme ilustrado nas falas de João e Otávio.

No caso de Leandro, referindo-se à certificação por auditoria, tende a conceber a desconfiança, o distanciamento entre os atores envolvidos no processo de avaliação da conformidade (independência e imparcialidade) e o controle burocrático e rígido (a ideia de normatização e de inspeção) como valores que darão confiabilidade à certificação. Salienta-se que sua perspectiva é condizente com seu perfil ecológico empresarial.

Em relação ao controle das notas fiscais, para os produtores que comercializam a maior parte da produção com as cooperativas, a tarefa de controle das notas de venda torna-se menos relevante, pois as cooperativas os auxiliam tanto na emissão das notas quanto na sua organização e arquivamento. Para esse grupo de produtores, pode-se dizer que as cooperativas têm um efeito mitigador das tensões relativas ao controle documental, ainda que a parte mais custosa (caderno de campo) ainda se mantenha como responsabilidade dos produtores.

Por fim, em virtude da adesão às OCS e/ou à certificação por auditoria, alguns produtores mencionaram como tarefas que foram incorporadas em suas rotinas basicamente as atividades de manutenção de suas lavouras, como roçar manualmente as áreas de plantio, os acessos às roças e as proximidades das casas. Quando produziam segundo o modelo convencional, essas atividades eram substituídas pela aplicação de herbicidas.

Em síntese, percebeu-se que a adaptação dos produtores de Sete Barras às OCS's e à certificação por auditoria, quanto às rotinas de trabalho, foi facilitada pelo longo e duradouro processo de conscientização ambiental realizado na região. Apesar desse fato, houve alterações na rotina de trabalho dos produtores, sendo a atividade de roçar manualmente a tarefa adicional mais expressiva e o controle documental a alteração mais marcante.

Como discutido no segundo capítulo, para diversos autores, encontra-se em curso um processo de convencionalização da agricultura ecológica, que a tem distanciado de seus princípios originários e gerado uma crescente exigência documental. Os dados obtidos na presente pesquisa corroboram estudo de Niederle e Radomsky (2017), a demanda de um pacote documental, trazida pelos mecanismos de garantia da qualidade orgânica, traz consequências aos produtores, em relação à rotina de trabalho e à identidade.

7.1.2. A lacuna prescrito-real nas OCS's

A investigação da lacuna prescrito-real âmbito das OCS's tem como intuito assimilar como as normas e procedimentos por elas estabelecidos têm se efetivado diante da realidade dos produtores. Essa perspectiva, conforme assevera Schwartz (2008, 2011a), contribui com o amadurecimento do ponto de vista que considera relevante possibilitar aos produtores iniciarem o debate sobre possíveis adaptações no atual quadro de normas das OCS's, objetivando torná-lo mais coerente as suas necessidades.

Em geral, pode-se considerar o prescrito de uma OCS como sendo uma articulação entre o que é necessário para ela ser reconhecida pelo MAPA e o que foi definido pelo próprio grupo de produtores que a conforma como seus procedimentos de controle e registro de informações. O controle documental deve assegurar tanto a qualidade orgânica dos produtos quanto discriminar quais agricultores são responsáveis por cada um dos produtos.

Como mencionado no capítulo 2, para que uma OCS seja reconhecida pelo MAPA, é preciso controle social de seus membros (efetivado através das visitas de pares e técnicas, reuniões, oficinas etc.) e assegurar aos seus consumidores o direito de visitarem as unidades produtivas sempre que desejarem (BRASIL, 2007). Como regras gerais das OCS's ativas em Sete Barras, elas estabelecem a periodicidade bimestral para as reuniões e as visitas (pares e técnicas) e constituem como controle documental a manutenção de um caderno de campo e de um prontuário com as notas de produtos adquiridos e comercializados.

Durante a pesquisa, um debate que ganhou visibilidade entre os produtores foi sobre os impactos que o período sem o efetivo exercício do controle social, devido ao adiamento das

visitas e reuniões das OCS's (durante praticamente todo o ano de 2020 e início de 2021), poderia causar na credibilidade das OCS's.

Só que, assim, a gente **nunca foi visitado**, são muitos OCS's. Assim, como [*as pessoas*] já **conhecem a gente**, conhecem **nosso sítio**, então sempre **foi deixando**. Quando estava para fazer a visita lá em casa, veio a **pandemia**. (Cristina – Sete Barras)

Então, quando realmente funciona, quando você tem **realmente as visitas**. Se funciona com **rigor**, tá ok? Com o rigor do que pede as exigências da **lei**, das visitas serem bimestrais, das reuniões e tal. Então, quando era assim, eu **confiava**. (...). Agora, hoje em dia, a gente **não faz nada disso**, aqui. Então, nós não estamos levando a nossa certificação participativa no que ela **tem que ser**. (Mariana – Sete Barras)

Ambos os depoimentos têm a mesma perspectiva em relação às OCS's da região, de que elas não estão caminhando de acordo com as normas, o prescrito. Para Cristina, apesar de haver muitas pessoas nas OCS's e, naturalmente, transcorrer um período até que chegasse sua vez de ser visitada, ela acredita que poderia ter recebido a visita dos demais membros da OCS antes do início da pandemia. Trata-se de um dos dilemas presentes na esfera da garantia participativa, a dificuldade em se estabelecer um limite saudável entre a confiança e a fidedignidade nos princípios/normas – conforme discutido no item *relações baseadas na responsabilidade e na reciprocidade*, do constructo *cooperação*.

Para Mariana, as OCS's não estão sendo capazes de cumprir suas obrigações com “rigor”, como “tem que ser” e isso tem comprometido sua confiança nas organizações. Ou seja, para ela, a forma como as coisas têm ocorrido na prática, diferente do previsto pelas normas, compromete a credibilidade das OCS's. Pensando-se nessa lacuna e no modo como Mariana se refere à realidade, “a gente não faz nada disso”, “tem que ser”, fica a dúvida sobre até que ponto é sadio (para os sujeitos e para a própria OCS) assumir a perspectiva do prescrito como sendo o ideal – a supervalorização do prescrito, de Soboll (2007) –, como a única alternativa para que se estabeleça a confiança nas OCS's. Não se pode esquecer, assim como afirma Meirelles (2020), que a essência da credibilidade da garantia participativa – e sua principal distinção em relação à certificação por auditoria – é justamente a confiança na palavra dos produtores.

A respeito desse debate mais direto sobre a lacuna prescrito-real das OCS's, Pedro mencionou um caso que exemplifica a dificuldade que produtores ecológicos e familiares encontram em seguir à risca o prescrito pela legislação de orgânico.

Então, ele conhece, sabe da dificuldade e sabe que tem coisa que **está no papel**, ali, mas que **é impossível** de você produzir... Por exemplo, a questão de uma estufa, você vai montar uma estufa, vai gastar, em 500 metros quadrados, R\$ 20.000,00. **No papel**, teria que deixar **um ano, um ano e meio parado**, porque o eucalipto recebeu uma química nele, tem que ficar parado para depois... Como você vai investir R\$ 20.000,00 para deixar um ano e meio parado, não tem como. Tem coisas que eles falam, “está no papel, tento meio que fazer **vista grossa** porque **não tem lógica**”. (Pedro – Sete Barras)

Discorrendo sobre um diálogo que manteve com um técnico que o auxiliava durante o processo de preparação para receber a primeira visita da certificação por auditoria, Pedro chama atenção para a necessidade de se adaptar as normas às necessidades dos pequenos produtores. Nas situações em que não há preocupação em tornar o prescrito mais coerente à realidade dos pequenos produtores, os sujeitos que, por conta própria, optam pela “vista grossa” às normas, ficam expostos aos riscos de manter em segredo suas transgressões às regras diante das organizações a que estão ligados.

Outra discussão que repercutiu entre os produtores – conforme os depoimentos a seguir – foi a respeito da dificuldade que encontram em cumprir o prescrito em termos de controle documental, mais especificamente sobre a cobrança das OCS’s quanto à confecção do caderno de campo. Esse debate complementa o discutido no item anterior, sobre as alterações que a necessidade de realizar o controle documental causou na rotina dos produtores.

Caderno de campo para mim **não é o principal**, né? Eu **não fico anotando**... quer dizer, **agora faz**, né? Mas é mais para **cumprir tabela**, mais para cumprir a dinâmica da... porque o caderno de campo, na verdade, **não é para escrever**... é claro que tem uma questão de operação, né? Mas o caderno de campo seria mais para quem **aplica produto**, entendeu? (Otávio – Sete Barras)

Isso, o caderno de campo para marcar tudo o que fez naquele dia, né? Para ter uma noção, a hora que viesse uma pessoa perguntar, você já estava..., **mas esse eu nunca fiz**... Não, eu nunca fiz. Faço, mesmo, assim, **na cabeça**. (Valter – Sete Barras)

Um dos fatores que mais se discute como causador de dificuldades ao atendimento da exigência do caderno de campo é a formação escolar dos produtores. Produtores não alfabetizados ou que tenham cursado apenas os anos escolares iniciais enfrentarão maiores problemas para cumprir a tarefa. Esse pode ser o caso de Valter, que cursou até a quarta série do ensino fundamental. No entanto, Otávio, que também revela não cumprir com a exigência, tem formação universitária. A questão não se resume ao fator formação escolar, há outros fatores determinantes, especialmente o fato de os produtores não verem sentido na tarefa, o que foi apontado, diretamente, por Otávio. Enquanto o caderno de campo representar apenas mais uma tarefa a ser cumprida, algo que deve ser executado para “cumprir tabela”, ele se manterá como um caso típico para se discutir a lacuna prescrito-real na agricultura ecológica.

Considerando-se o caso de Otávio, um dos motivos que ele menciona como determinante para a perda de sentido é o fato de o caderno de campo não se adequar às características do seu modelo de manejo. As atividades cotidianas de Otávio restringem-se basicamente à manutenção de seu SAF (podas, plantio de novas mudas e colheita). Como mencionado em sua fala, ele não realiza atividades de aplicação de insumos em sua roça (adubos orgânicos, iscas biológicas para controle de pragas etc.). Na perspectiva da garantia da

qualidade orgânica e, portanto, das OCS's, as atividades que necessitam de maior rigor na descrição no caderno de campo são justamente a aplicação de insumos externos ao sistema (dias de aplicação e quantidades aplicadas), para que seja possível a conferência com as notas de aquisição dos produtos e para que se verifique se os produtos aplicados atendem à legislação. Assim, do ponto de vista da fiscalização, do atendimento às normas da legislação de orgânicos, de fato, o registro das operações realizadas por Otávio perdem relevância. Nesse sentido, ele reivindica o debate sobre a flexibilização da exigência do caderno de campo para alguns manejos ecológicos, como o seu. Evidentemente, não se trata de extinguir o caderno de campo, mas de buscar torná-lo menos genérico (um modelo que atende a todos os manejos).

Para encerrar, vale destacar que outros produtores fizeram menção às dificuldades em lidar com o caderno de campo. Pedro, para se relacionar melhor com a tarefa, criou a estratégia de preencher o diário de campo apenas uma vez por semana, apesar de estar ciente que a orientação, o prescrito, é preenchê-lo diariamente. Tem-se, novamente, a problemática dos riscos da manutenção das transgressões às normas em segredo. A manutenção do segredo, de acordo com Bouyer (2010) e Dejours (2002), traz consigo os sentimentos de medo, ansiedade e angústia, principalmente quando o segredo é em relação aos demais trabalhadores. Nessa circunstância, segundo Dejours (2002), divergências entre os modos operatórios podem dar vida à lógica do cada um por si e, por conseguinte, comprometer a manutenção da tradição.

Nessa lógica dos sentimentos que acompanham as transgressões e a manutenção do segredo, Renato, com certo constrangimento, autodenominou-se “relaxado com esse negócio de anotação” e, em seguida, revelou que só confeccionou seu caderno de campo “na última hora”, quando estava para receber a visita dos demais membros da OCS. Luciana, por sua vez, mencionou que procura anotar suas atividades, mas que sempre esquece de registrar muitas coisas, por mais que se esforce. Por último, Daniel, que devido a sua ligação com uma das cooperativas da região conhece bem a realidade dos produtores, mencionou acreditar, fazendo jus aos depoimentos dos colegas, que praticamente nenhum produtor realiza a atividade de preenchimento do caderno de campo como requisitado pelas OCS's.

7.1.3. Constrangimentos advindos do processo de garantia da qualidade orgânica das OCS's

Em relação aos motivos que levam a constrangimentos, os produtores citam o diário de campo e a dinâmica de garantia da qualidade orgânica. Quanto ao caderno de campo, os produtores queixam-se da objetividade da tarefa – sua incompatibilidade com o mundo rural e

o fato de cobrar competências que os produtores ainda terão que desenvolver – e de outras questões do campo da subjetividade, como a necessidade de superar suas próprias resistências diante da atividade, seus incômodos com o modo como a atividade os é apresentada e os custos de buscar se convencer da necessidade de realizar uma atividade que ainda não veem sentido. A seguir, os depoimentos de Cristina e de Otávio referem-se a questões de ordem objetiva.

Eu falo, assim, que o diário de campo é mais **complicado** porque, assim, é uma coisa **diariamente**. Tem produtor que **não tem esse tempo**, ele sai para a luta, quando volta já não lembra de pegar, marcar. (Cristina – Sete Barras)

O principal é a **documentação**. É, por exemplo, o cara entrar nessa rotina de **marcar tudo** as coisas que ele faz. É simples se ele for agroecologia, que não compra nada, agora se for um agricultor que já compra, a coisa começa a se complicar, né? Orientar ele no **balanço de massa...** o **complexo** é isso, né, entrada e saída. Quantos mil quilos você tira? Qual a projeção? Isso é complicado, **ninguém sabe isso**, praticamente. **Tem que aprimorar isso**, vai ter que aprimorar. (Otávio – Sete Barras)

Ambos os produtores se referem ao fato de a escrita diária do caderno de campo ser uma tarefa incompatível com a dinâmica do mundo rural. Como discutido na dimensão *organização do trabalho*, do constructo *cooperação*, a rotina de trabalho dos produtores ecológicos familiares é composta por uma grande diversidade de pequenas atividades diárias e é influenciada por diversas variáveis – como demanda, ritmo da natureza, capacidade de produção, diversidade de espécies cultivadas – o que a caracteriza pelo paradoxo da rotina imprevisível ou não rotineira. É em decorrência dessa rotina paradoxal que Cristina e Otávio relatam que o produtor encontra dificuldades de inserir em seu cotidiano de trabalho uma atividade como a escrita do caderno de campo, que exige dedicação diária. Além disso, a depender do modelo de manejo ecológico adotado, como destaca Otávio, essa atividade torna-se ainda mais complexa e, conseqüentemente, maior será a lacuna prescrito-real. Otávio identifica ainda como problema o fato do preenchimento do caderno de campo cobrar competências que os produtores ainda não possuem. A complexidade da rotina dos produtores torna difícil para eles acrescentarem novas atividades, que sejam capazes de desenvolver competências que passam a ser necessárias. Acrescenta-se a dependência, para tal desenvolvimento, de apoio técnico, com orientação adaptada à condição de cada produtor.

Os depoimentos a seguir discutem os motivos de ordem subjetiva envolvidos na escrita do caderno de campo.

Então, é mais ou menos importante, até para o produtor se **organizar**, né? Ele tem no seu dia a dia, ele tem todo o **controle**, quanto de produção saiu. Embora, meio marcado da **maneira do agricultor**, mas tem lá. Se precisar fazer um banco de dados, tem. Saiu 10 caixas, 20 caixas, 30, por mês, ano. Então, ele vai **aprendendo a se organizar**, ele vai vendo... por mais que, eu mesmo **detesto fazer isso**, detesto, mas eu **tenho que fazer**. **Eu sei que é bom**, eu marco lá, dia tal tirei folha, desbastei, outro dia cortei o umbigo, né?

Eu sei mais ou menos o que eu faço, se eu joguei algum insumo, alguma coisa, o que foi que eu joguei, a fórmula. (João – Sete Barras)

Isso é uma **imposição**, mesmo, e tem dificuldades. Vou **ter que fazer**, vou ter que **mostrar para alguém**. (...). A documentação, realmente, **ela incomoda**. (Daniel – Sete Barras)

Até que não dá **muito trabalho**. o problema é que a gente não tem aquela **rotina de fazer**, aquele **costume**. Quando você tem aquele costume e você **põe na cabeça** aquilo para fazer, tem que fazer, né? Porque, se não, é **ruim** para a gente mesmo. (...). Mas esse é o **erro da gente**, porque o **certo é marcar**. (Valter – Sete Barras)

Em seu depoimento, João identifica o caderno de campo como uma oportunidade para gerar conhecimento, como uma ferramenta de gestão, auxiliando na organização e no controle das propriedades. Ao mesmo tempo, ao revelar que “detesta” preenchê-lo, demonstra resistências diante da atividade, ainda que ciente dos seus benefícios. Com base em sua formação e experiências, ele possui as competências necessárias para executar a atividade. Desse modo, os motivos que justificam suas resistências não se relacionam com aspectos objetivos, mas sim com o sentido que a atividade representa para ele.

João é um profundo conhecedor dos princípios da agroecologia e um dos maiores defensores, no território, da autonomia, do vínculo, do cuidado e da afetividade entre os produtores. Considerando sua interlocução com a discussão conceitual da agroecologia, a relação que mantém com a referida tarefa pode ser interpretada como um modo de resistir à tentativa de rotineirizar sua atividade, ou seja, de transformar sua rotina-não-rotineira em rotina e, ainda, uma rejeição à perda de confiança na palavra dos produtores.

No caso de Walter, identifica-se os custos que representa para os produtores conviverem com o sentimento de culpa por algo que têm que fazer, mas não conseguem, em função de dificuldades objetivas (desenvolvimento de competências) e de questões ligadas ao sentido que a atividade adquire. Para Valter, o problema é que os produtores não criaram “rotina”, “costume”, de preencher o caderno de campo, ou seja, que ainda não colocaram “na cabeça” que “tem que fazer” e que isso é um erro. Daniel faz alusão à “imposição”, além de mencionar o incômodo de ter que mostrar a alguém o que tem dificuldade em cumprir, isto é, a dificuldade em dar visibilidade as suas dúvidas, receios, angústias etc. Evidencia-se a necessidade, apontada por Schwartz (2008, 2011a), de viabilizar aos produtores a oportunidade de promoverem adaptações no quadro de normas a que estão submetidos, com intuito de torná-lo mais coerente as suas necessidades.

Os próximos depoimentos tratam dos constrangimentos que os produtores de Sete Barras mencionam advir da dinâmica de garantia da qualidade orgânica, no âmbito das OCS's presentes no território.

É, **gera muito conflito**, gera conflito. Então, nós perdemos um certificado, uma pessoa que era certificada, porque ele jogou mata-mato na variante, sabe, na variante. Não é dentro da área da plantação, mas na variante. Aí, Otávio foi conversar, tal... o cara ficou bravo. (João – Sete Barras)

Fui no Diego, teve uma situação em que eu vi um tanto de **lixo espalhado**, que eu não teria. Mas que ele passou do lado daquilo ali sem falar nada e eu **fiquei quieto** também. É lixo espalhado, para mim, lixo espalhado, seria uma não conformidade. E seria **muito difícil falar** isso para ele. (Leandro – Sete Barras)

É meio **constrangedor**. Porque, assim, ia o grupo, né? Tem que fazer um grupo de meia dúzia, ir lá no sítio da dona Maria, fazer uma reunião, uma comida boa e tudo, há uma troca de ideia interessante. (...). Mas se a gente vê alguém fazendo **algo incorreto**, como é que nós **vamos falar isso** para essa pessoa? **Tem que ser no grupo**, “olha, sabe, isso aqui não é aprovado”. Na OCS é o próprio grupo que fala “olha, se a senhora puder não fazer mais isso é melhor porque se um dia vier uma fiscalização e pegar isso como prática, o grupo todo está perdido, né?”. Só que ainda é **constrangedor**, não é para a pessoa que está fazendo errado é para quem tem **que falar**. (Daniel – Sete Barras)

Como se nota nos depoimentos, todos mencionam algum tipo de constrangimento advindo da dinâmica de garantia da qualidade orgânica. João destaca a geração de conflitos como principal constrangimento. Ele comenta sobre um caso de não conformidade, que seria simples de ser solucionado, mas que ocasionou conflito entre um produtor anfitrião e um produtor visitante. Leandro descreve o constrangimento em falar com o colega sobre uma não conformidade identificada, a exemplo da situação em que preferiu se calar, não mencionando o fato para o proprietário e demais produtores que participavam da visita. Destaca-se a dificuldade que apresentou de mobilizar sua subjetividade (inteligência e afetividade) para lidar com o conflito, apontando as deficiências e dialogando com os envolvidos. Daniel, por sua vez, coloca em evidência o mal-estar diante da necessidade de se estabelecer um limite entre apontar as irregularidades e expor/constranger o colega. Para lidar com tais constrangimentos, ligados a aspectos relacionais, Daniel identifica as visitas em grupo como estratégia, pois um grupo instituído pela OCS retira as decisões tomadas da esfera da personalidade.

7.1.4. Olhar dos produtores para o processo de garantia da qualidade orgânica promovida pelas OCS's

A maior parte dos participantes da pesquisa falaram sobre como os demais produtores enxergam a garantia orgânica promovida pelas OCS's, havendo alguns que avaliaram diretamente. Sempre que essa distinção entre as perspectivas não estiver explícita no depoimento será especificada na discussão. Importante esclarecer também que a maioria dos produtores se reportam a todos os processos de garantia da qualidade orgânica (participativo, por auditoria externa ou promovido pelas OCS's) como “certificação”, embora tenham ciência das diferenças entre os distintos processos. Em alguns casos, os produtores referem-se ao processo de garantia orgânica das OCS's como “certificação participativa” ou “participativa”,

devido à proximidade metodológica entre os modelos, principalmente quanto à participação dos produtores no processo.

De modo geral, percebe-se que as menções em relação à garantia orgânica concentraram-se em três perspectivas: *mercado*, *social* e *burocrática*. A perspectiva de *mercado* está atrelada ao entendimento de que a garantia da qualidade orgânica ampliará o mercado consumidor. Volta-se, portanto, a um objetivo mais concreto, o resultado final é mais relevante do que o processo. Quanto à perspectiva *social*, o processo de promoção da garantia da qualidade orgânica torna-se capaz de extrapolar a lógica de mercado e produzir valores (confiança, vínculo, compartilhamento de saberes etc.). Por fim, a perspectiva que visualiza a garantia orgânica como mais uma tarefa *burocrática* a ser cumprida não acredita que ela seja o caminho para ampliação de mercado e não deseja que a lógica de produção de valores tenha que ser intermediada por um processo de garantia da qualidade orgânica. Nessa perspectiva, a produção de valores deveria ser uma articulação direta entre produtores e consumidores, por meio da venda direta e da confiança que se estabeleceria entre os atores.

Quanto ao modo como os participantes entendem que os demais produtores enxergam o processo de garantia da qualidade orgânica, eles acreditam que prevalecem a perspectiva de *mercado* e a *burocrática*. Os depoimentos a seguir são representativos dessas perspectivas.

A verdade é que essa **OCS** apareceu no **interesse** por causa do PNAE, essas coisas, políticas, que teve um tempo que teve uma fase áurea, PNAE, PAA, que sem dúvida nenhuma ajudou muito. Então, foi uma fase áurea. (João – Sete Barras)

Como uma **obrigação bem chata de cumprir**. Como uma obrigação bem chata. Como obrigação. Por isso que eu falo... é difícil, a pessoa...É que realmente tem coisas que são chatas, né? (Mariana – Sete Barras)

João faz referência aos programas institucionais (PNAE e PAA) como principal motivo para adesão dos produtores às OCS's. Vale recordar que essa adesão não dá direito à comercialização de produtos no mercado privado, sendo as vendas institucionais a principal via de comercialização de produtos orgânicos em Sete Barras. Daniel, assim como João, acredita que o objetivo dos demais colegas é buscar ampliar as vendas; e, assim como Mariana e Otávio, considera que os produtores se relacionam com o processo como sendo um problema, “um mal necessário para vender produto”. Antônio foi o único produtor acrescentou ao interesse de mercado dos colegas, a ideia de que eles acreditam que o processo de garantia orgânica possa produzir valores.

Quando os produtores se referiram as suas próprias opiniões do processo de garantia da qualidade orgânica das OCS's, prevaleceu a perspectiva *social*, da produção de valores. Mas também houve uma menção à perspectiva do problema/tarefa burocrática.

Eu acho que a certificação é importante para você **gerar uma consciência** daquilo que você vende para o seu próximo. Então, você, como certificado, você se esforça, é **orientado** para seu produto não ter nenhum elemento que no futuro vai prejudicar uma criança lá na escola. (João – Sete Barras)

João se refere a produção de valores como uma fonte produtora de consciência nos produtores, trazendo para a discussão valores relacionados à confiança, à alimentação saudável e ao cuidado com o próximo. É significativo recordar que João é um dos fundadores das OCS's no território. Ao se referir à visão dos colegas a respeito do processo de garantia orgânica, diz acreditar que os demais produtores buscam às OCS's com base na perspectiva de mercado. Mostra-se custoso a João conviver diariamente com esse paradoxo entre o que ele acredita e valoriza e o que ele percebe como sendo a motivação dos demais produtores, muitos deles de seu convívio diário. Daniel também tem uma visão da garantia orgânica distinta do que acredita que os demais produtores possuam, embora reconheça que também já visualizou o processo da mesma forma que os demais, como “um mal necessário para vender produto”. Hoje, compreende o processo de garantia da qualidade orgânica segundo à perspectiva *social* ou da produção de valores.

Otávio foi explícito em dizer que compreende o processo de garantia da qualidade orgânica como um problema, uma tarefa burocrática. Em sua opinião, a solução seria construir uma alternativa a esse processo, promovendo a aproximação e a geração de vínculo entre produtor e consumidor. Desse modo, a garantia da qualidade orgânica seria estabelecida pela confiança que o consumidor depositaria no produtor. Ao se alcançar esse ponto da relação consumidor-produtor, as organizações que fazem a intermediação dos processos de garantia participativa da qualidade orgânica (SPG's, OCS's e certificadoras privadas) seriam desnecessárias. Destaca-se que essa visão está presente entre parte dos produtores ecológicos desde o início das discussões para a conformação da legislação de orgânicos e que também foi abordada por diversos autores do campo teórico (CALDAS, 2011; NIEDERLE; RADOMSKY, 2017; NIEDERLE; ALMEIDA, 2013; SOUZA; BATISTA; CÉSAR, 2019).

7.1.5. Perspectivas dos produtores sobre a construção de um SPG para o Vale do Ribeira

Como mencionado em outros momentos do texto, parcela dos produtores de Sete Barras integra um grupo trabalho em benefício da construção de um SPG para a região do Vale do Ribeira. Esse projeto vem sendo articulado desde 2019 e envolve produtores ecológicos de várias cidades da região.

Como um tema presente entre as discussões cotidianas dos produtores, sobretudo quando se considera os produtores que participam das OCS's, considerou-se relevante apresentar as perspectivas dos produtores participantes da pesquisa a respeito do projeto. Basicamente, foram identificadas quatro perspectivas dos produtores a esse respeito: acham interessante, mas se reconhecem como pouco inteirados das discussões; indiferentes, pois acreditam que o SPG não será capaz de alterar as dinâmicas dos produtores; reconhecem a necessidade, mas sentem que ainda não é o momento; e, por último, reconhecem o potencial do SPG, colaboram com sua construção, mas estão cientes das dificuldades. Os depoimentos a seguir são ilustrativos dessas perspectivas.

Eu acho que é um tipo de certificação, vamos dizer assim, **mais light**, né? Mais **tranquila**, assim. Para nós, pequenos produtores, seria o **ideal**, o grupo se **manter unido**, um vigiando o outro, um apoiando o outro, entendeu? (Cristina – Sete Barras)

Mas você não acha que voltaria no **mesmo processo** que está agora, da OCS? Desistimos, as pessoas **não vão participar**, se não vende, se não **faz dinheiro, ninguém vai**. O processo é o mesmo. Então, a gente tem que analisar... tudo vai mudar quando tudo estiver acontecendo, se a coisa... A pandemia acabar, tudo voltar à normalidade. Mas, senão, vai ser uma coisa estranha, do mesmo jeito, **ninguém** vai participar. (João – Sete Barras)

Temos condição, mas tem que ter um **trabalho mais forte**. E pelo que vejo, pelo que sinto aqui, na base, dos nossos produtores, eu acho que falta ainda um **entendimento melhor** do que é isso. Assim, não sou contra, não, **pelo contrário**. (Daniel – Sete Barras)

Eu participei das primeiras reuniões. Seria **maravilhoso**, mas eu vejo, na verdade, como **preocupação**. Por quê? Eu tenho medo da gente ser muito, a mesma história, muito **condescendente** com coisas que não deveriam ser. (Mariana – Sete Barras)

Eu acho que a gente evoluiu demais, a gente tem uma tendência de ser... analisar as falhas. Mas nós evoluímos demais, hoje a gente tem narrativa e tem... as pessoas estão inspiradas em **fazer parte da SPG**. Agora, a **fragilidade** maior, cara... Logisticamente nós estamos muito separados, nós vamos ter... **vai ser juntar todo mundo**. (Otávio – Sete Barras)

Acho que a gente evoluiu demais, Vixe! Vão ter **problemas homéricos** para resolver! Conflitos de **interesse**, isso é fato. Já havia... (Otávio – Sete Barras)

Cristina está entre os produtores que acham interessante construir o SPG da região, mas ainda estão pouco inteirados das discussões realizadas, fato relatado por ela antes do depoimento acima. A produtora defende a construção do SPG como modelo de certificação “ideal” para os pequenos produtores. Quanto às menções de que o SPG seria “mais *light*” e “mais tranquila”, destaca-se não se tratar de uma incompreensão do modelo, como poderia ser interpretado. Ao fazer uso dessas expressões, ela está comparando o SPG, como mecanismo provedor da certificação participativa, com a certificação por auditoria. Como ela havia acabado de receber a primeira visita de auditoria, estava com as impressões a respeito da visita presentes em suas argumentações. Em outro ponto da entrevista, mencionou que a certificação por auditoria é “muito exigente” e que “não tem lógica”, visto não ser coerente com as necessidades

dos pequenos produtores. Assim, na verdade, ao utilizar as referidas expressões, está reivindicando a certificação participativa.

João encontra-se entre os produtores que estão indiferentes ao processo de construção do SPG, uma vez que não conseguem ver nele a capacidade de alterar as dinâmicas relativas à garantia da qualidade orgânica. Ele demonstra um desalento em relação aos processos de garantia da qualidade orgânica em curso no território, por entender que se os produtores aderirem ao SPG visando apenas objetivos econômicos, no caso de não terem suas expectativas alcançadas, deixarão de participar. Em conversas informais, João relatou, ainda, que caso não se consiga alterar a forma de pensar dos produtores, levando-os a se embasarem menos em aspectos econômicos e mais em princípios da agroecologia, nenhuma ação que se realize no plano operacional, como a construção do SPG, surtirá o efeito desejado.

Daniel e Mariana são produtores que reconhecem a necessidade de se construir um SPG para a região, mas acreditam que ainda não estão preparados, que há necessidade de se aprofundar o debate a respeito de questões conceituais e, principalmente, morais. Ambos têm perfis parecidos entre si e diferenciados em relação aos demais produtores da região. São neorrurais, exerceram profissões pertencentes ao campo empresarial e podem ser identificados como representantes da vertente ecológica empresarial. Tanto Daniel quanto Mariana manifestam preocupações com a forma como algumas questões são conduzidas pelas lideranças locais, representantes da vertente ecológica familiar.

Por último, tem-se o grupo de produtores que reconhecem o potencial do SPG, colaboram ativamente com sua construção, mas estão cientes que enfrentarão muitas dificuldades para consumir o processo. Otávio é um dos produtores que pode ser considerado como parte desse grupo. Em sua opinião, eles teriam grandes problemas, sendo eles a distância geográfica entre os produtores membros do SPG e os conflitos de interesses entre os diversos atores envolvidos.

7.2. Trabalho e garantia participativa da qualidade orgânica em Socorro

7.2.1. Alterações na rotina de trabalho promovidas pela garantia participativa

Todos os participantes da pesquisa manifestaram-se de modo muito semelhante, relatando que as alterações promovidas pela garantia participativa foram pontuais. A esse respeito, torna-se relevante salientar que os produtores participantes da pesquisa em Socorro

têm uma relação relativamente longa com a agricultura (modelos convencional e ecológico) e com o processo da garantia participativa, como pode-se observar no quadro abaixo.

Quadro 10 – Tempo de adesão aos modelos de manejo e de garantia da qualidade orgânica

Nome	Agricultura (anos)		Certificação (anos)	
	Convencional	Ecológico	Auditoria	Participativa
Henrique	20	10	4	6
José	18	22	12	10
Júnior	0	22	12	10
Roberto	0	13	0	5

Fonte: elaborado pelo autor

Nota-se que mesmo Roberto, que possui o menor tempo de experiência na garantia participativa entre todos os produtores, já participa do processo há cinco anos. Além disso, cultiva segundo princípios dos modelos ecológicos há 13 anos. Por outro lado, Henrique, que possui o menor tempo de experiência com os modelos ecológicos, já conta com 10 anos, tendo certificado sua produção ecológica durante todo esse tempo. A partir desse resgate, pode-se compreender o argumento utilizado por todos, segundo o qual são muitos anos de contato com a agricultura ecológica e com os modelos de garantia da qualidade orgânica e que, desse modo, as alterações são pontuais, pois, de certo modo, eles foram adaptando-se ao longo dos anos.

Entretanto, no decorrer das entrevistas, com uma certa persistência do pesquisador em retomar o assunto, os produtores foram aos poucos mencionando algumas mudanças. Assim, Henrique relatou, conforme depoimento a seguir, que atualmente executa algumas atividades de modo distinto de como procedia há alguns anos.

Não, assim, **acho que não**. Acho que mudou, **não mudou a rotina**, porque a gente já tinha certificado, já tinha trabalhado, né? Depois ficou um tempão fora da agricultura, mas não perde a mão, né? E aí, as coisas, até eu cabei **mudando a cabeça**, do que fazia antes, quando a gente começou com a agricultura orgânica, coisa que eu faço **totalmente diferente** hoje. Bastante coisa, né? Quando, falando por mim, né, a gente estava junto lá, mas quando a **gente começou** na agricultura orgânica, a gente era **aquele produtor** que estava do **lado do produtor convencional**. (...). Comprando um **monte de insumo**, comprando... tipo, faço **análise de terra**, vejo tudo o que está precisando, faz aquela **receitinha** do agrônomo, só **troca o insumo**. (Henrique – Socorro)

Hoje, não. Não, hoje eu sou **muito mais observador**. Eu **só aplico um insumo** naquilo quando eu tô **observando a planta**, ali, e vendo as **necessidades dela**. Se ela está... faz alguma aplicação, senão, **não faz nada**. (Henrique – Socorro)

Henrique reconhece que no início de sua história com a agricultura ecológica era quase que um produtor convencional, pois apenas trocava insumos não permitidos pelos permitidos. Como dito anteriormente, a partir de suas experiências ele desenvolve uma nova forma de compreender a natureza e a agricultura ecológica, passando a ser capaz de reconhecer quais são as reais necessidades das plantas apenas por meio da convivência e da observação, o que o leva

a aderir ao SPG. A partir de então, ele abandona o modo de agir prescrito por um determinado modelo de agricultura ecológica – as receitas prontas de um modelo “homeopático” – passa a reconhecer o real do trabalho no campo e, diante dele, mobiliza sua subjetividade para reaprender a conviver e a observar a natureza.

As mudanças na rotina de trabalho de Henrique podem não ter sido em grande número, mas foram intensas. Embora ele não as relacione diretamente à garantia participativa, a grande mudança em sua forma de pensar coincide com o período em que deixou a certificação por auditoria e ingressou no SPG. Em sua perspectiva, a adesão ao SPG foi em decorrência do amadurecimento de sua nova forma de se relacionar com a natureza. No entanto, ao longo de todo esse período, Henrique manteve contato frequente com outros produtores membros do SPG – conhecidos, amigos e, inclusive, alguns familiares. Assim, vale a pena se considerar até que ponto seu amadurecimento e a consequente mudança de perspectiva também não são frutos da existência de um SPG organizado e ativo no território, bem como das discussões que indubitavelmente o acompanham, como os princípios constitutivos da agroecologia, os debates acerca da constituição da legislação de orgânicos e da necessidade de se considerar os circuitos curtos de comercialização.

Dando sequência ao debate, José e Júnior reportam-se à necessidade de manterem um rigoroso controle documental como sendo a principal mudança em suas rotinas de trabalho. José, em conversa informal com o pesquisador, relata que a exigência documental alterou também a rotina da própria casa e de seus familiares. Em decorrência daquele “monte de papel” e de ele e sua esposa, Regiane, já estarem saturados pela rotina de trabalho da roça, suas duas filhas (Isabela e Marcela), ainda adolescentes, foram recrutadas para auxiliá-lo nas atividades de controle documental, em especial com a digitação das informações.

Agora eu **sou fiscalizado**, né? Eu sou **obrigado a ter tudo**, minha **papelada**. Não sei se eu teria toda essa, essa... esse controle. Isso aí **é ótimo**, né? Você **tem que fazer** e se não tivesse ninguém pra vir **fiscalizar**, tal, talvez pudesse **deixar um pouquinho** pra trás. Então, pode ser que seja isso, isso aí, **essa regra** aí... essa **obrigação** de estar tudo certinho, precisa saber para quem você **vendeu**, a **quantidade**, tudo. Isso aí é bom, acho que é isso. (Júnior – Socorro)

Embora Júnior reconheça que a exigência do controle documental altera sua rotina de trabalho, não vê essa interferência como um problema para ele; ao contrário, ele diz que “isso aí é bom”. Como dito anteriormente, como típico representante da vertente ecológica empresarial, ele valoriza a certificação mais formal e burocrática, centrada, conforme discute Radomsky (2013), nos conceitos de disciplina (controle, normatização e inspeção) e de objetividade. Em outro momento da entrevista, Júnior comentou, ainda, a atividade de roçar

manualmente toda a sua propriedade, ao invés de aplicar herbicidas, como a principal tarefa adicional, decorrente da garantia participativa da qualidade orgânica.

Por fim, Roberto expôs que a principal alteração em sua rotina, em virtude da garantia participativa, foi a necessidade de, muitas vezes, interromper suas atividades ou adiá-las para participar dos compromissos do SPG, como receber e realizar visitas (pares e verificação), participar das reuniões do OPAC e de outros eventos que são convidados. Durante os momentos informais da pesquisa, diversos produtores assinalaram que a certificação participativa, devido seus muitos compromissos sociais, torna-se mais trabalhosa do que a certificação por auditoria, que, em geral, resume-se a receber a visita de auditoria uma vez ao ano.

Roberto especificou que não sentiu maiores interferências do SPG, pois já cultivava de acordo com as normas da produção orgânica desde 2008. Relatou, ainda, que, em um certo momento, quando as pequenas vendas que realizava para vizinhos, amigos e familiares começaram a crescer e ele percebeu que gostava do que fazia, procurou se inteirar do que seria necessário para certificar sua produção. Então, percebeu que “já fazia tudo o que eu tinha que fazer, o que custava mais eu ter o certificado?”. Foi quando procurou algumas certificadoras por auditoria, mas não pôde certificar-se em virtude dos altos valores praticados. Nesse ínterim, em 2016, conheceu alguns produtores que eram certificados pelo processo participativo e, em pouco tempo, também já estava vinculado ao SPG.

7.2.2. A lacuna prescrito-real na garantia participativa

Dentre os quatro produtores entrevistados em Socorro, apenas Roberto faz alusão a uma falha em uma das dinâmicas da garantia participativa da qualidade orgânica, referente ao processo de avaliação de seu plano de manejo orgânico (PMO).

Tanto que quando eu fui avaliado também, do meu plano de manejo, eu fiz uma coisa que a gente estava fazendo e sem pensar, sem maldade, mas, sabe, nossa, **totalmente fora**. Foi o **negócio do bokashi**, que nós estávamos falando, aquele adubo, lá, né? (...). Então, o que acontece, esse bokashi, no caso, usava **farinha de soja**, como um dos ingredientes. Aí, o cara me perguntou “viu, esse **farelo de soja** que você usa no **bokashi**, aqui, é **orgânico?**”. Falei, “**não, é da pecuária**”, “isso é **transgênico!**”. Nossa, “oh, rapaz, e não é que é mesmo?”. E é uma coisa que **eu nem me liguei**. Ele falou “então, você vai ter que substituir esse ingrediente por outro, que seja orgânico ou que não tenha essa transgenia”. (...). Ele falou “muda isso, aí”. Então, o cara também... e isso, já tinha **passado outros anos**, que eu tinha feito **igualzinho** e ninguém **falou nada**. (Roberto – Socorro)

A atividade a que Roberto faz referência consiste em uma atividade coletiva de avaliação dos PMO's, em que os próprios produtores avaliam os planos de manejos uns dos outros. Ele vinha cometendo o mesmo equívoco há anos e, até aquele momento, ninguém havia o advertido do problema. Percebe-se que o acontecimento relatado é um caso típico para se

discutir a lacuna entre o trabalho prescrito e o real. De acordo com o trabalho prescrito, esse caso jamais poderia ocorrer, pois os produtores devem ter conhecimento das normas, que são públicas, compartilhadas entre todos os membros do SPG e constantemente discutidas em reuniões e eventos. No entanto, como afirma Schwartz (2011b), por mais específicas e minuciosas que as normas possam parecer, elas sempre trazem consigo os “furos das normas”.

No caso em questão, a não identificação do furo da norma pode ser devido a diversos fatores, como incompreensão das normas, desconhecimento dos componentes do insumo que Roberto utilizava, falta de atenção aos detalhes do PMO ou, mesmo, em vista da sobrecarga de trabalho, afinal, não se pode desconsiderar que os avaliadores dos PMO's também são produtores ecológicos familiares. Há, ainda, a possibilidade de os avaliadores acreditarem que o produtor tinha ciência da informação e que ele adotava as medidas necessárias para não incorrer no erro. Ao mesmo tempo, Roberto confiava no processo de avaliação do PMO, e sozinho, sem a experiência dos demais, não anteciparia o problema.

7.2.3. Constrangimentos advindos do processo de garantia participativa

As menções dos produtores a constrangimentos relacionados à garantia participativa, assim como em Sete Barras, concentraram-se na dinâmica de avaliação da conformidade, destacadamente a visita de verificação, e no controle documental, com referências ao diário de campo, ao PMO e a documentos específicos do SPG, necessários para receber e registrar as visitas de pares e de verificação.

No que se refere aos constrangimentos com a dinâmica de avaliação, Henrique, a seguir, faz uma leitura crítica do processo de avaliação na garantia participativa, destacando as diferenças entre avaliar, sugerir e impor.

Esse dia mesmo eu estava conversando nas **visitas de pares**, cada um tem o **seu manejo**, tanto que eu faço diferente, você faz diferente. Cada um tem o **seu pensamento** (...). O que eu vejo, nas visitas nossas, é **troca de ideias**, cada um pode trocar ideia “ah, legal se você fizesse isso, isso, isso”. Mas você não pode **obrigar** a pessoa. (...). Se ela estiver dentro da **legislação orgânica**, não tiver nada fora, esse é o **intuito da visita**, né? Você verificar, primeira coisa da visita é isso aí, você verificar se o cara não tem **nenhuma inconformidade** perante a **legislação orgânica**. Aí, é o principal... eu vejo, né? Seria o que a gente está vendo, depois vem a **troca de ideias**, né? Ah, eu vou lá, vejo que a lavoura do cara está com deficiência na coisa, não posso falar pra ele “viu, acho bom, você tá com deficiência de cálcio, essa planta aí”. Sugestão, né, “dá uma averiguada, que acho que se você colocar...”. (...). Agora, você não pode **querer impor** para a pessoa, “não, aqui você vai ter que cobrir o solo”. E é essencial que você cubra, [*mas*] até hoje não é uma não conformidade você não cobrir o solo. Deveria ser, largar o solo exposto. Mas não é uma não conformidade. Você não pode obrigar a pessoa. (Henrique – Socorro)

Henrique refere-se à visita de verificação, momento em que um produtor externo ao grupo faz visita nas propriedades, verifica toda a propriedade e a documentação, e, ao final,

indica à plenária do OPAC o resultado da avaliação. Diante de sua experiência com alguns constrangimentos com esse processo, Henrique faz uma leitura objetiva da avaliação. Em sua opinião, o responsável pela visita de verificação, enquanto avaliador, deve se ater a identificar possíveis não conformidades, a partir da legislação orgânica. E, como produtor, ele deve promover a troca de conhecimentos e de experiências, sugerindo possíveis adaptações ou melhorias ao que achar conveniente. Ele é categórico em afirmar que a postura do produtor responsável pela avaliação deve ser a de sugerir e não a de impor.

Em conversa informal com o pesquisador, Henrique comentou ter passado por uma situação constrangedora, em uma visita de verificação, que o fez repensar a dinâmica. Na ocasião, revelou ter recebido a visita de um produtor que “começou a achar” questões durante a visita que “não tinha nada a ver com a certificação”. A partir dessas questões, o avaliador passou a questioná-lo de forma ríspida, impondo sua opinião e não buscando o diálogo, como seria o recomendado, já que seus questionamentos não eram referentes a nenhum ponto presente na legislação. Como mais um desdobramento do ocorrido, Henrique também refletiu sobre a importância de o produtor que estiver realizando o papel de avaliador ser uma “referência de produtor” para os demais. Segundo a perspectiva teórica (AREOSA, 2019; DEJOURS, 2008, 2012b; GIANNINI et al., 2019), a ideia de “referência de produtor” remete ao sujeito que tem seu trabalho reconhecido por seus pares como um trabalho bonito e bem-feito. Nesse caso, além de o produtor “ter o conhecimento para avaliar”, como disse Henrique durante a conversa, os produtores que estiverem sendo avaliados terão confiança na avaliação e nas sugestões que ele possa indicar.

Os próximos depoimentos são os mais significativos em relação aos constrangimentos que o controle documental representa para os produtores. Tais depoimentos apresentam perspectivas distintas e/ou complementares, em relação ao ponto de vista dos produtores de Sete Barras.

Acho que a parte mais **burocrática** mesmo, de **papelada**, de coisa. Eu acho sempre o **mais chato**, organização. Sou mais do **fazer**, sempre, sempre fui do **fazer**, gostar de **fazer as coisas**, estar na **atividade**, estar em **movimento**, fazendo. (Henrique – Socorro)

Um dia falei para eles se eles não queriam certificar. Ele falou que **não ia certificar** justamente porque ele não tem **essa capacidade**, ele acha, não tentou também, ele acha que não tem essa capacidade de **preencher a papelada**. (...). Mas eu vejo **pessoas**, esse caso aí, mesmo, o argumento dele é que ele **não certifica**, não procura certificação, por causa do **problema burocrático**. (Henrique – Socorro)

Como uma explicação para seu constrangimento com a documentação, Henrique se autodefine como uma pessoa “do fazer”, “da atividade” e do “movimento”, em evidente alusão a sua identidade de produtor e ao prazer que sente em estar vinculado com a natureza, “em

movimento”, transformando-a e transformando-se. Com isso, ele reafirma que o mundo rural é a esfera do fazer e não da “papelada” e da “organização”.

Ele identifica ainda produtores que estão cultivando roças ecológicas, mas que se recusam a certificar sua produção em razão da exigência documental dos processos de certificação. Ele afirmou que a família de produtores a que se referiu realiza um trabalho sério no manejo, além preocupar-se com as questões mais abrangentes da agroecologia, mas fica de fora do SPG por uma suposta incapacidade em trabalhar com a questão documental. Nota-se, portanto, que o constrangimento com a exigência do controle documental traz consequências para produtores que estão vinculados ao SPG, para produtores que deixam de se vincular ao SPG, devido à questão documental, e para o próprio SPG, que desperdiça a contribuição destes produtores.

Apesar dos problemas elencados, Henrique disse, em outro ponto da entrevista, que a questão documental tem melhorado, considerando-se a quantidade e a complexidade dos documentos exigidos, revelando certa dinamicidade do SPG, de se constituir com e pelo diálogo com os produtores. Trata-se de uma distinção marcante da realidade observada no território de Sete Barras, em que as OCS's, de modo geral, ainda não alcançaram esse grau de dinamicidade em relação à questão documental. A disparidade dos contextos de Socorro e de Sete Barras, inclusive quanto ao modo como os territórios e suas organizações foram impactados pela pandemia de COVID-19, auxilia a compreender as dinâmicas distintas do SPG e das OCS's

A seguir, os depoimentos de José e de Roberto trazem mais algumas relevantes considerações sobre os impactos que os constrangimentos com o controle documental podem ocasionar nos produtores, no SPG e na própria percepção do produtor em relação à necessidade de certificar sua produção.

Se eu for lá fazer uma atividade hoje, lá no campo, é... fiz uma aplicação no morango, plantei batata. Chego em casa, pego a planilha e já marco, lá. É coisa simples, mas **não faz, eu não faço!** Eu tenho esse **péssimo hábito**. Eu chego e **não anoto**. (...). Mas essa parte aí eu sou **ruim**, sou ruim, deixo **tudo para última hora**. Daí, na hora que chega, aí eu fico **estressado**, fico três, quatro dias **estressado**, arrumando papel, porque eu tenho as notas, eu tenho toda a documentação. Só que para colocar bonitinho, assim, para o auditor... no nosso caso, no **nosso grupo**, não tem problema, **ele entende** essas dificuldades. Mas quando vem o outro **auditor**, do **outro grupo**, ele chega aqui e fala assim, “oh, você é bem desorganizado, hein?!”. Já escutei isso... não fala assim diretamente, mas dá a entender. (...). Eu, nessa parte aí, eu **não dou conta**. Não sei, eu chego cansado... daí você muda, **não quero!** Daí, eu perdi... uns dois, três finais de semana preenchendo aqueles documentos todos... principalmente esse **negócio de venda**. Quando vendia para **empresa**, eu vendia tudo com nota fiscal, então era bem mais fácil. Saía daqui com nota fiscal, então eu vendia um lote inteiro, lá. Agora, hoje, eu vendo pra no mínimo sete, oito entregas na segunda-feira. Ninguém, uma vez ou outra alguém emite uma nota fiscal do período. Porque você não vai tirar nota de R\$ 50,00, R\$ 80,00, depende da venda. Aí, eu faço só o romaneio, né? A hora que eu peguei aquela **pilha de romaneio** dessa altura assim, pra passar para a planilha... (José – Socorro)

Eu acho que **não precisava de tanto**, porque, vamos dizer, o cara que usa veneno, o cara usa **tanto veneno** e não precisa **explicar nada**. (...) Está **totalmente errado** e quem tá fazendo a **coisa mais certo** possível, é uma baita **burocracia, pra desanimar** o cliente. Pro cara parar, parar e meter veneno mesmo, isso aí! Então, nossa, mas a gente não pensa assim, mas era pra ser **mais fácil**. (...) E o povo do orgânico fica nessa baita burocracia, parece que **não quer que faça**, da impressão. Que se você não **tiver vontade** de verdade, **tá fora**. Aguenta um pouquinho e tchau! Muita dor de cabeça. (Roberto – Socorro)

O depoimento de José remete a vários debates, inclusive alguns que já foram discutidos em outras partes do texto e que, nesse momento, serão apenas elencados. Dentre eles, as consequências da idealização ou da supervalorização do prescrito pelo sujeito, conforme observa Soboll (2007), e o impacto da exigência do controle documental na subjetividade dos produtores, ou seja, os custos de se conviver com uma atividade que não se consegue realizar da forma como se deveria e/ou que não se deseja realizar porque gostaria de executar outras atividades, conforme Clot (2006, 2010) e Falzon e Mollo (2009).

A respeito dos temas ainda não mencionados pelos produtores, José comenta a diferença entre ser avaliado por um auditor do mesmo grupo ou de outro grupo do SPG. Ele nota não se incomodar muito, pois “ele entende essas dificuldades”, mas mostra um certo constrangimento em demonstrar suas fragilidades quando se trata de auditor de outro grupo. Embora não esteja discutindo diretamente a dinâmica de avaliação, José deixa subentendido que a visita de verificação, em razão de envolver um olhar externo ao seu grupo, é mais propensa a gerar constrangimentos, relativamente à visita de pares.

José reportou-se, ainda, às dificuldades em organizar as várias notas fiscais de vendas. A respeito desse ponto, observa-se uma diferença em relação aos produtores de Sete Barras, que comercializam a maior parte de sua produção com as cooperativas. Nesse caso, como relatado anteriormente, as cooperativas praticamente os isentam da execução dessa tarefa. Em contrapartida, em Socorro, como a maior parte da comercialização ocorre por meio da venda direta, a atividade se mantém como uma das mais constrangedoras/desgastantes. O fato de as vendas diretas envolverem transações financeiras de baixos valores, basicamente, inviabiliza a emissão de notas fiscais para cada venda realizada, gerando a necessidade de os produtores anotarem todas as suas vendas e os seus respectivos valores para que possam, em um determinado momento, emitir uma ou algumas notas fiscais referentes à somatória das pequenas vendas realizadas.

Para encerrar, Roberto trouxe para o debate uma discussão que é histórica no seio da agroecologia e dos movimentos ecológicos e ambientais. Trata-se do contrassenso que tornou, por um lado, previamente regularizado o uso de diversas substâncias químicas (agrotóxicos, adubos sintéticos etc.) na agricultura e, por outro lado, passou a exigir dos produtores que

optaram por abdicar do uso dessas substâncias a necessidade de comprovarem que, de fato, não fazem uso delas, para poderem comercializar seus produtos no mercado privado. É com referência nesse contrassenso que Roberto diz que “o cara usa tanto veneno e não precisa explicar nada” e aqueles que tentam fazer “a coisa mais certo possível” é uma “baita burocracia”. Com base nessa lógica, Roberto menciona que o sentido que se estabelece para os produtores orgânicos é o de impedimento, de se criar barreiras, isto é, “parece que não quer que faça”. Assim, o caminho natural é os produtores orgânicos desanimarem, darem-se por vencidos e aderirem ao modelo que já nasce regularizado.

Desse modo, Roberto se refere à própria certificação da produção como fonte de constrangimento e não apenas ao controle documental. Naturalmente que as barreiras burocráticas vão se expressar na necessidade da documentação. Por outro lado, não se pode esquecer que a certificação participativa, embora não consiga romper com a lógica do contrassenso, foi pensada, como afirma Meirelles (2020), por meio de uma intensa articulação entre diversos atores sociais, justamente para que os produtores possam assumir o protagonismo do processo de garantia da qualidade orgânica. Vale ainda salientar que os produtores só se tornarão protagonistas desse processo, de fato, a longo prazo e por meio da resistência e da resiliência, como o próprio Roberto sustenta ao dizer que “mas a gente não pensa assim”, em referência à ideia de desistir do manejo ecológico.

7.2.4. Olhar dos produtores para o processo de garantia da qualidade orgânica promovida pela certificação participativa

Em relação à perspectiva dos produtores sobre a garantia da qualidade orgânica na certificação participativa, há dois temas que se destacaram: em função da crescente venda direta no território, a certificação participativa tem perdido relevância, do ponto de vista comercial (Henrique); quando confrontada com a certificação por auditoria, a certificação participativa é mais confiável, porém mais trabalhosa, pois demanda maior responsabilidade, dedicação de tempo e custo social (Henrique, José e Júnior).

Ah, é, aquilo que a gente conversou, **não precisaria de certificação** porque o meu pensamento é... mais para venda, a venda local até não, mas a **venda pra fora**. Não tem como você falar lá para o Mário, por exemplo, que faz feira, falar “meu produto é orgânico, mas eu não tenho o selo, vou mandar morango pra você”. Não tem como, né, ele tem como colocar na feira lá. Falar assim, “ah, mas esse morango veio de onde?”, “ah, veio do produtor, Henrique”, “mas cadê o certificado dele?”. A partir que você **vende pra fora**, no varejo, fica **mais complicado**. Se fosse para vender direto... hoje, falar sinceramente, com a venda que eu tô vendendo, hoje, e com o público que eu tenho, que **confia** no nosso **trabalho**, aqui, **não precisaria certificar**. (...). Quando sobra alguma coisa que você quer vender para fora, aí **não tem como**, não tem como **escapar disso**, né? (Henrique – Socorro)

A OPAC, acho que até **aumenta o trabalho** da gente, né? Porque, aquela boa parte, o auditor faz papelada, ele vem só uma vez, tal, tal. A OPAC tem **mais movimento**, mais... usa **mais tempo** da gente. Você tem as suas atividades, **tem** toda a **parte da papelada** (...). Mas você tem que **visitar** outra propriedade, que é **prazeroso**, mas ocupa mais tempo, vamos por assim. (Henrique – Socorro)

Ah, **muito melhor** a **participativa**. Mais **barato**, tem **intercâmbio** com os outros produtores, faz **amizade, troca de experiência**. Dá mais **trabalho**, também, um pouquinho, tem que ter uns dias por ano que você tem que... Eu sou coordenador do grupo, então tem que ir nas **reuniões**, tem que ir lá, apresentar as visitas que você fez, mas no computar das coisas, **muito bom**. Só de você ir **conversar** com os produtores. **Trocar experiência** é bom, muito bom. (Júnior – Socorro)

A posição apresentada por Henrique está em conformidade com o argumentado por diversos autores do campo teórico¹⁰⁶. A própria demanda pela certificação, de acordo com Dias e Laurino (2020), ganhou força a partir do momento que o mercado de orgânico se ampliou e que os circuitos curtos de comercialização perderam espaço. Nesse sentido, Henrique menciona o sentido contrário desse movimento histórico, ou seja, retomar os circuitos curtos e diminuir a relevância da certificação. Como discutido por Niederle e Radomsky (2017) e Niederle e Almeida (2013), a confiança do consumidor no trabalho do produtor suprime a necessidade de certificar sua produção. Conforme salientam os autores mencionados acima, circuitos curtos de comercialização têm possibilitado o fortalecimento de vínculos locais e a criação de relações de confiança entre produtores e consumidores.

Vale ressaltar que a avaliação de Henrique considera apenas os aspectos comerciais da garantia da qualidade orgânica, desconsiderando, como argumenta Meirelles (2020), os possíveis ganhos que a certificação participativa pode ocasionar na organização social dos territórios, dado que uma das grandes virtudes desse modelo é atuar tanto como metodologia de avaliação da conformidade quanto como modo de organizador social.

Henrique refere-se à demanda de compromissos sociais do SPG (visitas, reuniões, oficinas etc.), ou seja, aos custos sociais. Essa mesma observação foi feita por Roberto, quando discutia as alterações da garantia participativa em sua rotina. José também fez menção aos custos sociais do SPG, destacando, sobretudo, as visitas de pares e de verificação. Como José é coordenador de seu grupo de produtores, acaba sendo constantemente convidado a assumir a visita de verificação de outros grupos. Desse modo, nos períodos de visitas de pares e de verificação, ele se sente sobrecarregado, pois deve acompanhar as visitas dos membros de seu grupo¹⁰⁷ e ainda realizar visitas de verificação em outros grupos. Nessa dinâmica, é comum

¹⁰⁶ Dentre eles, destacam-se: DAROLT (2013); DAROLT et al. (2016); DIAS; LAURINO (2020); NIEDERLE; ALMEIDA (2013) e NIEDERLE; RADOMSKY (2017).

¹⁰⁷ Quando o grupo é visitado, todos os membros acompanham todas as visitas que o produtor/auditor realiza.

produtores que são coordenadores, como José, dedicarem entre três e quatro dias às visitas, a depender do número de produtores que compõe cada grupo.

O produtor Júnior, após apresentar os pontos que considera positivos da garantia participativa e que a torna “muito melhor” do que a auditoria, também faz alusão à dinâmica das visitas e ao fato de ser coordenador de seu grupo, fato que o levará a uma dinâmica semelhante à descrita por José. Apesar dos custos sociais da garantia participativa, Júnior considera que os pontos positivos, principalmente o contato mais próximo com outros produtores, compensam os aspectos mais trabalhosos.

7.2.5. Sugestões de aprimoramentos para o SPG

No que tange às sugestões de aprimoramentos para o SPG, os produtores mencionaram basicamente questões pontuais e objetivas/operacionais. Assim, Henrique e José apontaram a necessidade de se aprimorar a rotina e a dinâmica das reuniões. Henrique preocupa-se principalmente com a condução e com a composição das pautas das reuniões. Ao seu ver, aperfeiçoar esses pontos levaria a uma minimização do efeito “reunião de vai e volta”, nas quais se gasta muito tempo e se encaminha muito pouco.

Júnior refere considerar necessário maior organização do SPG para a viabilização de compras (insumos) e vendas coletivas, uma vez que a ausência dessa organização coletiva dá vida ao “cada um por si”. José, por sua vez, comenta sobre a necessidade de planejar melhor as reuniões que concentram muitas pessoas, como as assembleias do OPAC, nas quais se referendam a emissão dos certificados de todos os produtores para o próximo período. Ele identificou também como excessiva a substituição anual do PMO, comentando que na época em que adotava a auditoria ele pôde permanecer por dez anos, entre 2002 e 2012, com o mesmo plano, ajustando-o de acordo com a produção. Percebe, portanto, a garantia participativa como mais presa “nesse negócio de papel” do que a auditoria. Vale mencionar que a referência de José, quanto à certificação por auditoria, está defasada e que nesse período (de 2012 para os dias atuais) podem ter ocorrido muitas alterações no campo da auditoria.

Em conversas informais, durante acompanhamento das visitas de verificação, identificou-se que alguns produtores reivindicam tornar o SPG menos preso ao grau de controle, de registros, e flexibilizar a frequência das visitas de pares e de verificação. Como já se conhecem há muitos anos, há confiança estabelecida nas relações entre eles, não veem sentido despender tanto tempo observando a prática de quem já está consolidado como produtor ecológico. Assim, propõem alterar, para esses casos específicos, o período de realização das visitas para dois anos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender como o processo de garantia participativa da qualidade orgânica intervém na relação do produtor ecológico familiar com sua atividade consistiu no objetivo principal e, portanto, eixo norteador para a construção da presente tese. Na trajetória de construção do texto, partiu-se do desafio que os produtores ecológicos enfrentam para adaptar suas rotinas de trabalho às novas demandas das dinâmicas da garantia participativa da qualidade orgânica, bem como da necessidade de se reengajar – em termos de sentido, cooperação e dinâmica de reconhecimento do trabalho – diante de uma atividade que fora remodelada.

A partir do interesse no processo de conformação do sentido do trabalho pelos sujeitos, recorreu-se ao referencial teórico que apreende a relação do sujeito com sua atividade para além dos modos operatórios, da mera reprodução de tarefas. Com base no corpo teórico adotado, assume-se a premissa de que há uma lacuna vital entre o trabalho prescrito e o trabalho real. A partir de então, compreende-se o trabalhar como um confronto, uma experiência vivida, com o fracasso do procedimental e da técnica, com o real do trabalho. Nessa perspectiva, o sujeito é protagonista, proponente de soluções e invenções, em um trabalho vivo, nos termos de Dejours (2012a). Ao se buscar compreender como os sujeitos exercem esse protagonismo, mobilizando não apenas seu corpo físico, mas também sua subjetividade para tornar o prescrito eficaz, fez-se necessário debruçar-se sobre as dinâmicas da cooperação e do reconhecimento do trabalho.

Com base nos autores que discorrem a respeito da cooperação como uma “organização efetiva dos trabalhadores” (DEJOURS, 2004, 2012b), capaz de estabelecer laços estáveis, intercompreensivos e interdependentes entre si, com o propósito de realizar uma obra comum, pode-se perceber que o trabalho, como uma experiência com o real, extrapola a atividade, tornando-se um trabalho coletivo, que abrange as dimensões social e cultural. À vista dessa compreensão, o coletivo e o social, a condição do trabalhar junto, vivenciando o trabalho em grupo, tornou-se relevante tanto para a escolha do objeto de estudo (dinâmicas participativas de garantia da qualidade orgânica) quanto para a definição das localidades a serem pesquisadas, comunidades que, apesar dos muitos condicionantes a que estão submetidas, possuem um senso de coletivo e de trabalho coletivo.

Como contribuição ao esforço em trabalhar junto, cooperando para superar a lacuna entre o prescrito e o real, em um processo, conforme argumentam Dejours (2004, 2007) e Araújo et al. (2018), sempre difícil e precário, os sujeitos esperam ser retribuídos, material e/ou simbolicamente.

Percebe-se, então, o sentido do trabalho como uma complexa dinâmica, que se relaciona de modo interdependente com os conceitos de cooperação e de reconhecimento. Conceitualmente, o sentido do trabalho pode ser compreendido como uma espécie de confrontação entre os objetivos da ação, determinados pela organização do trabalho, e o que é considerado relevante pelos sujeitos (objetivos pessoais, materiais e imateriais). Admite-se, então, em consonância com a argumentação de Clot (2006, 2010), o sentido do trabalho como uma confrontação entre os valores da ação que se consuma e os dos outros possíveis.

Nesse percurso teórico repleto de idas e vindas, em virtude da melindrosa tarefa de percorrer as trilhas conceituais de abordagens teóricas que dialogam entre si, mas que, devido suas distinções, tornam o relevo acidentado e escorregadio, pôde-se perceber que um modo de se compreender como o processo de garantia participativa da qualidade orgânica intervém na relação do produtor com sua atividade seria entender como os produtores cooperam entre si, reconhecem-se e são reconhecidos uns pelos outros e, finalmente, qual o sentido do trabalho que tem sido por eles conformado.

Considerando-se a questão de pesquisa – conceber como as dinâmicas que compõem a garantia participativa da qualidade orgânica atuam no processo de organização do trabalho e na conformação do sentido do trabalho dos produtores ecológicos – e o corpo teórico, constituído majoritariamente pelas abordagens da Ergonomia da Atividade, da Psicodinâmica do Trabalho e da Clínica da Atividade, adotou-se como método de pesquisa a abordagem qualitativa exploratória, aplicada no estudo de dois casos de produtores ecológicos em contato com as dinâmicas da garantia participativa da qualidade orgânica.

No decorrer das atividades de campo, muitos foram os desafios, a começar pela quase sempre árdua tarefa de promover a interlocução dos conceitos teóricos utilizados com a realidade do mundo rural. Usualmente, grande parte desses conceitos são provenientes de um paradigma industrial, isto é, de análises e reflexões acerca de objetos de estudos “pertencentes” ao ambiente urbano (fábricas, escolas, hospitais etc.). A título de exemplo, a noção de coletivo de trabalho, um conceito caro às abordagens conceituais adotadas, mostrou-se também relevante para se compreender o modo de agir e de se relacionar dos produtores, bem como para se entender as dinâmicas da garantia participativa, de cooperação e de reconhecimento. No entanto, no real da agricultura ecológica familiar, coletivos de trabalho são microcoletivos, compostos, muitas vezes, unicamente pelos membros familiares e, portanto, conformados a partir de relações familiares e de trabalho. Nesse caso, a pessoa mais experiente no manejo da

roça cumpre, simultaneamente, os papéis de organização do trabalho, como definidora das prioridades, distribuidora das tarefas etc., e de ente familiar (pai, mãe, irmã etc.).

Outro desafio que se apresentou ao conjunto da sociedade e que, portanto, se fez presente durante toda a fase da pesquisa de campo deste estudo foi a pandemia de COVID-19. Assim como para a sociedade, seus efeitos nesta pesquisa foram avassaladores: o isolamento social que convive com pesquisadores em fase final de doutorado, tornou-se muito mais intenso e violento; o início da pesquisa de campo foi postergado por várias vezes, na esperança de que o “novo normal” permitisse a ida ao campo com o mínimo de segurança; como essa esperança não se efetivou, o real do trabalho se fez mais presente do que nunca ao pesquisador e a pesquisa necessitou ser adaptada ao novo possível, assim, atividades que seriam realizadas em grupo tornaram-se individuais e o período de inserção do pesquisador no campo de pesquisa necessitou ser reduzido, principalmente no estudo de caso do município de Socorro. Em síntese, diante dessas adversidades, pode-se dizer que essa pesquisa possui a marca do “novo real”.

Considerando-se a análise e a discussão dos resultados, apresenta-se, a seguir, um alinhavo das temáticas centrais, sintetizadas em três temas integralizadores, em articulação com os objetivos da pesquisa.

A informalidade do mundo rural

No decorrer de toda pesquisa de campo, em ambos os casos pesquisados e de modo mais acentuado em Sete Barras, a informalidade se fez presente como uma marca do mundo rural. Desde a primeira viagem para o bairro do Guapiruvu, durante a etapa de inserção no campo, até a despedida dos produtores, após o encerramento da atividade de validação dos dados, foi preciso contar com a informalidade para se relacionar com os produtores, criando alguma sintonia com eles.

Dia após dia o pesquisador pôde perceber o quanto a informalidade era primordial para que ele pudesse se tornar menos “estranho” aos produtores locais. Desse modo, a boa relação desenvolvida com os produtores foi alcançada por meio de um exercício de repensar sua prática, desfazendo-se das credenciais de pesquisador, doutorando, acadêmico, estudante etc.; as conversas informais nunca foram anotadas na presença dos produtores, para afastar a formalidade do papel e da caneta; nas observações de atividades de trabalho, sempre que possível, auxiliava os produtores em alguma parte da atividade que não envolvesse muita experiência (recolher equipamentos, lavar as pencas de bananas, carregar o caminhão com pupunha etc.); durante as visitas às roças evitava ir de carro, pois este representava uma certa

formalidade do mundo urbano; entrevistas gravadas transformaram-se em conversas, muitas vezes realizadas no decorrer de uma caminhada pelas roças.

Com relação ao território de Sete Barras, o bairro do Guapiruvu, que exerce forte influência no município, tem a informalidade como componente de seu processo histórico e, portanto, como um valor da identidade caiçara. No decorrer de todo o período em que a região era habitada apenas pelos caiçaras, as terras eram consideradas apenas um local para plantar e morar e não como propriedades particulares. Ou seja, prevalecia uma condição de quase nômade e uma relação desprendida com a terra. Como herança social daquele período, ainda hoje, a maioria das propriedades do bairro não são delimitadas por cercas ou muros. Além do mais, produtores atuais, sobretudo os considerados neorrurais, fazem menção a dificuldades em oficializar relações de trabalho e até mesmo em efetuar o pagamento pelas atividades realizadas por seus contratados, pois muitos caiçaras contemporâneos resistem em aderir aos serviços bancários.

Socorro também possui relação com a informalidade, no entanto, comumente, aceita a formalidade de forma menos conflituosa. A relação mais amena com a formalidade é, em parte, resultado de um processo histórico menos conturbado de constituição do território, em que os imigrantes italianos chegaram ao território para trabalhar nas lavouras de café, constituíram família, mais tarde compraram terras, cuja celebração da posse dava-se via contrato oficial. Assim, as terras ganhavam contornos e eram nomeadas pelas famílias, então, proprietárias.

Outros fatores que atenuam a relação de Socorro com a formalidade são a localização (proximidade a grandes cidades do estado, universidades e centros de pesquisa), melhor distribuição de renda, maiores possibilidades de contato com outras culturas, acesso à informação etc. Além do mais, a presença do SPG no município impacta na relação dos produtores com a formalidade, dado que apresenta para eles um mundo menos informal, conformado, quase que cotidianamente, por reuniões, auditorias do MAPA, cursos, oficinas, contato frequente com produtores de outras localidades, acesso a plataformas de videoconferência, exigência documental etc.

Simbolicamente, tanto o SPG quanto as OCS's, em Socorro e Sete Barras, respectivamente, enquanto organizações reconhecidas pelo Estado e prescritoras das dinâmicas da garantia da qualidade orgânica, atuam como representações da formalidade nos territórios. Ao mesmo tempo, como organizações constituídas e controladas pelos produtores, retratam e reproduzem seus interesses e características, dentre elas a informalidade do mundo rural. Ou seja, elas atuam como força de resistência à informalidade, mas também devem se adequar à

realidade dos produtores. Diante dessa dubiedade, compreende-se o SPG e as OCS's como organizações multifacetadas, que irão conformar suas posições a partir de alguns aspectos conjunturais, como a composição interna das próprias organizações e o contexto dos territórios em que se inserem. Analisando justamente a relação dos SPG's com o cenário em que atua, Passos (2020) considera que devem reforçar sua natureza social, atrelando sua estrutura jurídica a processos organizativos mais amplos, situados, muitas vezes, no campo da informalidade.

Essa tentativa tem sido empreendida pelo SPG de Socorro, através da criação de alguns mecanismos, como a dinâmica organizada de apoio dos produtores mais velhos aos novos membros, a fim de minimizar os constrangimentos com a questão documental; e as capacitações para formar avaliadores externos, enquanto outro ponto nevrálgico de constrangimentos para os produtores, seja para exercer o papel de avaliador quanto para ser avaliado. Essa tentativa de adequação do SPG é uma questão de necessidade para sua própria manutenção. Como se viu, o constrangimento com a questão documental é tamanho que há produtores que deixam de se vincular e contribuir com o SPG.

A exigência do controle documental e o exercício do papel de produtor-avaliador nas dinâmicas da avaliação participativa da garantia orgânica foram as maiores fontes de constrangimentos e de alterações nas rotinas de trabalho, em ambos os territórios pesquisados.

O constrangimento com o controle documental pode ser compreendido pela combinação de questões de ordem objetiva e do campo da subjetividade dos produtores. Na esfera da objetividade, destacam-se questões como a restrição de acesso à informação e à tecnologia, grau de escolaridade e a complexidade da rotina de trabalho, constituída por uma ampla gama de pequenas atividades diárias, influenciada por múltiplas variáveis (demanda, ritmo da natureza, capacidade de produção, diversidade de cultivos etc.).

No campo da subjetividade, esse constrangimento relaciona-se à defesa da informalidade do mundo rural, que é o mundo “do fazer”, “da atividade” e do “movimento”, como disse Henrique. O controle documental, como uma tarefa burocrática, é importada do mundo do escritório, do papel e da caneta. Desse modo, a “dificuldade” manifestada com a tarefa funciona como resistência à perda de confiança em sua palavra e à tentativa de rotineirizar sua atividade, transformando a informalidade de sua rotina-não-rotineira em rotina formal. Portanto, a crítica dos produtores a um reducionismo de seu fazer é evidenciada. Para Passos e Isaguirre-Torres (2013) e Hirata, Rocha e Bergamasco (2020) há urgência na necessidade de os SPG's compreenderem que a garantia participativa do atributo orgânico não se consuma tão

somente através dos registros documentais, mas em especial pelo apreço às dinâmicas participativas.

Quando produtores desempenham o papel de avaliador, há constrangimentos envolvidos no ato de identificar e comunicar não conformidades a/de um colega. A função de avaliador não é simples, ele lida com a complexidade de estabelecer um limite entre apontar as irregularidades e expor o produtor avaliado, entre aplicar as normas de forma criteriosa e fazer uma análise sensível, que considere as condições objetivas e subjetivas. Vê-se que a proximidade entre produtores envolvidos no processo de avaliação reflete nas relações intersubjetivas, despertando em alguns deles receio de possíveis conflitos de interesse, como ser mal avaliado depois de criticar um par. Por isso tudo, essa fonte de constrangimento é particularmente complexa. Os constrangimentos se amenizam quando a relação entre avaliado e avaliador é pautada na confiança e, especialmente, quando o avaliado reconhece o trabalho do produtor-avaliador como um trabalho bonito e bem-feito ou, como mencionou Henrique, de Socorro, quando o avaliador é uma “referência de produtor” para os demais. Em tal caso, as visitas de verificação tornam-se capazes de superar seu objetivo “burocrático” (verificar a conformidade orgânica), possibilitar diálogos e compartilhamento de saberes e os produtores que estão sendo avaliados manterão a confiança tanto na avaliação quanto nas sugestões do produtor-avaliador.

A despeito das distinções entre os territórios, particularmente quanto à formalidade – relação de maior embate em Sete Barras e mais acomodada em Socorro – pode-se dizer que a informalidade opera, em ambos os territórios, como um fio condutor capaz de influenciar tanto nos aspectos que marcam as especificidades da agricultura ecológica quanto nas dinâmicas da garantia da qualidade orgânica e de cooperação.

A informalidade também se manifesta no apreço pela confiança na palavra dos colegas, pelo valor no contrato firmado mediante um aperto de mão e nas nuances atuais das relações de compadrio, evidenciadas na forma como muitos se tratam e ainda na alusão saudosista de João a um período em que todos na comunidade, por serem muito próximos, tornavam-se compadres e comadres uns dos outros.

Como dinâmicas da garantia da qualidade orgânica e como espaços de cooperação, observa-se que as visitas entre produtores têm sido mais convenientes às realidades do mundo rural do que as reuniões, particularmente por guardarem estreita relação com a informalidade. As visitas realizadas na esfera das OCS's e do SPG, enquanto parte de um processo específico e com um fim objetivado (garantia da qualidade orgânica), não podem ser integralmente

equiparadas a uma visita espontânea entre colegas ou vizinhos. Contudo, as visitas da garantia orgânica mantêm a informalidade em muitas de suas características, como realização a céu aberto, em ambiente familiar aos envolvidos (as roças) e respeito aos rituais do campo, a prosa informal, a mesa posta para o café compartilhado.

Nas dinâmicas de cooperação, em Sete Barras, de maneira geral, o modo de compartilhar está muito associado à informalidade do mundo rural. É através de uma visita à roça de um colega, de uma conversa à beira da estrada, na cooperativa ou no boteco, isto é, em conversas impregnadas pela informalidade e entremeadas por um bom e velho aperto de mão e algo para degustar, que compartilham informações referentes a questões cotidianas e técnicas do manejo orgânico, princípios constitutivos da agroecologia, saberes e vivências. Em conversas informais, produtores e outras pessoas do bairro citaram prejuízos da interrupção dos espaços de troca das OCS's, em função da pandemia de COVID-19. A ausência desses espaços faz com que o compartilhamento de informações entre os produtores ocorra através de conversas rápidas e informais, nas roças ou nas estradas que as conectam, minimizando a efetividade das trocas.

No município de Socorro, os compartilhamentos ocorrem sobretudo no âmbito das instituições presentes no território (SPG, sindicato rural e SENAR). Assim, é por intermédio das visitas (pares e verificação), dos encontros de qualificação entre os produtores (oficinas de formação e de confecção e avaliação de PMO's), das reuniões do OPAC e dos cursos de extensão e de formação profissional rural que os produtores trocam informações, soluções, saberes e vivências. Contudo, também há relatos de compartilhamento de informações, soluções, saberes, vivências e angústias mediante a convivência com demais produtores ecológicos. Esse tipo de compartilhamento, no caso de Sete Barras, tem sustentado a produção e a generalização do conhecimento, dando base, por exemplo, para a compreensão dos processos envolvidos no plantio, interferindo na constituição de determinadas formas de plantar (tradições).

Quando se trata especificamente do compartilhamento de força de trabalho, as condições inerentes à agricultura familiar restringem suas possibilidades concretas de ir além de eventos pontuais e das relações com o núcleo familiar e amigos próximos. Dentre as referidas condições, tem-se: excesso de trabalho, baixa renda, complementação da renda com um segundo trabalho e distância entre as propriedades. Antônio foi um dos produtores que evidenciou o seguinte dilema: como se doar a um colega quando é tão árduo dar conta do próprio trabalho? O corpo ocupa o lugar da ferramenta que ao ser emprestada desgasta. Nesse contexto, cooperar, verdadeiramente, parece demandar certo equilíbrio entre se doar e receber

ajuda de um par, o que se alcança com mais facilidade quando se têm laços bem constituídos e duradouros.

O social no trabalho dos produtores ecológicos

No contexto da garantia participativa da qualidade orgânica, a criação de vínculo entre os produtores é fundamental, pois, conforme salientam Souza, Batista e César (2019), ele é elementar para a constituição de relações de confiança entre os sujeitos. Por sua vez, relações baseadas na confiança são primordiais para o desenvolvimento das dinâmicas de cooperação, de reconhecimento do trabalho e da conformação do sentido.

Analisando-se as relações de vínculo entre os produtores dos territórios, percebe-se que elas apresentam importantes distinções, que são fruto de contextos sociais marcadamente díspares. O contexto social de Sete Barras, particularizado por disputas pela posse da terra e por conflitos socioambientais, leva os produtores a visualizarem um enfraquecimento das relações de vínculos entre eles, sobretudo quando confrontadas com o passado do território. Socorro, por outro lado, tem seu processo histórico relacionado à imigração europeia e ao trabalho duro e colaborativo das famílias, com objetivo de arrecadar recursos para adquirir as terras em que trabalhavam. Esse contexto estende-se até os dias atuais, criando um ambiente conveniente para o estabelecimento de relações de vínculos mais estáveis, afinal, como diz José, um dos produtores locais, “os italianos, queira ou não queira, eles são bem unidos”.

Em Sete Barras, fatores como o fim dos mutirões e a competitividade crescente entre os atores são apontados pelos produtores como as principais causas para o enfraquecimento das relações de vínculos. Os moradores do Guapiruvu falam do passado de luta com saudosismo, o que, do ponto de vista do pesquisador, interfere na avaliação que eles têm dos vínculos atuais. Se, por um lado, faz sentido para os moradores pensarem em um enfraquecimento dos vínculos em relação ao que viveram no passado, por outro lado, seu grau de exigência mostra-se alto. Na prática de pesquisa, como foi dito, a forte conexão entre eles – evidenciada na forma como conheciam os trabalhos uns dos outros, contavam histórias do passado das famílias e do papel que alguns deles exerceram nas conquistas alcançadas (coma implantação da cooperativa, das OCS's e do assentamento) – revela vínculos bem constituídos.

Quanto ao vínculo entre produtores de Socorro, para aqueles que não tem ascendência italiana (traço comum e integrador no município) o estabelecimento de vínculos com os descendentes de italianos demanda que sejam reconhecidos como produtores que: se identificam com a atividade ecológica, fazem um trabalho bem-feito e, por conseguinte, conquistam seus bens materiais através da dedicação ao trabalho.

Os contextos distintos dos territórios estudados, em termos econômicos e estruturais, criam diferenças nas formas e nas possibilidades de comercialização dos produtos. Em Sete Barras, as limitações de renda da maioria da população geram um ciclo restritivo da economia (restrição de renda da população – mercado de orgânicos enfraquecido – produtores ecológicos com dificuldades de renda – restrição no consumo e na contratação de trabalhadores temporários – restrição de renda da população), que, somado à dificuldade de acesso aos grandes centros, praticamente extingue as possibilidades da venda direta. A situação no bairro do Guapiruvu é ainda mais crítica, dada sua distância das áreas centrais do próprio município. Em Socorro, uma melhor distribuição de renda entre a população e a proximidade do município a grandes centros econômicos e consumidores, proporciona melhor estrutura aos produtores e maiores possibilidades para a efetivação da venda direta ao consumidor.

Quando a venda direta ao consumidor se concretiza, elimina os atravessadores, melhora a renda dos produtores e, acima de tudo, conforme afirmam Niederle e Radomsky (2017) e Niederle e Almeida (2013), reaproxima produtores e consumidores, fortalecendo vínculos e gerando confiança. Conseqüentemente, o vínculo estabelecido entre os atores humaniza o processo de comercialização, possibilitando aos consumidores se pronunciarem sobre a qualidade dos produtos adquiridos. O relacionamento com o consumidor amplia as possibilidades de reconhecimento, ainda que não se trate do reconhecimento do trabalho, pois este, conforme apontam Areosa (2019), Dejourns (2008, 2012b), Giannini et al. (2019) e Molinier (2013), ocorre particularmente entre pares.

Outra acentuada distinção entre Sete Barras e Socorro diz respeito à relação do trabalho com o contexto social dos territórios, associado à agricultura. Um traço comum é a presença de uma narrativa conservadora que almeja manter a primazia do modelo convencional e que é transmitida aos produtores ecológicos predominantemente por meio do assédio. Além de constranger os produtores ecológicos, a narrativa conservadora prescreve a eles padrões do modelo convencional, que são inadequados aos manejos ecológicos. São exemplos dos padrões prescritos, a valorização da produção em larga escala, o ritmo intenso de trabalho e a centralidade de aspectos econômicos. Ao delinarem suas práticas a partir de padrões inadequados, os produtores ficam suscetíveis à ideia de “pequenez”, como relata João, um dos produtores, e à perda do sentido do trabalho. Nesse caso, de acordo com Clot (2006, 2010), os produtores não se reconhecem mais na ação e mesmo as atividades realizadas perdem sentido.

Logo, a problemática é semelhante em ambos os territórios, produtores ecológicos sentem-se constrangidos por produtores convencionais, representantes do modelo hegemônico,

e o mecanismo empregado para a prescrição dos padrões do convencional é o assédio, que é praticado no âmbito das relações sociais. São exatamente as relações sociais que são distintas nos territórios e que, portanto, diferenciam os efeitos da prescrição de padrões do convencional.

Em Sete Barras, o contexto de restrições econômicas e de dificuldades com a comercialização força os produtores a terem outros empregos, torna o ambiente social turbulento e a relação entre os diferentes tipos de manejos ganha caráter de uma acirrada disputa ideológica entre produtores ecológicos e convencionais. Nesse cenário, as relações dos produtores ecológicos com seus familiares também se tornam uma fonte de sofrimento, dado que, em geral, as famílias discordam da opção pelo manejo ecológico e por um estilo de vida baseado em menor renda e na redução do consumo. Em geral, em virtude da baixa retribuição financeira, as famílias passam a atuar como reprodutoras do assédio e, portanto, como prescritoras dos padrões do convencional. Na ausência de uma parceria ideológica, os vínculos familiares permanecem tensionados.

Em Socorro, o contexto social é mais ameno e favorável à convivência entre os diferentes grupos de produtores, apesar das disputas por mercado e por ideias. Alguns fatores colaboram para a definição desse contexto, dentre eles destacam-se: melhor distribuição de renda na comunidade, fator que viabiliza a venda direta ao consumidor e que torna possível as famílias viverem do trabalho na roça; inserção em região turística; proximidade a grandes centros consumidores, presença do SPG organizado e ativo, proporcionando aos produtores rede de contatos e de comercialização que viabiliza as vendas diretas e indiretas, via circuitos curtos de comercialização.

Como reflexo desse cenário, as relações dos produtores ecológicos de Socorro com seus familiares não foram atreladas a sofrimento. Para grande parte deles, a relação com as famílias é de parceria, tanto no campo das ideias quanto no manejo, visto que outros familiares estão inseridos no cotidiano de trabalho nas roças. Assim, a relação com a família constitui-se como um viver junto (DEJOURS, 2012b; GIANNINI et al., 2019). Ademais, por viverem juntos o trabalho, tornam-se pares entre si. A família se constitui como modo de fortalecimento das identidades e fonte de reconhecimento do trabalho, contribuindo para a produção de sentido e atuando como barreira ao assédio, atenuando seu potencial como prescritor de padrões do convencional. A relação trabalho-família representa uma oportunidade de consolidar uma relação de parceria pelo e para o trabalho.

Quanto à atuação do SPG, interfere no contexto social, nas condições objetivas e subjetivas, influenciando positivamente no sentido e no reconhecimento. As OCS's também

interferem nesses aspectos. Entretanto, como o mercado que permitem abranger é menor (venda direta e institucional), a própria organização é menor (em termos de membros, recursos etc.), bem como a rede que se cria de contatos para comercialização, sua condição de interferência em aspectos subjetivos mostrou-se destacada em relação aos aspectos objetivos, em parte como efeito da pandemia de COVID-19, que praticamente paralisou a atuação das OCS's em Sete Barras. Ambos, SPG e OCS's, desenvolvem o senso de pertencimento coletivo, valor de destacada relevância para os produtores. Os benefícios decorrentes da atuação dessas organizações devem-se, centralmente, ao papel que desempenham enquanto organizadores sociais das comunidades, para além da função de avaliadoras da conformidade. No caso de Sete Barras, esse papel é exercido também pelas cooperativas, enquanto em Socorro, apesar da existência de cooperativas no território, elas raramente foram citadas pelos produtores.

Esse é um importante resultado da presente pesquisa, dado que indica que as instâncias vivas do SPG e das OCS's têm colaborado, por meio de seus princípios constitutivos (confiança, participação, horizontalidade, transparência, diálogo de saberes e equidade de gênero e de geração), para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento coletivo entre os produtores ecológicos.

O trabalho e as faces do sentido

O tipo de manejo ecológico adotado influencia diretamente em vários aspectos do trabalho na agricultura ecológica, como: na rotina de trabalho; no grau de autonomia do produtor diante da atividade; na confiança dos produtores na utilidade e na qualidade das soluções adotadas; na construção, adaptação e consolidação das regras de trabalho e no reconhecimento do trabalho.

As características do manejo ecológico adotado pelo produtor – como a necessidade de introduzir insumos externos ao sistema, o controle de pragas, a periodicidade e o tipo de manutenção necessária etc. – interferirá diretamente nas tarefas que deverá executar cotidianamente e, portanto, na sua rotina de trabalho. Além disso, a maturidade do manejo adotado, ou o tempo de adoção, também tem papel determinante na demanda por atividades e, conseqüentemente, na rotina de trabalho dos produtores. Exemplificando, um SAF em fase de formação tem uma demanda intensa de atividades, com destaque para a necessidade do controle de pragas. À medida que o modelo se consolida e o SAF atinge maior grau de harmonia, o controle de pragas passa a ser praticamente desnecessário.

O desenvolvimento da pesquisa permitiu constatar que há uma dependência marcante entre tipo de manejo ecológico adotado e grau de autonomia dos produtores. Considerando-se

o *continuum* de modelos do IPES-FOOD (2016), modelos ecológicos mais próximos do extremo ocupado pelo modelo agroecológico diversificado possibilitam maior liberdade aos produtores, permitindo que minimizem, por exemplo, o uso de si na execução de suas atividades. Por outro lado, modelos próximos do polo demarcado pelo modelo convencional apresentam grande demanda de atividades, minimizando o grau de autonomia dos produtores.

O tipo de manejo ecológico adotado pelos produtores também influenciará no grau de confiança que os demais produtores depositarão na utilidade e na qualidade das soluções adotadas. Os produtores de ambos os territórios pesquisados conservam maior grau de confiança nos modelos de manejo que se aproximam do agroecológico diversificado. Em Sete Barras, onde há exemplos marcantes de agroflorestas constituídas, o modelo do SAF é tido como uma espécie de ideal entre os produtores ecológicos. Nesse âmbito, os produtores que estão próximos do manejo agroecológico são bastante enfáticos em reivindicar o título de *ecológicos* e negar a denominação de *orgânicos*. Houve menções, em Socorro, ao reduzido grau de confiança no modelo ecológico que se aproxima do convencional, denominado por Henrique como “agricultura homeopática” ou “orgânico quase convencional”.

Outra importante influência exercida pelo tipo de manejo ecológico adotado diz respeito à dinâmica de construção, adaptação e consolidação das regras de trabalho. Por meio da convivência formal (observações, entrevistas e validação dos dados) e informal (conversas, visitas às propriedades, reuniões etc.) que a pesquisa de campo proporcionou, pôde-se observar que produtores ecológicos que adotam o mesmo tipo de manejo ou modelos conceitualmente próximos tendem a adotar conjuntos de regras de trabalho semelhantes. A título de exemplo, entre produtores que adotam o SAF, tem-se o emprego do facão para a execução da atividade de corte de banana, fato que não ocorre entre produtores orgânicos clássicos, que convencionalmente utilizam o penado.

À vista da observação de que os produtores transitam entre os diferentes modelos de manejo com certa frequência, principalmente em Sete Barras, pode-se dizer que há uma espécie de borramento de fronteira entre os distintos modelos ecológicos, e, por vezes, até mesmo entre estes e o modelo convencional. Com base nessa realidade, a noção de *pares* foi precisada, a fim de torná-la mais pertinente à discussão do reconhecimento na agricultura ecológica. Assim, adotou-se: a) “pares-diretos”: ecológicos com mesmo tipo de manejo ou com manejos cujas diferenças não são significativas; b) “pares-indiretos”: ecológicos pertencentes a tipos de manejo significativamente distintos; c) “quase-pares”: produtores convencionais que

mantenham contato frequente e próximo com os produtores ecológicos e/ou produtores convencionais com passagem expressiva (tempo de permanência) pela agricultura ecológica.

Como no âmbito do reconhecimento, os julgamentos são sempre relativos ao trabalho, ao fazer, tem-se que, de acordo com Areosa (2019), Boyer (2010), Dejours (2000, 2002, 2004) e Gernet e Dejours (2011), o reconhecimento da identidade do sujeito no campo social é mediado pelo trabalho. Além disso, um importante atributo, conforme afirmam Bendassolli e Soboll (2011), é o sujeito também reconhecer-se em sua atividade. Na esfera do trabalho na agricultura ecológica familiar, o produtor fragmenta-se entre diversas atividades, pertencentes ao escopo de distintas profissões, convivendo com diversas nuances de identidade em processo de constituição. Além dessa situação já complexa, a pandemia trouxe um novo pacote de atividades para os produtores que buscaram se adaptar ao contexto de isolamento social. Nessa perspectiva, diante do confronto com o real do trabalho, muitos produtores viram-se forçados a mobilizar suas engenhosidades e subjetividades para suportar certo afastamento de suas identidades de produtor e se converterem, mesmo que provisoriamente, em entregador de cestas, atravessador.

Considerando-se que grande parte dos sujeitos se reconhecem como produtores, instala-se uma espécie de crise de identidade, expressa na indecisão sobre quais atividades executar, aquelas que os realizam (produtor) ou as necessárias para subsistência (gestor, entregador de cestas etc.). Além de gerir essa crise, há a necessidade de lidar com o custo da contra-atividade ou da atividade impedida, definida por Clot (2006, 2010) e Falzon e Mollo, (2009) como o não realizado, o que não se pode fazer, ainda que haja conhecimento para executar.

Na esfera dos valores que conformam o sentido do trabalho na agricultura ecológica, foram muitos os citados pelos produtores de ambos os territórios, destacando-se: liberdade, autonomia, criatividade, dedicar-se ao que efetivamente gosta, vínculo com a natureza, proteção ambiental, modelo de vida mais simples (consumo e renda), venda direta, harmonia e saúde (para si próprio e para o meio ambiente). Valores ligados à liberdade e autonomia e ao vínculo harmônico com a natureza são essenciais para o sentido do trabalho dos produtores de ambos os territórios. No entanto, em Sete Barras, o contexto social marcado pela intensa discussão sobre a necessidade da preservação ambiental, fruto da história do bairro do Guapiruvu, faz com que o vínculo harmônico com a natureza tenha um valor especial para os produtores locais.

Na perspectiva de parcela significativa dos produtores, há alguns dilemas de valores instaurados no seio da agricultura ecológica, já que a decisão de se privilegiar um determinado valor implica na renúncia de outros. Os dilemas de valores mais mencionados foram: saúde

versus remuneração financeira; concepção filosófica e política da agricultura ecológica versus concepção como negócio. Este segundo dilema foi o mais recorrentemente mencionado, em distintos momentos da pesquisa.

Um valor que esteve muito presente entre os produtores ecológicos de Sete Barras foi a necessidade de adotar um modelo de vida mais simples e mais coerente com a realidade do campo. A perspectiva de Renato e de Leandro são representativas de como os produtores locais compreendem o referido valor. Para Renato, trata-se de aproveitar o vivido em detrimento de almejar maiores níveis de renda, orientando-se por valores sociais e da cultura local. Leandro acrescenta ao modelo a necessidade de as roças tornarem-se autossuficientes. Segundo esse ponto de vista, deve-se alterar o paradigma das roças, de “plantar para vender e para comprar o que quer” em “plantar o que quer e plantar algumas coisas para vender”.

De modo geral, os produtores ecológicos de ambos os territórios fazem menção ao trabalho nos manejos ecológicos como fonte de alegria e de prazer. O trabalho como prazer foi contraposto por Cristina, uma das produtoras de Sete Barras, ao trabalho por fazer, como aquele através do qual se busca apenas a retribuição financeira. O prazer também foi relacionado à autonomia e à liberdade diante da atividade, traduzidos por João como poder decidir não se “matar no trabalho” e “trabalhar e se divertir”.

Na agricultura familiar, a autonomia dos produtores diante da atividade é condicionada pelo acúmulo de responsabilidades ou de papéis (produtor, gestor, cooperado, comerciante) por parte deles, que se veem diante da necessidade de trabalhar “24 horas por dia, todos os dias da semana”, como afirma Roberto, de Socorro. Os produtores relatam uma rotina de trabalho sobre a qual eles têm, de uma parte, controle sobre o ritmo (em termos de definir horários, fazer pausas) e, de outra parte, descrevem uma falta de controle sobre a jornada (de domingo a domingo, sem hora para terminar). Para não depor contra a atividade que definem como filosofia de vida, relativizar suas dores tornou-se uma estratégia viável.

Entre a trajetória percorrida e as lacunas que se fazem presentes, espera-se que este trabalho possa provocar inquietações, aprimoramentos e novas elaborações. Deseja-se, assim, que os saberes aqui sintetizados possam servir como inspiração e referência para trabalhos futuros. Nessa perspectiva, dado que um dos resultados desta pesquisa chama atenção para a relevância das possibilidades de comercialização para o reconhecimento e o sentido do trabalho dos produtores ecológicos familiares, estima-se que um desdobramento interessante da presente pesquisa seria compreender, a partir do referencial da Sociologia Econômica, a lógica

institucional de constituição do mercado de orgânicos no Brasil, uma disputa entre os modelos tradicional e cooperativo de mercado. Ainda em relação à relevância da comercialização, outra perspectiva de investigação seria buscar respostas para as questões logísticas (armazenagem e distribuição) relacionadas à organização e distribuição de cestas de produtos orgânicos, um dos pontos críticos para a consolidação e a ampliação da venda direta ao consumidor.

Por fim, considera-se relevante aprofundar as investigações a respeito das dimensões dos constructos cooperação, reconhecimento e sentido do trabalho, com intuito de torná-los uma fonte de compreensão ainda mais eficaz da relação sujeito-atividade na agricultura ecológica familiar. Na esfera da interlocução conceitual entre o mundo da agricultura ecológica familiar e o contexto urbano/industrial, almeja-se aprofundar o processo iniciado de precisão do conceito de *pares* (pares-diretos, pares-indiretos, quase-pares), noção fundamental para se apreender a psicodinâmica do reconhecimento do trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, J.; SZNELWAR, L. I.; SILVINO, A.; SARMET, M.; PINHO, D. **Introdução à ergonomia**: da prática à teoria. São Paulo: Blucher, 2009.
- ABRAHÃO, J. I; TORRES, C. C. Entre a organização do trabalho e o sofrimento: o papel de mediação da atividade. **Revista Produção**, v. 14, n. 3, p. 067-076, Set./Dez. 2004.
- ALBERSMEIER, F.; SCHULZE, H.; JAHN, G.; SPILLER, A. The reliability of third-party certification in the food chain: From checklists to risk-oriented auditing. **Food Control**, 20, p. 927–935, 2009.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- _____. Agroecología: principios y estrategias para diseñar sistemas agrarios sustentables. In: Altieri, M. A. **Agroecología**: el camino hacia una agricultura sustentable. Argentina: Ediciones Científicas Americanas, capítulo 2, p. 27-34. 2002.
- ALVES, L. R.; BECKER, C.; NASCIMENTO, S. G. da S.; ÁVILA, M. R. de. Percepção ambiental e agricultura familiar: o caso da cooperativa “Agroecologia, Terra, Pampa e Fronteira”. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável (RBAS)**, v.8, nº.3, p.104-114, 2018.
- ANVISA; UFPR. **Seminário Mercado de Agrotóxico e Regulação**. Brasília: Anvisa, 2012.
- ARAÚJO, A. J. da S.; SIQUEIRA, A. B.; VASCONCELOS, A. C. L.; FIGUEIREDO, M. G.; MÁXIMO, T. A.; FÉLIX, Y. M. Cooperação, confiabilidade e segurança no trabalho. **Fractal: Revista de Psicologia**, vol. 30, nº. 2, p. 78-85, 2018.
- AREOSA, J. O mundo do trabalho em (re)análise: um olhar a partir da psicodinâmica do trabalho. **Laboreal**, vol. 15, nº 2, 2019.
- ARFINI, F. Productos típicos y desarrollo rural: entre calidad y políticas de gobernanza. **Estudios Agrosociales y Pesqueros**, Madrid, nº 210, p.13-28, 2006.
- ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, editora UFPR, nº 6, p. 67-80, 2002.
- ÁVILA, M. L. de., **Ação pública territorializada de desenvolvimento rural: O caso do Território Águas Emendadas**. 2011. 216 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento

Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

BADGLEY, C.; MOGHTADER, J.; QUINTERO, E.; ZAKEM, E.; CHAPPELL, M. J.; AVILÉS-VÁZQUEZ, K.; SAMULON, A.; PERFECTO, I. Organic agriculture and the global food supply. **Renewable Agriculture and Food Systems**: 22(2); 86-108, 2007.

BAPTISTA DA COSTA, M. B.; SOUZA, M.; JÚNIOR, V. M.; COMIN, J. J.; LOVATO, P. E. Agroecology development in Brazil between 1970 and 2015. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, 41:3-4, 276-295, 2017.

BARAŃSKI, M.; SREDNICKA-TOBER, D.; VOLAKAKIS, N.; SEAL, C.; SANDERSON, R.; STEWART, G. B.; BENBROOK, C.; BIAVATI, B.; MARKELLOU, E.; GIOTIS, C.; GROMADZKA-OSTROWSKA, J.; REMBIAŁKOWSKA, E.; SKWARŁO-SOŃTA, K.; TAHVONEN, R.; JANOVSKÁ, D.; NIGGLI, U.; NICOT, P.; LEIFERT, C. Higher antioxidant and lower cadmium concentrations and lower incidence of pesticide residues in organically grown crops: a systematic literature review and meta-analyses. **British Journal of Nutrition**. Vol. 112, p. 794–811, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATALHA, M. O.; SILVA, A.L. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In.: Batalha, M. O. (Coor.) **Gestão agroindustrial**: GEPAI; São Paulo: Atlas, 2001.

BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Orgs). **Clínicas do trabalho**: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

BENITEZ, R. M.; GOLINSKI, I. A agricultura orgânica como estratégia alternativa em busca da sustentabilidade – uma análise estatística da organização atual. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 117-132, 2007.

BORIN, P. Divisão interurbana no trabalho e uso do território nos municípios de Águas de Lindoia (SP), Lindoia (SP), Serra Negra (SP), Socorro (SP) e Monte Sião (MG). **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 34, número especial, p. 18-32, 2013.

BOUYER, G. C. Contribuição da Psicodinâmica do trabalho para o debate: “o mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador”. **Revista brasileira de saúde ocupacional**. São Paulo, 35 (122): pp 249-259, 2010.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, IBGE, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 03 Julho 2020.

_____. Instrução Normativa Nº 46, de 06 de outubro de 2011. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasília, DF, out. 2011.

_____. Instrução Normativa Nº 19, de 28 de maio de 2009. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasília, DF, maio, 2009.

_____. Decreto-lei n. 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasília, DF, 2007.

_____. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasília, DF, 2003.

BRUNELLI JÚNIOR, J.; VIGANÓ, V. A.; MORAES, M. C. (coord) et al. **Perfil da Gestão das Propriedades Rurais de Pequeno Porte no Estado de São Paulo**, Campinas, CATI/CDRS, 2021.

BRUNORO, C. M. **Trabalho e sustentabilidade**: contribuições da ergonomia da atividade e da psicodinâmica do trabalho. 2013. 203 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CALDAS, N. V.; SACCO DOS ANJOS, F. Obstáculos à construção social da qualidade: o caso da tentativa de implantação de um SPG Andaluz. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

CALDAS, N. V. **A certificação de produtos orgânicos no Brasil e na Espanha**. Pelotas, Editora UFPel, 2013.

_____. **Estudo comparativo entre sistemas de certificação de produtos orgânicos nos contextos da agricultura familiar brasileira e espanhola**. 2011. 208 f. Tese (Doutorado em

Sistemas de Produção Agrícola Familiar) – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

CAMARGO, C. R. **Sistemas participativos de garantia na agricultura orgânica brasileira: ação coletiva e construção de redes de conhecimento agroecológico**. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, 2015.

CAMAROTTO, J. A.; NARIMOTO, L. R.; COSTA ALVES, F. J. A cooperação no corte mecanizado de cana-de-açúcar: um estudo multi-caso. **Revista Ação Ergonômica**, vol. 13, nº 1, 2019.

CANUTO, J. C. Agricultura ecológica e sustentabilidade socioambiental. **Raízes**, Campina Grande, ano XVII, nº 16, p. 13-24, 1998.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília,DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria da Agricultura Familiar – DATER: IICA, 2004.

CARNEIRO, F. F.; AUGUSTO, L. G. S.; RIGOTTO, R. M.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. C.; (Org). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro/São Paulo, 2015.

CAROLY, S.; BARCELLINI, F. O desenvolvimento da atividade coletiva. In: FALZON, P. (Org.). **Ergonomia construtiva**. São Paulo: Blucher, p. 55-72. 2016.

CLOT, Y. Gêneros e estilos profissionais. **Laboreal**, Série Dicionário, vol. X, nº 1, pp. 95-97, 2014a.

_____. Prefácio. In: ROSEMBERG, D. S., RONCHI FILHO, J.; BARROS, M. E. (orgs.). **Trabalho docente e poder de agir: Clínica da Atividade, devires e análises**. Vitória: EDUFES, 2014b.

_____. O ofício como operador de saúde. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 16, nº especial 1, pp. 1-11, 2013.

_____. Clínica do trabalho e clínica da atividade. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Orgs). **Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

_____. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

- _____. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- _____. Editorial. **Éducation permanente**: clinique de l'activité et pouvoir d'agir, 146, 7-16, 2001.
- CLOT, Y. ; LEPLAT, J. La méthode clinique en ergonomie et en psychologie du travail. **Le travail Humain**, 68, 4, p. 289-316, 2005.
- CROSS, P.; EDWARDS, R. T.; HOUNSOME, B.; EDWARDS-JONES, G. Comparative assessment of migrant farm worker health in conventional and organic horticultural systems in the United Kingdom. **Science of the Total Environment**, 391, p. 55–65, 2008.
- CUÉLLAR PADILLA, M. C. **Hacia un Sistema Participativo de Garantía para la producción ecológica en Andalucía**. 2008. 305 f. Tese (Doctorado en Agroecología, Sociología y Desarrollo Rural Sustentable) – Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, Espanha, 2008.
- CURIE, J. Condições da pesquisa científica em ergonomia. In: **A ergonomia em busca de seus princípios**: debates epistemológicos. São Paulo: Edgard Blucher, 2004.
- DADALTO, C. F.; VASCONCELOS, C. M.; SANTOS, C. M. L. dos; SARMENTO, D. R.; ARCHANJO, J. V. L.; PETINELLI-SOUZA, S. O vídeo produzindo encontros e confrontos na clínica da atividade docente. In: ROSEMBERG, D. S.; RONCHI FILHO, J.; BARROS, M. E. (orgs.). **Trabalho docente e poder de agir**: Clínica da Atividade, devires e análises. Vitória: EDUFES, 2014.
- DANIELLOU, F. (coord). Introdução: questões epistemológicas acerca da ergonomia. In: **A ergonomia em busca de seus princípios**: debates epistemológicos. São Paulo: Edgard Blucher, 2004.
- _____. (coord). Apresentação à edição brasileira. In: **A ergonomia em busca de seus princípios**: debates epistemológicos. São Paulo: Edgard Blucher, 2004b.
- DANIELLOU, F.; SIMARD, M. E.; BOISSIÈRES, I. **Fatores humanos e organizacionais da segurança industrial**: um estado da arte. Toulouse: FONCSI, Coleção Les Cahiers de la sécurité industrielle, 2010.
- DARNHOFER, I.; LINDENTHAL, T.; BARTEL-KRATOCHVIL, R.; ZOLLITSCH W. Conventionalisation of organic farming practices: from structural criteria towards an

assessment based on organic principles. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 30, p. 67-81, 2010.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A.; ALENCAR, M. de C. F.; ABREU, L. S. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. XIX, nº 2, p. 1-22, abr.-jun., 2016.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

_____. **Agricultura Orgânica**. Curitiba: IAPAR: 2010.

DARSES, F.; REUZEAU, F. Participação dos usuários na concepção dos sistemas e dispositivos de trabalho. In: FALZON, P. **Ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2007.

DEJOURS, C. A psicologia das massas sob a perspectiva da clínica do trabalho. In: DEJOURS, C. **Trabalho vivo**. Trabalho e emancipação. Brasília: Paralelo 15, 2012a.

_____. **Trabalho vivo**. Trabalho e emancipação (tomo II). Brasília: Paralelo 15, 2012b.

_____. “Trabalhar” não é “derrogar”. **Laboreal**, vol. 7, nº 1, 2011.

_____. **A avaliação do trabalho submetida à prova do real: crítica aos fundamentos da avaliação**. São Paulo: Blucher, 2008.

_____. Psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade. In: MENDES, A. M.; LIMA, S. C. da C.; FACAS, E. P. (Orgs.). **Diálogos em psicodinâmica do trabalho**. Brasília: Paralelo 15, 2007.

_____. Subjetividade, trabalho e ação. **Produção**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004.

_____. Addendum. Da psicologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (orgs.). **Christophe Dejours: da Psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. Brasília: Paralelo 15, 2004a.

_____. Sofrimento e prazer no trabalho: a abordagem da psicologia do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (orgs.). **Christophe Dejours: da Psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. Brasília: Paralelo 15, 2004b.

_____. **O fator humano no trabalho**. São Paulo, FGV, 3ª edição, 2002.

_____. **A banalização da injustiça social**. 3ª edição. Rio de Janeiro: editora FGV, 2000.

_____. **Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho**. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DEJOURS, C. ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuição da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1993.

DEJOURS, C.; JAYET, C. Psicopatologia do trabalho e organização real do trabalho em uma indústria de processo: metodologia aplicada a um caso. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuição da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1993.

DIAS, V da V.; SCHULTZ, G.; SCHUSTER, M da S.; TALAMINI, E.; RÉVILLION, J. P. O mercado de alimentos orgânicos: um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. **Ambiente & Sociedade**, XVIII (1), p. 161-182, 2015

DIAS, R. P.; LAURINO, M. S. A regulamentação dos sistemas participativos de garantia sob a visão do ministério da agricultura. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. **Sistemas participativos de garantias do Brasil – Histórias e experiências**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

DI RUZZA, R.; LACOMBLEZ, M. Nota introdutória. In: DI RUZZA, R.; LACOMBLEZ, M.; SANTOS, M. (eds) **Ergologia, trabalho, desenvolvimentos**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 206 p., 2018.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2.ed. Guaíba: Editora Agropecuária, 1999.

EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. **Academy of management review**. v. 14, (4), p. 532-550, 1989.

EMBRAPA. **Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. Campinas, SP: Embrapa territorial, 20 p., 2019.

_____. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa informação tecnológica, 70 p., 2006.

FALZON, P. **Ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2007.

FALZON, P.; MOLLO, V. Para uma ergonomia construtiva: as condições para um trabalho capacitante. *Laboreal*, vol. 5, nº 1, 2009.

FERREIRA, J. B. Sujeito. In: VIEIRA, F. O.; MENDES, A. M.; MERLO, A. R. C. (Orgs.), **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, pp. 451-455, 2013.

FERREIRA, M. C. O sujeito forja o ambiente, o ambiente “forja” o sujeito: mediação indivíduo-ambiente em ergonomia da atividade. In: FERREIRA M. C.; ROSSO S. D. (Orgs.). **A regulação social do trabalho**. Brasília: Paralelo, 2003.

FIBL, IFOAM. **The World of Organic Agriculture** – statistics & emerging trends 2020. Germany: Medienhaus Plump, 2020.

FOLCHER, V.; RABARDEL, P. Homens, artefatos, atividades: perspectiva instrumental. In: FALZON, P. **Ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2007.

FONSECA, M. F. de A. C.; LEITE, R. M.; ALMEIDA, L. H. M. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. A regulamentação da agricultura orgânica no Brasil: memórias do grupo de agricultura orgânica e do fórum brasileiro de sistemas participativos de garantia. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. **Sistemas participativos de garantias do Brasil** – Histórias e experiências. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

GALHARDO, L. R.; SILVA, L. F. S. da; LIMA, A. S. F. Produtores orgânicos no Brasil e seus organismos certificadores. **Ciência, tecnologia & Ambiente**, vol. 8, nº 1, p. 37-45, 2018.

GEMMA, S. F. B. **Complexidade e agricultura**: organização e análise ergonômica do trabalho na agricultura orgânica. 2008. 280 p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

GERALDI, A. C. L. G. et al. Perfil da gestão das propriedades rurais de pequeno porte na região administrativa de Campinas. In: BRUNELLI JÚNIOR, J.; VIGANÓ, V. A.; MORAES, M. C. (coord) et al. **Perfil da Gestão das Propriedades Rurais de Pequeno Porte no Estado de São Paulo**, Campinas, CATI/CDRS, 2021.

GERNET, I.; DEJOURS, C. Avaliação do trabalho e reconhecimento. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Orgs.). **Clínicas do trabalho**: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

GIANNINI, R.; SZNELWAR, L. I.; UCHIDA, S.; LANCMAN, S. A cooperação como instrumento de enfrentamento do real: o caso dos magistrados do trabalho no Brasil. **Laboreal**, vol. 15, nº 1, 2019.

GIORDANI, R. C. F.; BEZERRA, I.; ANJOS, M. C. R. Semeando agroecologia e colhendo nutrição rumo ao bem e bom comer. In: **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. SAMBUICHI, R. H. R., MOURA, I. F.; MATTOS, L. M.; ÁVILA, M. L.; SPÍNOLA, P. A. C.; SILVA, A. P. M. (orgs.). Brasília: Ipea, 463 p., 2017.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecology: the ecology of sustainable food systems**. CRC Press, third edition, 2015.

_____. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora Da UFRGS, 654 p., 2000.

GONÇALVES, J. M.; CAMAROTTO, J. A. Estratégias operatórias frente ao trabalho repetitivo. **Production**, vol. 25, nº 1, p. 190-200, 2015.

GUENEAU, S.; SABOURIN, E., NIEDERLE, P. A.; COLONNA J.; STRAUCH, G. de F. E.; PIRAUX, M.; LAMINE, C.; ASSIS, W. S. de; ÁVILA, M. L. de ; CANAVESI, F. de C.; TAVARES, E. D.; BARBOSA, Y. R. de S.; SCHMITT, C J. A construção das políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil. **Revista brasileira de agroecologia**, vol. 14, nº 2 Esp., 2019.

GUÉRIN, F; LAVILLE, A.; DURAFFOURG, J. KERGUELEN, A. **Compreender o trabalho para transformá-lo**. São Paulo: Editora Edgar Blücher LTDA, 2001.

HATANAKA, M ; BAIN C ; BUSCH L. Third-party certification in the global agrifood system. **Food Policy**, 30, p. 354–369, 2005.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. da; BERGAMASCO, S. M. P. P. Panorama nacional dos sistemas participativos de garantia. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. **Sistemas participativos de garantias do Brasil – Histórias e experiências**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

HELOANI, R.; LANCMAN, S. Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação. **Produção**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 77-86, dez. 2004.

INSTITUTO BIODINÂMICO (IBD). **Principais exigências da certificação IBD**, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE CIDADES). Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/> >. Acesso em: 27 nov. 2020.

IPES-FOOD. Da uniformidade à diversidade: uma mudança de paradigma da agricultura industrial para sistemas agroecológicos diversificados. In: BURIGO, A. C.; VAZ, B. A.; LONDRES, F.; NETTO, G. F.; MENEZES, M. A. C.; PACHECO, M. E. L.; SOUZA, N. A.; PETERSEN, P. **Caderno de estudos: saúde e agroecologia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; ANA; ABA-Agroecologia, vol. 1, 248 p., 2019.

KAWAKAMI, J. Certificação de produtos orgânicos. **Cadernos técnicos da agenda parlamentar**. CREA, 2016.

LANCMAN, S.; UCHIDA, S. Trabalho e subjetividade: o olhar da Psicodinâmica do Trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 6, pp. 79-90, 2003.

LEPLAT, J. Aspectos da complexidade em ergonomia. In: **A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos**. São Paulo: Edgard Blucher, 2004.

LIMA F. P. A. Ergonomia, ciência do trabalho, ponto de vista do trabalho: a ciência do trabalho numa perspectiva histórica. **Ação Ergonômica**, Rio de Janeiro, v. 1, nº 2, p. 35-45, 2001.

LIMA, F P. A.; JACKSON, J. M. F. Prefácio à edição brasileira. In: **A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos**. São Paulo: Edgard Blucher, 2004.

LOAKE, C. Energy accounting and well-being – examining UK organic and conventional farming systems through a human energy perspective. **Agricultural Systems**, (70): 275-294, 2001.

MARQUES, P. E. M.; GASPARI, L. de; ALMEIDA, B. Organização de Controle Social (OCS) e engajamento agroecológico das famílias do assentamento Milton Santos no estado de São Paulo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 25, nº 3, p. 545-560, 2017.

MARTINS, R. A. Abordagens quantitativa e qualitativa. In: MIGUEL, P. C. A. (coord.). **Metodologia de pesquisa em Engenharia de Produção e Gestão de Operações**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier/ABEPRO, p. 47-63, 2012.

MATTEI, L. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 293-307, 2018.

MAZALLA NETO, W. Agroecologia e crítica da alienação: agricultores camponeses e a experiência do trabalho. In: NOVAES, H.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (Orgs.) **Questão**

agrária, cooperação e agroecologia. São Paulo: Outras Expressões, 2016. 406 p. (2ª edição), Parte 3, p. 231-262.

MAZZOLENI, E. M.; NOGUEIRA, J. M. Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 44, n. 2, p. 263-293, 2006.

MEDEIROS, S. N. de; MARTINS, S. R.; MENDES, A. M. Sofrimento e defesa: análise psicodinâmica do trabalho de monitoramento aéreo de trânsito. **Trivium: Estudos Interdisciplinares**, vol. 9, nº 1, Rio de Janeiro, 2017.

MEDINA, T. As margens do sistema formal e regulado do trabalho - processos de formação e de recomposição identitária. In: DI RUZZA, R.; LACOMBLEZ, M.; SANTOS, M. (eds) **Ergologia, trabalho, desenvolvimentos.** Belo Horizonte: Fabrefactum, 206 p., 2018.

MEIRELLES, L. A origem da certificação participativa e os desafios dos sistemas participativos de garantia. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. **Sistemas participativos de garantias do Brasil** – Histórias e experiências. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

MENDES, A. M.; ARAÚJO, L. K. R. A clínica da cooperação: práticas em empresa pública e privada. In: MENDES, A. M.; ARAÚJO, L. K. R. **Clínica psicodinâmica do trabalho: o sujeito em ação.** Curitiba: Juruá, 154p., 2012a.

_____. A clínica das patologias: a voz dos bancários. In: MENDES, A. M.; ARAÚJO, L. K. R. **Clínica psicodinâmica do trabalho: o sujeito em ação.** Curitiba: Juruá, 154p., 2012b.

_____. Condições institucionais, políticas e éticas para a prática clínica. In: MENDES, A. M.; ARAÚJO, L. K. R. **Clínica psicodinâmica do trabalho: o sujeito em ação.** Curitiba: Juruá, 154p., 2012c.

_____. Os dispositivos clínicos para a escuta qualificada. In: MENDES, A. M.; ARAÚJO, L. K. R. **Clínica psicodinâmica do trabalho: o sujeito em ação.** Curitiba: Juruá, 154p., 2012d.

_____. O sujeito em ação: diálogos entre a psicodinâmica do trabalho e a psicanálise. In: MENDES, A. M.; ARAÚJO, L. K. R. **Clínica psicodinâmica do trabalho: o sujeito em ação.** Curitiba: Juruá, 154p., 2012e.

MENDONÇA, G. M.; MARQUES, P. E. M. Protagonismo feminino na agricultura agroecológica: estudo de uma organização de controle social no assentamento Milton Santos. **Retratos de assentamentos**, v. 21, nº 2, p. 45-65, 2018.

MENEZES, M. A. de. Agricultores expropriados: terra, migrações e trabalho. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOLINIER P. **O trabalho e a psique: uma introdução à psicodinâmica do trabalho**. Brasília: Paralelo 15, 2013.

MONTEDO, U. B.; SZNELWAR, L. I. Análise ergonômica do trabalho agrícola familiar na produção de leite. **Produção**, v. 18, n. 1, p. 142-154, Jan./Abr. 2008.

MOREIRA, R. M.; HIRATA, A.R.; ROCHA, L. C. D.; PEGORER, A. P.; FONSECA, M. F.; PASSOS, M.; PEDINI, S.; MEDAETS, J. P. **Organização de controle social: projeto de fortalecimento da agroecologia e produção orgânica nos SPG e OCS brasileiros para ampliação do número de agricultores no cadastro nacional de produtores orgânico**. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Fórum Brasileiro de SPG. Pouso Alegre: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, 21 p., Caderno PROAPO, nº.2, 2017.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MUÑOZ, C. M. G.; GÓMEZ, M. G. S.; SOARES, J. P. G.; JUNQUEIRA, A. M. R. Normativa de Produção Orgânica no Brasil: a percepção dos agricultores familiares do assentamento da Chapadinha, Sobradinho (DF). **Revista de economia e sociologia rural**, Brasília, vol. 54, nº 2, p. 361-376, 2016.

NETO, W. M.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A experiência agroecológica e o fortalecimento da racionalidade camponesa na relação com a natureza. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

NEVES, M. Y. R.; ALVAREZ, D.; SILVA-ROOSLI, A. C. B. da; MORAES, T. D.; MASSON, L. P.; OLIVEIRA, V. A. N. de. Ação-formação: uma leitura das contribuições da Ergonomia da Atividade. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, nº. 2, p. 112-120, 2018.

NEVES S. L. S.; GERASEEV, L. C.; AUGUSTO, H. A. Dos saberes tradicionais à agroecologia: um estudo de caso das práticas agrícolas da comunidade vazanteira da Ilha do Jenipapo, Itacarambi-MG. **Rev. Bras. de Agroecologia**. 8(2), 44-61, 2013.

NIEDERLE, P. A.; SABOURIN, E.; SCHMITT, C. J.; DE ÁVILA, M. L.; PETERSEN, P.; ASSIS, W. S. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. **Redes** (Santa Cruz do Sul Online), v. 24, n. 1, p. 270 - 291, 2019.

NIEDERLE, P. A. Afinal, que Inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. Quem governa por dispositivos? A produção das normas e padrões para os alimentos orgânicos no Brasil. **Tomo**, nº 30, p. 227-265, jan./jun., 2017.

NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. de. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F. M. (Org.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

NUSSHOLD, P.; BAUDIN C.; CELIO, S. N. Quando o trabalho real é tabu: introdução. **Laboreal**, vol. 16, nº1, 2020.

OLIVEIRA, A. L. A.; SOUZA, B. J. Políticas públicas de saúde do homem do campo no semiárido nordestino. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 644-675, 2020.

OLIVEIRA, V. A. O arranjo produtivo de malharias retilíneas em Socorro (SP): organização do espaço industrial e a informalidade. 2008. 210 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, 2008.

ORGANIS; BRAIN. Panorama do consumo de orgânicos no Brasil. 2019.

O'ROURKE, M. E.; DELONGE, M. S.; SALVADOR, R. Percepções da agroecologia e um passo crucial: integrando a saúde humana. *Agroecology And Sustainable Food Systems*, vol. 41, nº 7, p. 880–884, 2017. In: BURIGO, A. C.; VAZ, B. A.; LONDRES, F.; NETTO, G. F.; MENEZES, M. A. C.; PACHECO, M. E. L.; SOUZA, N. A.; PETERSEN, P. **Caderno de estudos**: saúde e agroecologia. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; ANA; ABA-Agroecologia, vol. 1, 248 p., 2019.

PASSOS, M. Chegamos até aqui, o que faremos agora? In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. **Sistemas participativos de garantias do Brasil** – Histórias e experiências. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

PASSOS, M.; ISAGUIRRE-TORRES, K. Certificação na prática: a Rede Ecovida e os desafios da implementação de sistemas participativos de garantia. In: NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

PETERSEN, P. Introdução. In: PETERSEN, P.; DIAS, A. (Orgs.). **Construção do conhecimento agroecológico**: novos papéis, novas identidades. Rio de Janeiro: ANA, caderno II, 2007.

RADOMSKY, G. F. W. Certificações, sistemas participativos de garantia e agricultura ecológica: aspectos da relação entre agricultores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building Food Democracy: Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, Vol.19, nº 3, p.289-307, 2012.

RIBEIRO, I. A. V. **Caracterização da carga física de trabalho na horticultura orgânica**. 2011. 200 p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

ROGER, J. L. Metodologia e métodos de análise em clínica da atividade. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 16, n. especial 1, p. 111-120, 2013.

SABOURIN, E. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

_____. Os mecanismos de qualificação e certificação como interfaces entre reciprocidade e troca mercantil. In: COLÓQUIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 3, 2011, PORTO ALEGRE. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2011.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V.; SIVINI, S. A agricultura familiar no Brasil: caminhos da inovação, espaços de afirmação. **Agroalimentaria**, vol. 22, nº 43, 2016.

SAMBUICHI, R. H. R.; MOURA, I. F. de; MATTOS, L.M. de; ÁVILA, M. L. de; SPÍNOLA, P. A. C.; SILVA, A.P.M. da. Introdução. In: **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. SAMBUICHI, R. H. R., MOURA, I. F.; MATTOS, L. M.; ÁVILA, M. L.; SPÍNOLA, P. A. C.; SILVA, A. P. M. (orgs.). Brasília: Ipea, 463 p., 2017.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, D. E. dos; HIGGINS, S. S. A construção de um regime de qualidade no mercado brasileiro de produtos orgânicos. **Política & Sociedade**, v. 15, n. 33, p. 131-159, 2016.

SANTOS, J. O.; SANTOS, R. M. S.; BORGES, M. G. B.; FERREIRA, R. T. F. V.; SALGADO, A. B.; SEGUNDO, O. A. S. A evolução da agricultura orgânica. **RBGA**, v.6, n.1, p. 35 – 41, 2012.

SANTOS, M. Análise psicológica do trabalho: dos conceitos aos métodos. **Laboreal**, vol. 2, nº 1, pp. 34-41, 2006.

SATO, L.; SOUZA, M. P. R. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. **Psicologia USP**, 12(2), p. 29-47, 2001.

SAUER, S.; BALESTRO, M. V. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. Exp. popular, 2009.

SCHWARTZ, Y. Intervenção, experiência e produção de saberes. **Revista Serviço Social & Saúde**. UNICAMP, Campinas, v. X, nº 12, 2011a.

_____. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trabalho, educação, saúde**, Rio de Janeiro, vol. 9, supl.1, p. 19-45, 2011b.

_____. A experiência é formadora? **Revista Educação & Realidade**, vol. 35, nº 1, pp. 35-48, 2010.

_____. Revisitar a atividade humana para colocar as questões do desenvolvimento: projeto de uma sinergia franco-lusófona. **Laboreal**, vol. IV, nº 1, pp. 10-22, 2008.

SERVIÇO Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Pesquisa com produtores orgânicos, 2018. Disponível em:

<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Pesquisa%20com%20Produtores%20Org%C3%A2nicos%202018%20Sebrae_21.6.2018.pdf> Acesso em: 13 jul. 2018.

SILVA, E. C.; CAMAROTTO, J. A. Contribuições da análise da atividade do trabalho. **Revista de Terapia Ocupacional da USP**, São Paulo, vol. 27, nº 2, p. 131-7, 2016.

SIQUEIRA, A. P. P. de; FONSECA, M. F. de A. C.; ALMEIDA, L. H. M. de; RIBEIRO, C. de B. O SPG ABIO e o circuito carioca de feiras orgânicas: uma estratégia de construção coletiva no Rio de Janeiro. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. **Sistemas participativos de garantias do Brasil – Histórias e experiências**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

SOBOLL, L. A. P. A disciplina como “coação da conformidade”: um olhar para a submissão no trabalho. In: MENDES, A. M.; LIMA, S. C. da C.; FACAS, E. P. (Orgs.). **Diálogos em psicodinâmica do trabalho**. Brasília: Paralelo 15, 2007.

SOCORRO. Prefeitura municipal da Estância de Socorro. **Código de posturas do município da Estância de Socorro**. Socorro, SP, 2010.

SODRZEIESKI, A. D. et al. Perfil da gestão das propriedades rurais de pequeno porte na região administrativa de Registro. In: BRUNELLI JÚNIOR, J.; VIGANÓ, V. A.; MORAES, M. C. (coord) et al. **Perfil da Gestão das Propriedades Rurais de Pequeno Porte no Estado de São Paulo**, Campinas, CATI/CDRS, 2021.

SOIL ASSOCIATION. Organic works: Providing more jobs through organic farming and local food supply. Social Association, Bristol, 2006.

SOLDERA, L. M. Breve compêndio conceitual e metodológico da Psicodinâmica do Trabalho e da Psicossociologia. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 19, nº 2, p. 243-253, 2016.

SOUZA, R. P. de; BATISTA, A. P.; CÉSAR, A. da S. As tendências da certificação de orgânicos no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 27, nº 1, p. 95-117, 2019.

STROPASOLAS, V. L. Tecendo os fios condutores de um debate: que desafios, perspectivas e proposições para as agriculturas de base familiar e camponesa do Brasil? In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SYLVANDER, B. Le rôle de la certification dans les changements de régimes de coordination: l'Agriculture Biologique, du réseau à l'industrie. **Revue d'Économie Industrielle**, nº 80, p.47-66, 1997.

SZNELWAR, L. I. O trabalho sob um olhar sustentável – desafios para os serviços de saúde pública: Estudo de caso do Programa Saúde da Família em São Paulo, Brasil. **Laboreal**. Vol 5, nº. 1, 2009.

_____. Ergonomia e psicodinâmica do trabalho: um diálogo possível e desejável. In: MENDES, A. M.; LIMA, S. C. da C.; FACAS, E. P. (Orgs.). **Diálogos em psicodinâmica do trabalho**. Brasília: Paralelo 15, 2007.

SZNELWAR, L. I.; UCHIDA, S. Ser Auxiliar de enfermagem: um olhar da psicodinâmica do trabalho. **Produção**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 87-98, dez. 2004.

SZNELWAR, L. I.; UCHIDA, S.; LANCMAN, S. A subjetividade do trabalho em questão. **Tempo Social: Revista da Sociologia da USP**, 23 (1), p. 11-30, 2011.

VIANA, E. A. S.; MACHADO, M. N. M. Sentido do trabalho no discurso dos trabalhadores de uma ONG em Belo Horizonte. **Psicologia & Sociedade**; 23, 1: 46-55, 2011.

WANDERLEY, M. de N. B.; “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

_____. **Um saber necessário**. Os Estudos rurais no Brasil. Campinas, Ed. Unicamp, 2011

WISNER, A. Questões epistemológicas em ergonomia e em análise do trabalho. In: **A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos**. São Paulo: Edgard Blucher, 2004.

_____. **A inteligência no trabalho**: textos selecionados de ergonomia. São Paulo: Fundacentro, 1994a.

_____. A metodologia na ergonomia: ontem e hoje. In: WISNER A. **A inteligência no trabalho**: textos selecionados de ergonomia. São Paulo: Fundacentro; p.87-107, 1994b.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ANEXOS

Anexo 1 – Trajetória inicial da pesquisa

Síntese das atividades realizadas: da pesquisa exploratória inicial à pesquisa de campo.

Ano	Atividade	Apontamentos
2018	Contato com a Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul (APOMS)	Indicou o processo de certificação como uma questão relevante para os produtores orgânicos.
2018	Participação e apresentação de trabalho no AGROECOL - “Sistemas agroalimentares, sociobiodiversidade, saúde e educação: desafios e perspectivas” (UFMS)	Proporcionou contato com pesquisas e pesquisadores relevantes para a área da Agroecologia.
2019	Visita à propriedade produtora de gengibre orgânico (Ubatuba/SP)	Conversas com a gestora da propriedade e com trabalhadores e a observação da rotina de trabalho (três dias) indicaram acentuado acréscimo de tarefas burocráticas, advindas da certificação, na rotina dos trabalhadores.
2019	Visita à propriedade produtora de frutas e hortaliças (São Carlos/SP)	Conversa com produtora e gestora da propriedade reafirma as demandas burocráticas da certificação e despertam interesse para as discussões a respeito da subjetividade no trabalho, dado que a produtora relatou ter passado por períodos de sofrimento, por receio de não conseguir cumprir as tarefas de registro e controle das atividades.
2019	Visita à propriedade produtora de frutas, hortaliças e plantas medicinais (Terra Roxa/SP)	Conversa com gestores e trabalhadores e observações da rotina de trabalho (dois dias) reafirmaram constrangimentos com a rotina de registros de dados (falta de habilidade, para trabalhadores alfabetizados, e incapacidade, para os não alfabetizados). A respeito da certificação, gestores comentaram que a auditoria externa, modelo adotado naquele momento, era “muito frio” e que sentiam falta da cooperação entre produtores, quando eram certificados via modelo participativo. Esse depoimento despertou o interesse pela certificação participativa.
2020	Visita a Sete Barras/SP	Visita à COOPAFASB e a propriedades do bairro do Guapiruvu e conversas com produtores despertaram interesse do pesquisador pela relevância da mobilização social, da cooperação e da confiança para os processos de certificação. Produtores relatam insatisfação com a certificação por auditoria externa e o desejo de construir um sistema participativo. Mobilização social (a existência de um coletivo), o desejo da mudança para a certificação participativa e a relevância da produção (em termos econômicos) despertaram o interesse do pesquisador para adotá-los como um caso de pesquisa.
2020	Participação nas reuniões da comissão de organização do SPG (Sete Barras/SP)	Já como atividade de pesquisa, o pesquisador tem participado regularmente das reuniões do grupo de trabalho, desde sua constituição em fevereiro de 2020. Em função da pandemia de

		COVID-19, apenas a primeira reunião foi presencial, sendo as demais realizadas virtualmente, todas as quartas-feiras.
2020	Conversa inicial com ANC	Conversa, por videoconferência, teve como objetivo conhecê-los, apresentar o projeto de pesquisa e tratar do interesse de desenvolvê-lo em parceria com a ANC.
2020	Participação em reunião virtual da ANC	Participação em reunião com todos os grupos de produtores certificados da ANC. Na reunião, uma das etapas do processo de renovação dos certificados, os produtores apresentaram os relatórios das visitas de pares às propriedades. Cumpru o papel de familiarizar o pesquisador com a dinâmica interna do SPG, além de apresentá-lo a todos os produtores que compõem a ANC.
2020	Entrevista exploratória com Sofia, gestora da ANC	Na ocasião, o pesquisador obteve dados gerais da ANC, compreendeu melhor seu funcionamento e abordou alguns temas presentes na literatura.
2020	Entrevista exploratória com Otávio (Sete Barras/SP)	Com a entrevista, o pesquisador pode: a) obter dados gerais sobre a história do Guapuruvu; b) conversar sobre a trajetória do Pedro como produtor orgânico; c) compreender o atual processo de certificação; d) conversar sobre os anseios dos produtores com a certificação participativa.

Anexo 2 – Constructos – dimensões - indicadores

Lista inicial dos aspectos observados, conforme distribuição por dimensão e respectivo constructo de pesquisa.

Constructo	Dimensão	Indicadores/Aspectos observados
Cooperação	Espaços coletivos	Frequência e efetividade das reuniões (comissão de avaliação, conselhos de recursos e de ética, OPAC) Frequência e efetividade das visitas (verificação e de pares) Participação e representatividade dos membros dos diversos grupos de produtores em reuniões Efetividade do caráter decisório e regulatório Influências da hierarquia nas tomadas de decisão (horizontalidade) Diversidade e confronto de ideias e opiniões
	Compartilhamento	Uso conjunto de um recurso ou espaço Compartilhamento de informações, soluções, aperfeiçoamentos, conhecimentos, vivências, experiências Compartilhamento de problemas, falhas, dúvidas, sofrimentos Compartilhamento de responsabilidades Complementariedade de habilidades e capacidades entre produtores de gêneros e idades distintos
	Coletivo coeso	Consolidação de acordos e regras de trabalho Mecanismos de absorção de falhas e/ou eventos Estratégias e mecanismos para lidar com constrangimentos (em especial, decorrentes da certificação) Renúncia de potencialidades individuais (inteligência e engenhosidades) em prol do coletivo Escuta atenta (efetiva) Estratégias de integração e articulação dos talentos Relações baseadas na responsabilidade e reciprocidade
	Organização do trabalho	Distribuição de tarefas entre os trabalhadores Conhecimento das tarefas dos demais Incentivo ao protagonismo dos sujeitos Grau de autonomia diante da atividade (no uso de si e na organização e condições de trabalho) Adaptação de normas e conhecimentos aos anseios e necessidades dos trabalhadores Relações intercompreensivas entre os sujeitos/comunicação efetiva
	Disponibilidade	Adaptação do coletivo a necessidades individuais Adaptação individual a necessidades coletivas
Reconhecimento	Confiança	Confiança na utilidade e na qualidade da atividade/solução dos membros Lugar que os diferentes atores ocupam nas propostas e decisões

	Identidade	<p>Relação com a própria função (reconhecer-se em sua atividade)</p> <p>Lugar que ocupa no grupo (reconhecimento pelo outro)</p> <p>Mobilização de si (inteligência, saberes, experiências, engenhosidade) para o trabalho</p> <p>Visibilidade dos achados individuais</p>
	Processos de retribuição	<p>Mecanismos objetivos de retribuição: salários, benefícios etc.</p> <p>Mecanismos simbólicos de retribuição: ser consultado, respeitado, convocado a mobilizar sua inteligência e competência no desenvolvimento de soluções</p>
Sentido	Valores pessoais e/ou coletivos	<p>Visão a respeito do trabalho (liberdade, saúde, transformação social, desafios, permanecer com a família, autorrealização, manter-se ocupado, prazer, recompensa financeira, segurança, laços afetivos, ligação com a terra etc.)</p> <p>Visão a respeito da própria atividade</p> <p>Desenvolvimento dos sujeitos</p> <p>Moralmente aceitável e socialmente responsável</p> <p>Orgulho e identificação</p> <p>Sentimento de pertencimento coletivo</p>
	Relações sociais	<p>Vínculo entre atores</p> <p>Relação trabalho-família</p> <p>Relação trabalho-contexto social</p> <p>Compartilhamento de um sentido do trabalho entre produtores de gêneros e idades distintos</p>
	Coerência e equilíbrio	<p>Objetivos coletivos x Objetivos individuais</p> <p>Desânimo, angústias e decepções x Prazer e dignidade</p> <p>Desgaste corporal e mental x Realização pessoal</p>

Anexo 3 - Roteiro de entrevista

PARTE I. Identificação do produtor	
Produtor	Família e propriedade
Idade, sexo, naturalidade, escolaridade	Condições de moradia, composição/situação familiar, produtos produzidos

PARTE II. Eixos, aspectos e questões investigadas		
Temas	Aspectos explorados	Questões
História e cotidiano	Trajectoria pessoal	Como chegou na região Há quanto tempo trabalha com agricultura? Já teve outras profissões? Há quanto tempo trabalha com agricultura orgânica? O que o levou à agricultura orgânica?
	Objetivos de vida e desejos	Quais são seus sonhos/objetivos de vida? Sente-se realizado? Se sim, por quê? Se não, o que ainda falta conquistar?
Trabalho e certificação	Trabalho e vida pessoal (saúde, família, tempo, espaço)	Sente alguma dor física ou problema de saúde que atribui ao trabalho? Como é sua relação com o trabalho? Considera-se uma pessoa preocupada ou consegue desligar do trabalho em momentos do dia? Como é trabalhar com a família? Tem ou teve conflitos com a família em razão do trabalho? Como é trabalhar e morar no mesmo local?
	Rotina de trabalho	Fale um pouco sobre como é seu dia de trabalho. Como era seu trabalho antes da certificação? Como ele é agora?
	Certificação	Há quanto tempo participa da certificação participativa? O que o levou à certificação participativa? Já foi certificado por outros tipos de certificação? Como foi seu processo de adequação às normas da certificação? Sua produção já passou por alguma situação de não conformidade? Se sim, como foi o processo de resolução? Sentiu confiança na solução adotada? Como é avaliar a produção de um colega? E ser avaliado por um colega? Sentiu confiança? Em algum momento, esse processo gerou alguma desconfiança ou inimizade? Já participou de alguma avaliação que identificou não conformidades? Se sim, como se sentiu?

	Situações reais de trabalho, a partir das observações e dos registros do diário de campo	<p>O que você estava fazendo nessa situação? (trecho descrito no diário)</p> <p>Como sabia que essa ação daria o resultado esperado?</p> <p>O que fez você decidir por essa forma de agir?</p> <p>Aquele problema encontrado no sítio do seu vizinho poderia ser caracterizado como não conformidade e vir a comprometer a certificação de todo o grupo?</p>
Trabalho e subjetividade	Cooperação e instâncias de cooperação	<p>Quando está difícil terminar uma tarefa sozinho, o que costuma fazer?</p> <p>Quando precisa de uma informação sobre algo do trabalho, a quem procura?</p> <p>Quando falta uma ferramenta para um trabalho na roça ou algo assim, como você faz? Costumam emprestar ferramentas e equipamentos?</p> <p>Como se sente quando um vizinho o procura para pedir ajuda?</p> <p>Em que situação você oferece ajuda?</p> <p>Como se sente quando necessita de ajuda? Para quem pede ajuda?</p> <p>Quando está chateado com algo do trabalho, o que costuma fazer?</p> <p>Vocês conversam sobre trabalho em momentos em que não estão trabalhando ou em reuniões do SPG?</p> <p>Você se sente parte do trabalho que os colegas realizam?</p> <p>Lembra-se de algo que aprendeu a fazer de um determinado modo e com o tempo alterou a forma?</p>
	Reconhecimento	<p>Como se sente como produtor orgânico? (Orgulhoso? Desiludido?)</p> <p>Como você é visto pelas pessoas de sua comunidade?</p> <p>Você consegue se imaginar fazendo outra coisa da vida?</p> <p>Quando se depara com um problema que não sabe resolver, a quem procura?</p> <p>Quando ocorre algum problema na comunidade – discussão, atrito entre vizinhos etc. – como é resolvido?</p> <p>Recorda-se de alguma situação em que sua experiência como produtor foi importante para resolver algum problema?</p> <p>O pessoal costuma o procurar para tirar dúvidas, pedir informações etc.?</p>
	Sentido do trabalho	<p>Para você, um trabalho que faz sentido é... e um trabalho que não faz sentido é...</p> <p>O que você acha que tem de mais interessante no seu trabalho?</p> <p>E o que é mais complicado?</p> <p>Você se sente realizado?</p> <p>Seus colegas aqui da comunidade se sentem realizados?</p> <p>Seu dia a dia no trabalho é desafiador?</p> <p>Sente que aprende coisas novas com o trabalho? Se sim, dê um exemplo?</p>

Anexo 4 – Validação em grupo

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Objetivo da pesquisa

Compreender como o processo de garantia participativa da qualidade orgânica intervém na relação do produtor ecológico familiar com sua atividade, em termos de sentido, cooperação e dinâmica de reconhecimento do trabalho.

1.2. Sobre a atividade de validação

Consiste em submeter o pensamento do pesquisador à avaliação dos pesquisados. Possibilita ao pesquisador apreender a realidade vivenciada pelos trabalhadores em sua especificidade, aprofundando interpretações.

1.3. Acordos

- Todos os depoimentos obtidos no âmbito dessa pesquisa são anônimos.
- Não buscamos somente o consenso. Portanto, toda fala é muito bem-vinda!
- As análises são sempre relativas à atividade de trabalho, ao fazer, e nunca às pessoas.

2. DISCUSSÃO

2.1. Cooperação

Espaços coletivos:

- 1) Importância e efetividade das reuniões.
 - 2) Potencialidades e fatores que condicionam as visitas
- Reflexões:
- 1) Há reconhecimento quanto à capacidade das reuniões de produzir valores e vivências, mas a experiência ainda pode ser aprimorada (frequência e efetividade). Como evitar que reuniões se tornem formais?
 - 2) Visitas geram vínculos, produzem e compartilham conhecimento e criam sentimento de coautoria do trabalho. No entanto, fatores políticos e características do território condicionam sua efetividade.

Cooperação/compartilhamento de informações, equipamentos e força de trabalho:

- 1) Fontes de influência:
 - Positiva: OCS/Associações e imprevistos (doenças, fenômenos naturais).
 - Negativa: padrões do convencional (renda, falta de tempo) e ausência de espaços de convivência.
 - 2) Regra geral: compartilhamentos são pouco frequentes, praticamente restritos ao núcleo familiar, mas há casos com vizinhos e amigos. Atendem demandas pontuais (doenças, por ex.).
 - 3) Há dificuldades de compartilhar dúvidas/sofrimentos e de pedir auxílio.
 - 4) Principal via de compartilhamento de informações são as conversas informais.
 - 5) Cooperação para o trabalho é rara e fica restrita ao núcleo familiar.
 - 6) Crise do senso de responsabilidade coletiva.
- Reflexões:
- 1) Influências: 1) falta tempo para cooperar? Se sim, seria consequência da incorporação de padrões do convencional no orgânico? (produtividade, competitividade, renda) 2) Melhoria das condições financeiras dos produtores interfere na cooperação?
 - 2) Duplo papel da certificação participativa/OCS: considerando que a cooperação hoje existente não tem relação direta com as discussões da certificação/OCS, ainda assim, pode-se pensar que ela é consequência dessas discussões. Papel das organizações é criar condições para a cooperação.
 - 3) Debilidades x confiança: compartilhar debilidades e solicitar auxílio envolve reconhecer desconhecimento e fragilidades. Desse modo, é essencial que haja confiança entre as partes.
 - 4) Conversas informais são o meio para compartilhar princípios da agroecologia, saberes da prática, vivências e conhecimentos técnicos. Troca de informações não é maior devido à falta de convivência.
 - 5) Autonomia x isolamento: autonomia como liberdade para dosar o uso de si, ressignificar regras e organizar o trabalho. Quando não é acompanhada por confiança, confunde-se com individualismo.
 - 6) Sentidos para responsabilidade: como compromisso/comprometimento ou responsabilização/culpabilidade. Qual sentido tem prevalecido no território?

Coletivo coeso:

- 1) Relação entre desenvolvimento e consolidação de regras de trabalho e necessidades financeiras.
- 2) Debate de regras como forma de lidar com possíveis constrangimentos da certificação.
- 3) Dificuldades na busca de relações baseadas na responsabilidade e reciprocidade.

– Reflexões:

- 1) Em alguns casos, restrições financeiras sobrepõem-se às regras de trabalho, comprometendo o desenvolvimento de princípios reguladores da ação coletiva.
- 2) Possibilidade de conversar sobre as regras da certificação, as adaptando à realidade, como estratégia para amenizar constrangimentos e criar sentido para o trabalho.
- 3) Coletivos baseados na responsabilidade e na reciprocidade podem colocar interesses pessoais em risco. Como estabelecer limite entre interesses pessoais e coletivos? Como construir relações recíprocas também entre produtores e consumidores?

Organização do trabalho

- 1) Rotina do trabalho é determinada pelo ritmo da natureza (estações do ano, fases da lua, eventos naturais), modelo de manejo, diversidade e capacidade de produção.
- 2) Minimização do uso de si no trabalho x diversidade de atividades
- 3) Harmonia com a natureza alivia a rotina de trabalho.
- 4) Atividades de controle/registro envolvem grande mobilização de energia do produtor.
- 5) Em relação à auditoria, a certificação participativa é mais adaptada à realidade dos produtores.

– Reflexões:

- 1) Rotina de trabalho na roça é marcada pela falta de rotina (rotina não rotineira). Essa condição atribui um novo sentido à rotina, como um convite ao criar.
- 2) Autonomia do trabalho é relativizada pela sobreposição de papéis. Agroecologia como liberdade diante da atividade e modelo convencional como tempo controlado e cronometrado.
- 3) Adequação do trabalho às regras da natureza leva ao equilíbrio com a mesma e, conseqüentemente, à possibilidade de eliminar determinadas tarefas da rotina de trabalho.
- 4) Desgaste relaciona-se à busca pela autonomia, a resistir ao excesso de regras e a rotinização do trabalho.
- 5) Certificação participativa aplica normas a partir das condições objetivas e subjetivas dos produtores.

Disponibilidade

- 1) Falta de engajamento e individualismo restringem a adaptação individual às necessidades coletivas.
- 2) Adaptar-se às necessidades coletivas como fonte de prazer (sentido) e de sofrimento.

– Reflexões:

- 1) Baixo grau de comprometimento com o trabalho e foco nos interesses pessoais como estratégias de defesa para lidar com o não reconhecimento do trabalho.
- 2) Adaptar-se às necessidades coletivas envolve comprometer-se com a atividade e renunciar aos seus interesses. Quando há reconhecimento da disponibilidade, ela contribui para o sentido e gera prazer. Quando não há reconhecimento, ela atua como fonte de sofrimento e como exemplo a não ser seguido.

2.2. Reconhecimento**Confiança**

- 1) Diferentes níveis de confiança e de reconhecimento de acordo com o tipo de manejo orgânico.
- 2) Lógica de confiar, desconfiando.
- 3) Papel ambíguo da documentação, em relação à confiança.
- 4) Confiança como garantia da autonomia do produtor, em relação a sua atividade.

– Reflexões:

- 1) Divergências de concepção levam a distintos tipos de manejo. Essas subdivisões dificultam o reconhecimento do trabalho entre os próprios produtores orgânicos, podendo levar à perda de sentido.
- 2) Há confiança no trabalho dos produtores e nas OCS's, como produtoras de valores (encontros, vínculos e saberes). Ao mesmo tempo, há desconfiança na capacidade de organização dos colegas e no desempenho das OCS's, motivada por críticas a aspectos organizacionais.
- 3) Documentação é avalista da confiança e, ao mesmo tempo, representa a marca da desconfiança. Exigência documental explícita que a palavra e a prática são insuficientes para gerar confiança.
- 4) Quando há confiança, produtores podem se defrontar com os desafios da sua atividade com liberdade, autonomia e transparência, executando o trabalho com objetividade e eficácia.

Identidade

- 1) Reconhecimento como produtor passa pela necessidade de valorizar o trabalho na agricultura.
 - 2) Reconhecimento como um processo em construção (no decorrer do tempo).
 - 3) Processo de reconhecimento das produtoras tem a marca da identidade de gênero.
 - 4) Há diversas identidades presentes na agricultura orgânica e familiar.
 - 5) Risco da idealização do trabalho prescrito para a saúde do trabalhador.
- Reflexões:
- 1) Reconhecimento pelo outro passa pela necessidade de os próprios produtores se reconhecerem na sua atividade (valorização simbólica da profissão).
 - 2) No início das trajetórias, a maioria dos produtores sofreu com o não reconhecimento. Persistência e resiliência foram fundamentais para reverter esse processo e obter reconhecimento.
 - 3) Reconhecimento como produtoras é ainda mais lento. Em geral, mulheres só são reconhecidas como “produtoras” entre elas. Entre homens, o reconhecimento se dá como “trabalhadoras” e “batalhadoras”.
 - 4) Em função das várias atividades, o produtor desenvolve diferentes habilidades e convive com várias identidades (produtor, gestor, comerciante etc.). Como a maioria se reconhece como produtor, instala-se uma crise de identidade. Assim, como se reconhecer em sua atividade e conformar sentido?
 - 5) Idealizar o trabalho prescrito (a meta), mobilizando toda energia e saberes para seu cumprimento, compromete o autorreconhecimento dos sujeitos, dado que o trabalho prescrito nunca coincidirá com as situações reais. Quando a meta é idealizada, seu não cumprimento pode ser compreendido como decorrência de falta de competência. A dificuldade em se autorreconhecer e o sentimento de incompetência comprometem a construção do sentido do trabalho, levando os sujeitos ao sofrimento.

Processos de retribuição

- 1) O não reconhecimento material e a resignificação da agricultura familiar.
 - 2) Assédio moral como marca do não reconhecimento e como estratégia de construção de identidade.
- Reflexões:
- 1) Não reconhecimento material afasta produtores de seus sonhos e do orgânico. Para os que resistem, as consequências são: 1) no campo simbólico, há um comprometimento da formação da identidade; 2) no campo material, produtores passam da categoria “familiar” para a de “subsistência”.
 - 2) Não reconhecimento do trabalho é explicitado por meio do assédio moral, constituído principalmente a partir da discussão da retribuição financeira. Na perspectiva de quem pratica, o assédio pode ser compreendido como estratégia de construção da identidade de produtor convencional.

2.3. Sentido

Valores pessoais

- 1) Trabalho como prazer e realização.
 - 2) Tempo/ritmo distintos na agricultura orgânica e na convencional.
 - 3) Dilema agroecologia x renda x saúde/prazer.
 - 4) Venda direta ao consumidor como relação mais justa e capaz de gerar reconhecimento.
 - 5) Preservação ambiental como elo e como resistência.
 - 6) Comprometimento com um trabalho bonito/bem-feito.
 - 7) Sentimento de pertencimento coletivo.
 - 8) Caráter social e moral do trabalho.
 - 9) Orgulho de si x restrições financeiras.
- Reflexões:
- 1) Trabalho visto como expressão de liberdade, autonomia e criatividade, como oportunidade de se dedicar ao que gosta (ócio/diversão), de se (re)vincular à natureza e de se desenvolver organizacional e intelectualmente, através de um modelo de vida mais simples, mas com saúde e em harmonia.
 - 2) Liberdade/autonomia x tempo cronometrado: através da mobilização de saberes, produtores são capazes de aprimorar seu relacionamento com o trabalho, auto atribuindo-se regras que minimizam seu desgaste.
 - 3) Agroecologia gera saúde, prazer e orgulho, mas também restringe a renda. Diante desse dilema, em geral, a permanência dos produtores no orgânico depende de uma visão filosófica da agroecologia.
 - 4) Venda direta ao consumidor elimina atravessadores, melhora a renda (relação financeira mais justa) e reaproxima produtores e consumidores, possibilitando que consumidores se pronunciem a respeito da qualidade dos produtos e da beleza e utilidade do trabalho. Assim, gera-se reconhecimento, sentido para o trabalho e se estabelece uma nova relação entre produtor e atividade.

- 5) Preservação ambiental como valor, como meio de se vincular com a natureza e como forma de resistir à lógica produtivista e econômica.
- 6) Trabalho bonito é o que vai além da produção de bens materiais, gerando, também, valores.
- 7) Coletivo como valor de destaque para o “mundo orgânico”. Nesse sentido, ganha relevância a crítica à falta de coletividade, motivada por um sentimento crescente de competição. Competição afeta o senso de coletividade e de cooperação, dificultando o reconhecimento e o sentido.
- 8) Produzir sem prejudicar nada e ninguém: agricultura orgânica como possibilidade de fazer uso de si para o bem, compreendido como o ato de se responsabilizar pela comunidade e de cuidar da natureza.
- 9) Orgulho de ser orgânico é mediado por desejos e fatores econômicos. Desejos não realizados e restrições financeiras restringem o sentimento de orgulho e entristecem o trabalho na roça.

Relações sociais

- 1) Relações sociais, em especial a família, como fonte de pressão, não reconhecimento e de sofrimento.
 - 2) Padrões ligados ao convencional limitando a cooperação, o reconhecimento e o sentido do trabalho.
 - 3) Ligação com o território interferindo no reconhecimento entre pares.
- Reflexões:
- 1) Foi consensual que há algum grau de dificuldade no relacionamento familiar, proveniente do trabalho. Via de regra, problemas decorrem de preocupações excessivas com o trabalho, do alto nível de estresse, e de objeções dos familiares acerca da opção pelo manejo orgânico e pelo estilo de vida minimalista.
 - 2) Contexto marcado por restrições financeiras e, sobretudo, por uma acirrada disputa ideológica entre os modelos convencional e orgânico, com predomínio do convencional, impõe padrões inadequados aos produtores orgânicos. Esse conflito de ideias dificulta a geração de confiança e de vínculo entre produtores e, conseqüentemente, limitam as dinâmicas de cooperação, reconhecimento e sentido.
 - 3) Diferentes níveis de ligação com o território e com a agricultura (caiçaras, migrantes antigos e recentes) levando a diferentes relações com a cultura caiçara. Diferentes percepções geram subdivisões entre os produtores orgânicos, comprometendo a cooperação e o reconhecimento.

Coerência e equilíbrio

- 1) Uso de si na agricultura orgânica.
- Reflexão:
- 1) Em geral, trabalho no orgânico é menos desgastante que no convencional e o sentimento majoritário é o de realização. Entretanto, também há muitas menções ao cansaço físico e mental. Quanto ao desgaste físico, as dores na coluna são as mais frequentes. Já o desgaste mental, deve-se às dificuldades de se desligar do trabalho e aos custos de lidar com as impossibilidades.

2.4. Trabalho e certificação

Mudanças na rotina

- Trabalho de proteção ambiental desenvolvido na comunidade faz com que as interferências da certificação na rotina sejam pontuais, sendo que a principal delas é a questão documental.

Constrangimentos/aborrecimentos

- Questão documental: dificuldade de adequação (mundo rural x mundo burocrático).
- Dinâmica da avaliação: avaliar, sugerir, impor e expor; papel de avaliador.

Visão da certificação

- Mercado x valores: como a certificação mostra-se ineficaz quanto ao objetivo de ampliar mercado, perde relevância, representando apenas mais uma etapa burocrática e desagradável a ser executada.
- Certificação por auditoria: presa na lógica do selo; normas não atendem às necessidades da agricultura familiar; representa mais uma imposição.
- Certificação participativa: mais trabalhosa e confiável que a auditoria. Representa um meio/instrumento capaz de gerar valores além do selo (saberes, confiança, cooperação, vínculo etc.).

Sugestões de aprimoramentos da certificação participativa/OCS's

- Aprimorar rotina e dinâmica das reuniões.
- Rever a importância excessiva que tem se dado à questão documental.

Perspectivas sobre o SPG

- Reconhecem sua importância, mas em função das dificuldades no processo de construção (mobilizar pessoas e conciliar interesses), ainda a veem com desconfiança.

Anexo 5 – Organização dos Dados

Daniel: informações gerais; Trabalho e certificação; Constructo Reconhecimento

Informações gerais	
Idade	72 anos
Outras profissões	Mecânica industrial, banco, TI, consultoria, professor universitário
Escolaridade	Superior completo
Tempo na agricultura	18 anos
Tempo como orgânico	8 anos
Tipos e tempo de certificação	Auditoria (5 anos), OCS (8 anos)
Tamanho da propriedade	
Renda da propriedade (mês)	R\$ 1.500,00 (livre)
Principais produtos	Banana, pupunha
Trabalho e certificação	
Mudanças na rotina de trabalho	<p>E os cuidados com o sítio, com a propriedade. Você viu que eu tenho uns barracões lá que eu gosto de guardar as madeiras velhas etc. isso não altera nada com certificação, mas se eu colocar, por exemplo, um estoque de adubo, vai, de composto orgânico, perto dessas coisas, a certificação, a auditoria me cobra. Então, a gente já procura não fazer mais isso, tá? Muda alguma coisinha em função das auditorias, da inspeção, que é uma coisa normal. Então, assim, documentação, documentação de compra, de venda, realmente nós não dávamos muito atenção. Hoje é obrigatório ter isso. Mais documental a coisa, tá? A prática, em si, muito pouco mudou.</p> <p>Uma das coisas... assim... Acho que te falei alguma coisa disso, como nós já vínhamos trabalhando mais ou menos nessa linha do agroecológico, do orgânico, a certificação em si mudou muito pouco. Mas mudou, por exemplo, coisas que a gente fazia antes, “olha eu vou comprar um calcáreo ali na loja do Zezinho e não estou nem preocupado com notas, essas coisas”. Hoje, a gente é obrigado a fazer em função da certificação, tem que ter a nota, a origem do produto. Então, esse controle nós precisamos fazer.</p> <p>A certificação de orgânico exige isso, que você tenha, pelo menos, o rótulo guardado, a receita, uma ficha técnica. Mas, assim, o pessoal realmente não conhece...</p>
Exigências não cumpridas (prescrito x real)	<p>São exigências que a certificadora faz e que são necessárias, realmente. Por exemplo, uma outra coisa que é exigido e que muitos de nós, inclusive nós aqui, não usamos é a identificação do produto já na saída do sítio. Isso nós estamos pecando. Tem que ter identificação, sim. E nem todos fazem, né? Principalmente nós, aqui, por conta de que o que nós produzimos vem tudo para a cooperativa, mas não é desculpa. Tinha que ter um selinho em cada lote de palmito, pelo menos um papel. Então, essa é uma exigência que todos têm dificuldade, inclusive nós. Outra exigência, que também não é só pela certificação, tem que ter uma nota fiscal de produtor que acompanhe o produto na porteira, entreguei no caminhão a nota tem que vir junto.</p> <p>Se você quiser tirar uma dúvida, você está lá no Guapiruvu ainda por alguns dias, pergunta para alguém lá. Pergunta para o Otávio, cadê teu caderno de campo? Olha o Otávio é uma pessoa esclarecidíssima nesse aspecto. Se você pegar um daqueles cooperados que têm lá e que são certificados...</p> <p>Até porque a certificadora exige que você peça antes de utilizar se esse produto está autorizado. Isso ninguém faz! Nunca vi um colega vir aqui na cooperativa e falar “posso comprar esse produto?”. Não tem, não tem. É o contrário, “ah, eu comprei”.</p> <p>Percebe, que o SCI teria que ter um, não é um responsável, teria que ser um grupo, se possível que todos tivessem essa, assim, dentro de si, essa função de um auditor interno, de um inspetor interno, que um cobra o outro “olha Beto, aí não pode por essa coisa”.</p>
Constrangimentos	Vou ter que fazer , vou ter que mostrar para alguém...

	<p>Agora, a documentação, realmente, ela incomoda. Casos de pessoas que trabalham com a agricultura de verduras, legumes, é muito mais exigida a parte de fichas técnicas. Aí, nem todos têm. Até porque também não sabem como conseguir isso. Você vai na loja comprar e diz eu quero a ficha técnica, tem que pedir para o fornecedor...</p> <p>É meio constrangedor. Porque, assim, ia o grupo, né? Tem que fazer um grupo de meia dúzia, ir lá no sítio da dona Maria, lá no fim da estrada, fazer uma reunião, uma comida boa e tudo... há uma troca de ideia interessante, “Ah, a senhora faz assim, interessante, no meu não está dando certo. Vou fazer assim para ver se dá certo”. Então, tem os dois lados. Mas, se a gente vê alguém fazendo algo incorreto, como é que nós vamos falar isso para essa pessoa? Tem que ser no grupo, “olha, sabe, isso aqui não é aprovado”. Só que tem uma coisa, a OCS é o próprio grupo que fala “olha, se a senhora puder não fazer mais isso é melhor porque se um dia vier uma fiscalização e pegar isso como prática, o grupo todo está perdido, né?”. Só que ainda é constrangedor, não é para a pessoa que está fazendo errado é para quem tem que falar.</p> <p>É chato para quem cobra, muito difícil para gente chegar para o colega e falar “meu, você está com a calça aberta” ou “você tem mal hálito”, é ruim, né? Acho que você tem que avaliar também até que ponto você vai falar isso e não vai expor essa pessoa, né?</p>
<p>Visão que colegas tem da certificação</p>	<p>Um mal necessário para vender produto. Tem dois ou três níveis aí, eu, por exemplo, comecei a enxergar como um mal necessário também. Porque eu não iria vender meu produto, eu não estou nem pensando em preço, tô pensando em um diferencial para vender. Hoje, eu já vejo que não é só para eu vender o produto, há algo muito maior. Eu tô cuidando da minha qualidade de vida, também, tô ajudando. Aí, é até um pouco de... eu não gosto muito de falar dessa forma, mas eu vejo as pessoas falando “não, você está ajudando o planeta”. Não sei, isso é muito sonho... sei lá, estou fazendo a minha parte. Agora, eu tenho colegas que só são certificados porque a cooperativa conseguiu fazer umas vendas de orgânico para governo. Tem um plano do governo de comprar orgânico, o cara entrou nesse esquema com visão de vender mais caro, inclusive. Ah, 30% mais caro, tá?</p>
<p>Perspectiva sobre a OPAC</p>	<p>Pelo pouco que eu conheço desse povo aqui, é um projeto que vai nascer meio que morto. Não estou dizendo que não pode acontecer. Pode, acho que é um caminho que nós temos que buscar. Mas acho que o povo ainda está tão despreparado como nós aqui estamos.</p> <p>Às vezes eu sinto um sonho assim “ah, já que somos nós mesmo, o negócio é nosso, então vamos certificar o Beto? Eu sei que o sítio dele não está legal, mas vamos certificar para incluir”</p> <p>Em uma das reuniões que eu vi, eles [não se inclui no grupo] contavam com algum dinheiro. Aí, algum dinheiro foi cortado. Parece que, de novo, a UNISOL veio, vai ter alguma verba, eles estão dando algum apoio... Esse é o lado financeiro, agora o lado moral nós vamos ter que cuidar muito forte. Apesar de que é assim, eu imagino que se realmente tivermos uma OPAC, nós vamos ter que aderir. Porque eu preferia, realmente, ser certificado por uma OPAC nossa do que por uma certificadora, Ecocert, que é mais francesa do que brasileira.</p> <p>Mas, assim, eu vejo que é uma coisa que deve ser perseguida... não deve, porque... por exemplo, como existe uma Ecovida, que é uma OPAC, e dá certo? A gente não é pior do que eles, não é. Temos condição, mas tem que ter um trabalho mais forte. E pelo que vejo, pelo que sinto aqui, na base, dos nossos produtores, eu acho que falta ainda um entendimento melhor do que é isso. Assim, não sou contra, não. Pelo contrário, eu acho até, pelo conhecimento que eu já tenho, poderia até ser um dos..., mas eu não quero, eu não tô afim.</p> <p>Eu vejo como uma coisa boa, não tô falando que é ruim. Veja, é quase que você criar um selo de qualidade da região, né? Acho que isso é muito legal.</p>

Anexo 6 – Constructo Reconhecimento – Daniel

RECONHECIMENTO		
Dimensão	Termos-chave/Valores	Referências
<i>Confiança</i>	Confiança na utilidade e na qualidade da atividade/solução dos membros	<p>Sim, a gente... já da experiência que eu te falei. Eu vejo alguns colegas aqui que tem dificuldades, até de organizar um arquivo, né? Quando é solicitado, eu não lembro... olha eu tenho um... assim, a entrevista não é para falar dos outros, mas eu tenho que fazer um comparativo. Eu tenho colegas aqui que não sabe onde guardou, por exemplo, o cadastro ambiental do sítio.</p> <p>Mas não é só por causa do orgânico. Aí, é o geral. Porque, por exemplo, como que você vai colocar um veneno na sua roça, se você não sabe ler a bula daquele veneno? Se você não sabe fazer os cálculos e converter, por exemplo... eles te mandam colocar um galão desse daqui por hectare. Tudo bem, você vai diluir, mas eu não tenho um hectare para usar tudo isso... tem que fazer regrinha de três. Eu não sei fazer... aí, como que você vai fazer todo esse processo, ter esse cuidado? Por isso que a gente ainda é uma região que mais coloca veneno nas roças. Quando vão fazer as análises químicas eles verificam que extrapolou. Eles não sabem fazer a conta!</p> <p>Se eles não conseguem nem dimensionar o mínimo, que seja, que é a aplicação de algum veneno, como é que a gente vai passar para eles que eles têm que ter um diário de campo? Percebe?</p> <p>Mas, eu vejo, realmente, a dificuldade do nosso produtor padrão, aqui, de ter um diário, quanto mais ter essas informações de campo.</p>
	Lugar que os diferentes atores (gestor, técnico etc.) ocupam nas propostas e decisões	
<i>Identidade</i>	Relação com a própria função (reconhecer-se em sua atividade)	
	Lugar que ocupa no grupo (reconhecimento pelo outro)	<p>Em alguns casos, algumas pessoas acham que a gente é assim... “você são loucos, vão se meter em um negócio que não é...”</p> <p>Para nós, realmente, os produtores, aqueles vizinhos, companheiros, “ah, não, isso aí vocês vão perder, esse negócio não dá...”. Mas, hoje em dia eu percebo que é diferente, o pessoal já tem outros olhos.</p> <p>O que eu sinto, é quando vai um desses trabalhadores lá que a gente precisa pagar, “ah, orgânico não, isso aí não vai dar nada, vocês ficam plantado isso...”. Mas é falta de conhecimento.</p>
	Mobilização de si (inteligência, saberes, experiências, engenhosidade) para o trabalho	
	Visibilidade dos achados individuais pelos demais	

<i>Processos de retribuição</i>	Mecanismos objetivos de retribuição: salários, benefícios, participação nos lucros	<p>Aqui na nossa cooperativa ainda é... eu nunca esqueço o Marcão falando, “nós somos produtores de subsistência”, não somos agricultura familiar... porque agricultura familiar, se não me engano, chega até R\$ 300.000 de renda, né? Se não me engano... nós não chegamos nem nos R\$ 50.000.</p> <p>Então, você vê, nós temos o gasto com a certificação, temos os custos com insumos, as pessoas que vêm nos ajudar a trabalhar, não são empregados, mas tem que pagar a diária deles, né? Essa coisa de vir para a cooperativa e gastar um dia aqui trabalhando, conversando, né? Se descontar tudo isso, em um sítio como o nosso, fatura em torno de R\$ 1500. E a gente é pequeno agricultor igual ao fazendeiro que fatura R\$ 20.000 por mês.</p>
	Mecanismos simbólicos de retribuição: ser consultado, respeitado, convocado a mobilizar sua inteligência e competência no desenvolvimento de soluções	<p>Assim, eu percebo isso porque as pessoas nos solicitam, como hoje aqui, a reunião que tinha, era para desenvolver, por exemplo, um modelo de um rótulo novo com uma pessoa que era capaz de fazer isso, um <i>designer</i>. Não pode, você sabe que se vier auditoria... deixa eu apontar aqui. Se eu passar aqui outra vez, eu teria que ter o poder de tirar você do grupo ou te dar uma suspensão”. Isso não está ocorrendo, mas deveria. Deveria ter um caráter orientativo, um caráter, assim, punitivo, também.</p>
	Visão integrada de todo o processo (e da própria atividade dentro do processo)	
	Variedade de tarefas e uso pelo sujeito de suas diversas competências e habilidades	

Anexo 7 – Descrição dos participantes – Sete Barras (12)

Antônio

Antônio, 50 anos, é natural de Pernambuco e mora no Guapiruvu há 39 anos. Chegou ao bairro ainda menino, com o pai, para trabalhar no sítio de um tio. No início, sua relação com o território foi, como de qualquer imigrante, marcado por períodos de trabalho intenso no bairro, para acumular dinheiro, seguido de viagens à cidade natal, para visitar parentes e amigos e deixar parte da renda acumulada. Com o passar dos anos, apegou-se ao território, foi espaçando cada vez mais as viagens para Pernambuco, até que em 1982 decidiu fixar residência no bairro. A partir daí, casou-se e teve filhos; faz cinco anos que seu casamento terminou e que Antônio tornou-se pai solo do filho caçula.

Antônio conta que nasceu e cresceu na roça, no Nordeste, ajudando o pai. Por conta do trabalho e pela falta de interesse seu e da própria família, cursou apenas a primeira série do ensino fundamental. Nunca teve ou se interessou por outras profissões; chegou a trabalhar registrado, também como agricultor, antes de conseguir sua terra no assentamento.

Como muitos moradores antigos do território, quando jovem trabalhou como cortador de palmito juçara, chegou a ter problemas pois, em decorrência das leis ambientais, muitas atividades que eram realizadas comumente pelos caçaras tornaram-se ilegais. Contextualiza um cenário em que as famílias antigas do bairro haviam perdido suas terras e não havia trabalho remunerado para a maioria.

No seu dia a dia, Antônio se divide entre diversas atividades: embalar banana na cooperativa do bairro (COOPERAGUA); cuidar do manejo em seu sítio, no assentamento Alves, Teixeira e Pereira; trabalhar por diária, em outras roças do bairro; além de realizar trabalhos domésticos e cuidar do filho e do neto (14 e 9 anos). Desloca-se diariamente, várias vezes ao dia, entre sua casa no Guapiruvu e a roça, no assentamento. Apesar dessa rotina intensa e de se autodenominar “sempre ligado no trabalho”, ele reconhece ter uma boa relação com sua atividade, pois, apesar de trabalhar muito, gosta da autonomia de poder decidir como e quando irá trabalhar.

Em seu pequeno lote, dependendo da época do ano e de suas necessidades, Antônio maneja diversas culturas (abóbora, banana, mandioca, milho, palmito pupunha etc.) e cria alguns animais (galinha, peixe, porco). A lógica adotada é produzir o que irá consumir e vender o excedente. Os produtos mais comercializados são a banana e o palmito pupunha. Antônio faz parte de uma OCS desde sua fundação, há cerca de seis anos. Desde então, uma fração de sua propriedade está dedicada à produção orgânica da banana.

Ele lida com a árdua tarefa de habitar os dois mundos, orgânico e convencional. A alternativa que encontra para conviver com essa dualidade é ser “quase-orgânico” no convencional, ou seja, utiliza produtos químicos mais brandos (princípio ativo/composição), aplicados na menor proporção e no maior intervalo possível.

Ao comentar sobre sua roça, Antônio transborda satisfação. Na sua perspectiva, foi a (re)conquista de seu pequeno pedaço de terra devolveu-lhe dignidade, ao resgatá-lo do trabalho sofrido de corte de palmito juçara nas matas da região. Sente muito orgulho de tirar da terra o necessário para seu sustento e de sua família.

Cláudio

Cláudio, 62 anos, casado há 15 anos, é um dos únicos assentados que efetivamente residem no assentamento agroambiental Alves, Teixeira e Pereira. Conta que sempre trabalhou como agricultor e que não se imagina em outras profissões, embora tenha trabalhado por um breve período como guarda florestal em um dos parques de conservação ambiental da região.

Atuou por cerca de 5 anos como produtor orgânico, mas voltou a plantar como convencional devido à dificuldade na comercialização dos orgânicos. Faz uso esporádico de herbicida, para controle das ervas daninhas, e de fertilizantes químicos, preocupa-se muito com os efeitos sobre sua saúde. Relata que gostaria muito de voltar a ser orgânico.

Atualmente, em sua pequena propriedade de cerca de 1 alqueire de área cultivada, planta, no sistema agroflorestal, algumas variedades de banana (pão, prata, ouro, zinco), laranja, mamão, maná e pupunha. Cláudio trabalha sozinho, recorrendo a contratação de ajudantes apenas para auxiliar no corte de banana e pupunha, pois demanda maior esforço físico. A renda mensal advinda da produção é de cerca de um salário-mínimo e meio, com algum acréscimo quando chega o período do corte de pupunha, que se dá em intervalos de três meses.

Recordando-se do passado, imprime um tom de tristeza na fala ao contar sobre o tempo em que trabalhou como cortador de palmito juçara nas matas da região, um período de muito sofrimento, do qual não sente saudades. Cláudio relata que as longas jornadas caminhando pela mata (até 8 horas diárias), carregando de 30 a 40 kg de palmito nas costas, sem direito a descanso, deixaram sequelas. Ele sofre com problemas cardíacos, que atribui diretamente ao desgaste físico excessivo daquele tempo.

Atualmente, tem uma relação tranquila com o trabalho, sua rotina está bem mais leve. Para ele, morar e trabalhar no mesmo local simplifica sua rotina, proporcionando autonomia para administrar sua jornada. Prefere começar e treinar suas atividades mais cedo, para sobrar tempo para fazer outras coisas que gosta, como receber

visitas e ir ao centro da cidade. Cláudio orgulha-se de ser ativo, de poder trabalhar em sua própria roça e de ser capaz de administrar seu próprio tempo.

Cristina

Cristina, 29 anos, é natural de Osasco, região metropolitana de São Paulo. Mora em Sete Barras desde os 6 anos de idade, quando a família se mudou para a cidade. Considera-se bem adaptada à vida rural, sua maior paixão são os animais, em razão de sua família ter tradição na criação de gado. Diz não sentir saudades da agitação característica dos grandes centros urbanos.

Ela concluiu o ensino médio e iniciou graduação em administração de empresas, mas interrompeu devido à gestação e à pandemia de COVID-19. Deseja retomar os estudos, algo valorizado em sua família, para concluir o curso de administração ou iniciar o curso de direito, seu grande desejo.

Com relação à agricultura, conta que começou a ser incorporada aos poucos em sua vida, há 10 anos, quando casou e se mudou para sua atual propriedade, onde mora com o marido e um casal de filhos (13 e 2 anos). Havia trabalhado alguns anos como doméstica, mas foi na agricultura que descobriu amar a liberdade advinda do contato direto com a natureza.

Em 2015, tornou-se cooperada da COOPAFASB, onde ocupa um cargo há mais de um ano. Divide-se entre o trabalho na roça, na cooperativa e como mãe. Faz parte da OCS do seu bairro há quase dois anos, mesmo tempo que tem como produtora orgânica. Foi a preocupação com a saúde e a alimentação da família que a levou para a agricultura ecológica. O volume de produção da roça ainda é pequeno, mas bem diversificado, incluindo abóbora, banana, beringela, inhame, jiló, limão, mandioca, quiabo e palmito pupunha (principal produto), com certificação por auditoria, via COOPAFASB, há um ano.

A respeito de sua relação com o trabalho, Cristina admite que é muito intenso, carrega as preocupações do trabalho para todos os momentos e lugares, inclusive para casa, o que é motivo de atrito com marido e filhos. A intensidade dessa relação ganhou essa dimensão quando assumiu o cargo na cooperativa, dedicando-se mais a ela, enquanto o trabalho na roça tem ficado mais a cargo do marido.

Sente-se feliz e realizada como produtora orgânica, mas lamenta o fato de sua propriedade ainda não gerar renda suficiente para a família possa viver só da agricultura. Assim como ela, seu marido também tem uma tripla jornada: trabalha com agricultura em outros sítios, como diarista; executa alguns serviços na construção civil e cuida da sua própria roça. Cristina tem como meta romper com essa situação, para que a família possa viver do sítio.

Daniel

Daniel, 72 anos, é um emblemático representante da categoria de produtores que os caiçaras da região denominam de neorrurais. Para os produtores locais, essa categoria é composta, basicamente, por migrantes, geralmente dos grandes centros urbanos, que deixam a vida agitada da cidade grande em busca de tranquilidade e de simplicidade. Assim, como um típico neorrural, Daniel migrou de São Paulo, capital, – cidade em que nasceu, cresceu, constituiu família, estudou administração de empresas e exerceu diversas profissões – para Sete Barras, em 2003, com o objetivo de conduzir o sítio, adquirido em conjunto com Gabriele, sua esposa, como um negócio.

O produtor conta com 18 anos na agricultura, sendo oito anos como agricultor ecológico. Ele e Gabriele trabalham na roça e, esporadicamente, contratam ajudantes para tarefas específicas, em especial aquelas que exigem maior esforço físico. Cultiva diversos tipos de produtos, mas comercializa, principalmente, banana e pupunha, via a COOPAFASB, com renda líquida estimada de R\$ 1.500,00 mensais. Daniel optou por conciliar a garantia de orgânico via OCS (há oito anos), com a certificação por auditoria em grupo via COOPAFASB (há cinco anos), a fim de atingir mercado privado.

Daniel e Gabriele também estão envolvidos com muitas discussões que são realizadas no âmbito das cooperativas e do conselho municipal de desenvolvimento rural. Além disso, têm como projeto pessoal ampliarem a área de SAF que possuem hoje no sítio, que foi instituída como parte de um projeto piloto de agrofloresta.

Como rotina de trabalho, Daniel conta que acorda muito cedo, 4h30 e 5h00 alimentam os animais de estimação; em torno das 6h00 dedicam-se ao manejo, andam pelo sítio para verificar necessidades; entre 11h00 e 15h00 voltam para casa, aproveitam para planejar as atividades do sítio, preencher o diário de campo ou pensar outros compromissos da semana, como preparar alguma discussão que ocorrerá na cooperativa; em torno das 16h00, voltam para o trabalho no manejo. Ele e a esposa têm um compromisso de dedicarem, todos os dias, pelo menos duas horas de trabalho para o manejo.

Quanto aos seus sonhos, Daniel comenta que procura não pensar muito em traçar e em cumprir metas. Salienta buscar uma vida tranquila e saudável por um período maior possível. Faz questão de frisar, ainda, que o termo “tranquila” não faz nenhuma referência a tranquilidade financeira, pois ele e a Gabriele já tiraram essa preocupação da mente.

João

Ao longo de seus 70 anos, João, que é natural de Sete Barras, só esteve distante do território por cerca de 8 meses, quando era um menino de 11 anos. Nascido e crescido na roça, sempre foi muito ligado à agricultura, mesmo nos períodos em que adotou outras profissões, como professor da rede estadual de educação (2 anos) e auxiliar de enfermagem na rede municipal de saúde (17 anos). Durante esses quase 20 anos, a agricultura fora uma atividade secundária, realizada apenas aos finais de semana. Entretanto, em função de condições objetivas, restrições salariais das outras profissões, e subjetivas, sua identidade é de produtor rural, assim que sua roça começou a produzir, acabou assumindo a agricultura como primeira e única profissão.

Casado, pai de cinco filhos, João tem uma renda média, derivada do sítio, de aproximadamente R\$ 3.000,00. Cultiva um pouco de tudo, sendo os principais produtos banana, cenoura, frutas (conde, jaca, laranja, limão e mexerica), pupunha e mandioca. A respeito dos filhos, João conta orgulhoso que dois deles também adotaram a agricultura como profissão e como modo de viver.

Um dos pioneiros da agroecologia no Guapiruvu, João cultiva há 21 anos no manejo agroflorestal. No decorrer desse tempo, sua roça se tornou um exemplo de SAF e de área regenerada e ele se transformou em uma referência para o trabalho na agroecologia e uma respeitada liderança comunitária, ligada às questões ambientais e sociais. Atualmente, ele participa de uma OCS, da qual é um dos fundadores, e também tem sua produção certificada pela auditoria externa, contratada pela COOPAFASB. Embora seja um crítico do processo de certificação em si, independentemente do tipo/modelo, João é um defensor do modelo participativo de garantia, por considerar que esse tipo de certificação vai além da mera emissão de um selo, no sentido de ser capaz de dialogar com os produtores e, desse modo, criar um processo de conscientização em prol da agroecologia.

Acostumado a passar seus dias imerso em sua densa agrofloresta, confessa que nem sempre as coisas foram assim. Sem demonstrar sequer uma nota de saudade, João se recorda do tempo em que cultivava no manejo convencional, comentando que sua roça era tão “limpa” quanto um terreiro e que não admitia a existência de um arvoredo, por menor que fosse, entre suas bananeiras. Nesse período, para dar conta desse modelo conceitual e estético de agricultura, fazia uso de grandes volumes de agrotóxicos e adubos químicos.

A partir do momento que adotou a agroecologia, João passou a defendê-la como causa, enquanto caminho possível para a construção de um mundo mais equilibrado e uma vida mais saudável. Como um homem muito religioso, interpreta a agroecologia a partir de sua fé, considerando-a como um plano traçado pelo criador para uma vida mais plena e justa. Hoje, crítico contumaz do modelo convencional de produção agrícola e do sistema capitalista, tornou-se militante de um modelo de vida mais simples e saudável e adotou o cultivo e o manejo da juçara, espécie nativa da mata-atlântica, que esteve por anos ameaçada de extinção na região, como parte de seus objetivos de vida.

Quanto ao trabalho no manejo de seu SAF, expõe, orgulhoso, que se sente muito mais livre e com autonomia, em referência aos seus primeiros anos na agricultura, com o modelo convencional. Conversando sobre essa diferença entre os manejos, João traça um paralelo entre os modelos de produção e a relação com o tempo. Para ele, a agroecologia proporciona maior liberdade em relação ao tempo dedicado ao trabalho. Conta que consegue contemplar a natureza enquanto trabalha, dar conta de suas atividades de trabalho e ainda reservar tempo para conviver com familiares e amigos. De outra parte, recorda-se que no modelo convencional vivia sob o regime de um tempo cronometrado, ordenado de modo a cumprir os muitos compromissos de trabalho e financeiros. Ele explica que além de o modelo convencional estar embasado em uma rotina mais rigorosa de atividades, em comparação ao SAF, também implica maior comprometimento financeiro dos produtores, dado que necessita de um alto investimento em insumos químicos (adubos e agrotóxicos). O gasto elevado com os insumos fazia com que ele trabalhasse todo o tempo possível e o mantinha sempre preocupado em honrar seus compromissos financeiros.

Como militante agroecológico, faz questão de enfatizar que se sente realizado e seguro, em relação a suas escolhas. Entretanto, em função de perceber que as novas gerações do bairro não compartilham dos princípios agroecológicos com a mesma convicção que sua geração, confia que, nos últimos tempos, tem convivido também com a decepção.

Leandro

Leandro, 43 anos, é natural de São Paulo, capital, graduado em psicologia. Sua história com a agricultura começou cedo, quando acompanhava seu pai e um tio. A relação com a agricultura ganhou traços de profissão há cerca de 15 anos, quando optou por assumir a propriedade da família, para evitar que ela fosse vendida.

Cinco anos depois de assumir a propriedade, ou seja, há cerca de 10 anos, fez a conversão do manejo convencional para o orgânico, depois de superar a resistência dos trabalhadores. Relaciona seu interesse pela agricultura ecológica a sua formação como escoteiro, que desde muito cedo o aproximou da natureza, e às discussões que acompanhou na época da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92, que colaborou para que consolidasse sua formação política-ambiental.

Hoje, Leandro cultiva apenas pupunha em uma área de aproximadamente 20 hectares, sendo seu desejo ampliar sua produção, já que possui cerca de 40 hectares cultiváveis (área total 450 hectares). Ele é um dos únicos produtores do bairro do Guapiruvu que entrega sua produção diretamente em lojas especializadas de orgânicos, na cidade de São Paulo. Há sete anos sua produção é certificada pelo modelo de auditoria externa, o que possibilita venda para o mercado privado. No início de sua trajetória como produtor orgânico, participou por cerca de um ano e meio de uma das OCS's do Guapiruvu.

Em virtude de se encarregar da própria comercialização, divide seu tempo entre o Guapiruvu e São Paulo; na roça de segunda a quarta-feira e na quinta-feira vai para São Paulo, para iniciar a rotina da comercialização das pupunhas. Por não estar todos os dias no sítio, conta com dois trabalhadores, com contrato fixo. Com relação à rotina da roça, Leandro diz ser voltada, basicamente, para a atividade de roçar. Com exceção da colheita, na terça, e preparo para a entrega, na quarta, os demais dias da semana são dedicados à atividade de roçar; no sábado, eventualmente, os funcionários também roçam e/ou desempenham alguma outra atividade esporádica, como realizar limpeza nas mudas de pupunha. A respeito dessa atividade, Leandro conta que é interessante realizá-la, pois as pupunhas crescem “mais abertas” facilitando, posteriormente, a atividade de corte; mas, geralmente, a limpeza é realizada no próprio momento do corte.

Embora Leandro queixe-se do excesso de trabalho na agricultura ecológica e familiar (“trabalho que não acaba nunca”), sente-se muito feliz e realizado como produtor ecológico. Como parte de seus sonhos, gostaria de criar um grupo de escoteiros no bairro, para se aproximar e interagir mais com a juventude local. Diz, também, que se sentirá ainda mais realizado no dia em que a opção pelo consumo de produtos orgânicos deixar de ser uma escolha individual, de um nicho de mercado, e se tornar uma opção do conjunto da sociedade.

Luciana

Luciana, 38 anos, é natural de Barueri, São Paulo, é tecnóloga em administração de empresas. Ela e o esposo mudaram-se para Sete Barras há 10 anos, em busca de uma vida mais tranquila, em um local menor, mais calmo e que oferecesse boas condições para se viver. A opção deu-se por indicação de amigos e em razão de o valor das terras na cidade possibilitar a aquisição de uma propriedade em boas condições, fato que não ocorreria em outros municípios que chegaram a pesquisar. Logo que chegou ao município começou a trabalhar na COOPAFASB.

Conta com 14 anos de experiência na agricultura, sendo cinco anos como produtora ecológica. Desde então, Luciana ingressou na OCS da qual participa, buscando agregar valor aos seus produtos e ampliar a comercialização. Quanto aos motivos que a levaram ao orgânico, menciona que o trabalho na cooperativa foi determinante, pelas discussões que pode participar e pelos produtores orgânicos cooperados que lhe serviram como exemplo.

Em seu sítio, de 10 hectares, Luciana cultiva, em aproximadamente três hectares, banana prata (principal produto), mandioca e, esporadicamente, algumas hortaliças. Como a produção é pequena e a renda baixa (não atinge um salário-mínimo), ela ainda não consegue dedicar-se exclusivamente ao sítio. Desse modo, permanece dois dias da semana na roça e continua a trabalhar na cooperativa. A comercialização de seus produtos é realizada unicamente com a cooperativa.

Em relação à rotina de trabalho, como muitos outros produtores, inicia cedo para fugir do calor. Costuma acordar às 4h30 e iniciar as atividades o mais rápido possível, de modo que às 10h00 já cumpriu as tarefas da manhã. Caso necessário e não tenha nenhuma atividade programada na cooperativa, volta para a roça no final da tarde, no período que a temperatura já está mais branda. Trabalha praticamente sozinha, contando com o auxílio do filho, que mora na cidade, para as tarefas mais pesadas. Quanto à organização do trabalho, caminha pela roça e identificar as atividades que são mais urgentes, basicamente só roçando e tirando as folhas dos pés de banana.

Como um projeto de vida, Luciana revela que gostaria de poder dedicar-se apenas ao sítio, para ampliar e diversificar sua produção e alcançar renda suficiente a partir da agricultura. Também, que gostaria de fazer algum curso na área de logística, pois essa área a ajudaria a pensar sua comercialização.

Mariana

Mariana, 58 anos, é natural de São Paulo, possui duas graduações, em administração de empresas e em serviço social, é pós-graduada em gestão empresarial. Atuou por 40 anos como executiva de empresas, nas áreas de sistemas de gestão e financeiro, e por um ano em uma ONG ligada à educação e preservação ambiental. Em função desse perfil, Mariana é considerada pelos produtores nativos uma neorrural.

Ela mudou-se para Sete Barras em 2015, buscando um novo sentido para sua vida pessoal e para a carreira, que passava por um período de dificuldades. Embora sempre tenha trabalhado na área de gestão, conta que sua família tem tradição no trabalho rural, em fazendas, no estado de Minas Gerais. Apesar dessa tradição familiar, Mariana atribui pouca influência do histórico familiar na decisão de se tornar produtora rural. Identifica período atuando na ONG como a semente do desenvolvimento do seu olhar para a preservação ambiental, além disso, diz que sempre teve o desejo de morar no campo e dedicar parte de seu tempo para a proteção ambiental.

Assim que chegou em Sete Barras, Mariana envolveu-se com a associação de moradores do bairro onde residia, logo conheceu uma das cooperativas. Desde então foi tomada pelas demandas da cooperativa, envolveu-se com diversos projetos (como abertura e estruturação de mercado, criação de marca), entrando em contato com as discussões sobre produção e certificação de orgânicos. A partir de então, ingressou em uma OCS e, como ela própria diz, apaixonou-se pela agroecologia. Com seis anos de experiência na agricultura e três anos de como agricultora ecológica, ela segue ligada à OCS, à cooperativa e também é certificada pela auditoria em grupo, da COOPAFASB.

Quanto ao trabalho em sua roça, Mariana trabalha sozinha na maior parte do tempo, contratando ajudantes temporários para as atividades de maior esforço físico. Produz pupunha, mandioca, abóbora e diversas espécies frutíferas (como banana, jaboticaba, pitaiá, acerola, pitanga, cupuaçu, maracujá, goiaba, limão). A respeito da ampla diversidade de produção, ela menciona que está em projeto de transição, planejando encerrar a plantação de pupunha para se dedicar às frutíferas. Observa, contudo, que as vendas das frutas ainda são incipientes e a maior parte de sua renda (cerca de um salário-mínimo) vem da pupunha.

Como projetos de vida, Mariana conta que deseja continuar sendo útil para as pessoas e para o meio ambiente e que prefere essa sensação de utilidade, de bem-estar, do que pensar em projetos pessoais. Pretende afastar-se um tempo da cooperativa para aproveitar e se dedicar à roça.

Otávio

Otávio, 61 anos, é natural de Pariqueira-açu, a cerca de 50 km de Sete Barras. Sua história com o Guapiruvu, bairro em que reside, iniciou-se aos 10 anos de idade, em 1969, quando seu pai adquiriu terras no bairro. Depois de 50 anos de história no Guapiruvu e na agricultura, conta orgulhoso que desde que chegou ao bairro, apaixonou-se pela agricultura, pelo rural, e começou a formar sua identidade de agricultor.

Ele cursou graduação em administração de empresas, exerceu diversas outras profissões (administrador, bancário, professor, vereador e secretário de agricultura), mas nunca deixou de viver a agricultura como sua profissão prioritária. No entanto, em boa parte desse período, Otávio não tinha as convicções de hoje; encarava a agricultura como uma forma de ganhar a vida e cultivava, como praticamente todas as pessoas que conhecia, no modelo convencional.

A parceria com seu pai, na agricultura, durou até 1985, quando suas visões distintas da agricultura e de modos de se viver tornou inviável seguirem atuando juntos. A partir de então, Otávio, como um grande curioso pelos saberes, iniciou sua busca por um modelo distinto de plantar, já que o modelo convencional não o realizava enquanto sujeito, tampouco como produtor, visto que as pragas se espalhavam por suas terras e devastavam suas plantações. Nesse cenário, encontrou-se com os escritos de Ana Primavesi, provável ponto de partida para conformar seu modelo de manejo, o “agrorelaxo”. Além disso, nesse período, Otávio já se interessava pelo resgate da cultura caiçara e, sobretudo, pelo modo de trabalhar caiçara, fundado na ideia do ócio criativo. A última pilastra para a edificação de seu modelo deu-se quando Ernst Götsch visita o Guapiruvu, no final de 1999, início dos anos 2000, e vende a alguns produtores locais o sonho de cultivar com e pela floresta, segundo o modelo do SAF.

Desde então, são 20 anos como agrofloreteiro, plantando na área que ficou sobre seus cuidados, quando fundada a parceria com seu pai. Só hoje, após todos esses anos sem aplicar uma gota de veneno ou de adubos químicos, que Otávio considera que sua área está regenerada. Quando fala de suas escolhas – agroecologia, SAF, agrorelaxo, resgate da identidade caiçara, ativista ambiental, cooperativismo – Otávio transborda autorrealização e orgulho.

Além de ativista ambiental, Otávio também é militante da economia solidária e do cooperativismo. Está ligado à história de praticamente todas as cooperativas de produtores da região, ao movimento que culminou com a instituição do assentamento agroambiental Alves, Teixeira e Pereira, à associação de moradores do Guapiruvu e é considerado pela população da região como uma das principais lideranças comunitárias.

Otávio tem uma rotina de trabalho intensa, pois divide seu tempo entre o manejo e as atividades relacionadas ao ativismo ambiental e às causas sociais da comunidade. Normalmente, ele realiza suas atividades relacionadas ao manejo sozinho. Entretanto, durante o período da realização da pesquisa, contava com o auxílio de um jovem da comunidade para a realização de algumas atividades, principalmente as de manutenção do SAF (roçar os acessos, efetuar podas das árvores mais altas etc.), a fim de formar novos agrofloreiteiros. Assim, Otávio utiliza o contato com os jovens por meio do trabalho para compartilhar conhecimentos, criar vínculos com a juventude local e, sobretudo, ampliar as possibilidades para o surgimento de mais produtores comprometidos com os manejos ecológicos e com a preservação ambiental.

Diante da diversidade de tarefas que Otávio executa, torna-se impossível descrever uma rotina minimamente representativa da sua realidade. Como uma organização geral, ele busca dedicar-se às atividades de manejo logo pela manhã, aproveitando, inclusive, o período mais fresco do dia. No meio da manhã, retorna a sua casa, que fica localizada na própria roça, para um breve café. No restante da manhã, dedica-se às atividades relacionadas à militância ambiental e ao trabalho social. Após o almoço, no período mais quente da tarde, segue trabalhando em sua casa, seja com as atividades da militância (reunião, preparação de documento, conversa com

alguém da comunidade etc.) ou com atividades de manutenção do manejo (limpeza das ferramentas, preparação de caixas para embalar bananas etc.). No final da tarde, quando há alguma entrega de produtos programada para os próximos dias, dedica-se à colheita. Caso contrário, pode tanto desempenhar alguma atividade de manutenção em seu SAF quanto participar de reuniões das cooperativas, da associação de bairro ou deixar a tarde livre para conversar com produtores da comunidade ou com visitantes (pesquisadores, jornalistas, representantes de ONG's etc.).

Em uma área de cerca de 14 hectares, obtém cerca de R\$ 4.000,00 mensais com a venda, principalmente, de banana, pupunha e juçara. Esporadicamente, comercializa uma diversidade de frutas que estão espalhadas ao longo de sua agrofloresta, como limão, cacau, fruta do conde, cajá-manga, grumixama, pitanga, uvaia, jabuticaba, cambuci e cambucá. Entretanto, Otávio sempre faz questão de mencionar que a maior contribuição de sua roça não advém da comercialização do que ela produz, mas sim dos serviços ambientais que ela presta à comunidade do Guapiruvu.

Pedro

Pedro, 40 anos, é nativo de Sete Barras, cursou o ensino médio, membro de uma família de agricultores, sempre atuou na agricultura. Com pelo menos 30 anos dedicados à agricultura, converteu-se para o manejo ecológico há apenas dois anos. Dentre os participantes da pesquisa, é um dos produtores ecológicos com menor tempo de experiência nesse tipo de manejo.

Embora todos seus familiares atuem no manejo convencional, o apoiaram quando decidiu aderir ao ecológico. A motivação para essa mudança foi a questão de saúde de sua família e daqueles que consumiam seus produtos, principalmente as crianças, já que entrega parte de sua produção para a merenda das escolas da cidade. Diz que durante todo o período que trabalhou no modelo convencional se preocupou em não se contaminar, enquanto preparava e aplicava agrotóxicos na lavoura. Também temia contaminar sua família, quando recebia Joice, sua esposa, e Bruno, seu filho, na época ainda bebê, em sua roça.

Conquanto tenha se sentido apoiado pela família, ao mudar para o manejo orgânico sentiu-se pressionado por amigos e produtores vizinhos a retornar para o convencional. Eles tinham uma percepção de que a produção nos manejos ecológicos era algo descuidado, abandonado no meio do mato e, principalmente, que os produtos seriam de baixa qualidade. Satisfeito, relata que bastou suas primeiras safras para mudarem suas visões, ao menos em relação à qualidade dos produtos.

Como produtor orgânico, Pedro produz basicamente banana e alguns tipos de hortaliças, alcançando uma renda líquida de aproximadamente R\$ 3.200,00. A comercialização está concentrada na venda institucional, para escolas da cidade, e na entrega de produtos para a COOPAFASB. Aderiu à certificação por auditoria, via COOPAFASB, para atingir o mercado privado e, dessa forma, ampliar suas vendas. Até então, Pedro participava apenas de uma OCS. Faz questão de mencionar que confia mais no trabalho executado pelas OCS's do que na auditoria.

Em geral, Pedro trabalha sozinho, mas quando as tarefas demandam maior esforço físico, conta com o apoio dos familiares, principalmente o pai e o irmão. Como a maioria dos agricultores, sua rotina de trabalho começa cedo, 6h30 já está na roça. Em torno das 11h30, volta para casa para o almoço. O retorno às atividades após o almoço depende das condições climáticas; em dias muito quentes, retorna próximo às 15h00 e trabalha até o final da tarde. Evita trabalhar mais de oito horas por dia, preocupando-se com sua saúde física. Quanto às atividades, assim como muitos outros produtores, menciona uma rotina muito variável, mas as atividades de manutenção (roçar e tirar folhas das bananeiras) são as mais frequentes.

Em relação aos seus sonhos, Pedro quer: adquirir uma roça própria, pois produz em área arrendada; abrir um ponto de venda de orgânicos na cidade (uma loja especializada ou até mesmo sacolão); e, por fim, comprar um pequeno caminhão, para realizar algumas vendas diretas em outras cidades. Ele diz que, profissionalmente, ainda precisa alcançar seus sonhos para se sentir realizado. Entretanto, como produtor orgânico, sente-se realizado e orgulhoso de produzir produtos saudáveis e fazer o que gosta.

Renato

Renato, 42 anos, é um digno representante do caiçara do Vale do Ribeira. Nascido no Guapiruvu, em 1979, é filho de pais também nascidos na região – pai natural de Sete Barras e mãe de Eldorado, município vizinho. A relação da família com o Guapiruvu iniciou-se em 1968, quando seus pais se mudaram para o bairro. A partir do nascimento de Renato, alternaram períodos de moradia fixa no Guapiruvu e de residência em outros bairros da cidade. Em 1987, quando Renato tinha apenas 8 anos, a família retorna ao bairro e em 1989 adquirem o sítio em que vivem e trabalham.

Renato viveu por apenas 6 anos distante do município de Sete Barras e do Guapiruvu. Sua primeira vivência fora da região foi aos 20 anos, quando passou três anos fora do Brasil, a trabalho. O objetivo da viagem, entretanto, estava relacionado com o desejo de permanência no bairro. A ideia era acumular dinheiro, retornar ao Guapiruvu, comprar um caminhão e se dedicar ao transporte dos produtos cultivados pela família, agregando,

assim, valor aos produtos. O projeto se efetivou e, até hoje, Renato divide-se entre o trabalho na roça e fretes para outros municípios, principalmente São Paulo. Sua segunda experiência de afastamento do território, também por três anos, foi quando se mudou com Beatriz, sua esposa, para outro Estado. No entanto, com o fim do casamento, em 2008, regressou para o Guapiruvu e, desde então, nunca mais deixou o bairro.

Renato é um produtor bem articulado, estudou até o término do ensino médio e conhece intimamente a história do território e da comunidade. Em contato com lideranças do bairro, engajou-se no trabalho comunitário e foi ativo na associação de moradores (AGUA) e na cooperativa (COOPERAGUA) do Guapiruvu. Apesar de reconhecer que no presente tem críticas à atuação da COOPERAGUA, observa que ela foi fundamental para ajudar a mudar a história do bairro, principalmente nos últimos 10 anos.

Durante sua passagem pela COOPERAGUA, conciliou a agricultura com a realização de fretes para a cooperativa. Assim, ele se reconhece como agricultor e motorista de caminhão, embora também tenha trabalhado como metalúrgico nos anos em que esteve fora do Brasil. Nos últimos quatro anos, deixou de fazer fretes para a cooperativa e tem se dedicado mais intensamente à agricultura. Como agricultor, já cultivou banana, pupunha e gengibre, este último nas décadas de 80 e 90, período áureo do gengibre no Vale do Ribeira. Há três anos, produz apenas banana, responsável pela maior parte da renda da família; a outra parte é resultado de alguns fretes que realiza com seu caminhão e de um benefício que seu pai tem direito, via assistência social.

Sua história com a produção orgânica durou quatro anos, foram dois anos participando de uma OCS no bairro e mais dois anos certificado pela COOPAFASB. Os fatores que o atraíram para o manejo orgânico foram: a mão de obra exigir menos fisicamente, em relação ao manejo convencional; as preocupações com a saúde, quanto ao elevado uso de produtos químicos no convencional; e o valor agregado na comercialização dos orgânicos. Dentre esses fatores, Renato enfatizou a maior exigência física no cotidiano do manejo convencional da banana.

Durante os anos que foi produtor orgânico, Renato sentia-se orgulhoso e contava com o apoio da família e, sobretudo, do pai, com quem dividia o cotidiano do trabalho no bananal. Contudo, em função das muitas dificuldades enfrentadas na comercialização, especialmente com o início da pandemia de COVID-19 e seu efeito devastador na demanda do setor público, oriunda quase exclusivamente da merenda escolar, viu-se obrigado a retornar ao manejo convencional.

Com brio no olhar, fez questão de frisar que se enquadra na categoria do manejo convencional que é “quase-orgânico”, posto que procura utilizar a menor quantidade possível de agrotóxicos nos cachos de banana e que não aplica herbicidas no solo. Disse, ainda, que deseja voltar ao manejo orgânico, mas somente quando o mercado regional de orgânico se consolidar. Na sua opinião, isso ocorrerá a partir do momento que os produtores se tornarem capazes de desenvolver novos mercados, vendendo diretamente às lojas especializadas, sem a mediação de atravessadores.

Como um produtor convencional “quase-orgânico”, Renato acorda todos os dias às 6h00, às 7h00 já está manejando seu bananal. Por volta das 9h00 faz uma pausa para um breve café e às 11h00 almoça. Em geral, as principais atividades de manutenção (aplicar veneno nos cachos de abana, jogar óleo nas folhas, cortar as folhas, roçar, adubar) são executadas conforme a necessidade e organizadas de modo que cada atividade seja realizada em todo o bananal em um único dia. Para amenizar o impacto dos imprevistos, sempre planeja duas atividades por dia, uma para dias ensolarados e outra para dias chuvosos. Em decorrência de o terreno de seu bananal ser bem acidentado, a colheita da banana, que envolve cortar e transportar os cachos até um local plano, demanda um grande esforço físico. Desse modo, Renato conta que costuma contratar um ou dois ajudantes para o corte de banana.

No que diz respeito a sua relação com a atividade, Renato se reconhece como sendo muito preocupado e apegado com o trabalho. Para ele, essa forma muito compenetrada de se relacionar com a atividade é consequência de acumular, em seu cotidiano, as funções de gestor, produtor e comerciante. Como sequelas, menciona que convive com dores na coluna (que associa principalmente à atividade de carregar os cachos de banana) e que o trabalho também já comprometeu suas relações sociais.

A despeito das dificuldades que permeiam a atividade de produtor rural no território, Renato conta que se sente muito feliz morando no Guapiruvu e tem como meta levar uma “vida boa”, mesmo que humilde e simples. Aponta, ainda, que as pessoas da comunidade deveriam pensar menos em trabalhar e mais em conviver, conversar e compartilhar e que prefere ganhar pouco dinheiro e poder fazer um bom uso dele a ganhar muito e não ter tempo para aproveitar a vida. Nesse sentido, sua única queixa em relação ao bairro é o fato de a comunidade praticamente não realizar mais confraternizações coletivas, como era comum há alguns anos.

Valter

Valter, 53 anos, estudou até a quarta série do ensino fundamental, é natural de Eldorado, cidade vizinha de Sete Barras. Reside no Guapiruvu há 30 anos, é um dos produtores contemplados com terras no assentamento agroambiental Alves, Teixeira e Pereira, no Guapiruvu. Ele se desloca diariamente, várias vezes ao dia, da casa localizada no Guapiruvu, onde mora com Karina, sua esposa, até o assentamento, para cuidar de sua roça.

Durante os 40 anos de experiência como agricultor, exerceu e ainda exerce outras funções, como a de artesão e de construtor, mas sempre como atividades paralelas. Esporadicamente, também trabalha como diarista

em outras roças do bairro. Dedicou-se ao manejo ecológico por dois anos, período em que fez parte de uma OCS. Conta que chegou ao orgânico por influência de outros produtores orgânicos do bairro, considerando a infraestrutura (mudas, roçadeiras, insumos etc.) que, na época, eles recebiam por intermédio de projetos conquistados pelas cooperativas locais. Entretanto, com a dificuldade de comercialização decorrente da pandemia de Covid-19, abandonou o projeto da agricultura orgânica e regressou ao modelo convencional. Diz que pretende voltar a ser orgânico, mas entende que necessita ter cautela, aguardar o momento certo, e observar como o mercado de produtos orgânicos irá se comportar no período pós-pandemia.

Atualmente, Valter produz pupunha (produto principal), banana e algumas culturas temporárias, como mandioca, abóbora e frutas. Como rotina, acorda às 5h00, 6h30 está na sua roça, no assentamento. Chegando, sua primeira atividade é alimentar as galinhas e os gatos. Com relação às atividades, procura se programar sempre de um dia para o outro. Assim, ao chegar na roça, já tem um planejamento prévio do que será necessário realizar. Normalmente, as atividades mais corriqueiras são roçar, tirar as folhas das bananeiras, limpar as mudas de pupunha, aplicar algum veneno para matar as pragas que atacam as pupunhas. Após executar as atividades pré-programadas, volta ao Guapiruvu para o almoço. O período da tarde é mais variável, pois já cumpriu as tarefas principais do dia. Além disso, quando assume outras tarefas, como os trabalhos como temporário, normalmente procura agendá-las para o período da tarde. Quando não, volta para a roça, alimenta as galinhas, mapeia a roça, pensando nas atividades que serão executadas no dia seguinte.

Como seus sonhos, menciona: construir uma casa em seu lote, no assentamento; comprar um carro, pois ajudaria no transporte diário de insumos, equipamentos, feito atualmente de moto ou bicicleta; e retomar os estudos.

Anexo 8 - Descrição dos participantes – Socorro (04)

Henrique

Henrique, 49 anos, é natural de Socorro e tem toda sua história de vida relacionada à agricultura, visto que nasceu em uma família de agricultores. A propriedade onde vive e trabalha foi dos avós, imigrantes italianos. Tem pelo menos 30 anos de experiência na agricultura, sendo 10 anos como agricultor ecológico. Chegou a trabalhar em outras profissões, como serviços gerais (escola, hotel), coletor de sementes (em ONG da região), professor da rede estadual e monitor de educação ambiental (em cursos oferecidos pelo SENAR), geralmente em paralelo a atividades na agricultura.

De uma rotina densa de atividades, entre trabalho como coletor de sementes e serviços gerais em uma escola, Henrique arrumou motivação para voltar a estudar, após 20 anos do término do ensino médio. Além disso, o trabalho como coletor o reaproximou da natureza e o fez enxergá-la de um modo que ele nunca havia percebido, de uma forma mais afetiva e sensível. Esse novo olhar o (re)vinculou a natureza e despertou seu interesse em estar mais próximo dela, ingressando, então, no curso de biologia com bolsa integral e concluindo como melhor aluno – conta emocionado e orgulhoso.

A conclusão da graduação pôs fim ao ciclo em que o produtor esteve mais afastado da agricultura. Assim, ele retorna para a agricultura ecológica, com a qual já tinha tido uma primeira experiência, mais maduro e com uma outra concepção da própria agricultura ecológica. A motivação deixa de ser econômica, passando a ser o prazer de estar na natureza, de compreendê-la, de poder produzir um produtor saudável.

Como produtor ecológico, Henrique soma quatro anos com a certificação por auditoria (durante sua primeira experiência com orgânicos) e seis anos com a certificação participativa, sendo coordenador do seu grupo de produtores. Ele produz beringela, alho, feijão, cebola, cenoura, morango e tomate, obtendo uma renda mensal de aproximadamente R\$ 2.500. Como consequência da pandemia de COVID-19, sua produção é comercializada como venda direta, via entrega de cestas em domicílio, composta também por produtos de outros produtores. Além dessa atividade, ele segue como monitor de educação ambiental dos cursos do SENAR.

Henrique relata que o trabalho no campo é duro e muito cansativo, mas como produtor orgânico sente-se muito realizado. Pretende melhorar a estruturação da entrega das cestas e deseja explorar o potencial turístico da região para promover a reaproximação das pessoas da natureza, através da experiência de viver e trabalhar na roça (hospedagem, lazer).

José

José, 54 anos, é natural de Socorro, completou o ensino médio e cursou técnico em contabilidade. Ele representa o típico produtor rural de Socorro e região, tem toda sua família ligada à agricultura, descende da história da migração italiana para as fazendas da região, para trabalharem no cultivo do café. Nasceu e cresceu na agricultura, acompanhando seu pai e irmãos, nunca exerceu outra profissão.

Ele é agricultor ecológico há 22 anos; durante 12 anos foi certificado por auditoria e há 10 anos através da certificação participativa. Ingressou na agricultura ecológica porque ele e, praticamente, toda sua família apresentava algum problema de saúde derivado da manipulação dos agrotóxicos.

Atualmente, José mora com a Regiane, sua esposa, e duas filhas, Isabela e Marcela, em uma casa relativamente próxima de sua roça, em um dos bairros rurais do município. As terras em que cultiva (2ha) são arrendadas; só não expande sua produção devido à falta de água – restrição que tem se tornado realidade para muitos produtores da região. Ele cultiva legumes e tubérculos, principalmente milho, batata inglesa, batata doce, mandioca e cenoura; e, como produtos secundários, cebola, feijão e morango. A renda mensal da roça, de cerca de R\$ 2.000, é obtida basicamente da venda direta ao consumidor (feiras livres e cestas em domicílio) e indireta a lojas especializadas em Bragança Paulista (município próximo de Socorro).

Para o trabalho na roça, José conta com o auxílio cotidiano de Regiane e com um ajudante temporário, contratado apenas para os momentos de trabalho mais intenso; Isabela e Marcela ajudam com as tarefas ligadas ao controle documental da certificação. Ele e a esposa mantêm a rotina típica de um produtor rural: acordam muito cedo, em torno das 5h00, entre 6h30 e 7h00 chegam na roça. No período da tarde, dependendo da necessidade, a esposa fica em casa. A respeito das atividades, eles têm uma sequência mais organizada para o início da semana (segunda-feira fazem colheita e entrega, terça-feira manutenção da roça), nos demais dias, vão ajustando de acordo com as necessidades e com os imprevistos que vão surgindo.

Quanto aos seus objetivos de vida, José preocupa-se com a sequência de seu trabalho, já que imagina que suas duas filhas não irão se interessar pelo trabalho na roça. Nesse sentido, ele pensa em se estruturar para ir migrando para a área do turismo ecológico, oferecendo estadia, visitação, vivências no campo etc.

Júnior

Júnior, 50 anos, nasceu em São José do Rio Preto, interior do estado de São Paulo, concluiu o curso de engenharia agrônoma em 1993 e está em Socorro desde 1997, quando sua família adquiriu o sítio em que ele mora e cultiva.

Diferentemente da maioria dos produtores orgânicos da região, Júnior já iniciou seus trabalhos na agricultura (em 1999) como produtor ecológico; não tem nenhuma experiência com o modelo convencional. Durante seus 22 anos como produtor ecológico, ele teve sua produção certificada por empresas auditoras, durante 12 anos, e através da certificação participativa, nos últimos 10 anos.

Em seu sítio de pouco mais de 5 hectares, Júnior cultiva em uma área de pouco mais de um hectare e meio. Cultiva com frequência tomate, pimentão, caqui e shimeji e aveia (produz sob encomenda, para um único cliente); e, esporadicamente, beringela, morango e batata. A renda mensal da produção oscila entre R\$ 3.000 e R\$ 4.000. Quase toda a comercialização ocorre por meio dos circuitos curtos, através de venda direta ao consumidor e de venda indireta (lojas especializadas, outros produtores que realizam feiras livres e hortifrutis). Ele adotou como estratégia diversificar a produção e plantar uma pequena quantidade de cada item, para poder entregar todo o volume produzido por meio dos circuitos curtos, evitando atravessadores.

Em relação à rotina de trabalho, Júnior fica na roça de segunda a quinta-feira e no município de sua família de sexta a domingo, por isso conta com o auxílio de dois funcionários contratados. Dedicar todo o período da manhã para o shimeji e à tarde divide-se entre as estufas (tomate, pimentão e adubação verde) e seu jardim. Ressalta, no entanto, que essa dinâmica sofre algumas alterações, em função dos imprevistos e das demandas específicas de algumas espécies, como o caqui que tem uma época específica para colher, podar e adubar.

Quanto a seus objetivos de vida, Júnior fala do desejo de agregar valor a seus produtos, através da montagem de uma cozinha industrial, que permitiria processar os produtos em seu próprio sítio. Além disso, pensa em abrir uma flora, pois sente prazer em trabalhar com jardinagem, e uma pousada, visando aproveitar o potencial turístico da região.

Roberto

Roberto, 40 anos, é natural de São Paulo, capital, completou o ensino médio e reside em Socorro há 21 anos. A família adquiriu o sítio onde mora em 1987, com o objetivo de ter um local para lazer, durante feriados e férias. No início dos anos 2000, a família toda mudou-se a cidade, exceto o pai, que precisou ficar em São Paulo.

Quando a família chegou na cidade, inaugurou uma loja de material de construção, no bairro em que fica o sítio. Roberto já estava envolvido com a agricultura, que sempre lhe interessou, mas sua produção era apenas para consumo próprio. Em um segundo momento, ele se separou da família, que continua com o pequeno comércio, e ingressou de vez na agricultura. Apenas ele, o mais velho de três irmãos, todos moradores de Socorro, se interessou pela agricultura.

Desde sua primeira experiência, sempre sem agrotóxicos, se passaram 13 anos, cinco deles integralmente dedicados à agricultura ecológica. Ainda no início, Roberto procurou certificar sua produção como orgânica, visando dar mais credibilidade aos produtos e ampliar as possibilidades de comercialização. A primeira tentativa de certificação foi por auditoria, mas os custos elevados inviabilizaram o projeto. Logo em seguida, ele conheceu alguns produtores em um curso que frequentava e soube da certificação participativa. Foi questão de dias para que conformasse um grupo e ingressasse no SPG.

No sítio, em uma casa cercada de flores que ele mesmo planta, Roberto mora com Ana, a esposa, e Gisele, sua filha. A propriedade fica em um dos maiores bairros rurais de Socorro, em uma das partes mais afastadas, no alto de uma encosta. Se fosse possível, disse ele, teria construído a casa em um local ainda mais afastado, por gostar do silêncio e da tranquilidade que o bairro oferece.

Quanto ao trabalho na roça, 90% dele é executado pelo casal; esporadicamente, um vizinho é contratado para as atividades que exigem maior esforço físico. O principal produto é o tomate, além de pitaia, abobrinha, pepino, vagem, uva, amora, goiaba, maracujá e morango, com renda estimada de R\$ 3.000,00 por mês. A comercialização é praticamente toda local, com venda direta ao consumidor e indireta para outros produtores que montam cestas de produtos orgânicos ou fazem feiras-livres. Esporadicamente, dependendo do volume de produção, comercializa para fora de Socorro. Em 2020, devido à pandemia e uma alta produção, comercializou um volume considerável de produtos através de uma plataforma virtual de vendas.

Em relação aos seus objetivos de vida, Roberto menciona estruturar-se melhor na agricultura, citando questões como: ampliar a produção e adquirir o sítio em que mora e planta, que ainda é de toda a família.